

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Almir Arantes

**AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO NOS MUNICÍPIOS DE  
LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO - REGIÃO NORTE DO  
ESTADO DE MATO GROSSO**

Santa Cruz do Sul, maio de 2012

Almir Arantes

**AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO NOS MUNICÍPIOS DE  
LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO - REGIÃO NORTE DO  
ESTADO DE MATO GROSSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul, maio de 2012

Almir Arantes

**AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO NOS MUNICÍPIOS DE  
LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO - REGIÃO NORTE DO  
ESTADO DE MATO GROSSO**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

*Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira*

Professor Orientador

Banca Examinadora:

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira (Orientador) - UNISC

Dr. Mário Riedl – FACCAT-RS

Dr. Clécio Azevedo da Silva – UFSC

Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira - UNISC

Dra. Érica Karnopp - UNISC

*À Claudete Inês Sroczynski, que além de boa companheira, amante, mãe, professora e administradora de nosso lar, ainda encontrou tempo para me ajudar nos “insondáveis” mistérios do computador.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos amigos e familiares pelo incentivo;

Aos professores, funcionários, alunos, colegas e amigos do Programa de Desenvolvimento Regional da UNISC, que mostraram o que o Rio Grande do Sul tem de melhor: o companheirismo;

Ao meu orientador, Rogério Leandro Lima da Silveira, que de forma elegante, amiga e competente contribuiu para este trabalho;

À Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, que, em seu projeto de Universidade, acredita em seus professores, oferecendo os meios necessários para suas qualificações profissionais;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT, pela bolsa de apoio concedida, propiciando, assim, o incentivo e estímulo necessários para a realização desta tese.

Ao trabalhador simples do campo, que sem conhecer pessoalmente gerentes de bancos, políticos e administradores de tradings, acredita que é trabalhando duro, todos os dias, que se constrói um país.

## **Dedicatória**

*Quem foi que disse que eu escrevo para as elites?  
Quem foi que disse que eu escrevo para o bas-fond?  
Eu escrevo para a Maria de Todo o Dia.  
Eu escrevo para o João Cara de Pão.  
Para você, que está com este jornal na mão...  
E de súbito descobre que a única novidade é a poesia,  
O resto não passa de crônica policial – social – política.  
E os jornais sempre proclamam que “a situação é crítica”!  
Mas eu escrevo é para o João e a Maria,  
Que quase sempre estão em situação crítica!  
E por isso as minhas palavras são quotidianas como o  
[pão nosso de cada dia  
E a minha poesia é natural e simples como a água bebida  
[na concha da mão.*

(QUINTANA, Mário. *Quintana de Bolso*)

## RESUMO

A presente tese tem como objetivo explicar e compreender como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, municípios localizados na região norte do estado de Mato Grosso, a partir de suas relações sociais, constroem seus processos de desenvolvimento pautados no agronegócio e como contradições se manifestam nesta dinâmica. Apresentando como conceitos-chave processos sociais e território usado, procura através de uma abordagem sócio-histórica explicitar os mecanismos sócio-políticos-econômicos que permitiram e permitem que realidades como estas construam seus cotidianos referenciando-se no Complexo Agroindustrial da soja. Neste sentido, a partir de pesquisa prévia, que qualificou estes municípios, a partir de critérios convencionais, tais como IDH e PIB, como desenvolvidos para os padrões brasileiros, buscou-se através de dados tanto de fontes primárias quanto secundárias explicar e compreender a natureza e consistência do desenvolvimento construído nestes lugares. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa identificando o processo sócio-histórico que possibilitou a inserção do Brasil no modo de produção capitalista e como a grande propriedade fundiária, tida teoricamente como elemento obstaculizador para o desenvolvimento capitalista, que tem na Inglaterra seu modelo clássico, não é questionada pelo poder político estabelecido, pelo contrário, é fortalecida. A partir de tal perspectiva foi possível explicitar como os projetos desenvolvimentistas no Brasil, articulados a partir do poder estatal, tiveram a questão agrária como ponto determinante e como os mesmos contribuem para explicar e compreender as diferenças sociais existentes no Brasil e a possibilidade histórica de existência de municípios como os aqui pesquisados. Neste contexto, a criação dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso na década de 1980, inserida no projeto desenvolvimentista articulado ditatorialmente pelos governos militares, que tinha a modernização agrária como um dos pontos estruturante, sintetiza e exemplifica de forma clara como o processo histórico brasileiro que tem a questão agrária como referência e a subordinação à centros capitalistas hegemônicos como condição se dá de forma excludente do ponto de vista social e desigual do ponto de vista territorial. Esta tese procura ainda subsidiar

uma explicação e compreensão do processo social que permitiu que estes três municípios, apesar de mudanças políticas ocorridas no comando do Estado até os dias atuais, se fortalecessem economicamente referenciando-se no agronegócio. E não obstante tal proposição, procura-se ainda explicitar quais as contradições que esta dinâmica gera e como as mesmas contribuem para uma possível qualificação da natureza do desenvolvimento que se constrói nos municípios pesquisados.

Palavras-chave: agronegócio, Complexos Agroindustriais, desenvolvimento, processos sociais, território usado.



## **ABSTRACT**

This thesis aims to explain and understand how Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, cities located in the north of Mato Grosso, from their social relations, build their development processes based on agribusiness and how contradictions are manifested in this dynamic. Presenting social processes and territory used as key concepts, seeks through a socio-historical approach, to clarify de socio-political-economic mechanisms that allowed and still allow that realities like these build their quotidian referencing in the Agroindustrial Complex of soybeans. Therefore, from previous research that qualified these cities, based on conventional criteria, such as Human Development Index and Gross Domestic Product, developed for Brazilian standards, was sought to explain and understand the nature and consistency of development built in these places, using data from primary and secondary sources. To that end, a research was made to identify the socio-historical process which allowed the inclusion of Brazil in the capitalist mode of production and how the big property landholding, theoretically regarded as an impediment to capitalist development and whose classical model belongs to England, is not questioned by the political establishment, however, is strengthened. From this perspective it was possible to explain how the development projects in Brazil, articulated from the state power, had the land issue as a crucial point and how these projects contribute to explain and to understand the social differences that exist in Brazil and the historical possibility of existence of cities as surveyed here. In this context, the creation of the cities Lucas do Rio Verde, Nova Mutum and Sorriso, in the 1980s, inserted into the developmental project dictatorially articulated by the military governments, which had the agrarian modernization is one as structural point, summarizes and illustrates clearly how the Brazilian historical process that has the land question as a reference and the subordination to hegemonic capitalist centers as a condition, happens in a exclusionary way on the social point of view and unequal on territorial point of view. This thesis also attempts to support an explanation and understanding of the social process that allowed these three cities strengthen themselves economically with referencing in the agribusiness, despite

political changes in the command of the state until today. It also seeks to explain which contradictions this dynamic creates and how these contradictions contribute to a possible qualification of the nature of development that is built in the cities researched.

Keywords: agribusiness, Agroindustrial Complex, development, social processes, used territory.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de tratores e potência em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1995 - 2006 .....	208
Quadro 2: Empresas de comercialização e aplicação de agrotóxicos: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso-1999 - 2003 .....	208
Quadro 3: Empresas constituídas e extintas: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1999 - 2002 .....	213

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de Sorriso – MT - 1975 - 1985.....	126
Tabela 2: Áreas desmatadas nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso-MT, até 2007 .....	134
Tabela 3: Cultura de arroz em casca produzida no Estado de MT e nos municípios de Diamantino e Nobres – 1980 – 1989.....	138
Tabela 4: Cultura de arroz em casca produzida no Estado de MT e nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso – 1987 - 1989.....	139
Tabela 5: Cultura de soja produzida no Estado de MT e nos municípios de Diamantino e Nobres – 1980 – 1989 .....	140
Tabela 6: Cultura de soja produzida no Estado de MT e nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso – 1987 - 1990 .....	140
Tabela 7: Estrutura fundiária e Índice de Gini dos Municípios de Lucas do R. Verde, Nova Mutum e Sorriso - MT - 1992 .....	149
Tabela 8: População de Mato Grosso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1991 .....	150
Tabela 9: Indicadores de concentração e divisão de renda nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso - 1991 .....	151
Tabela 10: População do Estado de Mato Grosso – 1960 - 1986* .....	182
Tabela 11: N° De Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas por Finalidades de Atividade e Produto em Mato Grosso – 1978 – 1985 .....	183
Tabela 12: Indicativos de produção do setor primário do Estado de Mato Grosso – 1978 – 1985 .....	184
Tabela 13: Divisão setorial do PIB do estado de Mato Grosso – 1980 - 1985.....	185
Tabela 14: Propriedade das Terras e Grupos de Área Total – 1980 - 1985 .....	186
Tabela 15: Grau de concentração fundiária 1980-1995/1996.....	186
Tabela 16: Produção agrícola do Mato Grosso do período de 1990 - 2002 .....	193
Tabela 17: Produção de algodão, arroz, milho e soja de Mato Grosso do período de 1990 - 2002 .....	194
Tabela 18: N° de Consumidores de energia elétrica segundo as classes: Residencial, Indústria, Comércio, Rural e Outros – MT no período de 1998 - 2002 .....	195
Tabela 19: Taxa de crescimento econômico do Mato Grosso em comparação ao crescimento brasileiro – 1994 - 2002 .....	197

Tabela 20: Índice de crescimento de estados brasileiros no ano de 2002.....	197
Tabela 21: Índice das atividades econômicas no contexto econômico do Mato Grosso 1995 - 2002 .....	198
Tabela 22: Relação entre estabelecimentos rurais e pessoal ocupado 1980 - 2006 .....	200
Tabela 23: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por micro-região MT- 1999 - 2002 .....	204
Tabela 24: Número de consumidores de energia elétrica nos seguimentos residencial, industrial, comercial, rural e outros: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1999 - 2003 .....	209
Tabela 25: Produção de arroz, milho e soja nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso: 1999 - 2002.....	210
Tabela 26: Efetivo animal dos municípios Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT – 1999 - 2002 .....	211
Tabela 27: Produção de abacaxi, feijão, mandioca e melancia dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT – 1999 - 2002.....	212
Tabela 28: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e PIB <i>per capita</i> de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso: 1999 - 2002 .....	214
Tabela 29: Indicadores de concentração e divisão de renda nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT – 2000 .....	214
Tabela 30: Distribuição nacional de recursos para atividades agropecuárias: 2001 -2010. 226	
Tabela 31: Mato Grosso: Participação do Valor Adicionado Bruto a Preço Básico, por Atividades Econômicas – 2002 - 2008 – em % .....	228
Tabela 32: Evolução das exportações por fator agregado-MT- 2000 - 2008.....	228
Tabela 33: Taxa de crescimento anual do PIB a preços básicos por atividade econômica do estado de Mato Grosso – 2003 - 2008 – em % .....	229
Tabela 34: Produto Interno Bruto do estado e das microrregiões de Mato Grosso, em R\$ 1.000,00, a preços de mercado corrente – 2002 - 2007.....	229
Tabela 35: Produção de soja nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 - 2010 .....	249
Tabela 36: Produção de milho em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 - 2010 .....	251
Tabela 37: Produção Pecuária dos Municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2004 - 2010 .....	252
Tabela 38: Lavoura Temporária (exceto milho e soja) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2004 - 2010 .....	253

Tabela 39: Lavoura Permanente dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso / 2004 - 2010 .....	254
Tabela 40: PIB e PIB <i>Per capita</i> dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 – 2009.....	255
Tabela 41: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2000 .....	256
Tabela 42: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2000 - 2009.....	256
Tabela 43: Imóveis cadastrados no INCRA dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2010.....	258
Tabela 44: Evolução do número de imóveis por estrato de área nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1992 - 2010.....	259
Tabela 45: Classificação de imóveis em conformidade com a área nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2010.....	262
Tabela 46: Condição legal do produtor e das terras nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1995/1996 - 2006.....	267
Tabela 47: Financiamentos públicos concedidos a produtores e cooperativas – Custeio, Investimento e Comercialização para os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 - 2010 .....	276
Tabela 48: Evolução Populacional de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1991 - 2010. ....	280
Tabela 49: Número de empresas existentes em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso: 2006 – 2009.....	286
Tabela 50: PIB – Valor Agregado Bruto a preços correntes dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 – 2009 (R\$ 1.000).....	288
Tabela 51: Admissões e desligamentos no emprego formal em Lucas do Rio Verde – 2007-2011 .....	292
Tabela 52: Admissões e desligamentos no emprego formal em Nova Mutum – 2007-2011 .....	292
Tabela 53: Admissões e desligamentos no emprego formal em Sorriso – 2007- 2011 .....	292
Tabela 54: Índice de pobreza e desigualdade social nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso no ano de 2003.....	295

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Área de Estudo.....	20
Figura 2: Evolução da divisão territorial do Mato Grosso – 1968 – 1984 - 1990.....	94
Figura 3: Mapa 1: Divisão Político-administrativo do Estado de Mato Grosso - 2010.....	95
Figura 4: Configuração atual da Amazônia Legal.....	111
Figura 5. Mapa 2: Município de Lucas do Rio Verde - MT .....	283
Figura 6. Mapa 3: Município de Nova Mutum - MT .....	284
Figura 7: Mapa 4: Município de Sorriso - MT .....	285

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
AGF	Aquisição do Governo Federal
APROSOJA-MT	Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRF	Brasil Foods S.A.
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI	Complexo Agroindustrial
CAIs	Complexos Agroindustriais
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
CIRA	Cooperativa Integral de Reforma Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERLUCAS	Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde
CPR	Cédula do Produtor Rural
CSA	Commodities System Approach
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDAM	Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNI	Fundação Nacional do Índio
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IFDM	Índice Firjam do Desenvolvimento Municipal
IMEA	Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário,
INM	Instituto Nacional do Mate
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	Juscelino Kubitscheck de Oliveira
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MI	Ministério da Integração
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT	Mato Grosso
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações não Governamentais
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PA	Pará
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAC	Projeto de Ação Conjunta
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PEA	Projeto Especial de Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração da Amazônia
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste
PT	Partido dos Trabalhadores
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
RS	Rio Grande do Sul
SAI	Sistema Agroindustrial
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPLAN-MT	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – Mato Grosso
SNCR	Sistema Nacional do Crédito Rural
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
USP	Universidade de São Paulo
VAB	Valor Agregado Bruto

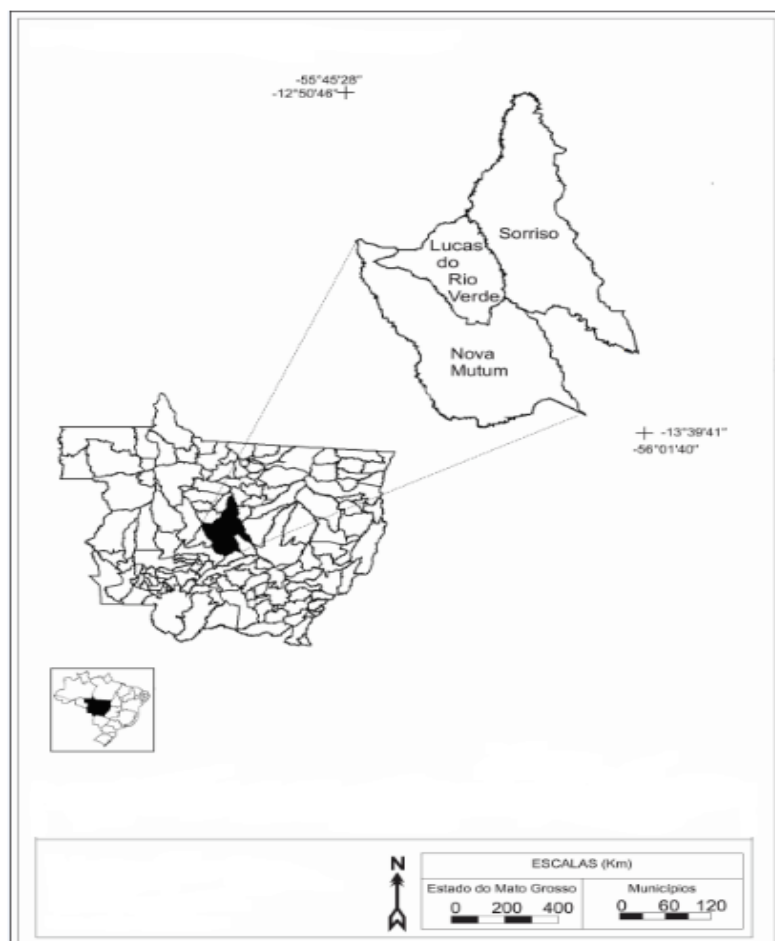
## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E DOS MUNICÍPIOS DE LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO .....	26
1.1 Primeiro Período: Delimitando Fronteiras .....	29
1.1.1 Brasil Colônia .....	29
1.1.2 Brasil Império .....	34
1.1.3 Brasil República .....	53
1.2 A era do desenvolvimentismo brasileiro .....	65
1.2.1 A inserção do Brasil na era do desenvolvimento econômico ocidental .....	65
1.2.2 Brasil sob a ditadura militar .....	74
1.2.3 No neo-liberalismo, o desenvolvimento se reconfigura.....	86
2 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA COMO ELEMENTO ESTRUTURAL PARA O SURGIMENTO DE LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO .....	96
2.1 O Estatuto da Terra como instrumento de viabilização do capital na Amazônia Legal	97
2.2 O processo de construção de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.....	117
2.3 A renda da Terra .....	141
3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO E A INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO .....	152
3.1 Antecedentes históricos e teóricos da modernização da agricultura no Brasil .....	153
3.2 A modernização agrária no Brasil.....	167
3.3 A modernização da agricultura no Mato Grosso .....	181
4 A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO AGRONEGÓCIO: AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES .....	219
4.1 A consolidação do agronegócio no contexto nacional e mato-grossense .....	219
4.2 A dinâmica do agronegócio em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso a partir de 2003 e a construção do desenvolvimento regional.....	230

4.3 Afirmações e negações do desenvolvimento baseado no agronegócio.....	245
4.4 A questão rural urbana e a divisão do trabalho no agronegócio .....	279
CONCLUSÃO.....	299
REFERÊNCIAS .....	311

## INTRODUÇÃO

A partir da constatação de que os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, localizados na região norte do estado de Mato Grosso entre os quilômetros 242 e 392 da Rodovia BR 163, ao norte da capital Cuiabá (figura 1), mantêm suas economias pautadas no agronegócio, mais especificamente no Complexo Agroindustrial da soja, e através dele vêm mantendo ao longo dos anos índices econômicos e sociais que os colocam como desenvolvidos, esta tese traçou como objetivo geral *Explicar e compreender como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso constroem os seus processos de desenvolvimento pautados no agronegócio tendo como referência suas relações sociais e como contradições se manifestam nesta dinâmica.*



**Figura 1: Localização da Área de Estudo**

Fonte: Base cartográfica IBGE / elaboração TALASKA (2012).

Tal proposição ganhou força mediante estudo preliminar que indicou que estes municípios se constituíram enquanto tais a partir de um projeto desenvolvimentista e de integração nacional, idealizado no interior da ditadura militar brasileira (1964-1985), que tinha como um dos eixos de atuação dinamizar economicamente a Amazônia Legal, na qual Mato Grosso faz parte, através de incentivos fiscais e financeiros visando atrair principalmente o capital industrial e financeiro para este projeto, assim como a transferência de milhares de famílias de outras regiões, notadamente da região sul, para povoar e explorar através da agricultura, e trabalhadores do nordeste para servirem de mão-de-obra em projetos infraestruturais, tais como rodovias, pontes, entre outros.

Ou seja, se verificou que, explicitando ocupar vazios populacionais, ampliar fronteiras agrícolas e promover a integração nacional, os governos militares de fato construíram um projeto de desenvolvimento nacional que tinha como elementos estruturantes tanto a consolidação da região sudeste como polo industrial quanto a região sul como produtora de determinados produtos agrícolas visando a exportação. E neste contexto, a região da Amazônia Legal aparecia funcionalmente como produtora de alimentos para o mercado interno, palco de exploração mineral por parte de grandes grupos econômicos, notadamente internacionais, e região de acolhimento de um grande contingente de agricultores que seria descartado do processo de modernização do campo engendrado principalmente na região sul.

Contudo, a Amazônia Legal era tida como longínqua, perigosa e economicamente questionável. Logo, ela tinha que tornar-se atrativa.

Nesse sentido, através de enormes concessões públicas se atraiu grupos internacionais e nacionais para explorar economicamente a região, seja em forma de grandes fazendas, mineradoras, madeireiras, ou então cooperativas de produção e colonização. Já para o agricultor excluído, ou em processo de exclusão de outras regiões, mediante propaganda oficial e particular, se ofereceu terras a baixíssimo preço e garantias de compra da sua produção, além de toda uma infraestrutura de apoio.

Simultaneamente, houve toda uma articulação de órgãos oficiais que, organizando projetos de assentamentos de sem-terras na região, trazia-os de áreas de conflitos existentes no restante do país, particularmente na região sul.

Em tal contexto, Lucas do Rio Verde, a partir de 1981, serviu de base para sem-terras do Rio Grande do Sul e pequenos agricultores cooperados do estado de São Paulo, enquanto Nova Mutum, em meados de 1978, e Sorriso, em 1977, foram projetados como objetos de colonização particular.

De forma tensa e insalubre e nem sempre economicamente viável, estes três lugares, que viriam e se constituir enquanto municípios no final da década de 1980, integraram-se num projeto maior que tinha na modernização da agricultura um de seus pilares. Projeto este que a despeito das crises econômicas e políticas do país teve continuidade mesmo com o fim da ditadura militar.

Neste processo, questões sociais em aberto na sociedade brasileira como um todo, tais como pobreza, desemprego e inacessibilidade à terra para se trabalhar, agudizaram-se, a despeito de um aumento na produção agropecuária.

Há que se dizer, contudo, que o projeto de modernização da agricultura brasileira, que tem como elemento definidor a integração de demais setores econômicos e de capitais e a inserção maciça de produtos e processos fundamentados em avanços técnicos-científicos-informacionais em sua dinâmica, explicita contradições que revelam que a mesma é seletiva do ponto de vista social e espacial, desigual enquanto forma e conteúdo e excludente seja espacial ou socialmente falando.

E é diante de tais ponderações que se colocou como problematização a ser trabalhada e respondida a seguinte questão: *A partir de suas relações sociais, quais as consequências da opção pelo agronegócio em larga escala na região delimitada pelos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, localizados no norte do estado de Mato Grosso e como contradições se explicitam neste processo?*

Esclarece-se aqui que a escolha destes três municípios teve por referência o fato de Sorriso ser atualmente o maior produtor de soja no Brasil e Lucas do Rio Verde e Nova Mutum também terem uma produção expressiva. Além disso, os três municípios compõem o arco geoescolar da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que tem como prerrogativa, através de seus profissionais e acadêmicos, entre os quais se inclui o autor deste trabalho, também o dever institucional de explicar e compreender os processos sociais de seu entorno, assim como contribuir para a melhora na qualidade de vida de sua população. Pode-se

dizer, também, que se pretende explicitar a lógica intrínseca passível de teorização do agronegócio desenvolvido nestes municípios.

Fica claro, entretanto, que não se desconhece que cada um destes três municípios possui características que lhes são próprias, o que mereceria estudos individualizados. Contudo este não é o objetivo imediato.

Com tais propósitos, se estabeleceu como ferramenta teórica norteadora o uso indissociável dos conceitos de processo social e de território usado, mesmo que não apareçam textualmente sempre juntos. Nesse sentido, processo social indica que “[...] indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas.” (MARX, ENGELS, 2001, p. 18). Tal dinâmica é histórica, carregada de conflitos, ou seja, um processo dialético.

Já o conceito de território usado indica que o mesmo é “[...] tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas.” (BERNARDES, ZERBINI, GOMES, *et al*, 2001, p. 01), ou seja, “[...] o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço habitado.” (SANTOS, 2005, p. 235).

O uso articulado destes conceitos tem a pretensão de indicar que se por um lado o objeto de estudo aqui relacionado é passível de ser explicado e compreendido num plano teórico geral, por outro lado confere com muita força o caráter concreto, empírico, dialético aos sujeitos envolvidos nesta dinâmica, contextualizados em tempos e espaços determinados.

Isto indica que o entendimento a respeito do agronegócio não se esgota em si mesmo. É interligado dialeticamente a um processo geral, que se autoalimenta. E nesse sentido, o conceito abstrato, geral, de modo de produção capitalista é referência decisiva para o presente estudo.

Com tais referências, desenvolvimento significa um movimento qualitativo, interno, contraditório, inerente a toda sociedade. É um movimento que indica tanto uma afirmação do modo de produção vigente quanto a explicitação de suas contradições. Indica, ainda, a possibilidade histórica de superação, num processo conflituoso, deste mesmo modo de produção.

A partir de tal base conceitual acredita-se que é possível esclarecer o uso de forma composta dos recursos metodológicos *explicar e compreender*. Ou seja, o que



se pretende é explicitar que o recurso à explicação é a pretensão de demonstrar a existência de regularidades no mundo social e histórico, baseado num relacionamento dialético entre sujeitos e estruturas num plano geral. Já em referência à compreensão, é o reconhecimento cabal da provisoriedade do conhecimento estabelecido, haja vista a subjetividade inerente à relação dada entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Nega-se aqui a indicação que o agronegócio possa ser estudado a partir de uma pura objetividade. Escolhas políticas, pessoais, profissionais, metodológicas e teóricas interferem no processo de conhecimento e nos resultados obtidos.

É coerente assim afirmar que esta é uma pesquisa qualitativa que a despeito de buscar os rigores científicos, reconhece o caráter processual contraditório da dinâmica histórica, além de reconhecer o papel do pesquisador. O objeto de estudo requer uma explicação, mas o mesmo é compreendido interpretativamente.

Isto não implica tornar a pesquisa algo de impossível verificação quanto a seus argumentos e conclusões e nem desconhecer o caráter social que tal tarefa implica. Para tanto, lançou-se mão dos seguintes recursos e técnicas de pesquisa: A bibliográfica, pesquisas em documentos oficiais, basicamente decretos, leis e decretos-leis, pesquisa em revistas e jornais, páginas eletrônicas, dados quantitativos oficiais e entrevistas não diretivas que, segundo Richardson e colaboradores (1989, p. 163), implica que “O entrevistado deve ter liberdade de falar, deve poder abordar o tema na forma que ele quiser. O entrevistador não deve fazer perguntas específicas [...]”.

Observa-se aqui que se propiciou o anonimato dos entrevistados ao indicá-lhes uma identificação cujas iniciais refletem situações e contextos e não nomes e sobrenomes dos mesmos.

Como resultado deste conjunto de escolhas teóricas, metodológicas e processos de pesquisa, sistematizou-se o presente trabalho com o seguinte título: ***Afirmações e contradições do agronegócio nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso - Região norte do estado de Mato Grosso***. E como recurso de redação, o mesmo é apresentado em quatro capítulos, fora a introdução e conclusão, que trazem como indicativo os seguintes títulos e objetivos: Capítulo 1 – ***A formação territorial do estado de Mato Grosso e dos Municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso***. Este capítulo busca delimitar quais

anteriores sócio-históricos, tanto em nível de Brasil quanto de conjuntura mundial, possibilitaram a construção de uma realidade historicamente concreta, específica, porém não única e nem isolada de uma dinâmica social maior, ou seja, a materialização de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso; Capítulo 2 – ***O processo de mercantilização da terra como elemento estrutural para o surgimento de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.*** Este capítulo busca explicar e compreender como a Amazônia Legal com seu imenso estoque de terras é inserida pelos militares ao projeto de modernização do país. Como estratégia de redação, optou-se por delimitar a análise a um período que vai do início da ditadura militar até o final do governo Sarney, início da década de 1990, que muito embora seja um presidente civil, ainda trazia na bagagem toda uma herança do período militar. Além disso, é a partir de meados dos anos de 1980 que Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso institucionalizam-se enquanto municípios, ainda comprometidos com o regime que se findara; Capítulo 3 – ***A modernização da agricultura no estado de Mato Grosso e a inserção do agronegócio em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.*** Num recorte temporal que abrange do período militar até o início do século XXI, se busca demonstrar neste capítulo como referenciais teóricos e históricos possibilitaram a construção do agronegócio no Brasil, como se dá esta dinâmica e como a mesma se apresenta no estado de Mato Grosso, de uma forma geral, e como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso se inserem neste processo; Capítulo 4 – ***A construção do desenvolvimento regional a partir do agronegócio: Afirmações e contradições.*** Este capítulo procura explicar e compreender como o agronegócio dinamizado em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, no período compreendido entre os anos de 2003 até a atualidade, agora consolidado, participa da construção social destes lugares e se tal construção é promotora de desenvolvimento e em que base tal processo se dá e que contradições o mesmo explicita.

Ou seja, o que este trabalho procura é realizar um estudo, ciente da provisoriamente de seus resultados, sobre a dinâmica do agronegócio de forma geral e como o mesmo interfere em realidades concretas, determinadas historicamente a partir de relações sociais historicamente determinadas.

## **1 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO E DOS MUNICÍPIOS DE LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO**

Com a perspectiva de subsidiar uma explicação e compreensão do processo histórico que possibilitou a formação territorial do estado de Mato Grosso, que por sua vez abriga os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, vinculados contemporaneamente ao agronegócio, acredita-se que seja necessário refazer toda uma trajetória que revele os contextos em que tais materialidades se fizeram possíveis.

Nesse sentido, tendo como referência de análise a perspectiva processual da história, logo contraditória, e o conceito de território usado, que se fundamenta na prática humana em contextos concretos como princípio de formação de território, este capítulo, que só se justifica no conjunto de toda a tese, busca delimitar quais antecedentes sócio-históricos, tanto em nível de Brasil quanto de conjuntura mundial, possibilitaram a construção de uma realidade historicamente concreta, específica, porém não única e nem isolada de uma dinâmica social maior.

Para tanto, tendo como indicativo a retomada de tais conteúdos em outros contextos deste estudo, como dinâmica da redação há um retorno ao período colonial brasileiro até nossos dias, tendo como elemento estruturante a vinculação do Brasil num processo maior de acumulação de capital, num primeiro momento, e, depois, do modo de produção capitalista propriamente dito.

Acredita-se assim que neste percurso se explicita como se fez possível a construção territorial de um país e, por conseguinte, do estado de Mato Grosso, de forma desigual, excludente e subordinados ao capital internacional.

Busca-se assim, através de tais referenciais, compreender e explicar historicamente como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, municípios situados ao longo da Rodovia Federal BR 163, que liga a capital Cuiabá (MT) a Santarém (PA), entre os quilômetros 242 e 392, ao norte da capital do Estado de Mato Grosso, inseridos no contexto da Amazônia Legal, integrantes da microrregião geográfica do Alto Teles Pires, fazem parte hoje de uma

[...] das maiores regiões agrícolas do País, sendo a principal produtora de soja e também grande produtora de milho, arroz e algodão. [...] Situada no

coração da agroindústria de grãos [...] esta área se destaca [também] pelo volume da produção, alta produtividade, e modernização da pecuária [...]. (BRASIL, Casa Civil, 2006, p. 66-68).

Tais municípios têm ainda como ponto em comum o fato de terem sido criados num mesmo período e mesmo contexto histórico-político.

Ou seja, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, cujas origens datam o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, muito embora como municípios tenham como marco temporal meados dos anos de 1980, têm suas histórias marcadas originalmente por uma ditadura militar que se utilizou da colonização induzida pelo Estado e da migração como estratégia para promover povoamentos e projetos desenvolvimentistas na Amazônia Legal. Nesta perspectiva, tais municípios, inseridos nos mesmo contexto político, econômico, social, têm em comum suas histórias marcadas pela atividade agropecuária.

É a partir desta história em comum que estes municípios permitem que seus processos de desenvolvimento sejam interpelados principalmente no que diz respeito à socialização da riqueza gerada neste contexto, bem como às contradições inerentes a tal dinâmica, que ainda se encontra em construção.

Para tanto, considera-se pertinente utilizar como referência inicial, o conceito de *território usado*, que indica que o mesmo é “[...] tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (BERNARDES, ZERBINI, GOMES, *et al.*, 2001, p. 01). Tal conceito, trabalhado e lapidado de forma original por Milton Santos, pressupõe como premissa básica que “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social, [ou seja], o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço habitado.” (SANTOS, 2005, p. 235). E nesta perspectiva, ainda conforme Santos (2005, p. 257), é possível afirmar que o território se constrói de forma contraditória, tensa, ou seja, “[...] já que usado, o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética.”.

Em outras palavras, a força de tal instrumental teórico e metodológico reside no fato de que ao se trabalhar a partir da perspectiva de “território usado” se terá como pressuposto que o mesmo trata

[...] do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força, o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as

dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. (BERNARDES, *et al.*, 2001, p. 02).

Com este entendimento, fica clara a relevância de se explicitar historicamente o uso desse território, o que indica que muito embora os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso tenham adquirido este *status* a partir de meados da década de 1980, se faz necessário recuar no tempo a fim de se explicar e fazer compreender o complexo processo de formação de tais localidades, que, por sua vez, está inserido no próprio processo de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que se vincula a uma realidade e dinâmica nacional e internacional. Em outras palavras, o que se busca é explicitar que tal realidade estudada está inserida num todo complexo, “onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes [e que há um convite para se pensar] processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo.” (BERNARDES, *et al.*, 2001, p. 02). O território é visto assim dialeticamente, numa unidade e diversidade, onde fica claro uma hierarquia construída através da divisão social do trabalho entre os territórios (SANTOS). Logo, o território pode ser apreendido através da síntese das histórias de seus usos.

Assim, seguindo ainda a orientação metodológica de Santos (2010), para se (re) construir a historicidade do território que possibilita a criação dos municípios de Lucas do Rio Verde (1988), Nova Mutum (1988) e Sorriso (1986), é possível demarcar três grandes períodos. Um primeiro momento que vai do século XVI, início do vínculo da colônia Brasil com a metrópole Portugal, até a 2ª. Guerra Mundial, em 1945. Tal período retrata um Brasil policêntrico, porém anterior a unificação do território e do mercado. Tal período demarca ainda o apogeu e declínio do escravismo no Brasil, bem como a consolidação do poder oligárquico que vai marcar decisivamente a questão agrária nacional.

Já num segundo período, o que se vê é a fase que mostra o processo de industrialização nacional, baseado principalmente no Estado de São Paulo, moldado por uma “teoria do desenvolvimento e uma vontade de emancipação nacional que iriam desembocar num processo de unificação do Brasil, unificação para dentro” (SANTOS, 2005, p. 267). Considera-se que tal período perdure até, mais ou menos, a década de 1980.

Finalmente num terceiro momento, o motor deixa de ser a indústria e passa a ser a crescente articulação da ciência, informação e da tecnologia, caracterizada também como globalização. Período em que se apresenta uma crescente integração de mercados e a presença de um maior conteúdo técnico-científico e informacional nos usos do território.

Nessa perspectiva, nunca é demais lembrar que uma vez que o espaço se apresenta como um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório, de sistemas e objetos e de ações, significará que “o território é sensível, nervoso e objeto de numerosas mudanças de conteúdo.” (SANTOS, 2010, p. 302).

## **1.1 Primeiro Período: Delimitando Fronteiras**

### **1.1.1 Brasil Colônia**

A partir de uma lógica colonial que tinha já no século XV Portugal e Espanha como seus maiores representantes, lógica esta embasada num poderio marítimo, que definia que as terras “descobertas” por reinos mais poderosos passassem a ser colônias de exploração e também de degredo de indesejados, o Brasil se torna possessão do reino de Portugal.

Neste sentido, conforme comenta Silveira (2007, p. 56):

A conquista, a ocupação do território colonial do Brasil, a partir do século XVI, significaram a instituição de novos usos sociais do território, e a configuração de novas formas espaciais que, pela sua particularidade e funcionalidade, acabaram se sobrepondo, se impondo, ao meio natural e as sociedades preexistentes.

Há que se dizer, entretanto, que nos primeiros trinta anos de formação portuguesa não houve elementos materiais e normativos que de fato tornassem o Brasil uma Colônia, e foi só a partir de 1530 que Portugal criou núcleos fixos de povoamento, colocando em prática uma colonização regular. E é em 1532 que se fundam as primeiras vilas, a exemplo de São Vicente. Contudo, dado a dificuldade em se administrar uma região tão grande e distante, além de ser objeto de cobiça dos franceses, como uma solução emergencial, foi implantado um sistema administrativo baseado em capitanias hereditárias. (LOPEZ, 1984).

Dividindo o Brasil em 15 lotes de tamanho desigual, sem, contudo, outorgar a propriedade da terra ao donatário, as capitanias criadas pelo rei D. João III, através

de uma Carta de Doação e o Foral, concediam à administração da capitania, “[...] o exercício da Justiça, a participação nos impostos arrecadados e as prerrogativas de conceder sesmarias, escravizar indígenas e fundar vilas.” (LOPEZ, 1984, p. 29). Entretanto, o donatário não podia vender a capitania, nem trocá-la ou reparti-la, muito embora pudesse deixar o usufruto da mesma como herança.

Neste contexto, as terras que passaram a ser conhecidas por Mato Grosso, por força do Tratado de Tordesilhas (1494) que dividia o mundo não reconhecido como civilizado em duas partes sob o domínio de Portugal e Espanha, pertenciam ao reino espanhol, haja vista que essas terras ficavam a oeste da linha demarcatória que delimitava o Brasil, ou seja, ao norte como ponto extremo tinha Belém (PA) e ao sul Laguna (SC).

Isto implica em dizer que Mato Grosso se insere numa disputa que tem como pano de fundo toda uma travessia, um período de transição da idade média para a modernidade, de crise da ordem feudal e de emergência de relações de produção capitalista. Ou seja, o expansionismo mercantilista desse período, conforme Silveira (2007, p. 56),

[...] foi um componente central do processo de acumulação primitiva, implicando a produção de uma espacialidade própria, sendo que a articulação dos interesses da monarquia absoluta com os da burguesia mercantil resultou no aumento de expedições marítimas e na promoção de guerras que visavam a conquista territorial e ao controle monopolista de mercados, rotas e produtos.

Nesta dinâmica, numa interação dialética entre realidades que se constroem com feições próprias tanto em alguns países da Europa quanto na América, conforme salienta Marx (1975, p. 871), o sistema colonial se transformou em poderosa alavanca de concentração de capital, na medida em que “[...] as riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluem para a metrópole onde se transformam em capital.”.

Em tal contexto, porém desrespeitando o tratado de Tordesilhas, bandeirantes paulistas passaram a realizar incursões por Mato Grosso visando a captura de índios nativos da região a fim de torná-los mão de obra escrava, tanto de roças menores quanto para grandes plantações de cana-de-açúcar. E, não obstante a isto, essas terras também despertavam a atenção dos bandeirantes em razão da possibilidade de existência de metais preciosos. E, neste processo, essas bandeiras acabaram por contribuir tanto para provocar desorganizações nas sociedades

indígenas nativas quanto para inserir um novo estilo de povoamento, baseado no modelo europeu. (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Contudo, com a chamada União Ibérica, que coloca Portugal e Espanha sob o mesmo reinado espanhol, no período que vai de 1580 a 1640, a América do Sul tem suas delimitações de fronteiras anuladas, o que concorre para uma maior integração, exploração e, de certa forma, uma base para uma reorganização social das terras a oeste da Capitania de São Paulo. E quando esta união se desfaz, as questões relativas às fronteiras entre Portugal e Espanha voltam a fazer parte de controvérsias entre os dois reinos. Contudo Portugal, se fundamentando no princípio romano "*UTI POSSIDETIS*" (Como possuis, assim continueis possuindo), e embasando-se ainda numa intensificação do processo de interiorização no sentido Leste-Oeste, acabou por forçar um novo tratado de fronteiras. Criando uma situação política, Portugal cria, em 1748, a Capitania de Mato Grosso, dois anos antes da assinatura do Tratado de Madrid, abarcando além do espaço hoje compreendido como Mato Grosso, também a maior parte do atual estado de Rondônia e de toda a porção territorial do atual estado de Mato Grosso do Sul, cuja área totalizava 1.477.041 Km<sup>2</sup>. São criadas ainda, neste mesmo processo, a Capitania de Goiás e das Minas Gerais, sendo que as mesmas se constituem a partir de um desmembramento da Capitania de São Paulo. (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Assim, Mato Grosso incorpora-se pelo uso ao reino de Portugal a partir de três perspectivas: Ampliação e defesa de fronteiras ante o reino espanhol; fonte abastecedora de mão de obra escrava indígena, que não obstante tenha sido abolida pelas leis pombalinas no período entre 1755 e 1758, continuaria sendo usual no decorrer de todo o século XIX (GORENDER, 1980); e exploração de riquezas minerais, principalmente ouro, encontrado no ano de 1719, que propiciou inclusive a fundação do Arraial de Cuiabá.

Tal movimento português contribuiu para que em 1750 fosse assinado o Tratado de Madrid, que retificava os termos do Tratado de Tordesilhas e reconfigurava o oeste brasileiro e, por extensão, tornava de fato e de direito o Mato Grosso em espaço pertencente à Colônia Brasil.

Pode-se dizer assim que a institucionalização do espaço conhecido como Mato Grosso agrega três movimentos que se articulam entre si: Um primeiro,



inserido num processo de exploração por parte das metrópoles Portugal e Espanha que, numa prática predatória, absorvia as riquezas das colônias, mas que numa política de preservação desta lógica, estabelecia juridicamente, com o apoio da Igreja Católica, o que cabia a um e ao outro. Assim, os tratados territoriais, entre os quais o de Tordesilhas e o de Madrid, regulavam os limites das posses.

Um segundo movimento explicita que nesta dinâmica os habitantes da Capitania de São Paulo, marginalizados por Portugal, constroem uma alternativa econômica e social fundamentada tanto no apresamento e escravidão de índios para servirem de mão de obra, quanto na exploração de minérios.

E um terceiro elemento que se mostra neste processo é aquele que indica a desarticulação e reorganização de vários povos indígenas que habitavam Mato Grosso, provocando uma reconfiguração sócio-territorial com a entrada de não índios que traziam um novo modelo de organização social, principalmente se considerar que ainda no século XVIII se descobriu ouro, o que intensificou o contato entre índios e não índios.

Porém, não obstante a descoberta de ouro, principalmente em Cuiabá e redondezas, o que se assiste são períodos de extrema miséria social, pois, dado ao fato de homens livres pobres, negros e índios escravizados poderem minerar, embora tal prática fosse efetivada de forma rudimentar, a exploração existente no tocante a manutenção da vida era muito grande. Além disso, o período de mineração no Mato Grosso foi curto, não proporcionando uma maior evolução e desenvolvimento da vida urbana. (HIGA, 2005). Assim, muito embora a busca de riquezas minerais continuasse por todo o século XVIII no Mato Grosso, as alternativas econômicas se davam através da criação de gado e lavoura de subsistência. Por volta de 1727, contando Cuiabá com mais ou menos 3.000 habitantes, o lugar encontrava-se em plena decadência; o ouro escasseava, os impostos reais eram altos, o mercado abastecedor de gêneros alimentícios além de precário era oneroso, além disso, epidemias e endemias assolavam o lugar constantemente, além de haver constantes choques com os indígenas. (FERREIRA, 2001).

Além destes elementos, e para contribuir ainda mais com o êxodo que atingia Cuiabá, em 1748 foi encontrado diamante mais ao norte, na região de Alto Paraguai Diamantino. E em 1752, dado a preocupação com a manutenção da fronteira frente

a terras espanholas, se funda Vila Bela da Santíssima Trindade, a oeste de Cuiabá, como capital da Capitania de Mato Grosso, o que, dado aos incentivos oferecidos pela Coroa Portuguesa, atraía também uma parte da população para a fronteira.

Neste compasso, por volta de 1804, contando com mais ou menos 30.000 pessoas, faltando povo e recursos financeiros para manter a política de conquistas, a Coroa Portuguesa acaba por destinar a Mato Grosso parte dos quintos devidos ao Rei, produzidos por Goiás. Além disso, sempre na iminência da guerra, sem força bélica regular, o governo da capitania recorria constantemente à convocação do povo, provocando tanto baixas em contingente humano quanto em material militar. Provocava ainda um esvaziamento das fazendas, fragilizando-as tanto naquilo que diz respeito a produção, quanto no que se refere a defesa frente aos ataques indígenas. (FERREIRA, 2001).

Fato de extrema importância no período é a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 que, pressionada por Napoleão e também sem poder abrir mão do apoio que tinha da coroa britânica, converte a colônia em sede da monarquia portuguesa, pondo fim ao pacto colonial que determinava um exclusivo comércio marítimo entre colônia e metrópole, abrindo os portos ao comércio internacional, principalmente facilitando a entrada de manufaturas inglesas. Ou seja, a partir daí, praticamente se encerra uma dependência para com Portugal, ingressando o Brasil na esfera de domínio da Inglaterra. Na prática significa que o Brasil “[...] saiu da órbita do colonialismo mercantilista para ingressar na dependência do capitalismo industrial [sendo que nesta relação] O Brasil não exportava produtos em quantidade suficiente para pagar o que importava da Inglaterra.” (KOSHIBA, PEREIRA, 1993, p. 134-136). E assim, alterando o nível de dependência e de centro de exploração, de Portugal para a Inglaterra, o Brasil acaba por romper de vez os laços de dependência política com Portugal em 1822 proclamando sua independência.

O Mato Grosso, por sua vez, se por um lado não tem o seu cotidiano intensamente marcado no início desse processo, por outro lado está mais uma vez no centro de uma disputa por fronteiras, pela região do Prata, que interessava a Inglaterra, culminando em momento posterior na Guerra do Paraguai. No entanto, acompanhando politicamente em escala menor o que ocorria no restante do Brasil, o que se vê é a elite cuiabana tomando o poder político e transferindo o centro de decisões para Cuiabá, reconhecida como capital de Mato Grosso em 1823 por D.

Pedro I. Ainda neste ano, de forma tardia, se tomou conhecimento no Mato Grosso, que o Brasil já não era mais Colônia de Portugal.

Assim, embora distante do centro de decisões do agora Brasil Império, porém reproduzindo as relações sociais existentes fundamentadas na escravidão, Mato Grosso torna-se Província contando com três municípios, Villa do Bom Senhor Jesus de Cuiabá, Villa Bela da Santíssima Trindade, Villa de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguay Diamantino, contando com uma população distribuída irregularmente, sendo que a maioria se constituía de brancos pobres, índios e negros. (FERREIRA, 2001).

### **1.1.2 Brasil Império**

Há que se notar que se por um lado a independência do Brasil no plano externo contou com apoio importante da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, no plano interno a mesma teve o apoio e correspondeu às aspirações da aristocracia brasileira, principalmente os grandes proprietários rurais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que se interessavam, sobretudo, em manter um *status quo* baseado numa sociedade agrária fundamentada na grande propriedade, patriarcal e escravista. Ou seja, nesta conjunção de interesses, tanto de caráter interno quanto externo, se garantiu que nenhuma alteração social ocorresse, sendo que “A enorme população de escravos e de homens livres não-proprietários, dispersa pelo Brasil e distante dos principais centros, permaneceu absolutamente indiferente às transformações do quadro político.” (KOSHIBA, PEREIRA, 1993, p.164).

Contudo, dois elementos concorrem para que tal estrutura sofra uma readequação: No plano econômico, fato de destaque no período, com o início mais ou menos na década de 1840, se assiste a introdução da cultura do café, desbancando o açúcar como principal produto de exportação, fazendo com que os senhores de engenho compartilhassem e até mesmo fossem superados no poder político pelos barões do café do vale do Paraíba. Paralelo a isto, no plano internacional, a Inglaterra consolidando uma hegemonia econômica, política e militar, respaldada pela Revolução Industrial, forçava o fim da escravidão negra, haja

vista que a mesma contribuía para obstruir a ampliação de novos mercados, além de tal prática ser considerada essencialmente contrária aos princípios da nova sociedade que surgia, fundamentada em homens livres. (ALENCAR, CAPRI, RIBEIRO, 1985).

Cria-se uma situação aparentemente de impasse: Dependentes de mão de obra escrava, os grandes proprietários brasileiros em resistência a política abolicionista inglesa passam a praticar o contrabando internacional de escravos, além de intensificarem o comércio negreiro interprovincial, o que encarece sobremaneira esta mão de obra, além dos riscos legais advindos de tal prática. Porém, tais práticas além de não garantirem o provimento de mão de obra nas lavouras de forma efetiva e duradoura, ainda levaram muitos produtores à falência. Por outro lado, o mercado de café se expandia e se valorizava com a entrada dos Estados Unidos como importante comprador, o que demandava mais terras para plantar e, conseqüentemente, mais mão de obra nas lavouras cafeeiras. (ALENCAR, CAPRI, RIBEIRO, 1985).

Nesse sentido, a partir de uma situação de escassez de mão de obra e necessidade de terras para plantar, não obstante disputas internas entre os donos do poder, se materializam no cenário brasileiro dois elementos de fundamental importância para a manutenção da estrutura social desigual que vigorava: A primeira é a consolidação da política de atração de imigrantes pobres, porém livres, para trabalharem na lavoura mediante promessas de obterem terras, e a segunda é a promulgação da Lei nº. 601 em 18 de setembro de 1850 por D. Pedro II, a chamada Lei de Terras.

Esta Lei, provocada e forçada pela aristocracia rural, além de trazer novidades importantes, servia de anteparo e prevenção a uma Lei de grande impacto, que era a de nº. 531 de 04 de setembro de 1850, que estabelecia que

Art. 1. As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida por Lei de 7 de novembro de 1831, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos. [...] Art. 4º. A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais [...] (BRASIL, 1850, p. 01).

Tal lei, também conhecida por Eusébio de Queirós, marca estruturalmente os rumos da história brasileira, pois impõe e institucionaliza que a escravidão de

africanos para o Brasil está com os dias contados. Logo, a base produtiva dos senhores de engenho e dos cafezais precisava ser repensada.

Assim, no conjunto, tanto a lei 531/1850 quanto a de nº. 601/1850 sinalizavam a perspectiva de novos tempos. Senão vejamos:

Na chamada Lei de Terras, logo no Artigo 1º, há a imposição de que

Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente. (BRASIL, 1850, p. 01).

Num primeiro momento, pontua-se que a terra é para quem pode pagar, ou seja, se em momentos anteriores a propriedade era um elemento de distinção social, fruto de conquista de prestígio, agora a mesma possui preço, demarcando um novo fundamento da reprodução das relações sociais no Brasil, haja vista que esta transformação “[...] está na gênese da sociedade moderna, em consonância com a transição de relações de produção não capitalistas para o assalariamento e a reprodução ampliada do capital.” (SUZUKI, 2006, p. 213).

Outro ponto não menos importante como fator que influencia sobremaneira a realidade no campo, logo em quase todo o Brasil, é o que define no artigo 3º. o que são terras devolutas. Ou seja, “[...] 1. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo [...] 3. As que não se acharem dadas por sesmarias [...] 4. As que não se acharem ocupadas por posses [...]” (BRASIL, 1850, p. 01). Tais dispositivos são decisivos para impor o marco jurídico no tocante a propriedade da terra no Brasil, e se reforçam ainda mais quando adicionados aos do Art. 12 que estabelece que

O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias.-,1. para a colonização dos indígenas; 2., para a fundação das povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; 3., para a construção naval. (BRASIL, 1850, p. 03)

Compreende-se assim que esta Lei é um divisor de águas, pois se estabelece que embora apareça num primeiro instante ao alcance de todos, só é acessível para alguns, haja vista que numa realidade como a brasileira, bem poucos possuem dinheiro para, além de adquirir terras, arcar com toda a burocracia imposta para legitimá-las. O segundo ponto a destacar é que, a propriedade deixa de ser um instrumento que marca a relação entre o Imperador e seu apaniguado e passa também a ter um estatuto de bem do Estado na medida em que o mesmo tem a

prerrogativa de definir o que é terra devoluta, o que em tese define-a como instrumento de política pública.

No entanto, o que não se pode esquecer é que tais instrumentos legais serviam antes de tudo para a manutenção do *status quo*, pois mantinham privilégios já consolidados assim como garantia privilégios futuros à aristocracia rural. Isto implica em dizer que, se por um lado a distribuição de terras em forma de sesmarias tenha entrado em desuso às vésperas da Independência em 1822, o recurso do apossamento, amparado pela Resolução Régia de 20 de julho de 1822, tornou-se mecanismo usado abundantemente pelos já detentores de terras que precisavam e queriam mais terras para suas extensas lavouras, que exploravam uma lacuna legal, haja vista que entre 1822 e 1850 há um vácuo no que tange ao uso da terra, não obstante ter havido uma grande ampliação da área territorial economicamente explorada.

A Lei de Terras mostra ainda a que serve quando, de certa forma, recompõe uma lacuna que se apresentou no ato da promulgação da Lei Eusébio de Queirós na medida em que procura resolver a questão da mão de obra quando transforma em causa pública a obrigação de garantir a produção das grandes lavouras, representadas majoritariamente por cafezais. Ou seja, no Artigo 18 desta lei se estabelece que,

O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem. (BRASIL, 1850, p. 02).

Procura-se resolver, dessa forma, duas questões estruturantes da vida nacional: a questão da terra e a questão da mão de obra.

Contudo, litígios apareceram na execução de tais leis. No tocante a terra, em 1854, em mais uma manobra política dos grandes proprietários de terras, publicou-se regulamento que estabelecia em seu Artigo 22 que,

Todo o possuidor de terras, que tiver título legítimo da aquisição de seu domínio, quer as terras que fizerem parte dele, tenham originalmente adquiridas por posses de seu antecessores, quer por concessão de sesmarias, nem cultivadas, *se acha garantido em seu domínio, qualquer que for a sua extensão*, (grifo nosso) por virtude do disposto do § 2., do art. 3. Da Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, que exclui do domínio público

e considera como não devolutas todas as terras, que se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo. (BRASIL, 1854, p. 04).

Assim, o que se observa é que, no bojo de tal processo que marca o fim da escravidão, a propriedade que se objetivava na figura do escravo, cede lugar à terra que passa a se consolidar como objeto de compra e venda, o que implica em dizer que só terá acesso a mesma quem puder pagar, ou seja, apenas uma pequena parcela da sociedade. Contudo, há que se dizer, ainda, que tal transição não transforma de imediato a sociedade brasileira, segundo o modelo clássico, em capitalista, muito embora a mesma já estivesse inserida, a partir do circuito comercial, e sofresse influências de tal modo de produção.

Tal afirmativa baseia-se, sobretudo, nos estudos de Marx (1975) quando o mesmo afirma, categoricamente, que a partir do modelo clássico, o Inglês, numa sociedade regida pela produção capitalista,

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhados em aumentar a soma de valores que possui, e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho [...] Estabelecidos esses dois polos de mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. (MARX, 1975, p. 829-830).

A partir dessa premissa, observa-se que no Brasil, apesar da liberação da mão-de-obra escrava e a concentração de terras nas mãos de poucos, não se pode dizer que tal estrutura já se faça presente. Isto porque algumas questões históricas, próprias da sociedade brasileira, marcarão sobremaneira a dinâmica social e delimitarão a forma como a mesma passará para a modernidade.

É preciso explicitar que, num primeiro momento, a mão de obra escrava em seu processo de extinção não fora transformada, em sua maioria, em proletária, ou seja, mão de obra assalariada.

Por outro lado, há a inserção de um sujeito externo a essa realidade que é o imigrante, que muito embora fosse livre, ao inserir-se na sociedade brasileira, o fez em regime de colonato e não propriamente como trabalhador assalariado.

Martins (2010) explicita esse processo explicando que,

A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação. Isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter. (MARTINS, 2010, p. 31).

Assim, o que ocorre é que as relações de produção, fundamentadas no trabalho escravo, ao terem suas bases redefinidas com o trabalho livre, subordinam-se, primeiramente, a partir das regras do comércio internacional que regulava a produção do café, principal item exportador.

Por isso mesmo, a transformação das relações de produção tem menos a ver, num primeiro momento, com modificações no processo de trabalho da fazenda de café e mais a ver com modificações na dinâmica de abastecimento da força de trabalho de que o café necessitava. (MARTINS, 2010, p. 32).

O *locus* principal de absorção de mão de obra nacional, no período em questão, ou seja, as fazendas de café, ao invés de absorver como mão de obra o ex-escravo, o fez através do imigrante, sendo que “[...] o resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, a troca de um trabalhador por outro. O capital se emancipou, e não o homem.” (MARTINS, 2010, p. 35).

E junto com o imigrante inseria-se uma nova modalidade de trabalho, o colonato, que se caracterizava a partir da combinação de três elementos: O primeiro deles é o trabalho familiar. Dava-se preferência para o trabalhador que se estabelecesse na fazenda com toda a sua família e que a mesma tivesse papel ativo nas lidas com o café.

A segunda questão que se assinala é que este mesmo imigrante empobrecido tinha vindo para o Brasil movido pela promessa de facilidades no tocante ao acesso a terra. No entanto, ao chegar, este trabalhador descobria-se inserido num perverso mecanismo que o tornava devedor do fazendeiro, que além de cobrar por seus deslocamentos também fazia adiantamentos de mantimentos e outras provisões, fazendo com que estivesse geralmente com saldo devedor para com o patrão. Tais dívidas iam sendo amortizadas, mas nunca totalmente pagas, exigindo ainda o trabalho de toda a família.

O terceiro elemento desta questão é que, nesta engrenagem perversa, era destinado a essa família licença para que a mesma cultivasse uma roça, geralmente junto à plantação de café. Tal mecanismo era visto como a condição necessária para que esta família pudesse sobreviver. Assim, o trabalho para o patrão e a própria roça estabelecida em terras que não eram suas, criavam um vínculo difícil de quebrar. O tempo dos dois trabalhos se embaralhava, tornando o assalariamento



muito mais uma questão idealizada do que instrumento efetivo de sobrevivência do trabalhador. E não obstante a isto, o preço da terra a esses colonos, via de regra, era proibitivo, o que favorecia que os imigrantes permanecessem por muitos anos vinculados ao grande proprietário de terra.

Tal arranjo, com desdobramentos sociais, econômicos e culturais, construído deliberadamente pelos detentores do poder político e econômico, principalmente os grandes proprietários de terras cafeicultores, garantia que antes da conquista da terra, o colono e sua família tinham que servir de mão de obra superexplorada na grande lavoura. Assim, “Combinavam-se de novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, aparentemente invertidos, os elementos de sustentação da economia de tipo colonial. A renda até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada.” (MARTINS, 2010, p. 47). E nesse processo que garante a sujeição do trabalho ao capital, a propriedade da terra se transforma no principal elemento para se extorquir trabalho.

Entretanto, o que deve ficar claro é que, no momento histórico brasileiro que marca o esgotamento da escravidão e a inserção em massa do trabalho livre, porém acoplado a um sistema de trabalho familiar, cujo salário tinha muito mais presença simbólica que em espécie, já havia no Brasil uma produção suficiente para garantir a entrada do país no circuito capitalista. Contudo, esta inserção se faz através do viés mercantil.

Tal constatação se faz necessária a fim de garantir que não haja um entendimento mecânico e até mesmo forçado a respeito da maneira como o Brasil se insere no modo de produção capitalista. Para tal objetivo, é preciso primeiro resgatar algumas posições de Marx que balizam seus estudos e fundamentam todo o arcabouço teórico sobre a era do capital. Isto implica em dizer que,

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. [Assim] Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa associação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. [...] Só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção. (MARX, 1975, p. 830, 865).

Mediante tais considerações, a princípio pode parecer que há uma inconsistência teórica sobre a realidade brasileira, haja vista que as coisas se construíram de outra forma. No entanto, algumas observações devem ser feitas. Senão vejamos: Por mais de três séculos, as relações de produção no Brasil definiram-se em seus polos por escravos, tanto índios quanto negros, e senhores que tinham por característica principal o benefício e usufruto, e num segundo momento a propriedade de grandes extensões de terra. Neste contexto, grandes plantações, se destacando a princípio de cana-de-açúcar, e depois de café, tinham como referência o mercado externo.

A partir de meados do século XIX, inicia-se no país um processo que culmina no ano de 1888 com a chamada Lei Áurea, que libera os negros, grande parcela da sociedade, da sujeição escrava. Neste contexto, há três movimentos que se inter-relacionam. O primeiro é o que afirma que não há a expropriação de grande maioria da população, mas sim o contrário, haja vista que este segmento recebe o estatuto da liberdade. Processo esse tenso, doloroso, mas que é controlado pelos detentores das terras e do poder político.

O segundo movimento é o que mostra que esses sujeitos, agora livres, em sua grande maioria, não são absorvidos enquanto assalariados, porém sofrem uma rejeição social estigmatizadora que os lançam na marginalidade e na indigência. Por outro lado lhes são negados os acessos para poderem ter a sua própria terra. Ou seja, temos pobres, em grande número, porém sem o acesso aos meios produtivos e sem acesso ao mercado de trabalho enquanto assalariados.

O terceiro ponto não menos importante é aquele que aponta que para dar conta do processo produtivo inseriu-se na realidade brasileira a figura do imigrante que, embora livre e desprovido dos meios de produção, em sua maioria não era assalariado. Proporcionava riqueza ao patrão a expensas de seu trabalho e de sua família, porém não proporcionava um incremento de compra e venda de mercadoria. Assim, temos pobres em sua grande maioria, porém, desprovidos dos meios de produção e sem acesso ao mercado de trabalho assalariado.

Isto posto, se pode aqui reordenar alguns elementos explicativos que ajudarão a compreender e explicar a forma peculiar com que o país se insere no modo de produção capitalista.

Nesse sentido nunca é demais lembrar que,

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo àqueles deslocamentos de grandes massas humanas súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. (MARX, 1975, p. 831).

Porém também é explicitado, na mesma construção teórica, que “A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra que, por isso, nos servirá de exemplo.” (MARX, 1975, p. 831). Em seguida, o autor explicita que neste contexto, “O sistema colonial, a dívida pública, os impostos pesados, o protecionismo, as guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro desenvolvem-se extraordinariamente no período infantil da indústria moderna.” (MARX, 1975, p. 875).

Entende-se assim que o desenvolvimento histórico brasileiro se constitui tendo como base o fato do mesmo desdobrar-se num contexto que o define primeiramente como Colônia de Portugal e depois como dependente financeira e politicamente de outras nações, principalmente da Inglaterra e Estados Unidos, o que concorria para que grande parte de sua produção fosse realizada tendo em vista o abastecimento desses países. Ao mesmo tempo, contava-se, como suporte local, com uma elite que tirava vantagens dessa situação e que construía mecanismos sociais que garantiam a manutenção de um sistema vantajoso tanto para a elite internacional quanto os mandatários nacionais.

Outro ponto importante a se destacar é que o Brasil não vivenciou um modo de produção feudal, tal qual em outros lugares que se desagregaram lançando ao mercado um contingente de despossuídos. O que houve é que a crise da mão de obra escrava foi de certa forma resolvida “por dentro”, sem colocar em risco o *status quo*. Não houve sobressaltos sociais. Quem era pobre, continuou sendo pobre e quem tinha posses, continuou proprietário.

E como a propriedade da terra se constitui num elemento importante, definidor de relações sociais no contexto estudado, é sempre interessante lembrar que em colônias ou países, que embora não o fossem colônias de direito, mas não

se diferenciavam na prática de seu estatuto, como é o caso do Brasil, uma questão se sobressaía:

Como curar a doença anticapitalista que grassa na colônia? Se, de um golpe, se transformassem todas as terras de propriedade comum em terras de propriedade privadas, destruir-se-ia o mal pela raiz, mas as colônias também seriam destruídas. [Logo] o artifício proposto para resolver o caso mata dois coelhos com uma só cajadada. O imigrante teria de trabalhar um longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente. Assim, constitui-se, com a venda de terrenos a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, um fundo extorquido do salário, com a violação da sagrada lei da oferta e da procura. O governo utilizaria esse fundo à medida que crescesse, para importar pobres da Europa e assim manter cheio para os senhores capitalistas o mercado de trabalho. (MARX, 1975, p. 892).

Fica claro, assim, que o modo de produção capitalista através de uma de suas leis, que é a conquista e a necessidade de novos espaços e mercados, já no século XIX, não podia contar apenas como espaço de sua reprodução países que já passaram por uma revolução industrial. Logo, a fim de resolver suas contradições, tais países teriam que contar com as colônias e ex-colônias, ainda dependentes. As mesmas, além de servirem como instrumento de exportador de riquezas, também teriam o caráter funcional de recepcionar uma massa de excluídos do campo que ameaçava o nível de tolerância que o processo de consolidação do capitalismo tanto do campo quanto da indústria comportava naquilo que diz respeito à formação de um exército industrial de reserva.

Não obstante, a classe dirigente dessas colônias ou ex-colônias, a partir de suas experiências históricas e culturais, retrabalhou algumas questões a fim de não ser arrastada pela onda capitalista, perdendo o que havia de melhor que o sistema oferecia. No Brasil, se por um lado não se podia segurar a escravidão por mais tempo, por outro lado, a pura e simples inserção do trabalho assalariado colocava em risco uma arquitetura social construída que se alicerçava sobre a superexploração do trabalho e a grande propriedade da terra. Engendrou-se assim uma dinâmica que se por um lado se reconhecia a liberdade do trabalhador, por outro se restringia o assalariamento através de mecanismos de endividamento, a simples manutenção da vida era geradora de dívidas. Garantia-se assim, através da dívida monetária, anos de serviço nas grandes lavouras. Isto se toda a família se empenhasse.

E como se considerava que o ex-cativo não tinha o padrão exigido para tal papel, lançou-se mão do imigrante. Justamente o despossuído que ainda acalentava o sonho de ter a sua própria terra, mesmo que fosse num país distante.

Generalizava-se assim, historicamente em solo nacional, a figura do colono imigrante que “[...] ficou no meio do caminho entre a transparência da exploração, já que o trabalho excedente se materializava em objetos distintos do trabalho necessário, e a ilusão de que o que recebia correspondia ao valor de seu trabalho.” (MARTINS, 2010, p. 84). E tal ilusão fundamentava-se na cultura alicerçada entre o café e os alimentos que se convertiam para si, através de sua roça, cultivada em terra que não era sua. E este entrecruzar entre o que era do colono e o que era do patrão, “[...] embaralhava o processo de trabalho nele atenuando as objetivas condições de consciência do que separava e antepunha um e outro.” (MARTINS, 2010, p. 74).

A partir de tais considerações, o que se explicita é que a emancipação da mão de obra, tornando-a livre, em estreita relação com uma legislação que definia e redefinia o sistema de posse da terra no Brasil, provendo-a de um estatuto de mercadoria e de reserva de valor, entrecruzada com a entrada maciça de imigrantes livres pobres para trabalharem principalmente em grandes lavouras, foram elementos extremamente importantes para que a sociedade, mesmo que numa nova roupagem social, preservasse os privilégios de poucos em detrimento da miséria de muitos. E neste processo dinâmico e contraditório, “[...] a reprodução do capital teria que ocorrer, na cafeicultura, predominantemente sob a forma de reprodução extensiva e territorial, baseada amplamente na exploração da mão de obra sob relações não capitalistas de produção.” (MARTINS, 2010, p. 83). Ou seja, a fazenda de café, a partir de condições históricas dadas, “[...] transformou-se num empreendimento de conversão de trabalho em mercadorias a partir de relações não capitalistas de produção” (MARTINS, 2010, p. 82).

Porém, ainda respaldando-se em Martins (2010), se percebe que esta dinâmica continha contradições que não poderiam ser resolvidas no próprio interior da economia cafeeira. Logo, “A oposição entre práticas capitalistas e relações de produção não capitalistas se resolveria na reprodução capitalista do capital, fora do café, na indústria, como se deu, quase ao mesmo tempo que o trabalho livre substituiu o trabalho escravo.” (MARTINS, 2010, p. 84). Tal proposição fica mais

clara quando se percebe que o capital gerado na fazenda de café a partir do trabalho do colono, passou a ser remanejado para a indústria, que por sua vez fundamentava-se no trabalho assalariado. Assim, “Ao produzir esta relação, o café produzia também a sua própria sujeição, a sujeição das relações não capitalistas de produção do colonato às relações do modo especificamente capitalista da grande produção.” (MARTINS, 2010, p. 84).

Com esta exposição, supõe-se que fica claro o processo dialético pelo qual o capitalismo se implanta no Brasil. Numa primeira perspectiva, num processo de dissociação do modo de produção feudal na Europa e construção do modo de produção capitalista, que tem na Inglaterra o seu modelo clássico, há o surgimento de duas classes principais e antagônicas, proletários e burgueses, que produzirão de uma forma desigual, a forma como essa dominação se dará de maneira geral. Porém, no bojo desse processo, que se instaura primeiramente em âmbito nacional, serão produzidas relações externas, com colônias e ex-colônias, ou então nações que se constituem em mercados promissores, garantindo com isso um processo de acumulação de capital que garantirá o fortalecimento, ampliação e domínio de tal regime de produção. Não obstante, ao introduzir-se em outros espaços, este mesmo capitalismo provocará tensões, rupturas e acomodações, utilizando-se, para tanto, de grupos dominantes locais que muito embora mantenham uma dependência, geralmente mercantil com os agentes do capitalismo situados em países estrangeiros, também se rearticulam internamente a fim de poder usufruir o que tem de vantajoso nessa relação. Porém essa acomodação é tensa, conflituosa e geradora de novas realidades. E no Brasil, entre meados do século XIX e início do século XX, esta dinâmica se mostrará com toda a sua força, tendo como exemplo ilustrativo a grande lavoura de café, produzida na região sudeste.

No que diz respeito à Província de Mato Grosso, qualificada como área de fronteira, a mesma também será afetada e experimentará estas questões. Neste contexto, a Lei de Terras também a afetará de várias formas: Se por um lado as terras passam a ter um estatuto de mercadoria, por outro, conforme seu Artigo 1º., quando estabelece que as mesmas “[...] situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, poderão ser concedidas gratuitamente [...]” (BRASIL, 1850, p. 1), continuaram a ser objetos de favores políticos, além de não serem muito valorizadas, até mesmo porque as relações nem sempre amistosas

com os países vizinhos e também com os índios não as tornavam atrativas. E atividades que após a promulgação desta lei vieram apresentar algum incremento econômico para a região, primeiro a extração da poaia, depois a da erva-mate e a borracha, além de serem culturas nativas, se caracterizavam por demandar grandes extensões de terras que não eram, de maneira geral, estabelecidas como propriedade particular, porém arrendadas pelo poder público, o que significava que eram exploradas e, depois de serem exauridas, eram abandonadas.

Assim, mesmo após a promulgação da Lei de Terras, as fazendas e engenhos existentes na Província de Mato Grosso, na maioria das vezes, que tinham suas origens ainda no sistema de sesmarias, “Ocupavam grandes extensões, numa região onde a terra não tinha grande valor [...]” (VOLPATO, 1993, p. 118).

No que se refere à questão da escravidão, contestações a respeito de sua existência não era uma novidade em Mato Grosso, a crítica era feita a partir de setores urbanos, principalmente profissionais liberais, que não obstante a condenarem, acreditavam que sua extinção teria que ser de forma controlada, com a devida indenização ao proprietário. Nesse sentido, muito embora o plantel de escravos fosse pequeno em comparação a outras províncias, em Mato Grosso, principalmente em Cuiabá, “A escravidão permaneceu como forma de exploração de trabalho predominante até a aprovação da Lei Áurea” (VOLPATO, 1993, p. 101). Contudo, isto não implica em dizer que não houvesse resistência por parte do negro. Mesmo que esse confronto não se desse de forma frontal contra o sistema, a fuga e o suicídio eram comuns na província. Nesse sentido, durante os séculos XVIII e XIX há o registro de 11 quilombos, “[...] sendo que o último a ser destruído foi o do rio Manso, em 1873, a mando do Presidente da Província José de Miranda Reis” (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990, p. 68).

A crise existente em torno do final da escravidão enquanto provedora de mão-de-obra também era externada pelas autoridades locais. Vendo que o seu fim era só uma questão de tempo, o debate girava em torno de um substituto a altura. Descartava-se a priori o habitante local livre pobre, tanto branco quanto índio ou negro, pois tal como ocorria em outras províncias, a desconfiança era generalizada, haja vista que era imputada à população mais pobre, principalmente a partir dos anos de 1860, a culpa pela maioria dos crimes ocorridos dado principalmente a “[...]”

carência de princípios morais e religiosos e pelo efeito de bebidas alcoólicas.” (VOLPATO, 1993, p. 94).

Assim, seguindo o exemplo de outras províncias, a imigração também era tida como a grande alternativa. Logo, o que se tinha a fazer era atrair este imigrante, já que esta política era aceita e financiada pelo poder real. Agora a questão se colocava da seguinte forma: “Como atrair para uma terra onde os ataques de índios ainda eram uma constante na vida dos agricultores, europeus dispostos a enfrentar todos os riscos e a se estabelecer em Mato Grosso?” (VOLPATO, 1993, p. 104). Não conseguindo dar uma resposta satisfatória a esta e outras questões, tais como o caráter endêmico da região e grandes distâncias de outros centros, a política de atração de imigrantes fracassou. Mesmo porque, não havia um projeto claro de atração populacional, contribuindo para que os mesmos em sua grande maioria retornassem a seus países de origem ou então a algum outro lugar na região do Prata. (VOLPATO, 1993).

Porém, a despeito da gravidade desta questão, outra se mostrava ainda mais séria e eminente: Mesmo sendo área de fronteira, apesar de distante dos principais centros políticos e comerciais do império, reconhecia-se, por parte dos habitantes locais, que Mato Grosso não recebia a mesma atenção que a fronteira sul do Brasil. E muito embora tivesse a responsabilidade de defesa, a estrutura para tal era tida como insuficiente. Por outro lado, longe de outros centros e com uma estrutura precária de estradas, além dos perigos existentes ao longo das mesmas e o enorme tempo que as viagens demandavam, a alternativa viável de comunicação com outros centros se dava através do Rio do Prata.

Não obstante, este rio também era de interesse da Inglaterra. A mesma pretendia fazer do Rio do Prata rota de entrada e saída de mercadorias oriundas tanto do exterior quanto do Brasil, Argentina e Uruguai. O Paraguai, por sua vez, com um projeto político diferenciado, também tinha interesse nesta rota e tornara-se uma ameaça política, comercial e bélica.

A partir deste contexto, em 1º de maio de 1865 é assinado o Tratado da Tríplice Aliança, no qual o Império Brasil, a República Argentina, e a República Oriental do Uruguai declaram guerra ao Paraguai. E a Província de Mato Grosso, “[...] precariamente militarizada, [dado a] não somente a grande extensão de seu território, mas, sobretudo, a rarefeita população que nela habitava foi presa fácil.”



(SIQUEIRA, 1997, p. 53). As forças paraguaias se apossaram de toda a parte sul da província. Porém, dado a desproporcionalidade de forças, o Paraguai é derrotado em 1870, sendo o país e sua população quase que completamente destruído.

O Mato Grosso por sua vez, a despeito de pobreza já existente, carência de gêneros alimentícios, alta extorsiva de preços, insegurança frente a ataques indígenas, proliferação de quilombos, e a ação de desertores da guerra, herdou ainda outra situação dramática: Só na capital Cuiabá, “ $\frac{2}{3}$  de sua população que não havia sido atingida diretamente pela guerra, veio a falecer vitimada pela terrível doença conhecida como bexiga [varíola].” (SIQUEIRA, 1979, p. 55).

Porém, não obstante a este terrível quadro, com a derrota do Paraguai franqueou-se a navegação pelo Rio Paraguai que ligava o Estuário do Rio do Prata às regiões mato-grossenses e amazônicas abrindo a possibilidade de um intercâmbio, principalmente comercial, com outros centros. Assim, chegavam da América do Norte e Europa alimentos, medicamentos, livros, instrumentos musicais, bebidas e demais produtos industrializados. Do Mato Grosso se exportava principalmente matérias-primas, o que acabou por favorecer uma dinamização tanto do comércio quanto setores de serviços, principalmente nas regiões portuárias. Permitiu-se ainda que uma indústria ligada a usinas de açúcar e do charque pudesse se desenvolver. (SIQUEIRA, 1997).

Já em outras regiões do Brasil, principalmente naquilo que diz respeito à mão de obra, dado aos maus tratos infligidos aos imigrantes por alguns cafeicultores, o Imperador viu-se as voltas com denúncias que chegaram, inclusive, a por em risco tal empreendimento. Porém, contornado este problema,

Desde 1871, a imigração tornou-se caudalosa. Em 1886, estimou-se em 30.000 indivíduos. Já às vésperas da abolição, essa cifra saltou para 50.000, e no ano da abolição chegou a 133.000, aproximadamente, estabilizando-se até fins do século em torno de 100.000 imigrantes por ano. (KOSHIBA, PEREIRA, 1993, p. 231).

Assim, os imigrantes além de servirem de mão de obra nas fazendas, também contribuíram para povoar o sul do Brasil, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, através do sistema de colonização. E quando se promulgou em 13 de maio de 1888 a Lei de nº. 3.353, conhecida como Lei Áurea, extinguindo a escravidão para mais ou menos 750.000 mil cativos, que significavam mais ou menos um décimo da população não branca do país (ALENCAR, CAPRI, RIBEIRO,

1985), o que se assistiu foi a imagem de um país que, não obstante diferenças políticas existentes entre os grandes proprietários de terra, continuava nas mãos de poucos, ancorados sobretudo no chamado Oeste Paulista, que enriqueciam alheios ao grande número de miseráveis existente tanto no campo quanto nas cidades.

Nesse sentido, o que se pode cotejar deste processo, de importância fundamental para a formação social brasileira e que deve ficar claro, é que o trabalho escravo dava a base às grandes plantações e não ao contrário, logo, a Lei de Terras é produto de uma crise gerada no abastecimento de escravos, e o regime de trabalho livre, assumindo a forma inicial de colonato é uma construção histórica que em nenhum momento colocou sob risco o poder dos proprietários de terra, o que significa que

No Brasil, particularmente em São Paulo, a transição do escravismo para o trabalho assalariado se deu de modo planejado, controlado e relativamente lento, um processo de 40 anos, por iniciativa dos próprios fazendeiros do café [e] foram eles que propuseram no Parlamento o fim da escravidão no formato que assumiu entre nós, mas não necessariamente para o trabalho assalariado no campo. (MARTINS, 2010, p. 24).

E neste contexto de transição entre o trabalho escravo e trabalho livre, o fazendeiro do Oeste Paulista se fortalece e questiona a forma como o Imperador centraliza o poder, poder este respaldado por proprietários de terra em decadência do Vale do Paraíba e do Nordeste Brasileiro que não conseguiram absorver economicamente este período. Estes mesmos proprietários, conservadores do ponto de vista social e político, também o eram no sentido de não absorver o dinamismo do capitalismo industrial internacional, além disso, não se preocupavam com o fato de explorarem a terra de forma predatória.

A partir desta realidade, muito embora o café tenha sido introduzido primeiramente no Vale do Paraíba, cujo mercado não encontrava concorrência no mercado internacional, produzindo logo em seu início uma alta lucratividade, a cultura extensiva e predatória provocou em poucos decênios o declínio da região. (KOSHIBA, PEREIRA, 1993). Por outro lado, os fazendeiros do Oeste Paulista, aproveitando-se inclusive das vantagens do solo, terra roxa e plana, e reinvestindo parte dos lucros em melhorias estruturais, com destaque para o sistema de transporte ferroviário, contribuíram para o florescimento de uma vida urbana ligada a atividade cafeeira. Absorvendo melhor a crise de mão de obra, puderam propiciar um dinamismo econômico para a região. E este dinamismo, impulsionado pelo bom

retorno junto ao mercado internacional, tal qual nos indica Ianni (1963), fez com que, desde meados do século XIX, surgissem novos tipos de atividades, emergindo instituições inexistentes, sobretudo de crédito. Além disso, “[...] debatiam-se novos problemas econômicos e políticos, adotavam-se modos de pensar, agir e sentir que antecipam a civilização urbano industrial.” (IANNI, 1963, p. 19).

Já no Mato Grosso, o fim eminente da escravidão, que agonizava, e a transição para um novo modelo de exploração do trabalho, foram facilitados tanto pela abertura do corredor fluvial para o Estuário do Prata, com o fim da guerra do Paraguai, quanto pela valorização no mercado externo de alguns produtos nativos que passaram a ser explorados em grande escala.

É preciso destacar, entretanto, que tanto a exploração da poaia, planta nativa com propriedades medicinais exploradas por laboratórios, principalmente europeus, encontrada em abundância principalmente na região oeste do Mato Grosso, quanto a erva-mate, também planta nativa encontrada no sul da província, e também a borracha (látex), matéria prima explorada na região norte de Mato Grosso e em toda a extensão amazônica utilizada em larga escala nas indústrias da América do Norte e da Europa, produtos carros-chefe da economia mato-grossense, principalmente a partir da década de 1870, se utilizaram da mão de obra livre para o seu desenvolvimento e grandes extensões de terras geralmente exploradas sob a forma de arrendamento facilitado pelo governo da província com a anuência do imperador.

Para a exploração da poaia, que se constituía num trabalho de seis meses, em temporada de chuva, pois facilitava o trabalho de arrancá-la do solo, o trabalhador recebia conforme a sua produção. Contudo, todas as despesas com alimentação, ferramentas, remédios, moradia, entre outras necessidades eram descontadas pelo próprio empregador que detinha o controle material destes itens e de todo o sistema produtivo, tanto a extração quanto a produção, o transporte e o comércio do produto. No final da temporada geralmente o trabalhador devia mais do que tinha para receber. Fugas eram coibidas por sistemas de segurança privadas.

Esta prática, adotada até nossos dias, é conhecida na atualidade como prática da peonagem, que muito embora tenha o status de livre, impõe uma dependência física e financeira do trabalhador junto ao seu contratante. Nos seis meses de seca restantes do ano, estes trabalhadores, em sua maioria, ou iam trabalhar nas explorações da borracha, ou então iam plantar em terras alheias em

sistema de meia, dividindo a produção pela metade com o dono da terra. (SIQUEIRA, 1997), (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Já para a extração da borracha, cujo látex retirado das mangabeiras e seringueiras já era de conhecimento do indígena, se utilizava os meses de seca. O trabalhador em sua grande maioria era oriundo dos estados do nordeste, principalmente Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, que após uma grande seca ocorrida entre os anos de 1877/80 foram incentivados a migrarem para a região amazônica e para o norte do Mato Grosso. Foram mais de 200.000 trabalhadores que se deslocaram para a região sob a promessa de um trabalho de ganhos promissores. Porém ao final de cada temporada descobriam que as despesas feitas no armazém da empresa, que iam desde o transporte até a habitação, superavam os ganhos que eram contabilizados conforme a produção. Aí também a fuga era coibida duramente por guardas particulares. (SIQUEIRA, 1997), (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

No tocante a exploração da erva-mate, por sua vez, cuja primeira concessão de terras em forma de arrendamento se deu em 1882 em forma de monopólio para uma única empresa, que chegou a ocupar, principalmente emigrantes paraguaios pobres, nos anos de 1930, mais de 25.000 trabalhadores, o trabalho também era realizado por tarefas e as despesas do trabalhador eram todas controladas pela empresa empregadora. A renda desta empresa – Laranjeira Mendes – chegava a ser mais de seis vezes maior que a de toda a província do Mato Grosso. Possuía controle total sobre as extensas terras que arrendava, sobre estradas, portos e ferrovias que construía para a exploração deste produto. Empréstava dinheiro à província e tinha como sócios vários políticos locais. Tornara-se maior que a própria província. (SIQUEIRA, 1997), (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Também se utilizando do trabalho livre, igualmente num sistema de superexploração encontravam-se as usinas de açúcar, modernizadas pelos maquinários importados. Havia também as criações extensivas de gado.

Tais atividades incrementam ainda a passagem para um novo modo de produção na medida em que, ao lado da exploração da força de trabalho não escrava e do arrendamento da terra, parte dos lucros adquiridos eram reaplicados tanto em atividades comerciais quanto em novas atividades produtivas. E a partir desta reaplicação do capital, foi possível desenvolver alguns núcleos urbanos,

principalmente em zonas portuárias. Além disso, consolida-se a partir daí a entrada do capital financeiro em atividades produtivas na província, onde ao lado do capital nacional, nota-se também a inserção de capitais internacionais. (SIQUEIRA, 1997), (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Na complexidade destes elementos se explicitava uma incompatibilidade dos novos tempos com o modelo político, imperial e centralizador, adotado no Brasil.

Assim, D. Pedro II, isolado no poder juntamente com fazendeiros do Vale do Paraíba e do nordeste em decadência econômica, enfrentou vários movimentos políticos internos que colocavam em questionamento o seu poder. Além disso, situações como a Guerra do Paraguai (1865 – 1870) que resultam entre outras coisas, no fortalecimento do exército brasileiro; a abolição da escravatura (1888) que alijou a base sob a qual assentava o Império; o fortalecimento de cafeicultores descontentes com o seu modo de governar, o que propiciava num fortalecimento de partidos políticos opositores de inspiração republicana, desaguaram num golpe militar em 1889, inspirado e apoiado, sobretudo, por fazendeiros do Oeste Paulista, provocando a destituição do imperador e a queda do regime.

Inicia-se assim o período republicano brasileiro, removendo-se dessa forma um dos principais obstáculos institucionais que impedia a tomada de poder de fato e direito por parte do setor rural exportador baseado principalmente no Oeste Paulista.

Concomitante a este contexto nacional, a unificação da Itália e da Alemanha e o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, entre os anos de 1860 e 1870 marcam sobremaneira a conjuntura internacional, pois desobstruem o caminho para a expansão capitalista e burguesa em nível internacional, expansão esta inserida na chamada Segunda Revolução Industrial, potencializando forças de tendências imperialistas e nacionalistas, que acabariam, inclusive, por desaguar na 1ª. Guerra Mundial. Neste período ainda, o petróleo e a eletricidade substituem a energia a vapor, contribuindo para o aperfeiçoamento das técnicas de produção. Novas formas de organização empresarial também são postas em prática.

Nesse sentido, este dinamismo do processo de produção acaba sendo concentrado em poder de grandes grupos provocando uma monopolização de setores inteiros da produção industrial e de setores financeiros. Ou seja, “A eliminação da concorrência pela monopolização dos mercados pelas grandes

empresas criou condições excepcionais de lucratividade, dando origem a um ciclo de acumulação de capitais sem precedentes” (KOSHIBA, PEREIRA, 1993, p. 246). E na busca de mais capitais, matérias-primas e mão de obra barata há uma verdadeira invasão capitalista sobre a Ásia e África pelos países industrializados, principalmente a partir de 1870, dando início ao período conhecido como imperialista ou neocolonialista.

Entretanto, todo este dinamismo que complexifica e intensifica a vida urbana com suas indústrias faz surgir também o operário assalariado que, explorado ao extremo, tanto no sentido físico quanto psicológico, começa a se organizar e questionar o capitalismo e, inclusive, buscar formas de combatê-lo, dando forma e conteúdo a um discurso classista que opunha de um lado a burguesia e de outro o proletário, explorador e explorado, cuja proposta de resolução do impasse, por parte do conjunto dos trabalhadores que passa a se organizar em forma de sindicatos, se dá, sobretudo, em forma de uma revolução que destitua a burguesia dos meios de produção e do poder do Estado. (KOSHIBA, PEREIRA, 1993).

Nestes novos tempos, a elite de Mato Grosso, mesmo não podendo contar com o imigrante europeu, apoiando-se em trabalhadores livres pobres, superexplorados em seus trabalhos, utiliza-se da máquina pública em benefício próprio, estabelecendo um sistema perverso e predatório de exploração, tanto da terra quanto do trabalho.

Assim, no ano da Proclamação da República, Mato Grosso chega a condição de estado, abrigando mais ou menos 80.000 habitantes, acrescentando aos seus três municípios existentes os de Poconé, Cáceres, Miranda, Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima, Corumbá e Livramento. (FERREIRA, 2001).

### **1.1.3 Brasil República**

No Brasil, com a queda da monarquia, em 1889, instala-se um governo provisório que vai até 1891, quando se decretou, entre outras medidas, o regime republicano federalista, a transformação das antigas províncias em Estados da Federação e naturalização maciça de imigrantes residentes em solo nacional. Ainda como elemento de destaque deste período, aponta-se a medida governamental

conhecida como encilhamento, que se constituiu na autorização federal para que alguns centros – Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul - tivessem os seus bancos emissores de dinheiro a fim de cobrir pagamento de salários, sob a alegação que a máquina pública não tinha outro meio, a fim de suportar o regime de assalariamento que se instalara no país em virtude da supressão do trabalho escravo. Além disso, outro motivo alegado era a expansão do crédito para se abrir e fortalecer empresas, principalmente no mercado de ações. (KOSHIBA, PEREIRA, 1993). Tal política, além de provocar inflação, estimulou aberturas de empresas apenas com o objetivo de especulação na bolsa de valores, além de uma grande circulação de dinheiro desvalorizado. Não obstante, demonstra que a elite econômica e governamental, que acabava por se constituir num mesmo grupo, adotava meios originais para marcar a entrada do país no capitalismo.

Há que se notar, entretanto, que não obstante a formação de um espaço urbano mais complexo, a base de sustentação econômica brasileira continuava a ser a produção para o mercado externo, a grande propriedade e a monocultura. E, com a promulgação da Constituição em 1891, tais características se mantêm e se reforçam a despeito e em razão dos Estados Unidos do Brasil constituir-se de Estados e um Distrito Federal, organizados legalmente em base republicana, representativa, federativa e presidencialista.

Nesse sentido, a República, a despeito e em razão de alguns golpes e contragolpes em seus primeiros anos, mantém-se fortemente apoiada na aliança do exército com os grandes fazendeiros produtores de café, que mantiveram o poder sem maiores sobressaltos até 1930. Tal institucionalização do poder, conhecida como “política dos governadores” sustentava-se da seguinte forma: O presidente da república apoia, com todos os meios ao seu alcance, a oligarquia dominante em cada estado e essa coligação, governo central e oligarquia estadual, traduz-se em forma de votos para os políticos aliados no Congresso. E este sistema repete-se em nível de município.

Assim, em nome da autonomia e sustentabilidade política, a república viu-se dominada, por coronéis-fazendeiros que praticavam toda sorte de desmandos em suas regiões. E tais desmandos às vezes causavam choques de interesses entre a elite, o que acabava por arrastar um grande exército de pobres em brigas de coronéis que muitas vezes tinham como pretexto o aumento de terras.

Em Mato Grosso não foi diferente. Facções políticas, tendo a frente coronéis, que no norte do estado representavam principalmente os usineiros de açúcar e no sul coronéis representando principalmente pecuaristas e comerciantes ligados à exploração da erva-mate e ao capital financeiro internacional, compunham a elite econômica e política do estado que, em sintonia com o que se passava na capital da República, se revezavam no poder tendo como instrumento golpes e contra-golpes sangrentos. E nesta conjuntura, entre 1889 e 1930, Mato Grosso conheceu 34 governantes entre eleitos, golpistas e juntas governamentais nomeadas. (SIQUEIRA, 1997). Este cenário se agudiza com a Constituição de 1891, que em seu artigo 64, indica que

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas em seus territórios, cabendo a União somente a porção do território que for indispensável para a defesa de fronteiras, fortificações, construções militares e estradas federais.

Parágrafo único: Os próprios nacionais que não forem necessários para o serviço da União, passará ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados [...]

Artigo 72 § 17. O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude. (BRASIL, 1891).

Ora, tais ingredientes, misturados a um alto contingente de miseráveis nas pessoas de índios, negros, brancos pobres e mestiços, serviam em todo território nacional a todo tipo de manobras políticas e legais, além de provocar reações populares que muitas vezes tinham como objetivo apenas ter um espaço para morar e produzir.

Foi assim que, para citar apenas alguns exemplos, apareceu a comunidade de Canudos, destruída pelo exército brasileiro em 1897, a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916, que também se dá tendo como pano de fundo a questão da terra e, o Cangaço, fenômeno típico do nordeste ocorrido entre 1870 e 1940, que também tinha a questão da terra e a miséria como elementos centrais.

E nesse processo de empoderamento do Estado e controle da terra e da renda por parte dos grandes proprietários de terras, principalmente cafeicultores paulistas, ocorria uma transição no mundo do trabalho que não tinha mais volta. O fim da escravidão controlada pela oligarquia rural propicia assim um novo conjunto de relações sociais e de produção que se dissemina pelo país ganhando configurações próprias conforme a região.



No Oeste Paulista, o trabalho assalariado urbano se entrelaça com o regime de colonato vivido no campo. Já no Vale do Paraíba, a parceria se destacava. No Nordeste, a troca de serviços, cambão, quarteação apareciam entre outras formas de serviço. Na região Norte, o sistema de “aviamento” era comum dado a características extrativistas. Já na região Sul, área onde já se estabelecia uma base formada de imigrantes, florescia uma agricultura de base familiar. (GONTIJO, 1998).

No Mato Grosso, por sua vez, muito embora fosse uma constante a exploração cruel do trabalhador praticada nos ramos mais dinâmicos da economia estadual, aonde havia uma engrenagem perversa que, via de regra, tornava o empregado num devedor para a empresa dado ao serviço de dívida que se alimentava a medida que se instituíam um assalariamento por produção, mas que obrigava o trabalhador a contrair toda sorte de despesas com seus patrões que iam desde gastos com alimentação, passando por vestuário, instrumento de trabalho, moradia, remédios, entre outras coisas, também se tornou uma constante o fato deste mesmo trabalhador, muitas vezes, em seu tempo de folga, trabalhar em terras alheias através do sistema conhecido como “meia-praça”. Logo, ao produzir em terras que não eram suas, o que era produzido por este trabalhador era dividido ao meio com os proprietários. (SIQUEIRA, 1997).

No entanto, apesar e em razão do domínio que os grandes proprietários exerciam, ancorados principalmente na exportação da monocultura, concentrando poderes e riqueza,

a agricultura de subsistência disseminava-se por todo o país, exceto nas áreas altamente especializadas. [Muito embora] seus excedentes não [fossem] suficientes para caracterizar uma ‘agricultura de mercado interno’, a não ser em regiões restritas. (GONTIJO, 1988, p. 81).

Isto implica em dizer que no mesmo processo de acumulação de capital engendrado pela superexploração do trabalho livre, principalmente na grande lavoura de café, também se desenvolve, de forma tímida é verdade, uma diversificação produtiva regional, sendo que

A expansão dessa agricultura diversificada, tanto em termos setoriais quanto espaciais, constituir-se-ia no fundamento do desenvolvimento capitalista do Brasil, principalmente do desenvolvimento do seu processo de industrialização. Com efeito, a agricultura de cada uma das diferentes regiões brasileiras funcionou como um hinterland para alguns centros urbanos que se industrializaram contando com esta base. (GONTIJO, 1988, p. 81).

E quando eclode a 1ª. Guerra Mundial (1914-1917) e o mercado cafeeiro entra em crise, é a produção agrícola alimentar que dá o dinamismo à agricultura paulista.

É também no interior deste processo, que se por um lado a venda de café estava restrita, por outro lado, também restrita estava a entrada de produtos manufaturados importados, que ocorreu a busca por soluções nacionais para as demandas industriais internas. E é São Paulo que comanda o processo de fortalecimento da indústria brasileira, pois ao encolher-se diante do mercado externo, toda sua vitalidade se direciona para o mercado interno. Assim, a 1ª. Guerra Mundial, ao provocar uma restrição no mercado internacional como um todo, desencadeia um processo de fortalecimento da indústria brasileira, sendo que ao lado de São Paulo, também o Rio Grande do Sul se fortalece com indústrias no ramo da alimentação.

Mato Grosso também se beneficia desse cenário. Exceto a produção da borracha que entrara em decadência, dado a concorrência asiática, no início dos anos de 1910, outras atividades extrativistas continuavam com sua força no Estado, e continuariam assim até mais ou menos os anos de 1940, quando o governo central lançou uma série de medidas que enfraqueceu localmente o poder econômico e político destes setores. Além disso, principalmente o estado de São Paulo passou a demandar alimentos em larga escala, principalmente carne bovina oriunda basicamente do sul de Mato Grosso e sul de Goiás.

Tal necessidade garantiu que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, chegasse ao Estado mato-grossense a partir de 1914, juntamente com outros incrementos infraestruturais como sistemas viários e de comunicação.

Há que se dizer também que, no bojo desse processo, o preço das terras matogrossenses, principalmente da parte sul, valorizou enormemente, o que deu início a um movimento especulativo em torno de grandes extensões, tornando-as reserva de valor. Exemplos como a da empresa Brazil Land Cattle Packing Company que adquiriu 1.000.000 de hectares em Corumbá, entre outros que conseguiam extensas concessões de terras via governo de Estado, proporcionaram que um estado com 1.477.041Km<sup>2</sup> tivesse como problema a concessão de terra para quem nela trabalha e vive. E quando em 1910 se institucionaliza na República o Serviço de Proteção ao Índio, SPI, passando para a unidade federativa a

responsabilidade de demarcar terras e proteger as nações indígenas existentes em seu território, o que se viu foram extermínios, terras devassadas e vendidas a particulares. (SIQUEIRA, 1997).

Ao término da guerra, a oligarquia cafeeira continua a dominar a economia nacional, muito embora se assista no país a implantação de diversas empresas subsidiárias de matrizes estrangeiras, principalmente norte-americanas, o que não impede a formação de uma burguesia nacional, haja vista que

Os grandes lucros acumulados pela indústria paulista durante a Primeira Guerra e o aumento da capacidade de importar, decorrente da extraordinária recuperação das exportações de café entre 1918 e 1919, permitiram que se fizessem vultosas encomendas de máquinas e equipamentos industriais no imediato pós-guerra. (GONTIJO, 1988, p. 84).

Há que se fazer notar, entretanto, que no pós-guerra, principalmente nos países onde o capitalismo já se consolidara, tomou corpo um questionamento que colocava em dúvida a validade do liberalismo radical como norma de conduta para o mercado. Questionava-se seu caráter antropofágico, argumentando-se que a crise que se instalava era devido a falta de planificação da produção e distribuição. Mesmo porque, a Revolução Russa (1917) propunha um novo modelo de condução da economia.

Nesse contexto, muito embora os inícios dos anos de 1920 tenham sido de prosperidade, principalmente nos Estados Unidos, o desemprego urbano aumentava e a produção rural não dava conta de alcançar os níveis anteriores, sem contar com uma forte especulação financeira que afetava as bolsas de valores. E foi assim que, em 1929, uma crise de superprodução incorporada a crise da bolsa de Nova Iorque, fez o sistema capitalista conhecer uma de suas mais agudas crises estruturais. (ALENCAR, CAPRI, RIBEIRO, 1985).

Já no Brasil, o governo, desde o início dos anos de 1920, continuava a sua política de valorização do café, o que afetava toda a vida nacional, pois aumentava sobremaneira o custo de vida e o índice inflacionário, afetando também a indústria brasileira que, dado ao seu caráter voltado a produção de bens de consumo, subordinava-se aos resultados obtidos pelo setor agro-exportador. Porém, esta política começava a gerar questionamentos: Greves operárias tornam-se frequentes, motivadas, sobretudo, pelas condições precárias de trabalho; Jovens oficiais do Exército passam cada vez mais e de forma mais contundente a expressar seus

descontentamentos com a prática política da oligarquia cafeeira; a chamada classe média, por sua vez, também aumenta o tom de suas reivindicações, principalmente no tocante a sua exclusão da vida política nacional.

Contudo, tais movimentos não sensibilizavam o poder oligárquico, haja vista que o diálogo só existia entre seus pares. E em razão de uma dissidência entre oligarcas, capitaneada pelos chefes políticos do Rio Grande do Sul, que canalizando as forças dos setores descontentes, pretextando uma não concordância aos resultados eleitorais, que foram construídos pelo então presidente Washington Luiz, que forças opositoras, destituem o governo em 1930, colocando no poder uma junta provisória que logo é substituída por Getúlio Vargas, que muito embora também represente a força da oligarquia, assume o poder como presidente revolucionário e provisório. (ALENCAR, CAPRI, RIBEIRO, 1985). Assim,

A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário. (FAUSTO, 1979, p. 112).

Porém, tais argumentos não invalidam o fato que este episódio, não questiona, pelo contrário, mantém as relações sociais, tanto rurais quanto urbanas, muito embora altere a forma de tratamento. Mesmo porque, se por um lado o setor agrário cafeicultor perde parcela de seu poder, por outro lado, este mesmo setor, numa política de alianças, não chega a sofrer uma derrota decisiva. Ou seja, no conjunto o que há é uma forma alterada de tratamento do aparelho do Estado para com a população, expressada tanto em relações populistas, quanto policialesca, de acordo com as conveniências, e um deslocamento dos donos do poder que se associam a uma nova forma de Estado, o que acaba por possibilitar, num marco de compromisso com as forças hegemônicas nacionais, um desenvolvimento industrial nacional. Desenvolvimento este ancorado nas Forças Armadas, que por sua vez possibilita que este mesmo Estado ganhe cada vez mais autonomia em relação ao conjunto da sociedade. (FAUSTO, 1979).

O Estado se redefine, amplia suas dimensões, e agora como mediador das classes sociais, passa a operar “[...] na formação do sistema, segundo as determinações gerais do sistema e, em particular, da classe dominante, ou suas facções dominantes” (IANNI, 2004, p. 129). Isso implica em dizer que “colocavam-se

em outros termos as tensões e os conflitos entre a civilização agrária, voltada para fora e em crises sucessivas, e a civilização urbana industrial nascente.” (IANNI, 2004, p. 129).

Logo, há tanto uma ruptura como uma recomposição com a cultura agrário-exportadora, e o capitalismo industrial brasileiro se dá, mesmo que muitas vezes em lentas reordenações, mantendo uma relação estreita com este segmento. “Reintegra-se a economia nacional, mantendo sua diversidade e vinculações com o sistema externo.” (IANNI, 2004, p. 132).

Também se voltando para este período, Fernandes (1979, p. 107) indica que, no Brasil, o modo de produção capitalista, em todos os seus circuitos, se constitui numa manifestação tardia, marcada por uma

[...] satelização permanente e de espoliação sistemática da economia agrária, [sendo que] Os estratos possuidores rurais não se ressentem dessa situação porque eles extraem de ambos os processos o privilégio relativo de sua própria condição econômica, sociocultural e política. O mesmo não sucede com as massas despossuídas rurais, que se vêem compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização. (FERNANDES, 1979, p. 107).

Em 1932, a oligarquia paulista tenta retomar o poder exclusivo do Estado, porém é derrotada. E em 1937, numa guinada a direita, Getúlio dá um novo golpe e instaura o Estado Novo, agora descompromissado com uma divisão de poder. Tal episódio é marcante, pois, tendo como pano de fundo referências como nação e povo, que tinham um caráter abstrato, “[...] esse foi o momento em que, através da ditadura, se procurou suprimir os localismos e viabilizar um projeto realmente nacional.” (KOSHIBA, PEREIRA, 1993, p. 311).

Instalou-se um aparelho burocrático racionalizador da administração pública, instituiu-se um sistema de propaganda e de controle das informações propagadas em solo nacional, incrementou-se o aparato repressivo e se controlou sindicatos e organizações populares. Construiu-se também um processo de nacionalização da economia a partir de estatização de setores estratégicos, o que alavancou a industrialização nacional. O Estado tornou-se uma figura concreta, referência da vida nacional.

E assim, o Estado numa prática política que aglutinava tanto objetivos de consolidação e integração nacional quanto de urbanização e industrialização do país, atribui a Mato Grosso o papel de fronteira agrícola produtora de alimentos.

Nesse sentido, num primeiro momento, foi enviado para Mato Grosso, e também para outros estados, interventores que pudessem diminuir a força política dos coronéis regionais. Em seguida, quebrando a força econômica dos usineiros, que em terras mato-grossenses baseavam-se mais nas regiões central e norte, o poder central criou, em 1933, o Instituto do Açúcar e Alcool, IAA, que estabelecia metas anuais de produção que Mato Grosso não conseguia cumprir, o que o deixava de fora dos benefícios estatais. Não obstante, também se passou a exigir cumprimentos de normas trabalhistas. E em alguns casos a força policial se fez presente, invadindo e intervindo no interior das usinas. O resultado foi uma quebradeira generalizada. (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Na política ainda de enfraquecimento das oligarquias mato-grossenses, Getúlio Vargas fomenta a industrialização da erva-mate nos estados de Santa Catarina e Paraná a partir do extrativismo praticado por pequenos proprietários. Paralelo a isto, diminuiu o crédito bancário para monopolistas do setor e criou, em 1938, o Instituto Nacional do Mate, INM, a fim de desenvolver a produção dos pequenos agricultores dos estados do Sul.

Dessa forma, o grande monopólio praticado pela empresa Laranjeira, Mendes & Cia, na região sul do Mato Grosso, que passara a sofrer também uma concorrência argentina, não resistindo à pressão, acabou por entregar as terras arrendadas, propiciando sua ocupação, em sua maioria, por migrantes gaúchos. Já a indústria da borracha, que sofrera com a concorrência asiática, volta a ter um dinamismo entre 1939 a 1945, período da 2ª. Guerra Mundial, haja vista que no país havia dificuldades em importar e exportar produtos manufaturados. Enquanto política pública, foi instalado o Banco do Crédito da Borracha, que comprava e vendia a mercadoria, basicamente para as indústrias nacionais situadas na região centro-sul. Entretanto, com o fim da guerra, novamente a concorrência asiática ofusca a importância do produto nacional. (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Restara a Mato Grosso, enquanto base de sustentação econômica, a pecuária e a extração da poaia, que passara a ser consumida pelo mercado interno nacional. Contudo é a pecuária que marca neste contexto. Utilizando-se de grandes extensões de terras, terá sua produção carreada para a região centro-sul, circuito esse que não raro pertencia a um mesmo grupo econômico. E também em nome do gado comprou-se imensos latifúndios que na realidade serviam apenas como moeda

de especulação para donos que, muitas vezes, nem conheciam o Estado, deixando a terra abandonada, propiciando que muitas vezes fossem ocupadas por posseiros que apenas queriam um pedaço de terra para trabalhar. Esta ocupação, entretanto, era questionada em momentos de transação imobiliária gerando violência, pois os supostos donos, não raras vezes, contratavam os chamados grileiros para expulsar o lavrador e sua família, geralmente com requinte de violência.

A partir deste quadro e em prosseguimento a uma política de ordenação nacional, o governo de Getúlio Vargas, entre outras medidas de impacto geral, inicia um projeto de colonização denominado “Marcha para o Oeste”.

Este projeto, que assinalava para um novo modelo de ocupação para o Mato Grosso, passa a ser construído tendo como discurso justificativo “[...] ocupar o ‘grande vazio demográfico’ e unificar política e economicamente o território nacional.” (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 146). Discurso esse construído a despeito do Estado abrigar, até os anos de 1950, aproximadamente cinquenta povos indígenas espalhados por todo o território. (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007).

Sem divergir deste raciocínio, Galindo e Silva (1995, p. 158) afirmam que desde o fim do século XVII, todo o Centro Oeste, bem como a região Norte, são vistos como “vazios nacionais” e que se pode considerar que é a partir da década de 1940 que o Estado passa de fato a intervir decisivamente no processo de ocupação da região, pois a industrialização, via substituição de importações, exigia uma produção excedente de alimentos a custos razoáveis ao mesmo tempo que “[...] através de exportações de produtos agropecuários necessitava captar divisas para financiar o desenvolvimento urbano industrial do centro dinâmico, principalmente São Paulo, da economia brasileira”. No caso específico do Mato Grosso, esse processo foi sentido mais no sul do Estado, hoje correspondendo ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Contribuindo para o entendimento de tal realidade, principalmente no que tange a atuação do Estado Nacional na organização econômica, política e territorial do país, Ianni (2004, p. 44) indica que “[...] as manifestações governamentais [...] estão numa relação íntima com as configurações mais típicas do sistema econômico-social e político”. O mesmo autor pondera ainda que a política estatal se orienta no sentido da defesa setorial “[...] com a regularização da produção em face do consumo interno e externo [sendo que] os instrumentos criados nessa conjuntura

destinavam-se precisamente a estabilizar o sistema produtivo vigente [...]” (IANNI, 2004, p. 45). E não é sem razão que, em 1943, Mato Grosso é desmembrado dando origem ao território de Ponta Porã, que na Constituição de 1946 teria sua institucionalização anulada, e o território de Guaporé, que em 1946 passa a se chamar Rondônia.

Assim, no interior desse processo, o projeto “Marcha para o Oeste” iniciado sob os auspícios do Estado Novo, tendo como referência a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central, comandadas pelos irmãos Villas Bôas, não obstante ter como objetivo a construção de infraestrutura e a criação de cidades como pontos de apoio ao projeto de ocupação do Estado do Mato Grosso, teve também como resultado a desobstrução de áreas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

Ou seja, as políticas públicas construídas visando a ocupação e exploração econômica do Estado de Mato Grosso, em apoio a um projeto de dimensões nacionais, garantiram a elevação ao estatuto de públicas “as terras que estavam incorporadas aos territórios tradicionais dos povos indígenas, facultando ao Estado Nacional o direito e o poder de executarem a alienação dessas áreas ao domínio privado.” (CASTRILLON FERNANDEZ, 2007, p. 157).

Diante de tal quadro, Mato Grosso, adjetivado como grande detentor de terras inexploradas e imensos vazios demográficos, serviu de referência para os programas voltados à unificação da fronteira política com a fronteira econômica, a despeito da desterritorialização e até extinção de inúmeros povos que já habitavam este espaço. E nessa construção, o Estado Nacional se apresentará como protagonista central.

Nesse processo, o projeto “Marcha para o Oeste” embasado em assentamentos em pequenas propriedades, preferenciava migrantes da região sul do país, pois se acreditava que os mesmos possuíam experiência no trato com a terra além de terem geralmente economias que garantiriam um início sem grandes dificuldades. As terras seriam cedidas provisoriamente por três anos e só então se receberiam os títulos definitivos. Contudo, este empreendimento estatal teve seus efeitos relativizados, pois a despeito de seus impactos sobre as nações indígenas, a medida que o endividamento dos pequenos proprietários crescia, assim como também a especulação em torno das terras do Mato Grosso, projetos como as



“Colônias Agrícolas Federais” montados no sul de Mato Grosso foram se esvaziando, pois os trabalhadores ou vendiam suas terras, muitas vezes sem documentação, ou então simplesmente a abandonavam, engrossando um contingente de despossuídos que as vezes voltavam aos seus lugares de origem, ou as vezes permaneciam dentro do próprio estado procurando um lugar melhor, ou então passavam a trabalhar como empregados para outros proprietários. (SIQUEIRA, COSTA, CARVALHO, 1990).

Nesta dinâmica, a partir de uma lógica pensada em outros centros, construiu-se um papel específico para o Mato Grosso dentro de uma unidade nacional, não obstante esta mesma lógica engendrar processos internos específicos que colocavam geralmente em campos opostos, pobres oriundos de outras regiões, habitantes originários da terra, grupos de empresários e agentes governamentais. Região produtora de alimentos, reservatório de pobres agricultores de outras regiões, e banco de terras que tal qual uma agência financeira, prometia uma alta taxa de capitalização.

Nesse contexto, promovendo e financiando uma divisão regional interna do trabalho, o Estado Nacional caminha para sua consolidação tendo como mote a neutralização das forças políticas no plano interno e se autopromovendo como força central do dinamismo nacional. No plano internacional estabelece um compromisso ambíguo com forças externas, ora com países de inspiração nazi-fascista (Alemanha e Itália), ora com os Estados Unidos da América. (GAMBINI, 1977).

Ao final da 2ª. Guerra Mundial, em 1945, já em posição política francamente favorável aos princípios propagados, principalmente pelos Estados Unidos da América, o Estado Novo, repressor e centralizador, não mais se sustentava. Assim, canalizando tensões internas oriundas dos mais diversos setores, os militares que retornavam vitoriosos da guerra contribuíram para depor Vargas, sendo que neste movimento, as forças políticas dominantes se recompuseram. Entretanto, “[...] o status periférico da economia e sua posição de dependência política face aos centros desenvolvidos do capitalismo internacional permaneceram inalterados.” (GAMBINI, 1977, p. 170).

## 1.2 A era do desenvolvimentismo brasileiro

### 1.2.1 A inserção do Brasil na era do desenvolvimento econômico ocidental

Com o fim da 2ª. Guerra Mundial (1945) e com a consolidação dos Estados Unidos da América como país hegemônico, o Brasil e, por extensão, também o estado do Mato Grosso serão influenciados por uma nova acomodação do capitalismo mundial.

Referenciando-se em David Harvey, se pode afirmar que tal período, que se estende de 1945 até início dos anos de 1970, se caracteriza, sobretudo, por definir “[...] um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [singular], e que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-Keynesiano”. (HARVEY, 2009, p. 119).

Tal concepção baseia-se na argumentação que no período se consolida o modelo fordista de produção, visto como uma “racionalização produtiva rígida”, que traz em seu bojo a perspectiva de uma massificação de consumo de bens duráveis, aliada a um modelo de Estado tipo Keynesiano, forte, que interfere decisivamente na regulação do trabalho assim como na proteção do livre mercado.

Nesta interface dialética

[...] o capitalismo se [dedica] a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas [assim como outros países, onde] o Estado intervinha fortemente em grandes projetos de reconstrução nacional, na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transportes e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. (HARVEY, 2009, p. 125).

Esse processo propiciou que os países industrializados se tornassem simultaneamente grandes importadores de matérias-primas e exportadores de seus produtos industrializados.

Harvey (2009) informa ainda que neste período no mundo capitalista se consegue, embora de forma tensa e conflituosa, um equilíbrio entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, o que possibilitou a expansão do capitalismo para inúmeros países.

Assim, o grande poder corporativo fazia a sua parte assegurando o crescimento de investimentos na produção, o que gerava a expectativa de elevação de padrão de vida de todos e uma base estável de lucros para os capitalistas. A sustentação desta ordem baseava-se em forte inovação tecnológica, o que demandava “altas somas em capital fixo, melhoria da capacidade administrativa na produção e no marketing e mobilização de economias de escala mediante a produção do produto.” (HARVEY, 2009, p. 129).

Os sindicatos dos trabalhadores, por sua vez, mediante garantias de ganhos salariais, comprometiam-se em fazer planos de aumento de produtividade.

O Estado, elemento importante nesta lógica, controlava ciclos econômicos através de políticas fiscais e monetárias, além de investir em setores estratégicos da sociedade que garantiam produção, consumo e emprego.

Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta e indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 2009, p.129).

Ou seja, há uma combinação entre

[...] empresas com alta racionalização, centralização e integração vertical com sindicatos nacionais e com uma substancial expansão do Estado, além disso, usava-se a elevada especialização e mecanização da produção, a burocratização das empresas, o planejamento extensivo e o controle burocrático de ‘cima para baixo’. (BONANNO, 1999, p. 25).

Neste acordo tácito entre capital e trabalho “[...] transfere-se o controle da produção para a área gerencial, mas, ao mesmo tempo, aumenta-se o papel do trabalho no discurso político, nos planejamentos e no âmbito da legislação do trabalho.” (BONANNO, 1999, p. 28).

Neste contexto, amplia-se e consolida-se este arranjo social, até mesmo porque o sistema fordista-keynesiano dependia deste equilíbrio para consolidar outro elemento importante em sua lógica: a expansão nos fluxos do comércio mundial e investimentos financeiros.

Os Estados Unidos, por sua vez, garantem esse modelo mantendo sua hegemonia financeira a partir do acordo de Bretton Woods, assinado em 1944 que transforma o dólar na moeda reserva mundial vinculando o

[...] desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de

uma abertura dos mercados de capitais e de mercadorias ao poder das grandes corporações. (HARVEY, 2009, p. 131).

No entanto, apesar de todo o poderio, a existência do chamado mundo socialista, comandado pela extinta União Soviética, e a pobreza reinante nos países denominados de Terceiro Mundo, obrigavam os EUA a explicitarem a sua hegemonia. “[...] Precisavam deixar totalmente clara sua nova posição no mundo [...]” (ESTEVA, 2000, p. 59).

Tal posicionamento é explicitado de forma incisiva na posse do Presidente E. Truman, em 20 de janeiro de 1949. Em discurso emblemático, o presidente afirma que ali iniciava-se não apenas uma nova administração, mas “um período que será cheio de acontecimentos, talvez decisivo, para nós e para o mundo.” (TRUMAN, 1949). Denunciando ainda o comunismo como uma falsa filosofia e uma ameaça aos esforços das nações livres em “provocar a recuperação do mundo e a paz duradoura”, o presidente destaca quatro pontos que pautarão a agenda dos EUA para os próximos anos:

1. Apoio às Nações Unidas;
2. Continuação dos programas para a recuperação econômica mundial através do crescimento do comércio mundial;
3. Fortalecimento das chamadas nações livres contra os perigos da agressão;
4. Embarque “em novo programa arrojado para tornar os benefícios [dos] avanços científicos e o progresso industrial disponíveis para a melhoria e crescimento de áreas subdesenvolvidas.” (TRUMAN, 1949).

Truman fundamenta tal assertiva pontuando que mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições próximas da miséria, e que nesse sentido os EUA deveriam

[...] disponibilizar para as pessoas de ‘paz e amor’, os benefícios de nosso estoque de conhecimento técnico, para ajudá-las a realizar suas aspirações por uma vida melhor. E em cooperação com outras nações, deveríamos promover o investimento de capital em áreas carentes de desenvolvimento [e] Com a cooperação de negócios, capital privado, agricultura e mão-de-obra neste país, o programa pode aumentar profundamente a atividade industrial em outras nações e pode elevar, substancialmente, seus padrões de vida; (TRUMAN, 1949).

O quarto ponto de seu discurso será um marco histórico, pois ao mesmo tempo em que se reconhece que mais da metade do planeta vive na miséria, destaca que há um caminho que se pode e deve ser trilhado para mudar essa realidade, o do desenvolvimento. E mais que isso, há um protagonista que vai resolver esta situação: Os Estados Unidos da América!

Porém, há que se destacar que não obstante a perspectiva de se “levar” às nações pobres o desenvolvimento redentor, é lembrado com ênfase que esse processo deve ser racionalizado, ou seja,

[...] Tal novo desenvolvimento econômico deve ser elaborado e controlado para beneficiar os povos das áreas nas quais eles estão estabelecidos. Garantias para o investidor devem ser equilibradas pelas garantias no interesse das pessoas cujos recursos e mão-de-obra, são dedicados a esse desenvolvimento. (TRUMAN, 1949).

Estabelece-se aí o que vem a ser desenvolvimento para o mundo capitalista. E, de fato, há uma concordância histórica, conforme endossa Esteva (2000, p. 60), que

Ao usar pela primeira vez, em tal contexto, a palavra ‘subdesenvolvimento’, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana.

No entanto, tais desejos precisavam ser instrumentalizados a fim de se materializarem.

Foi neste contexto que o planejamento para o desenvolvimento numa perspectiva capitalista se consolida e torna-se uma unanimidade. Nesse sentido,

As técnicas e práticas de planejamento foram essenciais para o desenvolvimento desde o seu início. Simbolizando a aplicação do conhecimento científico e técnico ao setor público, o planejamento deu legitimidade às tarefas do desenvolvimento e alimentou as esperanças nele depositadas. (ESCOBAR, 2000, p. 211).

A partir desta perspectiva, pode-se dizer que o Brasil encampa este projeto desde o seu início quando em rodada de negociações com os EUA, em 1950, o governo de Eurico Gaspar Dutra abre caminho para que se crie, em 1951, já sob o segundo governo de Getúlio Vargas, a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. E é nesse período, entre o final da década de 1940 e década de 1950, que se trava no país um amplo debate sobre o atraso econômico de regiões periféricas, notadamente o Nordeste e a Amazônia. E com este enfoque, o presidente Getúlio Vargas cria, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), objetivando dinamizar o

desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da região amazônica à economia nacional.

Tal proposição, materializada na Lei 1.806 de 06/01/1953, traz explícita a ideia de planejamento a partir do princípio de regionalização, instituindo em seu artigo 2º que,

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido em lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º. A do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º. E a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Esta Lei, entre outras pretensões, destina-se a

Art. 7º. a) promover o desenvolvimento da produção agrícola [...]; h) estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região pela alimentação a assistência à saúde o saneamento a educação e o ensino; a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do País, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados em áreas escolhidas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica; l) incentivar o capital privado ao sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento de riquezas regionais inclusive em empresas de capital misto ou em consorciação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. (BRASIL, 1953, Lei nº 1.806 de 06/01/1953).

Buscando em Corrêa (1999, p. 189) contribuições que possam auxiliar para a explicação desse processo, percebe-se que a partir da Segunda Guerra Mundial emergirá uma etapa superior da espacialidade capitalista: a globalização. Esta globalização contribuirá para tornar ainda mais complexa a “[...] fragmentação articulada da superfície terrestre”. Isto implica em dizer que esta nova dinâmica espacial capitalista

[...] coloca a região no centro do debate, pois, essa fragmentação da superfície terrestre se exprime agora, tanto “na divisão territorial do trabalho que se caracteriza diretamente por especializações produtivas[quanto] por outras características sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis. [nesse sentido, a articulação dar-se-á] pelos diversos fluxos materiais que percorrem a superfície terrestre, integrando pontos e áreas diversas. (CORRÊA, 1999, p. 189).

Pode-se afirmar a partir de tal posicionamento que a nova configuração econômica e a política mundial não geraram uma homogeneização global, mas, sim, tanto ratificou como retificou diferenças espaciais já existentes. Assim, o capitalismo industrial cria, desfaz e refaz unidades regionais nos diferentes continentes. Logo, as regiões

[...] preexistentes, refeitas ou recém criadas, por outro lado, tornaram-se articuladas, originando uma economia mundial cuja configuração espacial que se assentava em um único mosaico, passou a tornar cada vez mais complexa, constituída de regiões de diversas dimensões, formas e conteúdos. (CORRÉA, 1999, p. 190).

Há que se dizer que nesse contexto, o debate acerca do conceito, natureza e estrutura da região, toma corpo e torna-se um conceito em disputa. Haersbaert (2005, p. 198), debatendo as várias perspectivas teóricas e metodológicas a respeito do termo, dirá que a ideia de região apresentar-se-á

[...] como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e o local [Logo] como parte da totalidade está presente em todas as sociedades [e que essa totalidade] tem dimensões variadas de acordo com as sociedades e os momentos históricos determinados.

Já Limonad (2004) afirma que região é uma construção social que atende interesses políticos precisos, “[...] mesmo em se tratando de uma região funcional, ou da região natural. A sua taxonomia e categorização científica podem inclusive seguir distintos procedimentos científico-metodológico e ter por base critérios e cartografias precisas [...]”. Assim, a região é construída e formada num processo que envolve sujeitos distintos em “[...] múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos sócio-espaciais histórica e geograficamente localizados.” (LIMONAD, 2004, p. 58).

Neste debate, pode-se afirmar que a criação da Amazônia Legal, termo consolidado e popularizado a partir de 1964 com os governos militares, está devidamente contextualizada ao período pós-guerra em que o capitalismo rearticula-se, o que implica em dizer que as relações sociais também se reajustam, de forma tensa, é verdade, porém sem colocar em risco a ordem do livre mercado e produção. Isto significa que o espaço também é repensado e rearticulado, o que justifica a relevância da região na dinâmica histórica que ora se desenvolve.

Logo, é possível dizer a partir destes referenciais, que uma regionalização pode

[...] fundamentar uma reflexão teórica ou atender as necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função de finalidade a que se propõe a atender e poderão estar pautadas em diversos modelos. (LIMONAD, 2004, p. 59).

Tavares (2002, p.230) exemplifica esse processo esclarecendo que as políticas de desenvolvimento regional, institucionalizaram-se primeiramente nos

países ditos desenvolvidos, como recursos para resolverem problemas específicos e é só num segundo momento “[...] que se difundiram em países e regiões [mais pobres], passando em muitos casos por filtragens e adaptações.” Pontua-se ainda que a prática de planejamento de desenvolvimento regional contemporânea toma sua forma mais precisa a partir da experiência inglesa (Plano Abercombrie 1944 – 1946), que por sua vez inspira-se em projetos ainda da década de 1930. O autor informa também que ao longo dos decênios de 1950 e 1960 praticamente todos os países europeus adotaram políticas de planejamento regional em seus territórios, sendo que essas políticas regionais “[...] foram então concebidas como tarefas do Estado-nação, que deveriam ser conduzidas de forma centralizada.” (TAVARES, 2002, p. 234).

No que diz respeito ao Brasil, pode-se dizer que as primeiras experiências de planejamento do desenvolvimento regional tiveram início na segunda metade dos anos de 1950 e se materializaram com a criação da SUDENE (1958), “[...] que teve atuação efetiva nos primeiros anos da década de 60, e com o I Plano Quinquenal para a Amazônia em 1955 [a partir da criação do SPVEA-1953].” (KON, 1999, p. 36). Dessa forma, com a adesão do Brasil aos princípios de desenvolvimento econômico pautados principalmente pelos Estados Unidos, o país verá entre os anos 1950/1960 uma diversificação do parque industrial e um forte crescimento urbano, além de novas formas de inserção de agricultura no mercado. (KON, 1999).

A partir da década de 1950, mediante utilização de uma gama de insumos artificiais, difusão de inovações químicas e mecânicas, há uma reestruturação produtiva da agropecuária, contudo dirigida a regiões bem delimitadas, e produtos específicos tais como cana-de-açúcar, café, algodão, trigo e cacau, que gozavam de privilégios creditícios por parte do Estado. (MÜLLER, 1989).

Assim, a chamada Revolução Verde, desenvolvida nos Estados Unidos da América, a partir de uma aliança principalmente entre o Estado Norte Americano e o grupo privado Rockefeller a partir de 1943, porém popularizada em outros países a partir da década de 1950, é a forma como grupos transnacionais a partir de uma internacionalização de seus interesses começam a influenciar governos de países como o Brasil no modo de condução da agricultura. Nesse sentido, muito embora de forma restrita em seus primeiros anos, pode-se dizer que aí começa o processo de capitalismo no campo brasileiro.



Aliado de primeira hora a uma perspectiva desenvolvimentista vinculada ao crescimento econômico, ancorada na industrialização, que devia ser elaborada via planejamento, o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961), através do Plano de Metas, é o pioneiro no Brasil a aplicar, de fato, o planejamento governamental de forma generalizada. Absorvendo as informações contidas no Relatório da Comissão Mista Brasil-EUA, o Plano de Metas traçou e executou planos para o setor de energia, de transportes, alimentação, de indústria de base, de educação, sendo que a obra de grande impacto foi a construção de Brasília. (LAFER, 1975). Esta construção tornou-se um grande avanço e símbolo naquilo que diz respeito ao processo de integração do Centro-Oeste e da Amazônia à economia nacional.

Neste contexto, em relação à agricultura, nota-se que a mesma além de abastecer o mercado interno e gerar divisas com a exportação de produtos, “[...] deveria ser principalmente, consumidora de bens de produção e insumos modernos fornecidos pelas indústrias estrangeiras do setor agroindustrial.” (MORENO, 2005, p. 37). Para tanto, a colonização torna-se estratégica neste processo uma vez que propiciava, simultaneamente, povoamento de regiões tidas como vazias populacionais, braços para produção de alimentos e esvaziamento de tensões no campo que se manifestavam em várias regiões do país.

Contudo há que se levar em conta que, com a deposição de Vargas em 1946, o que culminou também com a eliminação de todo um arcabouço legislativo sobre a questão agrária, houve a volta da aristocracia rural ao cenário político. Soma-se a isto o êxodo rural e a baixa produtividade agrícola no período. Neste cenário, no período JK, muito embora a questão agrária estivesse no centro dos debates nacionais, as ações governamentais continuaram a dar prioridade para a consolidação do parque industrial nacional.

Nesta conjuntura, de crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial, se multiplicaram as lutas sociais no campo atingindo várias regiões do país, o que teve o efeito de dar uma dimensão política às mesmas. E conforme Santos (1993),

Embora as bases sociais dessas lutas agrárias tenham sido bem variadas, as formas de organização diversificadas e as formulações ideológicas múltiplas é certo que elas expressavam a inquietação e a revolta das

populações rurais, tanto do sul como no nordeste, face às suas condições de vida e de produção. (SANTOS, 1993, p. 38).

Na medida em que os camponeses se articulavam politicamente, JK dá um novo impulso à criação de núcleos de colonização, casada com uma política de migrações internas.

Assim, o estado do Mato Grosso, também se insere nesses novos tempos a partir do momento em que se aparelha institucionalmente para efetivar uma ampla política de colonização. Neste território, entre as décadas de 1940 e 1960, foram implantados cerca de 30 núcleos de colonização, sendo 23 em áreas do atual Estado,

[...] abrangendo aproximadamente 400 mil hectares, que foram ocupados por cerca de 69 mil colonos. O Estado também firmou contratos com cerca de 29 empresas particulares de colonização, estabelecendo concessões de terras públicas, com áreas médias de 200 mil hectares. Ofereceu ainda, lotes de 10 mil hectares a pessoas físicas, colonizadores individuais, sobretudo por garimpeiros provenientes de áreas de garimpo em decadência, no Estado. (MORENO, 2005, p. 55).

Contudo, conforme Moreno (2005, p. 60), tais números não foram suficientes para expandir e diversificar o mercado interno de alimentos. Por outro lado, “[...] foram criadas as condições jurídicas e institucionais necessárias à apropriação privada da terra, que foi sendo adquirida em grandes extensões ao longo desses anos e reservada para futuras negociações.” E tal política fundiária voltava-se principalmente à alienação de terras sem um programa social definido. “A finalidade era exclusivamente mercantil: ou servia de troca no poder ou servia de fonte de renda para os cofres do estado.” (MORENO, 2005, p. 193).

Ou seja, Mato Grosso neste período passa ao largo do desenvolvimento industrial do país, que se dinamizava nas regiões Sudeste e Sul.

Porém, o Brasil sai dos anos eufóricos de meados de 1950 a início dos anos de 1960 perdendo seu dinamismo econômico. Além disso, constata-se que no Brasil e em vários outros países que optaram por uma política de substituição de importações “[...] a renda estava mais concentrada que antes e as novas indústrias não criaram empregos suficientes para a população urbana em rápido crescimento.” (BAER, 2002, p. 93).

Nesta conjuntura política e econômica, o presidente Jânio Quadros, que assumira o poder em 1961, renuncia logo a seguir provocando um tenso debate sobre a legitimidade de posse do então vice João Goulart, deixando ainda o país

com significativo déficit na balança de pagamentos, alta taxa inflacionária e uma dívida externa que aumentava exponencialmente. Assumindo de fato o governo em 1962 mediante um plebiscito, o vice João Goulart recebe o país num quadro instável propondo reformas de base que visavam os setores administrativo, bancário, fiscal e agrário da nação. Neste contexto, o movimento camponês, em processo ascendente de articulação e politização, cada vez mais colocava na ordem do dia a pauta que exigia uma redistribuição da propriedade fundiária. Porém, ao não conseguir implantar as reformas na sua totalidade, João Goulart passa a sofrer pressões populares, até que, em 1964, impotente em debelar a crise, sofre um golpe militar apoiado por setores conservadores da sociedade brasileira.

### **1.2.2 Brasil sob a ditadura militar**

Iniciando um período ditatorial, que vai de 1964 a 1985, e com as atenções voltadas prioritariamente à industrialização através de políticas de incentivos fiscais e financeiros, bem como aos investimentos em infraestruturas, principalmente de energia, transportes e comunicação, além de repressão às forças opositoras, o governo militar brasileiro define medidas para expandir o mercado interno e descentralizar a produção. Duas faces do que seus autores denominam política de “integração nacional”. E o instrumento eleito para obter esse resultado

[...] é a criação de polos regionais no Sul e no Nordeste, do tipo agrícola-industriais, e no Planalto Central e na Amazônia, de natureza agrícola-minerais. Dessa forma, complementar-se-ia o grande polo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte. (TAVARES, 2002, p. 238).

Nesse sentido, o ciclo de governos militares, que tinha como referência de elemento dinâmico da política econômica brasileira o processo de substituição de importações enquanto responsável pela industrialização e modernização do Brasil, constrói em sua pauta de planejamento o objetivo de frear com a escalada inflacionária, que acompanhou todo o processo anterior de industrialização, criar mais de um milhão de novos empregos por ano, retomar o crescimento do país, reverter a relativa estagnação do setor agrícola no que diz respeito à produtividade e sedimentar uma política de desenvolvimento regional que atenuasse as desigualdades regionais de renda, prioritariamente via investimentos e isenções

fiscais na região Nordeste e Amazônia Legal. O poder central tomou ainda para si a tarefa de fortalecer a política de exportações.

A partir de uma política de investimentos em infraestrutura, modernização da agricultura, incentivo à iniciativa privada, e intervenção direta no processo econômico do país, os militares explicitaram que o desenvolvimento econômico e social do Brasil passava pelo crescimento econômico. Crescimento esse que deveria caminhar paripasso a uma preocupação com a integração nacional, haja vista que, nesta perspectiva, a segurança nacional se aliava a expansão da fronteira agrícola e a ocupação de regiões limítrofes.

E é nesse contexto político e econômico que a Amazônia Legal consolida-se como região estratégica fazendo parte de um plano geopolítico que trazia em si componentes políticos, econômicos, sociais e culturais.

Assim, federalizando a maior parte das terras devolutas da Amazônia Legal, o Governo Federal pôs sob controle o processo de distribuição de terras por meio dos projetos fundiários implantados pelo INCRA nesta região. Naquilo que diz respeito a Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, “[...] mais de 60 % das terras devolutas situadas sob sua jurisdição foram federalizadas como condição para a implementação dos empreendimentos idealizados para o seu território pelo Governo Federal.” (MORENO, 2005, p. 39).

Um projeto de tal dimensão foi justificado no seio dos detentores do poder político nacional com o argumento de que, no tocante a Amazônia Legal,

[...] para conhecê-la como é preciso, impõe-se torná-la mais próxima e mais aberta para se poder povoá-la. Assim, a política do Governo na Amazônia está voltada prioritariamente para a realização de um gigantesco esforço de integração, no duplo objetivo da descoberta e da humanização. (MEDICI, *apud* LIMA *et al.* 1971, p. 05).

De forma mais pontual, o General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, na condição de Ministro do Interior, em conferência pronunciada no II Fórum sobre a Amazônia, no mês de maio de 1968, indica que o projeto sobre a Amazônia Legal encontra-se em sintonia com “[...] o consenso internacional de que a libertação do subdesenvolvimento constitui [...] irrecusável demonstração de lucidez dos grandes estadistas.” (LIMA, *et al.*, 1971, p. 13). Cabia assim a este ministério, integrado a outras esferas do poder, alavancar um amplo projeto de desenvolvimento regional que explicitava, entre outras coisas, a capacidade de ordenar os meios mais

apropriados “[...] para estabelecer os critérios mais fundamentais na ocupação do território, segundo os aspectos de segurança e economicidade, esta em função do uso dos recursos humanos e naturais.” (LIMA, *et al.*, 1971, p. 16).

Na mesma ocasião este ministro indica, ainda, que alguns obstáculos precisam ser superados a fim de viabilizar a Amazônia Legal: A extensão física e a baixa densidade demográfica; o desconhecimento do potencial efetivo de recursos humanos; a escassez de recursos humanos para ocupação das fronteiras econômicas e geográficas; dificuldade de abastecimento de produtos e alimentos; predominância da economia informal o que gera subemprego; insuficiência de espírito empresarial; falta de coordenação entre os órgãos públicos locais. (LIMA, *et al.*, 1971).

Com o propósito de superar tais obstáculos, alguns pontos devem ser destacados:

1. A ocupação dos espaços vazios não será realizada jamais em curto tempo. [...]
2. A ocupação do território amazônico deverá iniciar-se pela seleção de determinadas áreas estratégicas e de alguns centros de desenvolvimento, onde já existam tênues camadas populacionais.
3. Nenhum plano de ocupação terá validade se não contar com a participação decisiva das Forças Armadas, no seu conjunto, a cujo papel relevante e insubstituível caberá a defesa do patrimônio nacional. As Forças Armadas, por sua vez, deverão compreender que não se trata de uma operação meramente militar, [mas sim] de interesse econômico-social, segundo os conceitos de desenvolvimento.
4. À ocupação da Amazônia deverá caber, inicialmente, aos nacionais da própria área, do Nordeste ou de outras regiões do Brasil. Após, então, deverão ser estabelecidas as correntes imigratórias que mais convenham aos nossos interesses.
5. A ocupação da Amazônia não está na dependência exclusiva dos seus cursos d’água. Exige-se uma nova compreensão no sentido de que seja executada uma política rodoviária de integração nacional e regional de significado econômico. Entretanto, impõe-se, como condição essencial à vida da região, a melhoria da navegação amazônica sob todos os aspectos.
6. Impõe-se, igualmente, a manutenção, ainda por muito tempo, dos incentivos fiscais que são aplicados pela SUDAM. Entretanto, outros recursos deverão ser procurados para a Amazônia, inclusive buscando-se a técnica e o capital estrangeiro, nas condições por nós aceitas e aplicadas, segundo a prioridade por nós estabelecida.
7. Não se deve esquecer de que a ocupação da Amazônia é, antes de tudo, um problema de engenharia e como tal toda ênfase deve ser dada ao aproveitamento da nossa engenharia civil e militar, apoiada na mais apurada tecnologia.
8. Seria conveniente o estudo da desapropriação de terras ao longo das estradas, em faixa nunca inferior a 25 km, de cada lado, para o estabelecimento, nas terras devolutas, de uma estrutura agrária, muito

diferente daquela do Nordeste, responsável, em grande parte, pelos inúmeros problemas lá existentes.

9. Recomenda-se que a ocupação da Amazônia deva se dar através da implantação de uma infra-estrutura capaz de dar adequado apoio educacional, sanitário e social aos que para lá se dirigirem ou que lá estejam. (LIMA, *et al*, 1971, p. 30).

Com propostas desta envergadura e através de um golpe militar e do estabelecimento de um governo autoritário e centralizador (1964-1985), tal qual sugerem Becker, Egler (1993), o Brasil ingressa finalmente na modernidade, porém de forma conservadora e por via não democrática.

Tal afirmativa sustenta-se no fato de que a proposta de modernização privilegia grupos sociais, setores de atividades e lugares selecionados onde o espaço torna-se instrumento e condição deste processo modernizante. Assim, a gestão estatal do território

[...] foi eminentemente estratégica, envolvendo não apenas sua administração em termos econômicos, mas também as relações de poder. [tal gestão foi ainda] um instrumento essencial para produzir fronteiras, [Amazônia Legal] enquanto indutora de rupturas, garantir domínios, [Nordeste brasileiro] enquanto suporte do *stablishment* e consolidar uma cidade mundial, [São Paulo] enquanto nexos com a economia mundo. (BECKER; EGLER, 1993, p. 169-212).

Dado à ausência de organizações sociais preexistentes capazes de oferecer resistência, o governo federal assumiu diretamente a iniciativa de modernização, “implantando [uma] malha programada em tempo acelerado e numa escala gigantesca que transformou parte das antigas regiões Centro-Oeste e Nordeste e toda a região Norte numa grande fronteira nacional [...]” (BECKER; EGLER, 1993, p. 212).

Ampliando um pouco mais o debate acerca deste processo denominado modernização conservadora, Pires, Ramos (2009) esclarecem que este conceito teve seu uso original na obra de Moore Junior (1975) quando o mesmo, analisando as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão, identificou um pacto político que preservava estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime. Pacto este que conduziria a regimes políticos autocráticos e totalitários, tais como o nazismo e o fascismo, unia a burguesia e os terratenentes, excluindo do processo tanto os proletários quanto os camponeses naquilo que diz respeito a direitos plenos de democracia e cidadania.

Nesta análise, recuperando Marx e Engels quando os mesmos nominam de “Revolução a partir de cima” o Estado Prussiano de Bismark, onde se verifica uma sociedade em que os proprietários da terra não a perdem e nem tão pouco o poder no processo revolucionário, Pires, Ramos (2009, p. 414), sintetizam que

Portanto, a Modernização Conservadora, e as Revoluções Vindas de Cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando de um pacto político entre as classes dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados.

Os autores esclarecem ainda que, no Brasil, coube a Alberto Passos Guimarães, em 1977, o emprego deste conceito ao utilizá-lo num contexto em que se estabelecia o aumento da produção agropecuária mediante renovação tecnológica sem que a estrutura agrária nacional sofresse qualquer mudança de fundo. (PIRES, RAMOS, 2009).

Indo um pouco mais além, o que se verifica é que o Estado em sua tarefa de promover tanto a constituição de empreendimentos capitalistas quanto a concentração e centralização de capital, atuou, naquilo que diz respeito às atividades agrícolas, em duas frentes: se por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, “[...] o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo.” (IANNI, 1979, p. 16). E, em ambas as frentes, o controle coube a empresas estrangeiras, nacionais ou associadas.

Pode-se dizer assim que o que se vivencia no Brasil é a inauguração

[...] de uma época de desenvolvimento capitalista intenso e generalizado, na indústria e agricultura, na cidade e no campo [e] o que já era uma tendência predominante nas décadas anteriores, adquiriu maior força, amplitude e intensidade quando o capital monopolista capturou quase que totalmente o aparelho estatal. (IANNI, 1979, p. 20-25).

Nesta lógica, formatando-se a base para a política de modernização no campo, mesmo às custas de um alto preço social e corrupção endêmica, assim como em outros setores, em 04 de novembro de 1971, através da Lei 5.727, o Governo Federal dispõe do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, I PND,

para o período de 1972 a 1974, explicitando e reafirmando que a política de desenvolvimento agrícola se fundará essencialmente,

1) No Sistema, já montado, de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e a transformação tecnológica do setor agrícola. 2) Na disseminação do uso de insumos modernos, de forma diversificada para o Centro Sul e Nordeste, atentos sobre a absorção de mão-de-obra. 3) No programa, já em curso, de pesquisa em grande dimensão, a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo. (BRASIL, Lei 5.727, 04/11/1971).

Ainda neste documento, a estratégia para a Amazônia é colocada de forma clara, ou seja,

[...] que é a de integrar para desenvolver, [sendo que] assentará em duas linhas mestras, complementares e interdependentes: I – Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira: de um lado com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste. II – Ocupação econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem estar da região. (BRASIL, Lei 5.727, 04/11/1971).

Entretanto, para se atingir este objetivo, é preciso superar um problema de fundamental importância, que é identificado como estrutural: Se por um lado os preços dos produtos agrícolas elevaram-se, por outro, as safras tinham seus rendimentos aquém do esperado e caindo, o que concorria para que o país necessitasse importar alimentos. Além disso, o cerrado brasileiro, área equivalente a 207 milhões de hectares, era considerado inadequado e pobre para a agricultura com um solo árido e pobre.

Na busca de resolver este problema, criou-se, em 1972, através da Lei 5.851, em 07 de dezembro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, com o propósito de se ter uma agência nacional de produção de conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do país. E paralelo a isto, iniciou-se também uma política agressiva de qualificação de doutores nesta área em universidades estrangeiras, financiada basicamente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, Fundação Rockefeller, e outras agências. (RYDLEWSKI, COUTO, 2011).

Sucedendo o General Emílio Garrastazu Médici, o presidente Ernesto Geisel intensifica a política de desenvolvimento para a Amazônia Legal, explicitado no II Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975 – 1979 -, argumentando que a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste realizar-se-á através dos seguintes campos de atuação: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia



(POLOAMAZÔNIA), Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Mineral, política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia, Conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus e execução de seu Distrito Agropecuário. (BRASIL, Lei 6.151, 04/12/1974).

Enquanto estratégia de integração nacional, o Estado considera o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste inseridos numa política global que “leva em conta as relações de tais macrorregiões com o Centro-Sul, do ponto de vista principalmente do fluxo de mercadorias, num sentido e no outro, e do fluxo de capitais e tecnologia, do Centro-Sul para as outras áreas.” (BRASIL, Lei 6.151, 04/12/1974).

No que se refere à agricultura, um dos pontos para se atingir este objetivo é a

Política de colonização e desenvolvimento agropecuário orientado (Além do que se realizar de forma espontânea), a ter lugar dentro de estratégia que conjuga programas de colonos e pequenos agricultores, com programas a serem realizados através de empresas rurais – pequenas, médias e grandes -, assim como de empresas de colonização. (Brasil, Lei 6.151, 04/12/1974).

Indica-se ainda em tal documento que é

[...] necessário que a Agricultura e a Pecuária passem a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento [efetivando] a vocação do Brasil como supridor de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados [sendo que] o objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária brasileira. Através da ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande -, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo. (Brasil, Lei 6.151, 04/12/1974).

Continua o documento explicitando que “Serão pontos principais desse esforço de modernização: Expansão da utilização de insumos modernos [...] Expansão da Agroindústria” (Brasil, Lei 6.151, 04/12/1974). E faz parte ainda das intenções governamentais, a Execução da Reforma Agrária e de Programas de Redistribuição de Terras, Estratégia de ocupação de novas terras, principalmente no Centro-Oeste, Amazônia e vales úmidos do Nordeste.

Dando materialidade a este programa, o governo federal cria, entre outras ações, através do Decreto 75.320 em 29 de janeiro de 1975, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, POLOCENTRO, com o objetivo de “promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características de cerrado.” (BRASIL, Decreto 75.320, 29/01/1975). Ainda

focando tal estratégia é criado em 1977, através da Lei Complementar 31/77, em 11 de outubro, o Estado de Mato Grosso do Sul, abaixo do Paralelo 16°, desmembrando-o do Estado de Mato Grosso que ficara com a totalidade de sua área inserida na Amazônia Legal. De certa forma, com esta divisão, estabelecia-se também que ao norte ficava a região do atraso e ao sul a região dinâmica, mais ligada ao centro sul.

É no interior deste processo que surgem, a partir de meados dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, os povoados que formarão os municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso.

A partir de uma lógica política, econômica e social, os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso são institucionalizados e materializados como referências de todo um processo de modernização e remodelização do campo. Logo, a partir destes exemplos, pode-se dizer que o processo de colonização da Amazônia Legal, não obstante dinâmicas próprias que se estabelecem em cada caso, particularizando aqui a área que abrange o norte do Estado de Mato Grosso, movimentou todo um aparato institucional e milhares de famílias, particularmente da região Sul e também do Nordeste. Movimento este que a partir de uma lógica social que, embora trouxesse um discurso modernizante, era perverso, trazendo em seu bojo a seguinte dinâmica:

Da parte das camadas dominantes: desarticular as lutas pela terra ou as lutas pelo valor do produto, a fim de manter a ordem social nas regiões de origem. Paralelamente, nas áreas dos programas, instaura-se um sistema de controle social dos colonos, e também das outras camadas sociais presentes, de modo a reproduzir aí a dominação, seja do tipo autoritário ou do tipo clientelista. (SANTOS, 1993, p. 263).

Simultaneamente a esse processo, também se articula outro, que é o de desenvolver o setor da agricultura e da pecuária nas áreas dos programas de colonização. “Daí o aparelho de enquadramento: a cooperativa agrícola, o Banco oficial que libera os créditos, o desenvolvimento agrícola, a agência pública de comercialização.” (SANTOS, 1993, p. 260).

O Estado Nacional, no período ditatorial, postou-se enquanto agente preponderante na reorganização territorial de toda a Amazônia Legal, pois se por uma lado atuou para transformar territórios tradicionais em terras públicas e devolutas, por outro, “[...] atuou também no direcionamento das concessões dessas áreas para as empresas agropecuárias e de colonização particular utilizando de

diversos meios para a legalização de processos fraudulentos.” (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 229).

Nesta conjuntura, as relações capitalistas de produção, juntamente com as forças produtivas, expandiram-se para o campo, tanto nas atividades extrativistas, quanto mineradoras, agrícolas e pecuárias, mesmo que seja na configuração de processo de acumulação primitiva de capital subordinado, arrastando consigo, muito embora em diferentes intensidades, caboclos, posseiros, colonos, índios, latifundiários e fazendeiros, sendo que tal processo foi favorecido na medida em que, tal qual sintetiza Ianni (1979), as atividades dinamizaram-se e diversificaram-se, havendo um desenvolvimento de crédito na região tanto público quanto privado, e ampliando-se a administração pública federal na região.

Em tal contexto, a luta pela terra amplia-se e agrava-se tendo como protagonistas o poder público, grandes e médias empresas agropecuárias e de mineração, posseiros, colonos, antigos sitiantes e grupos indígenas. Assim, criam-se nesta região núcleos coloniais objetivando a constituição de reservas de mão de obra para empreendimentos públicos e privados, além de promover-se a desarticulação da cultura indígena na medida em que se desrespeitam seus direitos no tocante a terra, iniciando um processo que passa tanto por sua marginalização pura e simples, quanto confinamento em reservas ou, até mesmo, tentativa de proletarianização de sua mão de obra. Pois,

Estava em curso um amplo e intenso processo de formação de latifúndios, fazendas e empresas de extrativismo, agricultura, pecuária, agroindústria e outras atividades, por meio do qual a terra se transformava em propriedade privada, mercadoria, em conformidade com as exigências do desenvolvimento extensivo no Amazônia [...] Daí a recriação do latifúndio, sob novas modalidades, ao lado da criação e expansão de empresas de extrativismo, agropecuária, agroindústria ou indústria. (IANNI, 1979, p. 79).

Contudo a realidade é dinâmica, complexa e contraditória. Assim, o processo de colonização, via migração na Amazônia Legal, muito embora tenha sido engendrado e realizado com propósitos de manutenção do *status quo*, agora sob a roupagem da modernização capitalista, em seu desenvolvimento, produzirá uma outra realidade social, pois, nesta dinâmica, se desdobraram “[...] forças sociais que foram ativadas, deslocadas e até mesmo transformadas por sua participação no processo de colonização agrícola.” (SANTOS, 1993, p. 273).

E considerando aqui o processo de colonização dos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, assim como seus processos de desenvolvimento, particularmente destacando o setor produtivo voltado ao agronegócio, pode-se dizer que estes três municípios vinculam-se às mesmas lógicas políticas, econômicas e sociais, tanto naquilo que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo na região Amazônica quanto ao processo de dinâmicas políticas agrárias existente no Sul do país que, de certa forma, empurrou pequenos agricultores para esta região.

Neste movimento, ao se deslocar um contingente de pessoas para esta região, também se trouxe na bagagem contestações, utopias, oportunismos e projetos de reformas. E tais forças, carregam consigo as contradições de um processo que, se por um lado, acena com a possibilidade de terra para todos, por outro lado nega este direito a quem já habita esta região. Se por um lado incentiva a exploração da terra em moldes empresariais, por outro promove-se a superexploração do trabalho e a transformação da terra numa mercadoria, reserva de valor, a espera de melhor preço. Promove-se, ainda, no interior da colonização, forças que muitas vezes corrompem o colono, o posseiro, o índio que, desejosos de ter uma terra para si e sua família para trabalharem, passam a almejar tornarem-se grandes proprietários de terras, tal qual o exemplo que lhes é passado a todo instante no convívio com situações que mostram a condescendência com a rapina, a trapaça e a violência como métodos de enriquecimento.

Entretanto, não obstante a esta dinâmica que se desenvolvia no interior dos projetos propostos para esta região, a sustentação do regime, que implicava em manter sob tutela a elite política do Nordeste, abrir fronteiras agrícolas no Norte e Centro Oeste e ainda consolidar uma modernização capitalista no Sudeste e Sul levou o Estado a “[...] estender sua função reguladora e empresarial além de seu poder de gerar fundos públicos, esgotando assim sua capacidade de sustentar domínios de abrir fronteiras e negociar com o capital multinacional.” (BECKER, EGLER, 1993, p. 212).

Assim, gerando contradições internas, além de problemas de execução, o Estado de certa forma extrapola sua capacidade de sustentar o poder através de abertura de fronteiras, financiamento empresarial, negociações com o capital multinacional além de não conseguir dar respostas suficientes para a sociedade em

relação aos problemas nacionais. Além disso, há que se dizer que, no plano internacional, indícios de problemas já se antecipavam ainda em meados da década de 1960, quando se inicia um processo inflacionário nos Estados Unidos abalando a estabilidade do dólar enquanto moeda reserva internacional estável.

Dando corpo a este processo, a política de substituição de importações em vários países do chamado Terceiro Mundo, inclusive o Brasil, aliada a um movimento industrial que fazia concorrência com a produção norte-americana, em países do sudeste asiático, resultava em ameaças ao modelo fordista implementado no interior dos EUA. Assim, a competição internacional se intensifica à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguido por vários países recém-industrializados

[...] desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar [...] [demonstrando assim que] o período de 1965 a 1975 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. (HARVEY, 2009, p. 135)

Somando-se a isso, o mundo vivencia, no início da década de 1970, uma crise do petróleo ocasionada tanto pela decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em aumentar o preço do barril de petróleo quanto pela decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para países ocidentais em retaliação ao modo como estes se comportaram em relação à guerra árabe-israelense em 1973. Logo, do ponto de vista econômico, as décadas de 1970 e 1980 marcam quase todo o planeta.

Em países capitalistas inicia-se um tenso período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. “No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma.” (HARVEY, 2009, p. 140). Uma onda de flexibilização atingiu processos e mercados de trabalho, de produtos e padrões de consumo. Surgiram

[...] setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] cria-se um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram [...]. (HARVEY, 2009, p. 140).

Neste contexto, com o enfraquecimento do modelo fordista de desenvolvimento, que estabelecia que a distribuição de riqueza fundamentava-se no crescimento econômico e aumento produtivo, o que gerava mais empregos e logo, maior consumo, juntamente com o também modelo de Estado Keynesiano, que se assentava no compromisso e equilíbrio entre capital, trabalho e governo, há toda uma pressão por uma desregulamentação financeira mundial, além de um reordenamento no mundo da produção e de serviços.

O Brasil por sua vez, com o fim do período militar, agora sob o comando de José Sarney e imerso numa profunda crise social e econômica, através de uma sucessão de planos econômicos, trava uma batalha contra a inflação e o endividamento externo e seus desdobramentos. Tal governo civil, realizando um verdadeiro malabarismo entre um compromisso com as chamadas forças populares, que buscavam a construção de um projeto democrático de sociedade que promovesse inclusive uma reforma agrária nacional, e forças conservadoras de diversas matizes que propunham um novo modelo de país para nada mudar, viu-se imobilizado.

Enquanto isto, forças sociais entram em disputa em torno de uma nova constituição; caciques políticos fatiam o país em ilhas de poder em nome de um federalismo predatório; greves eclodem diariamente e surgem duas forças que passam a simbolizar historicamente as forças antagônicas que se confrontam em torno da questão da terra: O MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, reivindicando terra para trabalhar e produzir, e a UDR – União Democrática Ruralista, protegendo o poder dos latifúndios e da violência no campo em nome da propriedade.

A chamada “Nova República” dessa forma, titubante e a deriva, segue ao sabor dos embates políticos, sem, contudo, deixar de contribuir para o avanço do capitalismo no campo através dos Complexos Agroindustriais e empobrecimento de grande contingente da população urbana e rural. Assim, José Sarney, último presidente eleito pelas vias indiretas, sai deixando uma das maiores crises social, econômica e política que o país já vivenciou.

### 1.2.3 No neo-liberalismo, o desenvolvimento se reconfigura

Fernando Collor de Mello, primeiro presidente a ser eleito via eleições diretas após o golpe militar de 1964, recebe o país em 1990 com uma taxa média mensal de inflação girando em torno de 80%. Neste cenário de hiperinflação e alto endividamento do país, este governo lança um amplo pacote econômico (Plano Collor I), que não obstante ao propósito explícito - combater a inflação - também trará pontos de adesão a uma nova política liberalizante, ou seja: Eliminação de vários tipos de incentivos fiscais para importações e exportações das regiões Norte e Nordeste; Liberação do câmbio; Extinção de vários órgãos governamentais; Início de processo de privatização. (BAER, 2002).

Há que se destacar aqui que ainda no ano de 1989, reunidos em Washington, membros do governo dos EUA, do FMI, Fundo Monetário Internacional e do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, em encontro chamado formalmente de “Latin American Adjustment: How Much Has Happened”, mais conhecido como “Consenso de Washington” aconselharam os países em crise a encaminharem ações em dez áreas, também conhecidas como os dez pontos. Ou seja: 1) disciplina fiscal; 2) priorização de gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização comercial; 5) regime cambial; 6) investimento direto estrangeiro; 7) privatização; 8) desregulação da economia; 9) propriedade intelectual; 10) taxas de juros. (NAIME, 2004).

Nem o processo de impeachment de Collor, em 1992, deteve os caminhos que ora o Brasil seguia, até porque, o programa de governo deste presidente caracterizava-se como “[...] uma reação ao conceito de Estado tipicamente desenvolvimentista, associado ainda ao processo de substituição de importações e preso a vertente da política econômica Keynesiano.” (TAVARES, 2002, p. 191) Reação esta que se fortalecia diante de fatos como o endividamento dos anos de 1970, que ocorrera no bojo da execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, PNDs, I e II, além das crises do petróleo e aumento dos juros internacionais que “[...] impuseram um pesado ônus para os países endividados.” (TAVARES, 2002, p. 195).

Isto implica em dizer que o Brasil, a partir da década de 1980, além de promover um processo de abertura política, também desenvolveu uma crescente

descentralização administrativa, mesmo que ainda o Estado continuasse a ocupar papel de destaque em relação ao desenvolvimento regional. Porém, são nos anos da década de 1990 em diante que a onda de desregulamentação do Estado toma conta do país e o mesmo estabelece uma mudança significativa nos discursos e práticas sobre as formas de se alcançar o almejado desenvolvimento do país e de suas regiões. O mercado consolida-se como o principal agente capaz de propiciar desenvolvimento.

Carente de poupança e de acessos fáceis ao capital externo, e endividado, o Estado brasileiro perde sua capacidade de prover o desenvolvimento e acomoda-se às exigências do Banco Mundial, BIRD, Fundo Monetário Internacional, e outras agências internacionais e promove internamente um amplo processo de desregulamentação estatal, e abertura ao comércio exterior. Privatizações e reformas ganham fôlego, inserindo definitivamente o país na nova ordem mundial.

O governo de Itamar Franco (1992), por sua vez, no início até tentou manter algumas políticas de cunho nacionalista, porém a busca contínua pela estabilidade monetária e o combate ao processo inflacionário, além de tentativas de equilíbrio fiscal, levaram o Brasil a dois novos planos econômicos (Plano de Ação Imediata e Plano Real). Planos estes que levariam o então ministro Fernando Henrique Cardoso a presidência por dois mandatos (1994-1998 e 1999-2002), que, por sua vez, estabeleceu uma política de cortes nos gastos públicos, equacionando débitos dos Estados, impondo severidade na cobrança de impostos e ampliando a agenda de privatizações, bem como executando políticas de abertura ao capital internacional. No entanto, o fim da inflação no início de seu governo, aliado às demais medidas citadas, mostrou-se insuficiente para colocar o país numa perspectiva de desenvolvimento econômico e social. E, neste cenário, aproveitando as brechas da nova constituição de 1988, a União desobriga-se

[...] quase por completo do tratamento das questões de desenvolvimento regional e urbano [...] Cada estado ou município de certa importância tratou de estabelecer a sua própria política [...] provocando uma corrida desenfreada [tanto de municípios quanto estados] para atrair novos investimentos [ocasionando] a chamada 'guerra fiscal'. (TAVARES, 2002, p. 244).

O Estado do Mato Grosso, já inserido num contexto capitalista que exige alta competitividade, se torna representante de uma das mais dinâmicas fronteiras agrícolas do país, e a modernização do campo brasileiro passa a exigir todo um



aparato tecnológico, baseada numa logística empresarial que requer altos investimentos públicos e privados em infraestrutura para dar suporte à produção agrícola voltada à exportação de *commodities*, sobretudo de soja. Nessa dinâmica, a organização em redes dos sistemas de transportes e de comunicação e a racionalização das operações que envolvem toda a cadeia produtiva tornam-se estratégias centrais na conquista de mercados internacionais.

Tendo como referência a implantação dos Eixos de Integração Nacional e Desenvolvimento – os chamados corredores de exportação - a partir de 1990, busca-se “[...] assegurar a competitividade e a interligação dos enclaves regionais de produção agrícola voltados à exportação.” (MORAES, 1999, p. 187). E é também a partir de 1994, dado aos efeitos nefastos causados por políticas econômicas que favoreciam o aumento da miséria em vários países e a ampliação de movimentos contestatórios que reivindicavam uma mudança de rumos, principalmente em se tratando de países alinhados ao Consenso de Washington, que alguns organismos internacionais, principalmente o BIRD, passaram a reavaliar a agenda neoliberal. Passa-se a defender um discurso “pós-consenso” a partir de quatro pontos: “[...] ‘a complementaridade entre Estado e mercado’, o abandono da idéia de um Estado ‘mínimo’ em favor de um Estado ‘eficaz’, a ‘centralidade das ‘instituições’ e o ‘combate a pobreza’.” (BIRD, 1977 *apud* PEREIRA, 2006, p. 14).

A partir destes princípios, é recomendado à América Latina e Caribe que se estabeleça enquanto prioridade a implementação de três ações estratégicas:

1. Reforma do Estado envolvendo independência principalmente do Banco Central, quebra dos direitos dos trabalhadores do setor público, adoção de novas racionalidades gerenciais no serviço público, implementação da descentralização administrativa, expansão dos arranjos público-privados para a execução de políticas públicas, reorganização do sistema escolar e do poder judiciário, aprofundamento do ciclo de privatizações de empresas e bancos públicos, reestruturação da seguridade social, aumentando tempo de contribuição abrindo espaço para fundos privados, aperfeiçoamento do sistema de segurança a respeito da propriedade intelectual, garantia de alta rentabilidade dos fluxos de capital financeiro, especialmente de curto prazo;

2. Combate a pobreza a partir da criação de projetos e programas de alívio paliativo e focalizado na pobreza em oposição a noção de direitos universais de cidadania em direção ao fortalecimento da filantropia baseada na mobilização e articulação de empresas, organizações não governamentais, esferas subalternas de governo e associações locais ou comunitárias;
3. Avanço na liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito a partir de alterações na legislação vigente. (PEREIRA, 2006).

No que se refere especificamente a liberalização do mercado de terra, a ação do BIRD se dá sob as seguintes premissas:

Por um lado, o estímulo à mercantilização total do acesso à terra rural, a ser viabilizada por mudanças institucionais e legais com o objetivo de elevar a produtividade da terra, favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, atrair o capital privado para a economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas específicas do campesinato pobre ao regime de acumulação comandado pela burguesia agroindustrial financeira. Por outro lado, a defesa de um rol de programas 'sociais' no meio rural, a fim de aliviar a pobreza de maneira focalizada, especialmente em países ou regiões onde as tensões no campo possam avançar ou comprometer a 'governabilidade' das democracias de mercado. (PEREIRA, 2006, p. 17).

Dessa forma, entre outras ações, o BIRD retoma o tema reforma agrária e cria a proposta de "reforma agrária de mercado", ou seja, "Nesse novo ambiente econômico – 'aberto e orientado para fora' - seria possível romper com a experiência passada e implementar uma reforma agrária que não distorcesse preços, nem criasse regulações que impedissem a livre transação mercantil de terras." (PEREIRA, 2006, p. 19).

Assim, o modelo de reforma agrária de mercado busca sobrepor o modelo de reforma agrária redistributivo, que tem como instrumento a desapropriação de propriedades rurais que não cumprem com suas funções sociais, colocando em seu lugar um modelo que se fundamenta em relações de compra e venda entre agentes privados, mediadas e financiadas pelo Estado, acrescidas de subsídios para investimentos socioprodutivos. E tal modelo, adaptado a realidades locais, teve início em 1994 na Colômbia e em 1997 já era uma realidade na África do Sul, Guatemala e Brasil. (PEREIRA, 2006).

Este processo, não obstante proporcionar a expansão do setor agropecuário, acabou por provocar uma maior concentração de terra e uma "[...] intensificação da

degradação ambiental e a redução do emprego rural, evidenciando-se, ainda, intensos processos de urbanização em todas as regiões do Estado [do Mato Grosso]” (AMARAL, 2004, p. 109).

Pontuando de forma significativa todo um ciclo da história brasileira, em agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, pretextando o alto nível de corrupção existente no interior destes órgãos extingue a SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e SUDECO, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, agências de fomento de desenvolvimento regional criadas pelos governos militares responsáveis por financiarem políticas desenvolvimentistas patrocinadas pelo Estado.

Assumindo a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006 e 2007-2010) reconhece distorções provocadas por ações do Estado Nacional no passado, indicando que o Estado agora

[...] tem como prioridade a viabilização de um modelo de desenvolvimento na região Amazônica, baseado na inclusão social, na redução das desigualdades sócio-econômicas, no respeito a diversidade cultural, na viabilização de atividades econômicas e competitivas que gerem emprego e renda e no uso sustentável dos recursos naturais, com a valorização da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio ecológico desse importante patrimônio brasileiro. (BRASIL, Casa Civil, 2006, p. 10).

Tal referência revela-se importante à medida que se verifica que o governo de Luis Inácio Lula da Silva, em sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional, explicita que nela há

[...] o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a imensa e fantástica diversidade que se observa em nosso país de dimensões continentais. O foco das preocupações incide portanto sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território. (BRASIL, MI, 2009).

O poder central propõe assim o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que abarca todos os estados que compõem a Amazônia Legal, sendo que o mesmo tem como objetivo “[...] implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização da potencialidade de seu enorme patrimônio nacional e sócio-cultural.” (BRASIL, MMA, 2009).

O Plano destaca ainda estratégias voltadas para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais, a viabilização das atividades

econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, bem como para o uso sustentável dos recursos naturais com manutenção do equilíbrio ecológico. (BRASIL, MMA, 2009).

Nesta perspectiva, no interior do PAS constrói-se estrategicamente o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR 163, Trecho Cuiabá-Santarém (Plano BR 163 Sustentável). Tal documento trata, sobretudo, de “[...] um plano estratégico de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), que estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira.” (BRASIL, Casa Civil, p. V). Compõe a área do Plano 1,232 milhão de Km<sup>2</sup>, totalizando 73 municípios, sendo 28 no Estado do Pará, 39 no Mato Grosso e 6 no Estado do Amazonas. E nesta área situam-se os municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso.

Entretanto, num processo de aperfeiçoamento das políticas públicas, naquilo que tange a dotação do país em infraestruturas, pode-se dizer que, no segundo mandato do governo Lula, o projeto PAS foi engolido pelo PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, que direciona para esta região, melhoramento das rodovias, principalmente a BR 163, construções de hidrelétricas, implantação de ferrovia, e na área urbana, construção de casas populares, redes de água e esgoto, e principalmente, entre outras ações, uma grande frente de trabalho que visa a regularização fundiária na região.

Contudo, não obstante aos pronunciamentos oficiais, tal debate requer que se retome a historicidade desta região, destacando neste processo o papel do Estado. Tal propósito se embasa nos estudos de Ianni (2004, p. 249), quando o mesmo pondera que no Brasil “[...] a medida que se desenvolve a industrialização, o jogo das forças sociais propicia a transformação do Estado em um poderoso centro de dinamização das forças produtivas e relações de produção.”

O autor assinala ainda que esta situação não ameniza o predomínio dos interesses do setor produtivo estrangeiro, por seus ganhos diretos e indiretos. Ou seja, o “Estado é obrigado a subordinar-se, por razões que variam desde a geopolítica à dívida externa, passando por todas as relações mais características de acumulação internacional do capital.” (IANNI, 2004, p. 257).

Verifica-se dessa forma que o Estado contribui decisivamente, principalmente a partir de 1964, para que toda uma nova estrutura agrária se forme e se desenvolva na Amazônia Legal, transformando a região “[...] em pouco tempo, numa fronteira econômica da formação social capitalista e do capitalismo mundial.” (IANNI, 1979, p. 104).

Esta perspectiva se assenta e se fortalece embasada no caráter de propriedade privada da terra. Isto implica em dizer que a terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada, ou seja,

[...] o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção do tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Nesse sentido, complementa Oliveira (2007, p. 132) afirmando que a modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, “[...] transformou os capitalistas urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários. [e nesse processo] os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terras no Brasil.”

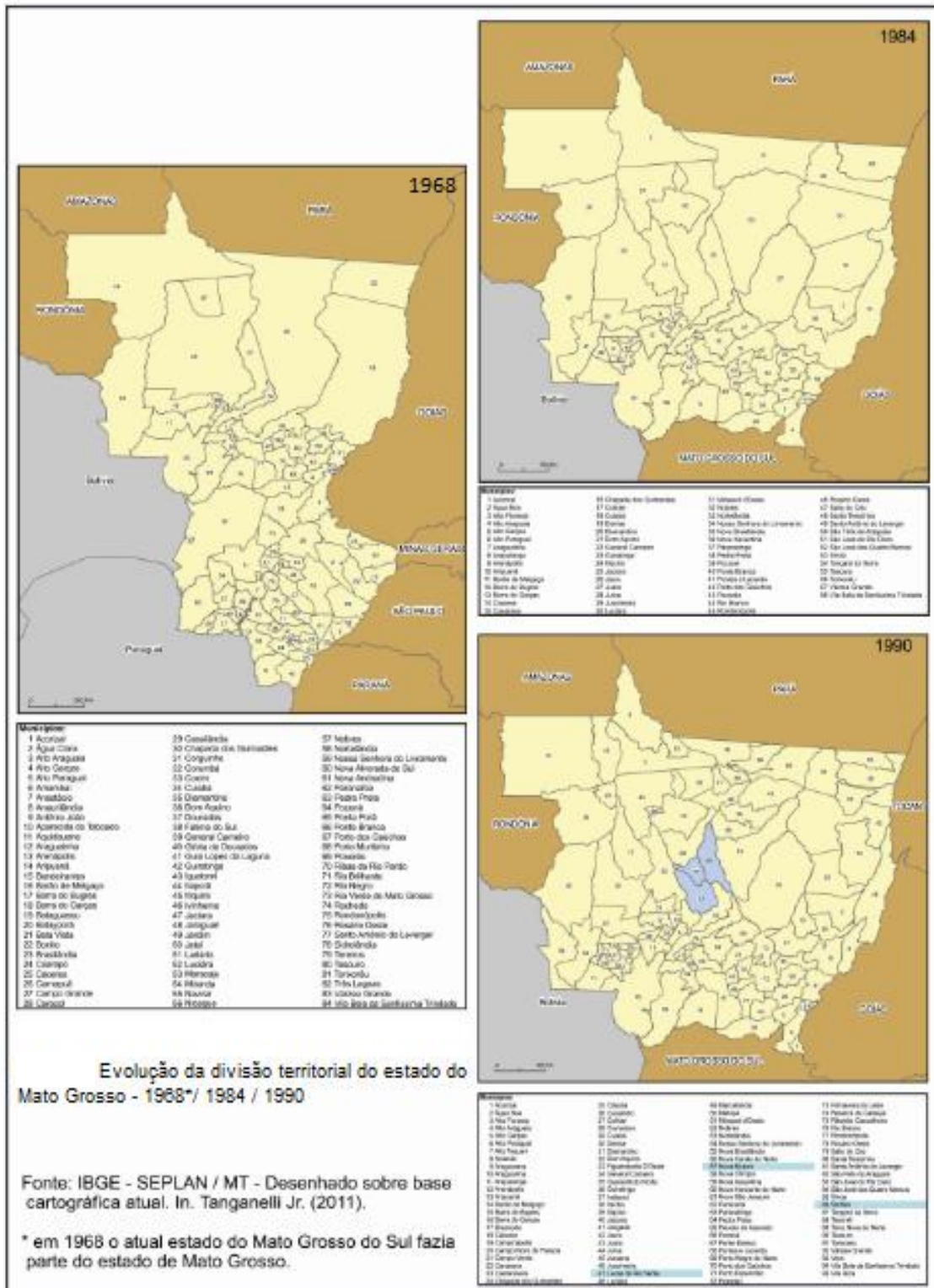
E é a partir deste movimento histórico que se pode dizer que os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso se incorporam dialeticamente num processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, no qual o Brasil, particularizando aqui a Amazônia Legal, aparece como uma espécie de “encruzilhada síntese” onde deságuam pontos que precisam ser resolvidos (acesso a terra para milhares de excluídos ou em processo de exclusão), mas também a ampliação do processo modernizante da agricultura. E este processo, heterogêneo, complexo, tenso, traz consigo contradições históricas que têm como herança ainda o processo, manipulado por dentro, que é a transformação da terra em mercadoria institucionalizada através da Lei de Terras e a libertação da escravidão no Brasil.

Logo, lembrando Santos (2010, p. 248), quando se trabalha com realidades particulares, aqui pontuando Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, o território se apresenta como questão histórica, como território usado, sendo que, “Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações”. Pode-se assim definir que estes municípios, lugares

específicos, se apresentam como “[...] combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra.” (SANTOS, 2010, p. 248).

Isto implica em dizer que tais realidades são construções históricas fundamentadas em relações sociais antagônicas, tensas, contraditórias, que tanto reproduz o que já se tem, quanto apresenta perspectivas do novo, formatando o território, negando-o, reconstruindo-o.

Nesta dinâmica, o espaço do Estado do Mato Grosso se reconfigura (vide figuras 2 e 3), sendo que até 1968 o mesmo contava com 84 municípios. Já em 1984, nos últimos dias do regime militar, Mato Grosso, agora já dividido, conta com 58 municípios. A partir deste período até o término do governo de José Sarney (1990), que se considera uma transição continuada do mesmo regime, instituiu-se 37 novos municípios, majoritariamente na porção norte do estado.



**Figura 2:** Evolução da divisão territorial do Mato Grosso – 1968 – 1984 - 1990  
 Fonte: IBGE – SEPLAN/MT – Desenhado sobre base cartográfica atual. In. Tanganelli Jr. (2001)

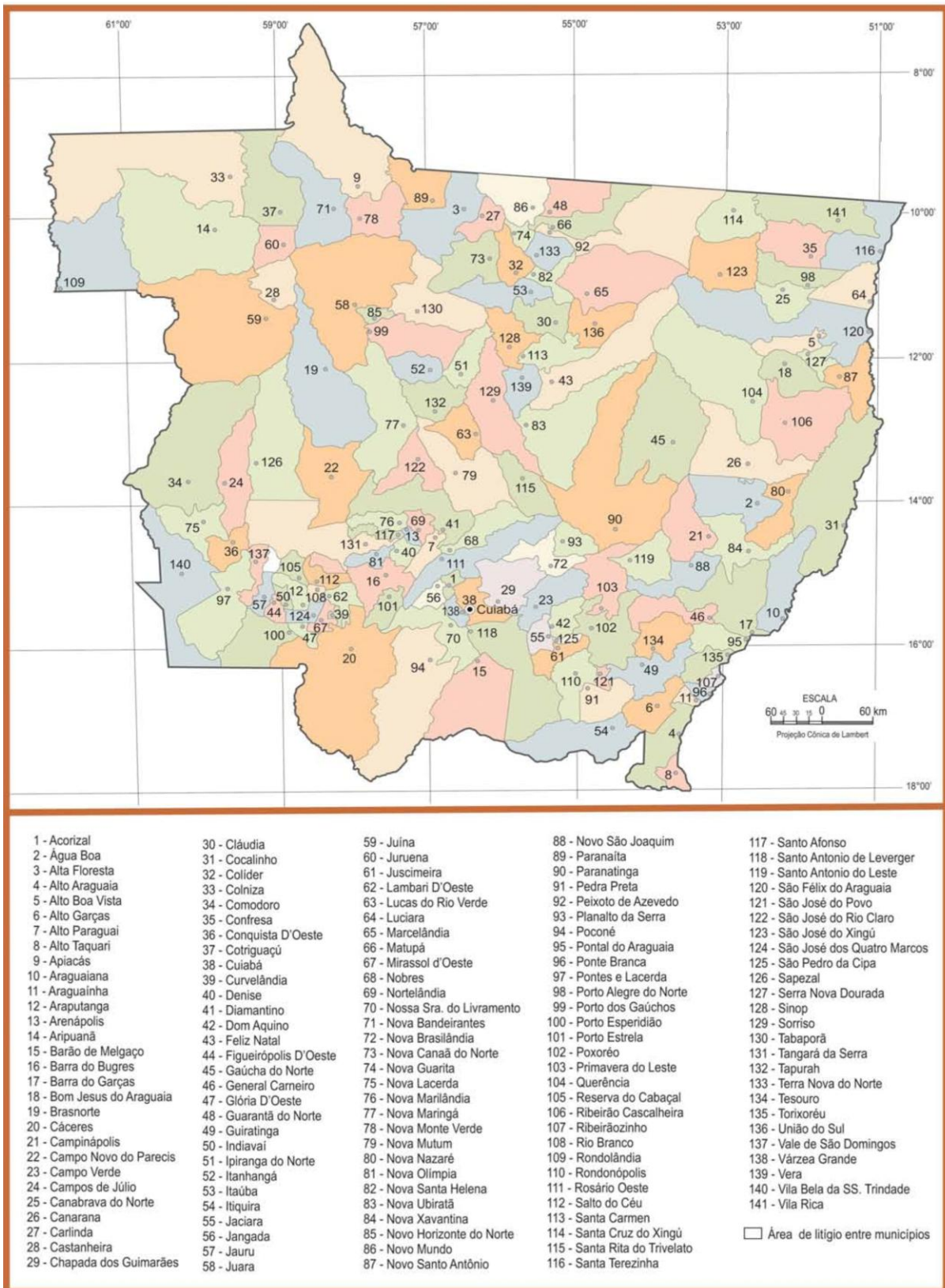


Figura 3: Mapa 1: Divisão Político-administrativa do Estado de Mato Grosso - 2010

Fonte: SEPLAN/MT/2011.



## **2 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA COMO ELEMENTO ESTRUTURAL PARA O SURGIMENTO DE LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO**

É possível afirmar que a ditadura militar que se impõe no Brasil entre 1964 e até o início de 1985, não obstante a truculência do regime, trouxe em seu bojo um projeto de desenvolvimento para o país, e o executou.

Entretanto, tal proposição recebendo influência decisiva dos Estados Unidos da América, trouxe consigo questões históricas internas não resolvidas. Duas delas se sobressaem: O processo perverso de concentração fundiária e miséria no campo que expulsa mais famílias que as cidades podem comportar e a produção de alimentos, que além de estar aquém das necessidades nacionais, por ser rudimentar, não contribuía para incrementar as exportações. Por outro lado, o regime entendia que se por um lado o Brasil rural era retrógrado e ineficiente, por outro lado não podia abrir mão da aliança oferecida pelos latifundiários.

Com tais elementos, que conferiam uma essência conservadora ao projeto de modernização, buscou-se na Amazônia Legal o ponto de equilíbrio para questões tão conflitantes: Dinamizar o capitalismo no país, via inserção do capital no campo, manter os privilégios da elite rural e dar uma resposta aos conflitos e demandas oriundas da necessidade de terras para um enorme contingente de camponeses.

Assim, tendo este contexto como referência, este capítulo busca explicar e compreender como a Amazônia Legal com seu imenso estoque de terras é inserida pelos militares ao projeto de modernização do país.

Dessa forma busca-se explicitar como a terra de uso da Amazônia Legal é transformada também em terra de negócio, isto é, mercadoria.

A partir desse processo, que se considera determinante para o processo histórico da região, propõe-se explicar e compreender como viabilizaram-se e materializaram-se os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, no norte do Mato Grosso, cujos sujeitos decisivos para tal intento se constituíam principalmente em migrantes dos estados do sul do Brasil.

Como estratégia de redação optou-se em delimitar a análise a um período que vai do início da ditadura militar até o final do governo Sarney, início da década de 1990, que muito embora fosse um presidente civil, ainda trazia na bagagem toda uma herança do período analisado. Além disso, é a partir de meados dos anos de 1980 que Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso institucionalizam-se enquanto municípios, ainda comprometidos com o regime que se findara.

## **2.1 O Estatuto da Terra como instrumento de viabilização do capital na Amazônia Legal**

Considerado pelo governo federal militar como grande detentor de terras desocupadas, o Estado de Mato Grosso é marcado em sua história como lugar que experienciou várias tentativas públicas e privadas de torná-lo atraente para investimentos empresariais e privados, bem como para projetos de colonização. Há que se dizer, entretanto, que no decorrer desses processos se construíram histórias de desapropriações, violências físicas e assassinatos, principalmente de posseiros pobres e índios. Ao mesmo tempo, imensas parcelas territoriais foram entregues e vendidas, nem sempre com cobertura legal, a empresários e pessoas físicas que se comprometiam a explorá-las e integrá-las ao circuito comercial nacional.

No bojo de tais projetos criou-se e fomentou-se um especulativo mercado de terras que sob a cobertura oficial, seja do governo federal, seja do governo estadual, transformou grande parte do Mato Grosso numa imensa reserva de valor nas mãos de poucos que, aproveitando-se de brechas e facilidades legais e corrupção da máquina pública em parceria com entes privados, propiciaram que, tanto índios quanto posseiros, que trabalhavam e viviam nestas terras, se vissem na incômoda situação de invasores de propriedades cujos alegados donos nem sempre sabiam a localidade exata de tais terras.

E quando, a partir de meados dos anos de 1960, cria-se um modelo de desenvolvimento para a Amazônia Legal, no qual Mato Grosso faz parte, embasado em facilidades fiscais para grupos econômicos formarem grandes fazendas e empresas mineradoras, aliado a uma campanha para atrair migrantes de outras regiões, que serviriam tanto como “amansadores” da terra como mão de obra para

os empreendimentos almejados, buscou-se com isto resolver várias demandas sociais e econômicas que historicamente faziam parte da agenda nacional.

Num primeiro plano buscou-se transformar esta região num atraente negócio que pudesse atrair o capital industrial e financeiro, basicamente da região sul e sudeste e do exterior, integrando-a ao capitalismo nacional e internacional, mesmo que dependente e subordinado aos centros hegemônicos do capital. Por outro lado, alguns setores do governo acreditavam, também, que tais medidas propiciariam a ocupação efetiva de uma vasta região fronteira cobiçada por inimigos internos e externos, contemplando assim setores nacionalistas através da política “integrar para não entregar”. Já no campo das demandas populares, esse imenso território com mais de 5 milhões de Km<sup>2</sup>, também teria o propósito de atrair migrantes de regiões tensionadas pela questão agrária, servindo assim para que o regime propagandeasse que ali se estava efetivando a “maior reforma agrária da história”.

Assim, tais medidas, somadas a outras de cunho econômico e infraestruturais, tiveram grande impacto na vida nacional, objetivando, sob a ótica do poder, levar o país a tão propalada modernização que por consequência traria o desenvolvimento brasileiro.

Contudo, esta pavimentação não se deu sem tensões no interior dos detentores do poder, haja vista que se situavam deste lado grandes latifundiários, herdeiros de uma tradição conservadora, avessos a reformas, além de serem extremamente dependentes e beneficiários da máquina pública.

No sentido de abrigar, ao mesmo tempo esvaziar, demandas populares em torno da reforma agrária e garantir a modernização da agricultura, elaborou-se, em abril de 1964, sendo aprovada em sua décima quarta versão, a Lei n°. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

Suas principais coordenadas foram: “necessidade de modernização da agricultura, noção de latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento e à industrialização; e a implementação de uma classe média rural no campo.” (BRUNO, 1995, p. 10). Como isso daria uma nova configuração às relações sociais no campo, o governo de Castello Branco (1964-1967) optou como instrumento para tais objetivos uma reforma agrária controlada, o que concorria para, simultaneamente,

acreditava-se, neutralizar os conflitos sociais no campo. Ou seja, “Castello Branco se aproveitava da reivindicação mais avançada da conjuntura anterior [a luta pela reforma agrária], como luta democrática, [pois] era uma luta assimilável ainda pela existência dos meios de produção ociosos, num período em que se reconhecia a necessidade da modernização da agricultura.” (BRUNO, 1995, p. 12).

Logo no artigo 1º. do Estatuto da Terra é definido que

Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. § 1º. Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Feito esta demarcação, embora considerada, na época, polêmica, que no fundo não traz nenhum efeito prático, no artigo 2º., e de modo não menos controvertido, possibilitando inúmeras interpretações, fica estabelecido que

É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º. A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que possuem e a cultivam. (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Contudo, não obstante a esta delimitação, abre-se uma brecha para que isto seja respeitado de acordo com as conveniências na medida em que se coloca como dever do Poder Público ainda no artigo 2º. § 2º.

a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil [...], b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo. (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Entende-se aqui que tais dispositivos asseguram para que não haja nenhuma surpresa pelo caminho, além de se trabalhar com aquela máxima: “se não der certo, a culpa é do governo”. Mas nem tudo é ambíguo nesta lei, pois, não perdendo o foco na modernização da agricultura, o que significa colocá-la em definitivo no circuito do capital, fica definido no seu artigo 3º, que “O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.” (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Ainda na lei são estabelecidas classificações para Imóvel Rural, Propriedade Familiar, Módulo Rural, Minifúndio, Latifúndio, Empresa Rural, Parceleiro, Cooperativa Integral de Reforma Agrária e Colonização. E, conforme Buno (1995), nesta lei permeia uma preocupação de estabelecer o caráter não social e não produtivo tanto do minifúndio quanto do latifúndio, além de ressaltar o caráter da propriedade familiar como a principal referência a ser defendido para o agricultor, definindo-a como:

Art. 4. – II, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área fixada para cada região e tipo de exploração e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, Lei nº 4504, 30/11/1964).

Com esta definição, cuja referência é a da empresa-família, ou farmers, norte-americana, procurava-se garantir que

[...] a propriedade familiar não eliminaria as demais formas de propriedade existentes e nem competiria com a grande empresa rural, considerada como 'modelo' da exploração racional da terra, a expressão da rentabilidade ótima e a base do desenvolvimento econômico nacional. (BRUNO, 1995, p. 22).

O que se constata é que, se por um lado se discrimina o latifúndio como inadequado para a exploração econômica, por outro se ressalta a importância e também o grande impacto social e econômico que a empresa rural propiciava. Explicitava-se que a mesma

Art. 4º. VI - é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro da condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias; (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Neste mesmo artigo, institucionalizando e ao mesmo tempo enquadrando dentro de uma perspectiva sócio-política e econômica os novos sujeitos da reforma agrária controlada por dentro, dá-se jurisprudência que

VII – 'Parceleiro', aquele que venha adquirir lotes ou parcelas em áreas destinadas à Reforma Agrária ou à colonização pública e privada; VIII – 'Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA)', toda sociedade cooperativa mista, de natureza civil, criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária [...] com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente; IX – 'Colonização', toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas. (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Algumas questões chamam a atenção neste item: Num primeiro instante entende-se que há certa “coisificação” do parceleiro na medida em que o mesmo é destacado num item que se refere a características técnicas e funcionais de tipos de empreendimentos rurais, ao mesmo tempo, aproxima-o na redação junto à Cooperativa que entre outras atribuições “padroniza” a produção agropecuária e a Colonização que “promove o aproveitamento econômico da terra”.

Ora, a despeito do embate ocorrido no decorrer da redação do texto entre os detentores do poder, verifica-se que em alguns pontos fica claro o desmonte de uma agenda política dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que se reafirma a propriedade como mercadoria, definindo o sujeito comprador “parceleiro” e o sujeito “coletivo”, mas que comporta muitas atividades, a cooperativa, que “contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público”, vira um empresário-gestor.

A reforma agrária torna-se assim um lucrativo negócio para alguns setores da sociedade brasileira.

Nesta mesma lei, reafirma-se que o poder público visa tanto

Art. 11., § 2º.[...] harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional visando a erradicar os males do minifúndio e do latifúndio [...], Art. 13. promover a gradativa extinção das formas de ocupação e exploração da terra que contrariem sua função social. (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Para que não parem dúvidas, se reforça, mais uma vez, agora no artigo 14º. que

O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas [...] promoverá a ampliação do sistema cooperativo e organização daquelas empresas, em companhias que objetivem a democratização do capital. (BRASIL, Lei nº 4.504, 30/11/1964).

Tais dispositivos possibilitam um avanço sobre as terras públicas por agentes privados, e como o cadastro de terras públicas neste período não é de domínio geral, logo se torna particularizado para poucos. Assim, a grilagem de terras e compras efetuadas a partir de informações privilegiadas e vantagens econômicas nas transações de compra e venda das mesmas não foram atos episódicos.

Já no título II, “Da Reforma Agrária”, estabelece-se como se pode ter acesso a terra, em que circunstâncias se darão as desapropriações para efeito de reforma agrária, sobre que tipos de terras recairão as mesmas e que critérios se seguirão

para a distribuição das mesmas. Firma-se aí que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, IBRA, será o órgão competente que promoverá e coordenará a execução da reforma agrária. Fica claro ainda nesta parte, artigo 25, que “As terras adquiridas pela Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas [e] § 2º. Só poderão adquirir lotes os trabalhadores sem terra, salvo as exceções previstas nesta Lei.” (BRASIL, Lei 4.504, 30/11/1964).

Ponto que merece destaque ainda nesta lei, o Capítulo II, denominado “Da Colonização”, que, no artigo 55, estabelece que na colonização oficial, o Poder Público tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional e que a colonização será efetuada, nas áreas “[...] de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do país.” (BRASIL, Lei 4.504, 30/11/1964). Já no que diz respeito à Colonização Particular, fica estabelecido que o IBRA deverá dar o aval ao projeto e que “Art. 60 §1. É dever do Estado estimular, pelos meios enumerados no artigo 73, as iniciativas particulares de colonização”. (BRASIL, Lei 4.504, 30/11/1964).

Às colonizadoras cabe a responsabilidade de abrir estradas, dividir os lotes, manter reservas florestais, prestar assistência médica e técnica aos compradores, a entrega de documentos legalizados e “Art. 61 § 4, e) fomento da produção de uma determinada cultura já predominante na região ou ecologicamente aconselhada pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária ou do Ministério da Agricultura”. (BRASIL, Lei 4.504, 30/11/1964).

Na parte que versa sobre a organização da colonização, se define que os lotes podem ser tanto parcelas rurais como urbanos, regulamentando-se, ainda, que em todo projeto de colonização deverá haver um Núcleo de Colonização que abrigará uma sede administrativa e serviços comunitários e que o custo operacional de tal núcleo - Artigo 69 -, “será progressivamente transferido aos proprietários das parcelas”. (BRASIL, Lei 4.504, 30/11/1964).

O Estatuto da Terra dispõe ainda sobre os tipos de assistência que o agricultor deverá receber e também sobre o uso ou da posse temporária da terra, dando garantias ao arrendatário ou parceiro. Reconhece ainda a figura do posseiro, ou seja,

Art. 97 II, todo o trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um

lote de dimensão do modelo de propriedade rural, que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da Lei. Art. 98 Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada [...]. (BRASIL, Lei 4.504, 30/11/1964).

Em síntese, não é exagero dizer que o Estatuto da Terra torna-se a espinha dorsal jurídica do governo militar para a consecução de uma política agrária. Tanto para sua execução quanto para suas transgressões. E nesse sentido, referenciando-se em Santos (2008, p. 228), há uma concordância que

[...] a 'organização' das 'coisas' passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental.

Não obstante o texto do Estatuto da Terra sofrer retrocessos em seu processo de construção, é ele que vai balizar tanto as ações de latifundiários e empresários quanto de trabalhadores rurais e de movimentos sociais. Este instrumento legal caracteriza-se ainda por redefinir e institucionalizar politicamente as categorias sociais do mundo agrário, mesmo que algumas delas já existissem anteriormente. Além disso, esta lei pautou-se por uma dupla lógica:

Uma, distributivista, pela democratização da propriedade fundiária, incentivo à empresa familiar como modelo ideal de propriedade e penalização do latifúndio; e outra, produtivista, pela concentração de terra, capital e trabalho, e consolidação da grande empresa capitalista. (BRUNO, 1995, p. 29).

Fica claro também que a promulgação de tal lei, ainda no início da ditadura militar, demarca o embate que o Estado travará para promover o seu projeto de desenvolvimento para o país, procurando a um só tempo garantir a industrialização do país, via substituição de importações, modernizar a agricultura produzindo tanto para a exportação quanto para o consumo interno, bem como integrá-la à indústria, tanto no que diz respeito a processos produtivos, quanto à integração de capitais. Já no que diz respeito à demandas populares, a questão da terra não podia deixar de ser debatida e trabalhada, pois este é um ponto que historicamente vem sendo gerador de grandes tensões nacionais.

O grande problema é que neste debate, muitas lideranças e movimentos sociais foram suprimidos. Contudo a repressão pura e simples e criminalização dos movimentos sociais e a cooptação política de líderes populares não garantiram o desaparecimento dos embates e denúncias sobre expropriações, injustiças sociais e violência no campo. Assim, para os detentores do poder, a questão da terra, seu uso



e acesso, passou a ser equacionada a partir de duas referências extremas: De um lado, um grande contingente de sem-terras ou pequenos agricultores em vias de perder suas terras; e de outro, latifundiários entranhados no poder que se recusam a dar o chamado uso social à terra reivindicada como sua.

Ambíguo, às vezes aparentemente confuso, porém demarcatório, o Estatuto da Terra será profundamente balizador para o projeto de nação posto em pauta, contribuindo ainda para o direcionamento das relações sociais do campo. Nesse sentido, a medida que tal documento ambiciona ser um instrumento para viabilizar a pacificação e modernização do campo, por outro lado, não consegue esconder as manobras da elite conservadora nacional que não abre mão de manter uma estrutura social que privilegia a concentração de terra na mão de poucos, ao mesmo tempo que impede uma real reforma agrária distributiva, pervertendo assim a função social da propriedade fundiária.

Porém, a despeito de tais manobras e embates, não se pode deixar de dizer que a questão da terra é de fundamental importância para o projeto nacional como um todo, logo, este marco regulatório, se por um lado não resolvia as questões sociais, por outro possibilitava entrever que modelo modernizante se pretendia.

Müller (1989), contribuindo para um melhor entendimento de todo este processo, observa que entre o final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 já havia uma clareza nacional indicando que o fator dinâmico da economia brasileira vinculava-se a indústria e que o campo, em sua forma tradicional de produzir, mostrava-se limitado, a despeito do avanço de fronteiras. Logo, a ultrapassagem destes limites se dá além de especificidades regionais. Ou seja, se existe a possibilidade de modernizar a agricultura, ela se dá de acordo com interesses

[...] dominantes nos subsetores industriais que têm na agricultura seus mercados compradores [...]. Além desses interesses, há aqueles da agroindústria, que se modernizam técnico-economicamente e pressionam a agricultura em termos de fornecimento de matérias-primas. E há também os interesses de médios e grandes produtores do próprio setor agrícola que, em termos de empresas e grupos econômicos, praticamente surgem e se multiplicam no processo mesmo de integração indústria e agricultura. (MÜLLER, 1989, p. 33).

Isto implica em dizer com o autor que, ao transpor a barreira do atraso, a agricultura converte-se “[...] em condição de acumulação de parcela da indústria de bens de capital. Em suma, a agricultura não mais depende apenas do crescimento

da agroindústria, mercado interno e de exportações, mas também da indústria de insumos e máquinas.” (MÜLLER, 1989, p. 37).

Contudo, Fernandes (1979) lembra que o Brasil ainda é dependente da economia agrária, tanto como recurso quanto técnica de acumulação originária de excedentes econômicos, muito embora se deva dizer que esses excedentes no processo de transferência do campo para a cidade é retido nesta última, servindo de base material para “[...] a reprodução de sociedades urbanas em mudança, com seu mercado capitalista moderno, com suas tendências à intensificação da divisão social do trabalho, de diferenciação e de integração do trabalho assalariado, etc.” (FERNANDES, 1979, p. 113). Esse autor ainda indica que as elites brasileiras, no processo de modernização do país, consentem e se aliam para que haja, não obstante a uma tecnificação e maior produtividade e rentabilidade do setor rural, uma espoliação sistemática da economia agrária. E, neste processo, os embates que ocorrem entre os chamados setores atrasados da elite econômica nacional e os setores modernos, são temporizados e, de certa forma, resolvidos pela ação do Estado, propiciando com isto a conservação de um *status quo* excludente. (FERNANDES, 1979).

Isto implica em dizer que o projeto modernizante proposto ao país não contempla toda a sociedade, pelo contrário, promove a pauperização de ampla camada da população. E um dos pilares deste processo é a clara política de favorecimento à grande propriedade, que, ao mesmo tempo em que se incentiva a sua modernização e uma concentração e expansão da mesma a projetos agropecuários ligados ao capital financeiro e ou industrial, se promove também um enfraquecimento da pequena propriedade que, “[...] em geral se mantém, mas num processo acelerado de pauperização e de extrema exploração.” (SILVA, 1980, p. 31).

Pode-se afirmar assim que, muito embora tenha havido embates entre a elite dominante nacional, o Estatuto da Terra tornou-se um dos principais instrumentos operacionais e legais da modernização do campo brasileiro sintetizando de forma clara como se pretendia a configuração social neste modelo de desenvolvimento. E neste projeto modernizador, que implica numa busca de intensificação do capitalismo em todos os seus circuitos, o que se vê é um empobrecimento crônico

da maioria da população em detrimento de vantagens fiscais, creditícias e políticas a uma elite nacional e a grupos econômicos internacionais.

Entretanto, é preciso salientar que tal projeto modernizador não é operado sem uma racionalidade, até mesmo porque o capitalismo, mesmo que se constitua a partir de uma lógica intrínseca, não impõe um único padrão de desenvolvimento. Nesse sentido, mais uma vez recorrendo a Fernandes (2006), o que se verifica é que historicamente, no Brasil, este modo de produção, em seu desenvolvimento interno, perpassou por três fases distintas: A fase de formação e eclosão de um mercado capitalista; a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; e a fase de formação do capitalismo monopolista.

A primeira fase, ainda segundo Fernandes (2006), caracteriza a transição neocolonial, que vai da Abertura dos Portos até meados do século XIX, quando ocorre a crise do sistema de produção escravista. Já o segundo momento, abarca o período de consolidação da economia urbano-comercial indo até a década de 1950; e o capitalismo monopolista, por sua vez, se forma tendo como característica a reorganização do mercado e do sistema de produção, através de operações comerciais, financeiras e industriais com forte inserção da grande corporação internacional ao lado do capital estatal e misto. No entanto, tal período, o do capitalismo monopolista, muito embora se verifique que as tendências para essa evolução sejam anteriores, “[...] ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘Revolução de 1964’”. (FERNANDES, 2006, p. 264).

Nesse sentido, a partir da constatação de que o desenvolvimento capitalista no Brasil e em outros países periféricos foi induzido por economias centrais, o que resulta em implicações econômicas e sociais diferenciadas, é possível apoiar-se em Marx (1982) quando o mesmo assinala que, naquilo que se refere à agricultura, mesmo quando inserida no sistema capitalista, a mesma não foi e nem é praticada de forma igual em todos os lugares, entretanto, há que ressaltar que

[...] um dos grandes resultados trazidos pelo modo de produção capitalista foi transformar em uma aplicação científica da agronomia a agricultura [...] liberar a propriedade rural das relações senhor e não-senhor, estabelecer, por outro lado, uma distinção muito simples entre a terra, condição de trabalho, e a propriedade rural ou o proprietário rural, para o qual a terra não representa mais que um certo imposto em dinheiro que seu monopólio lhe permite retirar sobre o capital explorador, o arrendatário; [...] De um lado, a racionalização da agricultura e, do outro lado, a redução do absurdo da

propriedade rural, eis os grandes méritos da produção capitalista. Como em todos os outros progressos históricos trazidos por ela, começa por realizá-la reduzindo antes de mais nada à miséria os produtores imediatos. (MARX, 1982, p. 353).

O autor assinala ainda que na sociedade burguesa “A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital.” (MARX, 1986, p. 18).

Isto posto, é possível voltar a Fernandes (2006, p. 333) e apontar que, no Brasil, o elemento nacional do poder burguês incorpora

[...] os interesses econômicos, culturais e políticos dos dinamismos das economias capitalistas centrais, das nações capitalistas hegemônicas ou das estruturas capitalistas internacionais de poder, reduzindo ou eliminando a visibilidade do imperialismo e dos seus reflexos internos, na imperialização da própria dominação burguesa.

Nesta linha de análise, se observa que o Estatuto da Terra de certa forma materializa o impasse que chega a elite brasileira que necessita dar um salto qualitativo em seu desenvolvimento dentro da ordem capitalista. Pois todas as contradições históricas acumuladas que foram abafadas via consenso entre as elites nacionais em detrimento ao restante da população, explicitam-se e vêm à tona. Acende-se o sinal de alerta. Logo, O Estado Nacional é convocado a tomar partido claro a favor das elites e deixar para um segundo plano os ideais de diminuição da miséria social nacional.

A modernização tem que ser conduzida de forma seletiva, claramente direcionada. Assim, o golpe militar, que prometia uma revolução dentro da ordem, abandona o seu caráter de conciliador de classes antagônicas e transforma-se num Estado autocrático e oligárquico que,

Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam simultaneamente o poder econômico, o poder social e o poder político e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças a qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, [e] é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante. (FERNANDES, 2006, p. 407).

Entretanto, já nos anos de 1950, com o desencadeamento do processo desenvolvimentista vinculado basicamente em doutrinas políticas e econômicas oriundas dos EUA, que condicionavam o desenvolvimento do país a consolidação de um parque industrial, particularmente centrado na região sudoeste, a questão agrária já fazia parte de uma agenda explosiva. Assim, o final desta década será marcado por uma intensificação e multiplicação tanto das lutas sociais no campo,

quanto pela organização dos camponeses a nível regional e nacional. Nesta conjuntura, marcada pelo confronto de diversas organizações em luta, e pela articulação dos movimentos sociais que se disseminam pelo país, colocou-se de forma cada vez mais direta a problemática da propriedade fundiária. (SANTOS, 1993).

Assim, nos anos de 1960, mesmo para um Estado autoritário vinculado explicitamente à elite nacional e capital internacional, a questão agrária tinha que ser trabalhada, pois a simples repressão, prisão, degredo e até morte de lideranças já não bastavam.

Verifica-se, ainda, que a partir da década de 1950, com a expansão e complexificação do parque industrial e da urbanização nacional principalmente nos grandes centros, aliada a chamada “Revolução Verde” que ampliava a produção rural mediante insumos, máquinas e técnicas desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos e Europa, há uma penetração do capital monopolista na agricultura concorrendo para que a mesma seja integrada ao modo de produção capitalista a partir de basicamente duas vertentes do processo produtivo: “[...] na do consumo produtivo, pagando altos preços pelos produtos industrializados e na circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preços baixos, o que leva ao endividamento constante” (RÜCKERT, 2003, p. 142).

Este movimento provoca um impasse para o pequeno agricultor. Se por um lado não consegue preço por seu produto, por outro não consegue financiamento para plantar aquilo que o mercado está solicitando. Não obstante a isto, principalmente na região sul do país, há todo um incentivo, por parte do Estado e do capital transnacional, através de financiamentos, para que se comece a plantar visando o mercado internacional. E, nesta conjuntura, os grandes estabelecimentos acabam por engolir as pequenas explorações, haja vista que “Sem condições de acompanhar o processo de reprodução ampliada do capital, os camponeses mais pobres [...] são submetidos, além da sujeição, à expropriação.” (RÜCKERT, 2003, p. 142).

E é na junção de questões relacionadas à necessidade de modernizar o país, principalmente e basicamente a região sudeste e parte da região sul e dar solução a questão agrária, que também demandava respostas tanto no que se refere aos aspectos de ampliação de produção e venda quanto à necessidade de, ao mesmo

tempo, solucionar de alguma forma o agudo problema de empobrecimento no campo, que provocava êxodo rural e também movimentos contestatórios, o que podia colocar em risco a almejada consolidação econômica dos grandes centros urbanos que, ao lado da promulgação do Estatuto da Terra, o governo militar dá início a uma agressiva política visando atrair capital tanto para a exploração quanto a colonização da Amazônia.

Para o referido empreendimento os sujeitos preferenciais são: empresários, maioria sediada no Sudeste brasileiro, muito embora também se tenha como participantes diretos grupos empresariais e financeiros internacionais; população norte/nordestinas, pauperizada pela seca e violenta expropriação social, para servirem de peões em grandes obras, principalmente estradas e pontes; e pequenos e médios agricultores, oriundos basicamente dos estados do sul do país que em procura de terras se colocavam a serviço da colonização.

Na legitimação legal desta política e regulamentando, em parte, o texto do Estatuto da Terra, em 27 de outubro de 1966, através do Decreto nº 59.428, o então presidente General Hugo Castello Branco decreta, reafirmando e lapidando aquilo que o Estado considera como colonização. Tal texto, composto de 109 artigos, se por um lado aponta para o que se entende e se aceita como política e formas de acesso a terra, por outro reafirma o caráter excludente do projeto de poder, tirando quase totalmente da cena legal a questão da reforma agrária bem como reafirmando o caráter mercantil da terra; transformando-a em negócio através do mecanismo da colonização tanto oficial quanto particular.

Assim, com instrumentos legais de tal natureza, se propicia que tanto grandes grupos econômicos quanto particulares entrem nos projetos de colonização como campo de atuação econômica. No bojo deste projeto, aproveitando-se de um processo ascendente de empobrecimento da maioria da população, proletarização rural e urbana, começa a aparecer, na região Sul, agentes em nome do Estado, incentivando os pequenos proprietários a formarem cooperativas de colonização visando a transferência para o Centro-Oeste, principalmente para o Estado de Mato Grosso, aonde com a venda de 5 ha era possível dar sinais de compra de 400 ha de terra.

Respectivos apelos induzem a venda de pequenas e, também, médias propriedades, favorecendo ainda que se consolide um processo já em andamento

nesta região, que é a disseminação de uma base capitalista no campo, principalmente a partir da cultura da soja. Ao mesmo tempo, estrategicamente, os detentores do poder ampliam suas bases em todo o território nacional, agora explicitamente em favor do capital em detrimento das demandas populares, entre as quais a reforma agrária.

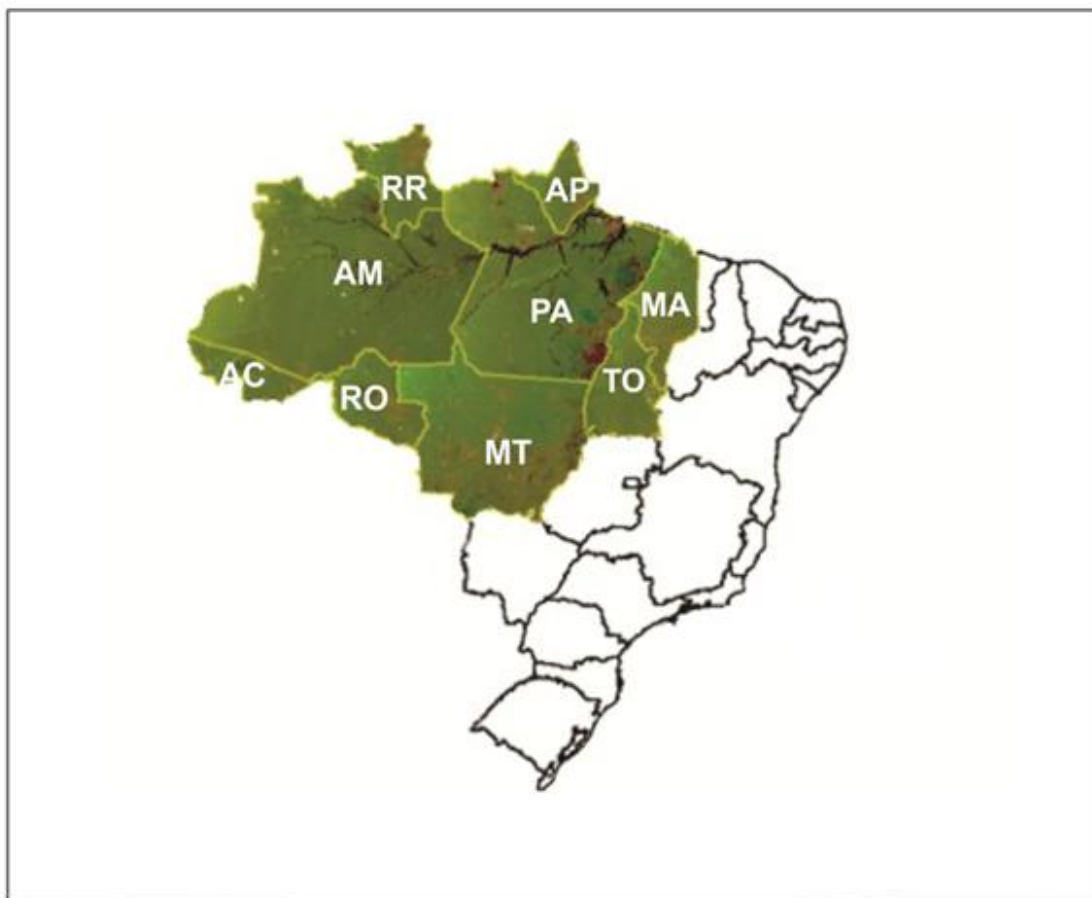
Assim, se por um lado as bases econômicas e sociais pavimentavam o processo de ocupação e exploração da Amazônia, o Estado, por sua vez, tratou de garantir as bases jurídicas de tal dinâmica através de um corolário de leis. Nesse sentido não é demais antecipar algumas reflexões de Santos (2008, p. 228) quando o mesmo explica o fenômeno da globalização, o que implica em afirmar que neste contexto também já é possível antever que “[...] através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força”.

Nesta direção, sedimentando ainda mais o caminho em busca de um desenvolvimento nacional que tem na agropecuária uma de suas bases, mas que, porém, precisa ser modernizada e atualizada em termos de mercado, produção e integração de capitais, em 1966, através da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, cria-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, revogando-se a Lei nº 5.178/53, que institucionalizava no governo de Getúlio Vargas, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVA). E através de tal dispositivo legal é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, que atualiza e institucionaliza a Amazônia Legal, indicando que:

Art. 2º. A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.” (BRASIL, Lei 5.173/66)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Atualmente, com a divisão do Estado do Mato Grosso e com a criação do Estado de Tocantins, considera-se estes dois Estados em suas totalidades desconsiderando assim o Estado de Goiás e o atual Estado de Mato Grosso do Sul.



**Figura 4: Configuração atual da Amazônia Legal**

Fonte: Base cartográfica IBGE / TALASKA (2012).

Além disso, no artigo 4º, se estabelece que a SUDAM tem entre suas prerrogativas a

[...] b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes; d) formação de grupos populacionais estáveis, tendente a um processo de sustentação; e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos [...] j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas; i) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de I – assegurar a elevação da taxa de reiversão na região dos recursos nela gerados; II – atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região.” (BRASIL, Lei 5.173, 27/10/66).

No que diz respeito às atribuições deste órgão, o que vai fazer toda a diferença, inclusive toda sorte de manobras e corrupções será o dispositivo explicitado no artigo 9º. que lhe dá o poder de “[...] i) julgar da prioridade dos projetos



ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da região visando a concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira, na forma da legislação vigente;” (BRASIL, Lei 5.173, 27/10/1966).

Ainda sob a mesma lei, cria-se o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia, FIDAM, que, obtendo recursos de várias fontes, aplicará diretamente ou através de repasses ou então refinanciamentos a outras instituições financeiras, conforme indica o artigo 46,

[...] à iniciativa privada para investimentos em empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários ao desenvolvimento da Região; b) através de financiamento à iniciativa privada para pesquisas que visem ao aproveitamento de recursos naturais e agrícolas da Região. (BRASIL. Lei 5.173, 27/10/1966).

Tal proposta foi atrativa, conforme corrobora Oliveira (1989), pois grandes grupos econômicos, entre os quais ATLAS (Alemanha), Volkswagen (Alemanha), Bradesco (Brasil), Camargo Correa (Brasil), entre outros, passaram a implantar projetos agropecuários na Amazônia Legal, sendo que, até o final de 1985, os mesmos eram em número de 581, sendo que somente no Estado de Mato Grosso perfaziam 207 projetos. E tais projetos, que tinham como principal guarda-chuva institucional a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, sediada em São Paulo, estabeleciam como atividade principal a criação de grandes rebanhos bovinos. Assim, pode-se assinalar com Oliveira (1989, p.82), que “Foi por esta razão que a maioria dos grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, criou suas agropecuárias para dessa forma descarregar/desviar dinheiro do imposto de renda que deveria ser recebido pelo governo.”.

No bojo desse processo, a violência e as desapropriações de posseiros e indígenas, inclusive com o advento da escravidão realizada em grandes fazendas, provocou na região, no período compreendido entre 1964 e 1985, mais de 500 mortes de trabalhadores rurais. E é neste contexto, “[...] que o grande capital do Centro-Sul, nacional e multinacional [abre] a Amazônia para a sua reprodução.” (OLIVEIRA, 1989, p.89).

Neste mesmo período, no ano de 1967, sob o governo de Arthur Costa e Silva, instituiu-se, dado as inúmeras denúncias com repercussões internacionais, sob a Lei 5.371 de 05/12/1967, a Fundação Nacional do Índio, que de forma dúbia tinha entre outras finalidades “[...] exercitar o poder de polícia nas áreas reservadas

[aos indígenas] e nas matérias atinentes à proteção do índio.” (BRASIL, Lei 5.371/67). Tal medida, ironicamente, não impede, pelo contrário, que se aumente o número de assassinatos, sevícias, expulsões de terras e outras violências para com o indígena. E em 1968, através do Decreto nº 63.082, de 06 de agosto de 1968, o Estado justificando-se perante a comunidade internacional, altera os limites da área em que se situa o Parque Nacional do Xingu, indicando em seu artigo 5º. que “A intrusão na área compreendida nos limites fixados no artigo 1º. Deste Decreto sujeitará seus autores às penas previstas.” (BRASIL, Decreto nº 63.082, 06/12/08/1968).

Em 1970, quando já se encontra consolidada a chamada “linha dura” no núcleo governamental, institui-se o Programa de Integração da Amazônia (PIN), via Decreto Lei nº 1.106 de 16/06/1970, no intuito de

[...] promover maior integração à economia nacional das regiões empreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, [ sendo que...] A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. [...] Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até 10 quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica [...]. (BRASIL, Decreto-Lei 1.106 de 16/0/1970).

Tais prerrogativas foram ampliadas via Decreto 1.164/71 que coloca sob tutela da União as faixas de terras devolutas situadas até 100 Km de cada lado das rodovias federais já construídas, em construção ou projetadas.

Assim, no Estado de Mato Grosso, a terra, que já era alvo de especulação e disputa, passou a ser abertamente franqueada aos grandes grupos econômicos através de uma política de ocupação econômica

[...] que privilegiava a implantação dos chamados projetos de ‘colonização empresarial’ (projetos privados para a exploração agropecuária, agroindustrial e mineral) e de colonização oficial e particular (projetos de povoamento). (MORENO, 2005, p. 38).

Para tanto, incentivou-se tanto a apropriação de grandes áreas de terras por grandes grupos agropecuários, colonizadoras, madeireiras, mineradoras, quanto a migração de pequenos e médios agricultores para projetos oficiais e particulares de colonização. Logo, a presença desses projetos no Estado de Mato Grosso pode ser explicada pela sua transformação em área de fronteira agrícola, dentro do processo de desenvolvimento capitalista no país.

Neste contexto, a despeito, e em razão da criação do IBRA e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), e de todo arcabouço normativo visando viabilizar a exploração econômica e povoamento via colonização na região, o período foi marcado por casos explícitos de corrupção, grilagens e vendas ilegais de terras para nacionais e estrangeiros com a participação tanto de particulares como de funcionários públicos. (Oliveira (2007). Isto concorre para que estas duas agências sejam extintas e surja, através do Decreto-Lei nº 1.110 de 09/07/70, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que sendo regulamentado através do Decreto nº 68.153, de 01 de fevereiro de 1971, passa a ser o principal instrumento de colonização, tendo como objetivos primordiais;

Art. 1 – a) promover e executar a reforma agrária, visando a corrigir a estrutura agrária do país, adequando-as aos interesses do desenvolvimento econômico, e social; b) promover, coordenar, controlar e executar a colonização; e c) promover o desenvolvimento rural através da coordenação, controle e execução, preferencialmente, das atividades de cooperativismo, associativismo e eletrificação rural. (BRASIL, Decreto 68.153/1971).

Entre suas principais atividades estão, conforme explicita o artigo 3º. “c) realizar as desapropriações necessárias às suas finalidades na forma prevista em lei; d) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras; “ (BRASIL, Decreto 68.153, 01/02/1971).

No campo das atividades de desenvolvimento rural, cabe ainda a este órgão, “Art 3 – III, c) colaborar com os órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social incumbidos da Sindicalização Rural visando harmonizar as atividades sindicais com os propósitos econômicos e sociais da agricultura.” (BRASIL, Decreto 68.153, 01/02/1971). Ou seja, o Estado trabalhava em duas frentes para com os representantes dos trabalhadores, a cooptação e enquadramento, ou então a perseguição política e até mesmo a eliminação física.

Aqui se reafirma, mais uma, vez o objetivo de extinguir tanto o minifúndio quanto o latifúndio, bem como incentivar o cooperativismo e a empresa rural. Cabe ainda ao INCRA,

Art. 11 – [...] a seleção, registro e transporte de agricultores a serem radicados, através da Implantação de Núcleos de Colonização, em região de vazios demográficos com perspectiva de desenvolvimento, visando à expansão das fronteiras agrícolas do país e à produtividade, dentro do objetivo geral de proporcionar-lhes progresso econômico e social. Art. 12. As atividades de fomento à colonização particular serão exercidas com o objetivo de incentivar a iniciativa privada no sentido de complementar a

ação oficial mencionada no artigo precedente. (BRASIL, Decreto 68.153, 01/02/1971).

Também é de responsabilidade deste órgão, a coleta de dados, sistematização, divulgação, tributação e legalização do universo agrário brasileiro.

Ainda no ano de 1971, através da instituição do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste, PROTERRA, através do Decreto-Lei nº 1.179, de 06 de julho de 1971, consolida-se a mercantilização da reforma agrária brasileira, além de reafirmar a disposição de submeter à agricultura ao capital, tanto no que tange aos seus aspectos produtivos quanto comerciais. Institui-se, através deste mecanismo, recursos financeiros para

Art. 3 – a) [...] aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, nos termos que a lei estabelecer, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região, com vistas à melhor e mais racional distribuição de terras cultiváveis; b) empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais, para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade considerada de dimensões insuficientes para exploração econômica e ocupação da família do agricultor; c) financiamento de projetos destinados à expansão da agro-indústria, inclusive a açucareira, e da produção de insumos destinados a agricultura; d) assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais; e) subsídios ao uso de insumos modernos; f) garantia de preços mínimos para os produtos de exportação; g) custeio de ações discriminatórias de terras devolutas e fiscalização do uso e posse da terra. (BRASIL, Decreto-Lei 1.179, 06/07/1971).

Dessa forma, formatada a base para a política de modernização no campo, assim como em outros setores, mesmo as expensas de um alto custo social e corrupção endêmica, em 04 de novembro de 1971, através da Lei 5.727, o Governo Federal propõe, conforme já observado anteriormente, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1972 a 1974. O presidente seguinte, General Ernesto Geisel, intensifica essa política de desenvolvimento através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) para o período de 1975 a 1979.

Assim, conforme destaca Moreno (2005), como resultado de todo este processo, o Estado Brasileiro, no período de 1964 a 1985 (governos militares), através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desenvolve quatro modalidades de projetos de colonização:

1 – Projeto de Assentamento (PA). Desenvolvido para a regularização de áreas já ocupadas por posseiros, cabendo ao INCRA consolidar e reconhecer a ocupação;

2 – Projeto de Ação Conjunta (PAC). Projeto desenvolvido em conjunto com cooperativa de colonização;

3 – Projeto de Assentamento Rápido (PAR). Projeto desenvolvido em áreas que já possuíam um mínimo de infraestrutura, em parceria com os estados e municípios envolvidos;

4 – Projeto Especial de Assentamento (PEA). Projeto desenvolvido para resolver situações de conflitos.

A partir destes projetos, Moreno (2005), respaldando-se em dados do INCRA (2005), indica que foram transferidos para Mato Grosso, através de projetos oficiais, entre as décadas de 1970 e 1980, cerca de 12.000 famílias numa área aproximada de 800.000 ha.

No que diz respeito à colonização particular, fortalecida a partir de meados da década de 1970, empresários das regiões Sul e Sudeste

[...] aproveitando-se das vantagens financeiras e das facilidades de acesso à terra oferecidas pelos programas especiais de desenvolvimento regional, e da infra-estrutura física implantada pelos governos federal e estadual, adquiriram grandes extensões de terras públicas ou de terceiros – alguns, inclusive, por meios ilícitos -, e investiram na implantação de projetos de colonização ou agropecuários. (MORENO, 2005, p. 67).

Neste período registrou-se 33 empresas privadas atuando no Estado de Mato Grosso, que, numa área de 3,25 milhões de hectares, assentaram cerca de 19.550 famílias, sendo que a grande maioria era do sul do país. (MORENO, 2005).

Ressalta-se aqui que durante o governo do general Ernesto Geisel (1974 – 1978) há um recuo naquilo que se refere à colonização oficial e um significativo avanço da colonização particular na Amazônia Legal. Não obstante, há no bojo desta mudança de postura, também uma mudança de clientela, haja vista que “Doravante não mais se atrairá populações do Nordeste como da década passada, mas de preferência proprietários de minifúndios do perímetro de ação das chamadas cooperativas, normalmente no sul do país.” (SANTOS, 1993, p. 57).

## 2.2 O processo de construção de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso

Pode-se afirmar que o surgimento de municípios como o de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso é produto de uma complexa construção histórica que incide em dinâmicas sociais, políticas e econômicas construídas no bojo de um projeto desenvolvimentista modernizante e autoritário que tem como um dos eixos a colonização, que por sua vez buscava atender inicialmente a dois propósitos: a) Uma nova ocupação e dinâmica econômica e social da Amazônia Legal baseada na exploração da natureza; b) Desarticulação de focos de tensão social no campo, particularmente nos estados do Sul do país através de uma política de colonização agrícola pautada na migração de colonos.

E é na objetivação de tais propósitos que as políticas públicas de incentivos fiscais, desapropriação de terras, e facilidades de deslocamentos de migrantes se tornam essenciais.

No que se refere à colonização do norte do Estado de Mato Grosso, um dos elementos facilitadores para tais intentos foi a construção da BR 163. Ligando Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, a Santarém, no Estado do Pará. Esta rodovia, com 1.780 Km, que facilita o acesso a vários estados da região sul e sudeste, tem um papel de destaque, haja vista que tal qual outras rodovias implantadas no período, “[...] participou do processo de artificialização desigual do território e criou parcela importante das condições necessárias a uma vida de relações mais complexa e abrangente em atendimento a finalidades precisas do Estado e das grandes empresas.” (SANTOS, 2010, p. 340).

Executada pelo Batalhão de Engenharia e Construção, 8º BEC, na parte referente ao Estado do Pará e 9º BEC naquilo que cabia ao Mato Grosso, a partir de políticas públicas tais como a criação da SUDAM e execução do PIN, ainda nos primeiros anos de 1970, esta rodovia cortava somente os municípios de Nobres, Diamantino e Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso e, Itaituba, Altamira e Santarém, no Pará, sendo que em terras mato-grossenses sua extensão é de 768 Km. E em seu entorno, com uma paisagem formada pelos biomas do cerrado, floresta amazônica e áreas de transição, esta rodovia corta uma região que faz parte da bacia hidrográfica do rio Amazonas, abrangendo duas de suas maiores sub-

bacias, a Teles Pires/Tapajós e Xingu/Iriri, além de dezenas de tributários. (BRASIL, Casa Civil, 2006). Assim, tal rodovia aberta e sem asfaltamento em quase todo o seu percurso é entregue como pronta, cinco anos após o seu início.

Entretanto, há que se dizer que neste intercurso de tempo, dado a uma rede de favorecimentos e informações privilegiadas, grandes extensões de terras foram adonadas tanto em processo de compra quanto de grilagem, o que concorreu para que o trajeto desta rodovia fosse alterado em alguns de seus trechos a fim de favorecer grandes proprietários de terras. (SHAEFER, 2003).

Assim, nos idos dos anos de 1973, o catarinense Benjamin Raiser adquiriu do norte americano Edmund Zanini uma área de cinco mil hectares às margens do Rio Teles Pires. Com tal aquisição, em 1975, o novo proprietário dá início a demarcação e abertura de terra visando implantar um projeto imobiliário. Estimulados pelo empreendimento, o genro de Benjamim Raiser, Nelson Frâncio e seus dois irmãos, Claudino Frâncio e Demétrio Frâncio adquirem mais dez mil hectares de Edmund Zanini, e dão início a venda de terras na região. (CASTRILLON FERNANDEZ, 2007). E, dado os resultados positivos deste empreendimento que já vinha sendo executado, em 1979, os irmãos Frâncio e mais cinco sócios, visando enquadrar esta atividade nos moldes preconizados pelo Estado, oficializam o projeto da Colonizadora Sorriso, sendo que para a área urbana fora dispensado, no projeto, 600ha, divididos em 4.500 terrenos. Assim, na altura do quilômetro 420 ao norte da capital Cuiabá, toma corpo oficialmente a história da Gleba Sorriso, que em 1984 torna-se distrito do município de Nobres e em 1986 emancipa-se à condição de município com o nome de Sorriso, tendo uma área inicial de 10.480 Km<sup>2</sup>. (DIAS, BORTONCELLO, 2003).

No que diz respeito a Nova Mutum, conforme atesta página oficial do município (<http://www.novamutum.mt.gov.br>), que cita como fonte Schaefer (2003),

Antes de ser colonizada, a região era conhecida como 'Irmandade' e pertencia a Jorge Rachid Jaudy. Em 1966 um grupo de empresários paulistas capitaneados por José Aparecido Ribeiro, adquiriu uma extensa área de terras de aproximadamente 169 mil hectares no município de Diamantino, constituindo a Mutum Agropecuária S/A. [...] A empresa destacou então 100 mil hectares para a colonização, implantando as duas primeiras etapas. [...] Os tamanhos dos lotes vendidos variavam conforme a disposição financeira dos compradores, em geral ficando entre 150 e 400 hectares. [...] A firma Eldorado de Porto Alegre ficou responsável em dimensionar a parte prática do projeto. O agrônomo gaúcho Luiz Carlos Ferreira Bernardes foi o responsável pela elaboração do projeto que criou a colonização de Nova Mutum em 1977 a convite do Dr. Ribeiro. [...] Quem

adquirisse um lote rural, recebia de bonificação dois terrenos urbanos [...] Nem todos os compradores de lotes os ocupavam imediatamente. Iam chegando de acordo com suas possibilidades e acerto na venda de suas posses no sul do país. Todos os primeiros moradores da região vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tendo sido praticamente todos pequenos minifundiários no oeste dos dois Estados. (NOVA MUTUM, 2010).

Tal empreendimento, localizado a 269 Km ao norte de Cuiabá, em 1981, eleva-se a condição de distrito de Diamantino e, em 1988, emancipa-se como município com o nome de Nova Mutum, que, por sua vez, anexa as comunidades de Pacoval e Trivelato em 1981, formando uma área de 13.003 Km<sup>2</sup>. (SCHAEFER, 2003).

Lucas do Rio Verde, por sua vez, situado a 360 Km ao norte de Cuiabá se insere no Projeto Especial de Assentamento – PEA, de responsabilidade do INCRA, cuja finalidade era a de resolver situações de conflitos fundiários em outras partes do país. Único projeto desta modalidade no Estado de Mato Grosso, ao INCRA cabia desde o loteamento, implantação de infraestrutura e administração técnico-financeira. (MORENO, 2005).

Previsto inicialmente para assentar 900 famílias, o projeto aparece no cenário nacional como estratégia para desmobilizar o acampamento de sem-terras da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta, RS, que contava com mais de 600 famílias. Assim, a Gleba com 220.000ha recebe, no ano de 1981, 203 famílias que aceitaram deslocar-se para o norte do Mato Grosso. (ZART, 1998). Transformado, em 1986, distrito do município de Diamantino, torna-se município em 1988.

Observa-se assim, que o processo que deu início a formação destes municípios, tem que ser visto como uma forma de produção social num certo meio natural: Ou seja, “[...] é um verdadeiro processo social, que deve ser analisado sociologicamente como tal, e em estreita ligação com este outro processo social ao qual está indissolúvelmente vinculado: o processo migratório.” (SANTOS, 1993, p. 14). Nesse sentido, na condição de processos sociais complexos, os mesmos são conflitivos, haja vista que, “[...] são diversos os atores sociais e as forças sociais que [deles] participam, cada qual com seus específicos interesses econômicos, suas decisões políticas e seus projetos.” (SANTOS, 1993, p. 14).

Neste contexto destaca-se o Estado, as empresas de colonização, os grupos locais dominantes, os grandes proprietários de terras e os camponeses e seus familiares. Neste sentido, a colonização preconizada e mediada por uma relação de



poder é resultante não só do Estado e das forças dominantes, dos capitalistas e dos proprietários de terras, “[...] mas ainda da intervenção do campesinato; e em particular, do campesinato do sul, a procura de seu próprio projeto social e definindo sua própria cidadania.” (SANTOS, 1993, p. 18).

No que se refere em específico aos habitantes tidos como colonizadores, desbravadores e pioneiros de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, os mesmos são basicamente frutos de um mesmo processo. São colonos de diferentes municípios da região sul do Brasil que passaram por uma dinâmica de transformação ocorrida no campo a partir dos anos de 1950. Ou seja, uma gradativa subordinação da agricultura à indústria. Este processo, somado a uma crescente fragmentação da propriedade do colono, sobretudo dado a um sistema de divisão por herança, que dividia ainda mais sua propriedade, que já era de tamanho reduzido, uma média de 25 a 50 ha, agudiza a pobreza no campo provocando tanto o êxodo quanto a proletarianização rural e a migração para novas terras, notadamente para a Amazônia Legal.

Não obstante, mesmo que se parta da constatação de que esses sujeitos construirão suas histórias a partir de uma mesma lógica de intensificação do capital no campo, que tem a migração e a colonização como estratégia, é preciso que fique claro que tal deslocamento espacial não implica num mero jogo de reprodução de condições de existência. Isto implica em dizer que a despeito de toda bagagem histórica e das condições políticas e econômicas que predominam na sociedade brasileira, dialeticamente o cotidiano a ser construído terá também o novo como elemento estrutural. Os colonizadores terão que reconstruir-se, tanto naquilo que se refere às suas condições de indivíduos num novo ambiente, quanto no que se refere às relações de convivências que serão construídas no âmbito social.

Bosi (1992), ao analisar e explicar historicamente a colonização do Brasil no período colonial, fornece como instrumento conceitual a indicação que a mesma é um processo “ao mesmo tempo material e simbólico: [sendo que] as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim de seus desejos e esperanças.” (BOSI, 1992, p.337). E esse processo, o da colonização, se entrecruza em três planos: “[...] a) O da conquista da terra e exploração de trabalho [...]; b) o da memória dos colonizadores e dos colonizados; c) o dos projetos, em

geral leigos, que visam à construção de um futuro moderno [...]” (BOSI, 1992, p. 389).

Em se tratando dos colonizadores que vieram para a Amazônia Legal, em especial para o norte de Mato Grosso, a partir da década de 1970, além de todas as características apontadas anteriormente, também trazem na bagagem a noção, construída via diversos mecanismos de propaganda, tanto oficial quanto privada, que o Mato Grosso é uma imensa terra sem fim, pronta a ser trabalhada, e que também é despovoada. Acreditam que seus habitantes originais, os índios, já há muito tempo não habitam mais esta região, pois estão em reservas vivendo tranquilamente.

Assim, é com estranheza que ao chegar às novas terras, verifica-se que a questão indígena não está resolvida, e nem todos os habitantes originais desta terra aceitaram ir para a reserva do Xingu ou outras reservas. Logo, o confronto é inevitável, pois os colonizadores investiram financeiramente na mudança e a volta não é tão simples. E a convivência conjunta está fora de cogitação, pois atrapalha os negócios das colonizadoras.

Assinala-se ainda que os colonizadores que se deslocaram para as áreas que ora localizam-se Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, além da questão indígena, também se depararam ainda com os resultados oriundos da exploração da borracha ocorrida na região nas décadas de 1940 e 1950. Tal atividade, quando entra em decadência deixa para trás inúmeros ex-trabalhadores que não tendo para onde ir ficam na região na condição de posseiros. Vão estabelecendo raízes, formando família, criando um modo de vida.

Além disso, entre as décadas de 50 e 60 do século XX, por intermédio de políticas estaduais, haja vista que a constituição da época outorgava ao estado a prerrogativa de legislar sobre suas terras, há uma intensificação de venda especulativa de terras favorecendo que grandes latifúndios improdutivos fossem registrados, sendo que muitas vezes, seus proprietários nem sabiam onde se localizavam com exatidão. E não obstante a isso, havia ainda a grilagem de terras por parte daqueles que tinham no poder público a convivência necessária para tal ato.

Com o golpe militar e valorização desta região através de políticas de incentivos fiscais e financiamentos para formação de empreendimentos

agropecuários, há uma corrida tanto para legalizar documentalmente grandes extensões de terras, quanto manobras para provar que se tinha direito adquirido por já estar trabalhando a terra por muitos anos. Nesse sentido, a falsificação de documentos e a grilagem de grandes extensões de terras, se tornaram comuns neste contexto. As primeiras vítimas desta situação foram os índios e os posseiros que já habitavam e viviam destas terras. E como o poder público consentia tal estado de coisas, a violência deixou de ser circunstancial e tornou-se corriqueira, *modus operandi*.

Assim, uma área de 215.000ha, que viria abrigar a Gleba Lucas do Rio Verde, é declarada, em 1980, pelo INCRA, prioritária para fins de reforma agrária. Demarcada em terras que, num primeiro momento, foram moradias dos índios Kayabi, que por sua vez cederam sob processo conflituoso espaço para a atividade extrativista da borracha que ao entrar em decadência deixara para trás alguns moradores não-índios, Lucas do Rio Verde também é reivindicada por grileiros que se autodenominam posseiros, visando legitimar grandes extensões de terras.

A partir desta realidade o governo federal cria o Projeto Especial de Assentamento (PEA), cujo objetivo é assentar sem-terras gaúchos.

Após propostas sedutoras e ameaças, o INCRA, com o apoio do exército, desloca direto de Ronda Alta – RS 203 famílias para promovê-las a assentados em parcelas de 200ha, cuja proposta era reservar 50% desta terra para exploração e 50% para reserva florestal. Propunha-se em tal projeto, culturas anuais de arroz, milho e soja visando um rápido retorno financeiro. (CASTRO et al., 2002). Nesse sentido, com um compromisso de pagar, na época, 360 cruzeiros por ha, esses parceiros assentados tinham um prazo de 20 anos, com carência de 480 dias, para pagar pela terra, sendo que a esse valor seriam acrescidos os investimentos em infraestrutura, demarcação, desmatamento, gastos com locomoção para o Projeto. Ou seja, os mesmos assumiriam uma dívida de 1.041.810,00 cruzeiros, mais os juros que seriam acrescidos no período. (CASTRO et al., 2002).

Com esse compromisso, os parceiros ao chegarem ao local demarcado, a partir de meados de 1981, constataram que, da área demarcada para o projeto, cerca de 165.000ha já eram reivindicados por pessoas que se diziam posseiros. O INCRA reconhece a posse de 85 proprietários com propriedades de até 2.000ha. E não obstante a isso, este mesmo órgão governamental passa a desenvolver na

mesma área outro projeto que é a instalação de pequenos e médios proprietários, descendentes de suíços e holandeses, oriundos de Holambra, Estado de São Paulo, que reunidos em torno de uma cooperativa, A Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS), entraram com pedido junto ao INCRA para desenvolverem um Projeto de Assentamento Conjunto (PAC).

Atendendo tal solicitação, o INCRA amplia o número de lotes na área de 200 para 900, visando acomodar estes novos colonizadores conhecidos no lugar como paulistas. Assim, mais 50 famílias se estabelecem em Lucas do Rio Verde. (ZART, 1998), (FERREIRA, 2001), (CASTRO et al., 2002).

Verifica-se assim, que sob supervisão presencial de funcionários do INCRA, neste projeto há uma sobreposição de situações que acaba por gerar conflitos. São posseiros, sem-terras, agricultores, grileiros, especuladores imobiliários que circulam no mesmo espaço geográfico. Há, assim, um confronto de experiências históricas que acaba por gerar um processo de desqualificação moral para com os parceleiros, enquadrando-os como não aptos a nova situação. Além disso,

[...] havia uma ambiência de corrupção que em vez de mobilizar os parceleiros para a permanência nos lotes rurais, incentivava e pressionava para que ocorresse a venda da terra. A pressão era feita pelos próprios funcionários do INCRA, pela presença de compradores (geralmente agricultores que haviam vendidos suas terras no sul e tinham recursos financeiros para aquisição da propriedade rural) além de intimidações e ameaças de morte. (ZART, 1998, p. 161).

Em 1983, na Gleba Lucas do Rio Verde só restam 14 famílias de parceleiros. No mesmo processo, dos agricultores “paulistas”, somente 50% conseguiram permanecer nas terras em razão tanto de dificuldades de financiamento para trabalhar na terra, quanto de exorbitância de juros cobrados para a compra da mesma. (ZART, 1998), (COSTA, et al., 2002).

Naufrega assim o projeto PEA-Lucas do Rio Verde sob a supervisão do Estado dando lugar a uma colonização assumida por particulares em estreita parceria com agentes governamentais que estabelecem de vez a lógica do mercado de terras vigente no país, mesmo que estas terras, por serem destinadas à reforma agrária, não pudessem ser vendidas sob o ponto de vista legal. E redefinindo-se, Lucas do Rio Verde chega a sua emancipação política enquanto município com 5.500 habitantes, não obstante a exclusão de muitos e incorporação de novos colonos, em sua maioria do sul do país.

Já Nova Mutum, localizada numa área cuja exploração da borracha entre as décadas de 1940 e 1950 contribuíra para a formação de grandes fazendas, nem sempre via documentação lícita, também tem como antigos moradores várias nações indígenas, tais como os Beijo-de-pau, Apiacás, Kayaby, Bacairis, que tinham nas matas e rios da região os meios de sua sobrevivência. E no contato com os não índios, os poucos sobreviventes destas nações foram levados para reservas legais, tanto do Xingu quanto outras localizadas no norte de Mato Grosso.

Assim, formando-se entre latifúndios, as primeiras comunidades de Nova Mutum, a de Santo Antonio, São Carlos e Nova Esperança, que perfaziam a primeira parte do projeto de colonização, tiveram, no ano de 1978, mês de junho, como primeiros compradores, cinco famílias de agricultores oriundos do Rio Grande do Sul.

Entretanto, tais agricultores, somados a outros que vieram logo a seguir, apesar de produtores que tinham certo capital, pois a maioria vendeu suas terras no sul para reinvestir em compra de áreas maiores neste lugar, a relação destes com a colonizadora foi marcada de tensões, o que os prejudicavam a obter financiamento para a preparação do solo, plantio e colheita. Neste sentido, por volta de 1980, a colonizadora, alegando falta de recebimento das prestações da venda de terras, cancelou as escrituras referentes aos lotes vendidos na primeira etapa, causando grande prejuízo. Em 1983, dado a fracasso na colheita, novos prejuízos e novos embates com a colonizadora. (SCHAEFER, 2003).

Em tal ambiência, a exclusão de muitos, não raras vezes era vista como uma incapacidade dos próprios agricultores, como se pode verificar em tal depoimento:

Também houve os que desistiram da empreitada, não puderam pagar as prestações ou não tinham vocação agrícola. Outros vieram aventurar 'pra ver como era', alguns logo se mudaram para a cidade, colocando algum tipo de comércio. Havia também os que compraram terra enganados. Compraram terra de mato e desprezaram o cerrado, que parecia ser terra sem futuro e fraca, e depois não tiveram condições de abrir a área por ser muito cara a destoca da mata. (SHAEFER, 2003, p. 26).

Dessa forma, dado ao rigor com que a colonizadora tratava as transações imobiliárias, Nova Mutum estagnou em número de população, dinamizando-se posteriormente a partir da anexação da comunidade de São Manuel, colonizada a partir de 1978 pela empresa Colonização e Melhoramentos Tropical, Ltda, com fazendas formadas a partir de uma área de 360 ha, e da Gleba Ranchão, cujo

projeto de assentamento, estabelecido numa área de 23.931ha, se caracterizava por conjugar tanto o INCRA quanto a Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda, visando atender pequenos e médios agricultores que já moravam no Estado de Mato Grosso. (CASTRO et al., 2002), (SHAEFER, 2003).

Ambos os projetos localizados no município de Nobres - MT foram anexados a Nova Mutum a fim de dar quórum eleitoral, possibilitando assim que, em 1988, fosse realizado um plebiscito com vistas a sua transformação em município. Em 1991, também se desmembrando do município de Nobres, são incorporadas a Nova Mutum as comunidades de Pacoval e Trivelato.

Naquilo que se refere ao processo de formação de Sorriso, é de conhecimento público que “Os habitantes naturais de Sorriso foram os índios Kayabi.” (DIAS, BORTONCELLO, 2003, p. 187). Reconhece-se ainda que “[...] residiam ribeirinhos, como é comum existir nas proximidades dos grandes rios, que sobreviviam de pesca, caça e culturas de subsistência.” (DIAS, BORTONCELLO, 2003, p. 197).

No entanto, o contato do colonizador sulista com estes habitantes foi tenso e não houve margens para a convivência no mesmo espaço. Os índios já não eram em número significativo e os posseiros, por sua vez, foram desconsiderados como antigos moradores. Assim, num processo que se assenta sob a exclusão, a violência é vista como algo natural e até mesmo quem esteve à frente deste empreendimento a vê como algo necessário quando explicita que,

Quando nós compramos essa área de Sorriso, eram oito mil alqueires. Tinha mais ou menos umas duzentas pessoas aqui em cima, de grileiros. Nós compramos de uma firma do Rio de Janeiro, do Euclides Aranha, que era ministro de Guerra do Governo Castelo Branco. E nós compramos isso só que limpo, sem ninguém em cima. Eles deram conta. Vieram ali com a Justiça e tiraram, todo mundo pra fora. Até fiquei arrepiado. Tinha tanta criança [...] era um dia de chuva [...] Vieram com autorização do Ministro do Exército, com dois ônibus de policiais levaram na beira da rodovia e mandaram embora. (FRÂNCIO *apud* DIAS, BORTONCELLO, 2003, p. 197).

Reafirma-se no ato de violência a autoridade de proprietário e a rede de conhecimentos estabelecida com agentes do Estado. Em 1975, quando começam a chegar às primeiras famílias de colonos oriundos da região sul, situações conflituosas envolvendo os sujeitos desta área não eram incomuns, conforme atesta Rublos Ki (*apud* DIAS, BORTONCELLO, 2003, p.199): “Naquela época tinha muito banditismo. Tinha umas fazendas que iam buscar funcionários, prometiam emprego

e salário e quando ficavam doentes ou se exigia alguma coisa, eram mortos. [...] isso acontecia nas fazendas que só tinham capatazes e grileiros.”.

A partir desta realidade, a história se reescreve tendo como referência a ótica dos colonizadores. As dificuldades, os sucessos e a dinâmica local passam por um crivo épico e até mesmo a contagem da população local, conforme mostra a tabela 1, faz supor que a mesma se dava somente sobre os novos habitantes, como se tudo tivesse começado a partir da colonização.

**Tabela 1:** População de Sorriso – MT - 1975 - 1985

Ano	População
1975	010
1980	1.605
1985	7.787

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura; IBGE (2000) e; Dias, Bortoncello (2003).

Nesta dinâmica, a colonizadora atuava como uma imobiliária “[...] adquirindo terras de terceiros por meios lícitos e ilícitos, e as loteavam e revendia para os colonos.” (CASTRILLON FERNANDEZ, 2007, p. 203). Tais lotes possuíam tamanhos variados, desde chácaras, próximas do núcleo urbano, até áreas superiores a 1.000ha mais distantes, utilizando-se do artifício de vender primeiro os lotes mais distantes valorizando assim as terras mais próximas. (CASTRILLON FERNANDEZ, 2007).

A partir de tais considerações, pode-se constatar que a despeito de especificidades locais, tanto Lucas do Rio Verde, como Nova Mutum e Sorriso, começam a marcar suas histórias no bojo de um processo mais amplo do ponto de vista da história brasileira, no qual, a partir de um projeto de colonização e exploração da Amazônia Legal, ocorre uma sobreposição qualitativa da terra de negócios sobre a terra de trabalho. Logo, ao tornar-se um item de mercado, ela passa a ser acessível somente àqueles que podem pagar, ou dispor de mecanismos de usurpação. E mesmo assim, a sua manutenção enquanto propriedade particular produtiva só é conseguida por intermédio de auxílios financeiros. E quando este auxílio não é conseguido ou torna-se muito oneroso, a venda da propriedade é uma solução corrente.

Nesta lógica construída historicamente, o mercado “[...] não abre perspectivas de acesso à terra para a maioria dos trabalhadores do campo. Esta é uma lei da economia capitalista, o trabalhador deve ser livre para trabalhar para o capital, e não trabalhar para si próprio.” (OLIVEIRA, 1989, p. 91). Assim, o projeto modernizador colocado em prática no Brasil pelos governos militares agudizou esta questão, pois o mesmo passa a valorizar determinadas culturas que o pequeno agricultor não tem condições de produzir dadas as exigências tanto técnicas quanto econômicas.

Ainda esta marcha histórica, o processo de expropriação no campo é inexorável, embora com resultados gradativos. Muitos simplesmente perdem a terra para credores e tornam-se proletários urbanos ou rurais. Entre estes há ainda aqueles que se tornam posseiros, não raras vezes, em terras indígenas ou públicas trazendo consigo um rastro de violência. Outros se tornam sem-terras passando a viver sob condições miseráveis embaixo de lona na beira de estrada.

Contudo, ainda no bojo deste processo, há ainda muitos agricultores que não suportando a pressão do mercado, acabam vendendo sua terra e deslocando-se para longe de seus estados de origem, seduzidos por ofertas de terras baratas e financiamentos fartos.

São agricultores com este perfil que vão formar lugares como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso e tantos outros. Tais lugares, dinamizados via subsídios públicos, acabam por proporcionar uma dinâmica social que se complexifica a medida que o processo colonizatório se intensifica.

Uma das medidas que contribui para que isto ocorra é a legislação que regula a “Colonização e outras Formas de acesso à Propriedade”. Em tal mecanismo legal, além da organização no campo, se estabelece, também, que os projetos de colonização a fim de serem aprovados e receberem financiamentos devem conter:

- [...] além do detalhamento do anteprojeto e de atendimento das exigências feitas para sua provação, a satisfação das seguintes obrigações mínimas:
- I – Levantamento sócio-econômico da área;
- II – Tipos e unidades de exploração econômica perfeitamente determinados e caracterizados;
- III – Valor e modalidade de amortização de cada tipo de lote;
- IV – Organização territorial da área, por meio de planos de parcelamento ou cooperativo, incluindo:
  - a) locação de estradas de acesso, de penetração e de caminhos vicinais;
  - b) divisão em lotes e forma de execução de respectivo piqueteamento.
- V – Inclusão, nos núcleos-sede de distritos e colonização, dos seguintes serviços e equipamentos:



- a) instalações, incluindo residências destinadas ao pessoal técnico-administrativo e aos trabalhadores em geral;
  - b) serviço educacional de níveis elementar e médio; assistência médico-hospitalar, recreativa e religiosa;
  - c) cooperativas mistas agrícolas, incluindo instalações para beneficiamento dos produtos, máquinas, instrumentos e material agrícola em geral para revenda aos parceiros;
  - d) campos de demonstração, multiplicação e experimentação destinados a culturas ou criações próprias da região ou de outras economicamente aconselháveis, incluindo lotes padrão segundo orientação contida no projeto.
- VI – Inclusão nos núcleos, quando agregados a distritos de colonização, de um centro comunitário abrangendo:
- a) Serviço educacional de nível elementar;
  - b) Posto de saúde ou ambulatório;
  - c) Cooperativa para atendimento aos parceiros.
- VII – Os núcleos de colonização quando instalados em áreas isoladas, deverão conter serviços essenciais previstos no projeto respectivo, ao nível do distrito. (BRASIL, DECRETO nº 59.428/ 1966, art. 22).

Com tal referencial legal, por mais que muitos projetos de colonização só fossem respeitados nos relatórios, não resta dúvida que os mesmos serviam de referência e até mesmo propaganda para os compradores. Por outro lado, minimamente, os donos das cooperativas tinham que ter uma rede de contatos tanto para burlar quanto para cumprir estas exigências. Além do mais, estas normas acabaram por se tornar um importante referencial de organização espacial naquilo que diz respeito às novas áreas de colonização. E tal referência, ao ser posta em prática, por mais simples que seja, necessitou de pessoas que não fossem agricultores, ou seja: professores, comerciantes, prestadores de serviços, aventureiros, etc. Isto implica em reconhecer que os projetos de colonização contribuíram assim para a formação de uma rede de comunidades no norte de Mato Grosso que daria uma nova feição a esta região, pautada em municípios voltados à economia agrícola.

Dessa forma, os núcleos urbanos quando levados a efeito acabavam por ter um papel funcional, o de dar apoio a um empreendimento que deveria render bons negócios.

Por sua vez, as pessoas que se estabeleceram nestes lugares, muitos de boa fé, o fizeram acreditando que era possível, mediante o trabalho, conseguir acumular dinheiro, inclusive para retornarem a seus estados de origem sob outras condições, diferentes daquelas de quando partiram. Também houve quem viesse para estes lugares por acreditarem no dinheiro fácil, via esperteza, seja ele público ou privado.

E é no encontro dessas pessoas que Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, ao lado de outras comunidades, se materializarão como referências de um projeto ambicioso, porém violento e excludente. Tais características se amplificam ainda pelo fato de serem considerados projetos de área de fronteira. Ou seja, tal qual Martins (2009) explicita, em se tratando de Brasil, a fronteira é

[...] justamente a situação de conflito social, e nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade [...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. [...] O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas [...]. (MARTINS, 2009, p. 133).

Para explicar tal afirmativa, o autor, num primeiro momento, faz uma crítica ao uso isolado de concepções, tanto de frente pioneira, como frente de expansão, para definir realidades como as apresentadas, propondo que as mesmas sejam trabalhadas e entendidas tendo como referência que se tratam de momentos históricos distintos e combinados de diferentes modalidades de expansão territorial do capital. Ou seja, tal proposição indica que na fronteira há “[...] uma diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e ao mesmo tempo contemporâneos” (MARTINS, 2009, p.137).

Na fronteira estão inseridos vários sujeitos; indígenas, camponeses, peões, empresários, profissionais liberais, entre outros, sendo que a realidade de cada um desses grupos tem o seu próprio tempo histórico “[...] diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneas.” (MARTINS, 2009, p.138). O autor indica ainda que estas diferenças não se referem apenas a inserção em diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico, mas, “[...] sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual.” (MARTINS, 2009, p.138). E estes diversos tempos históricos “Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações.” (MARTINS, 2009, p. 139).

Sendo assim, na medida em que se reconhece que na fronteira há tempos históricos distintos convivendo a partir da mediação da inserção do capital, também é possível reconhecer os desencontros que se dão em forma de conflito, haja vista que tais desencontros dos tempos históricos distintos que se dão nas relações

sociais reais explicitam a diversidade na unidade, possível e específica da sociedade capitalista moderna. (MARTINS, 2009). Há a coexistência na fronteira tanto de relações capitalistas, como não capitalistas, e os conflitos aí travados se dão a partir de concepções distintas de projetos históricos ou, “[...] distintas versões e possibilidades do projeto histórico que possam existir na mediação da referida situação de fronteira.” (MARTINS, 2009, p. 154).

Tais ponderações reforçam a visão de que, tanto Lucas do Rio Verde, quanto Nova Mutum e Sorriso, representam realidades que dificilmente poderiam ter uma formação harmoniosa a partir de uma relação de solidariedade entre os distintos grupos sociais coexistentes. Além disso, na medida em que essa coexistência é mediada a partir de uma inserção do capital, o conflito existente se dá de forma a excluir, eliminar daquele espaço os que não aceitam aderir a um projeto modernizante pensado nos centros hegemônicos. E aqueles que aderem a este projeto descobrem cedo que o mesmo não é pensado para todos, mas para uma minoria.

Há que se dizer, contudo, que um dos elementos julgado importante para o pretense sucesso da colonização dirigida para a Amazônia Legal, mais destacadamente o norte do Mato Grosso, foi a veiculação de uma maciça propaganda, principalmente na região sul do país, onde se buscava atrair compradores de terras mediante informações destacando as qualidades da região. (SANTOS, 1993). Apontada como altamente propícia à prática da agricultura, destacava-se também o bom clima, o preço da terra e os benefícios de uma vida em contato com a natureza.

Há assim uma combinação de fatores que contrasta com a vida que se leva enquanto agricultor em outras regiões do país: Abundância de terras, aliado ao bom preço, garantias de financiamento para se produzir, garantias de preço para o produto produzido, facilidades de venda do mesmo e uma natureza generosa.

Naquilo que diz respeito aos aspectos físicos da região, tanto Lucas do Rio Verde, quanto Nova Mutum e Sorriso, com características semelhantes, mostram-se convidativas, senão vejamos:

Os três municípios situam-se numa altitude média entre 350 a 400 metros acima do mar. Naquilo que diz respeito ao relevo, o mesmo é predominantemente

plano com solos argilosos, (latossolos) e areno quartzocas. Já no que se refere ao clima, é tropical, com duas estações bem definidas, uma chuvosa, que vai de meados de setembro, início de outubro até final de março e meados de abril num índice pluviométrico de, mais ou menos, 2.200mm; e outra estação seca, que abarca o restante do ano, numa temperatura média de 24 a 26°. E no que diz respeito à vegetação, predomina o cerrado com um pouco de mata ciliares. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SORRISO, 2010, PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM, 2010, PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SORRISO, 2011).

Com estas características, muito embora se destaque o fato do solo conter uma baixa concentração de matéria orgânica, logo, baixa fertilidade natural e alta acidez, o que o faz necessitar de complementos minerais, promovia-se excursões de visita a estes lugares, buscando ressaltar sempre os incentivos governamentais, o preço da terra, condições de pagamento e a garantia de compra dos produtos por parte do governo federal mediante fixação prévia de um preço mínimo.

Como os prováveis compradores eram aqueles que estavam vendendo suas terras em outros lugares ou então possuíam certo capital, acreditava-se que isto era o suficiente para obter bons ganhos.

Contudo, este contexto por si só não proporciona ao seu novo morador as condições de sua reprodução enquanto agricultor. Nesse sentido, uma das primeiras providências a ser tomada tão logo esteja de posse da terra, é a adequação do meio natural.

Como a derrubada da mata com o machado ou moto-serra era muito demorada, o que a tornava praticamente inviável dependendo do tamanho da terra, a partir de experiências anteriores, popularizou-se basicamente três formas de “aprontar a terra”, conforme atestam vários relatos informais obtidos no decorrer da pesquisa:

Uma delas é aquela que, num primeiro momento, derrubam-se as árvores que tenham uso tanto para fins pessoais, como construção de casas, barracões, pontes, mourões, etc., ou fins comerciais. Após este trabalho, que dependendo do volume de madeira aproveitável pode demorar meses, se começa o processo de derrubada da mata propriamente dito, utilizando-se de dois tratores que ligados entre si por uma enorme corrente, àquelas utilizadas em navio, e movimentando-se

paralelamente, vão arrastando todo o mato a frente. Abrem-se verdadeiras estradas de mata caída. Neste movimento, os animais que conseguem sobreviver tentam fugir para lugares mais seguros, contudo, não raras vezes, tornam-se caças dos trabalhadores que estão no serviço. Depois da derrubada da mata, aguarda-se um tempo, geralmente de um ano para outro, para que todo esse material orgânico seque.

Quando se verifica que a vegetação já está seca, é colocado fogo neste material. Dependendo do tamanho da propriedade, entre o início e o fim da queimada, o tempo de duração da mesma gira em torno de uma semana. Terminada esta etapa, se utilizando novamente o trator, agora trabalhando com sua lâmina, é feito o enleiramento do material que sobrou, criando verdadeiras ruas formadas por raízes, a cinza do material queimado, e uma camada de solo que é deslocada com a ação do trator. Muitas vezes, estas leiras, que acabam se fertilizando, são utilizadas para plantar milho, melancia, abóbora, entre outras culturas. Esta fase chega a durar até dois anos.

Contudo, inúmeras raízes não são removidas pela ação do trator. Utiliza-se então o serviço temporário dos chamados raizeiros, ou catadores de raízes, que são contratados principalmente entre a população nordestina pobre que se deslocam de grandes percursos para realizarem este trabalho. Também não é raro moradores pobres do lugar, as vezes até pequenos proprietários<sup>2</sup>, serem empregados nesta tarefa.

Com o término desta atividade, muitos trabalhadores vão embora, porém outros tantos acabam por ficar, arranjando outros trabalhos, que embora tenham o caráter de temporários, consomem uma grande quantidade de tempo, permitindo inclusive que estas pessoas se fixem e constituam famílias.

No entanto, suas presenças embora necessárias, tanto em Lucas do Rio Verde, quanto em Nova Mutum e Sorriso são toleradas, porém, controladas. O fato de virem geralmente do Nordeste e não serem brancos representa certo preconceito nestas localidades. Tanto é assim, que não obstante as formas veladas de preconceito, em Sorriso, “[...] a colonizadora recomendava aos novos proprietários a

---

<sup>2</sup> Esta designação, sem desconhecer o debate sobre tal conceituação, refere-se a proprietários de micro e pequenas propriedades inseridos na classificação do INCRA.

não contratação de negros. Caso isso ocorresse havia um núcleo urbano, um bairro exclusivo para essa população, o bairro Bom Jesus.” (CASTRILLON FERNANDEZ, 2007, p. 205).

Há ainda aqueles trabalhadores que são agenciados por empreiteiros, os chamados gatos, que os atraem mediante promessas de altos ganhos, mas que, no entanto, devido a dívidas de transporte, alimentação e pouso, acabam sempre devendo mais do que tem para receber, o que resulta em compromissos de trabalhos e de exclusividade até que se salde a dívida. Muitos ainda são submetidos a verdadeiros regimes de escravidão que, vigiados por pistoleiros, são obrigados a duros trabalhos de formação de fazenda. Violências físicas e até assassinatos praticados contra estes trabalhadores não são assuntos estranhos para a população da região.

Outra modalidade de preparo da terra, que é uma variante do tipo anterior, é aquela em que, o proprietário, também aproveita as madeiras apropriadas para uso, depois derruba a mata com o trator, só que ao invés da corrente, serve-se da lâmina do mesmo que, erguida, empurra as árvores. Aí também há o trabalho de enleiramento. E o fogo é colocado tanto antes do mesmo quanto depois de realizado.

Há ainda a maneira que alguns preferem: Primeiro se retira a madeira, depois planta-se capim e na seca coloca-se fogo no mesmo. A combustão se propagará para todo o restante da mata. Os menos capitalizados ou detentores de áreas menores, muitas vezes, ao invés do trator, derrubam a mata utilizando-se de motosserras e machados e contratando trabalhadores temporários para ajudar em tal tarefa.

Tais variações dependem muitas vezes do tamanho da terra e do tempo que se tem para todas estas atividades, sem contar o fator decisivo que é o capital disponível que o proprietário possui para tanto.

Nesse processo, a despeito da maneira como se derruba a mata, os elementos em comum são: O aproveitamento da madeira, o uso do fogo e a contratação de pessoas para o serviço de catação de raízes.

Esta prática, conforme se verifica na tabela 2, se tornou uma das características da formação desta região visando a prática da agropecuária. Há um

entendimento no local, conforme atesta um pioneiro na região, que “Se não fosse desse jeito, esses municípios não existiriam nenhum. Não seriam o que é hoje. Tá certo que alguns não respeitam nada, nem reserva, nem beira de rio, nem divisa dos outros. Mas esses são minoria.” (J. B.)<sup>3</sup>.

**Tabela 2:** Áreas desmatadas nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso-MT, até 2007

<b>Município</b>	<b>Área mun.(há)</b>	<b>Até 2005</b>	<b>%</b>	<b>Até 2007</b>	<b>%</b>
L. Rio Verde	365.985,90	273.985,90	74,63	273.720,24	74,79
Nova Mutum	953.792,30	516.286,24	54,13	524.285,09	54,97
Sorriso	934.575,50	645.511,30	69,07	649.331,76	69,48

Fontes: SEMA/2008-SEPLAN/MT; IBGE/2008.

Verifica-se, assim, que o projeto engendrado pelo Estado, o da exploração econômica da Amazônia Legal, não teve desdobramentos somente econômicos, sociais e culturais, mas afetou também profundamente o meio natural da região. Nesse sentido, ao se tratar de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, os mesmos só possuem sentido histórico se for levado em conta “[...] a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.” (SANTOS, 2010, p. 247).

Com este entendimento, ainda respaldando-se em Santos (2010, p. 247), ao se tratar destes três municípios, deve-se ter claro que há uma confrontação com um território vivo, vivendo, porém revelando também “[...] as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações.” E tal observação deve ser complementada na medida em que se verifica que tanto as ações passadas quanto as presentes, não são harmoniosas, sem conflitos.

Há que se dizer ainda que, se por um lado as dificuldades de sobrevivência atingiam a todos, tanto no quesito moradia, alimentação, saúde, comunicação,

<sup>3</sup> Entrevista realizada em Lucas do Rio Verde em 13/05/2011.

transporte, carga de trabalho, o que gerava certa solidariedade em várias ações cotidianas, por outro lado, a sociedade não era igualitária.

Alguns poucos possuíam terras, máquinas e capital financeiro. Outros tinham investido tudo o que possuíam na compra da terra, passando a depender dos financiamentos bancários e empréstimos de agentes locais na base da agiotagem, outros tantos não possuíam nenhum bem a não ser a força do trabalho, o que os tornavam dependentes da oferta de serviço de proprietários de terras e comerciantes locais, gerando, não raras vezes, um alto grau de subserviência.

Havia também os que não possuíam terras, mas montavam estabelecimentos comerciais e de serviços, passando assim a depender do dinamismo da atividade rural, ao lado de profissionais liberais e funcionários públicos.

Assim, por mais que se acreditasse na ideia do novo, reproduziam-se os mecanismos sociais que constituíam a sociedade brasileira em geral, pois mesmo nas dificuldades que eram gerais, alguns possuíam uma maior capacidade de superá-las graças a uma rede de conhecimento mais extensa, disponibilidade financeira para pagar um custo maior por transporte, saúde, instrumentos de trabalho. Em dificuldades extremas podiam dispor de uma maior mobilidade para inclusive estabelecer-se em outro lugar

Fica claro também que já na atividade inicial de preparar a terra, diferenças sociais existentes na sociedade em geral se reproduziam e se materializavam na medida em que se explicitava quem possuía somente a terra, quem possuía só a força de trabalho, e quem possuía grande extensão de terra e capital para adquirir máquinas e contratar muitos funcionários.

Na fase seguinte que é a de plantar, ou seja, o que plantar, como plantar, quanto plantar e quando plantar, alguns descobriram, da pior forma, o engodo publicitário que tinha como principal chamariz o preço da terra.

Basicamente eram oferecidas duas alternativas aos migrantes que chegavam do sul. Ou criar gado, ou formar lavoura. Culturalmente, a maioria dos agricultores que vinha possuía experiência com a agricultura, no entanto, muitos descobriram que o solo mato-grossense era muito ácido, logo, o arroz foi a alternativa que melhor



se adaptou às condições locais. Mesmo porque, conforme relata P. N:<sup>4</sup> “[...] o arroz é assim, não é muito difícil de se trabalhar com ele, e serve para amansar a terra”.

Nesse sentido, tanto em Lucas do Rio Verde como Nova Mutum e Sorriso, em seus primeiros anos, a produção básica foi de arroz. Contudo, já a partir do terceiro ano, a cultura já começava a apresentar problemas, “[...] o mesmo já não produzia satisfatoriamente, havendo necessidade de abrir novas áreas ou diversificar.” (SHAEFFER, 2003, p. 26). E não obstante a isso, reconhecia-se nestes locais que a qualidade do arroz produzido inicialmente, tipos IAC – 25 e IAC – 47, não era boa, havendo ainda informações que eram passadas às populações locais indicando que, muito embora depois de armazenado o arroz fosse conduzido para o sul do estado, município de Rondonópolis, era o governo que comprava, mandando-o depois para o nordeste em forma de cesta básica. (DIAS, BORTONCELLO, 2003).

Porém, dado a qualidade da terra, não rotatividade de cultura e a incidência de uma doença chamada Brusone, *Pyricularia oryzae*, fungo que ataca a planta em diversos estágios de crescimento e reprodução, começou a haver queda na produção. Assim, logo no início dos anos de 1980, em 1982 e 1983, abateu-se sobre toda a região a chamada crise do arroz.

E embora houvesse garantias de compra do arroz e de pagamento de preço mínimo por parte do governo federal, a chamada AGF, Aquisição do Governo Federal, bem como um seguro para a atividade agropecuária, o PROAGRO, Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, a chamada “crise do arroz”, atingiu de forma diferenciada os agricultores.

Inicialmente deve-se ficar claro que os migrantes que vieram para a região, muito embora boa parte contasse com um capital oriundo da venda da terra em outros lugares, não tinham a mesma condição econômica. Alguns já possuíam máquinas, tratores e um maior capital, tornando assim a compra da terra no Mato Grosso numa atividade que não consumia toda a sua reserva financeira. Outros, de posse apenas do dinheiro oriundo da venda da terra no sul, preferindo apostar na compra de uma maior extensão de terra, comprometeram assim todo o capital com a terra.

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada em Nova Mutum, em 25/05/2010.

Ora, preparar a terra requer investimento financeiro, e mesmo que houvesse a garantia de financiamento para esta etapa e também para o plantio e a colheita, nem sempre era tão simples ter acesso a esses recursos. Num primeiro momento, havia a chamada burocracia bancária. Era preciso ter garantias para apresentar para o banco, geralmente o documento da terra. E como nem em Lucas do Rio Verde, nem em Nova Mutum e nem em Sorriso havia agências do Banco do Brasil, era necessário um deslocamento difícil, dado principalmente as condições de estradas, até os municípios que contavam com este serviço. Nesse sentido, conforme relata A. F.<sup>5</sup>:

[...] conseguir dinheiro do governo não era fácil. Primeiro tinha as dificuldades de largar o serviço e chegar até o banco. As estradas ruins e muitas vezes a falta de transporte, o que fazia a gente depender de carona dos outros, já consumia um bom tempo. Chegando lá, sempre faltava algum papel, e o gerente atendia conforme a cara do cliente. As vezes se levava quase a semana inteira pra mexer com estas coisas, e nem sempre se conseguia.

Ou seja,

[...] o preparo da terra, em muitos casos, tornava-se mais caro do que a própria aquisição, gerando dificuldades para o estabelecimento das famílias. Diante disso, as linhas de crédito do Banco do Brasil e os programas de incentivo do Governo Federal foram fundamentais para que os colonos pudessem tornar cultiváveis suas áreas. (CASTRILLON FERNANDEZ, 2007, p. 130).

E nesse contexto, situações de constrangimento não eram incomuns.

Não era raro descobrir que os documentos da terra tinham problemas, além do fato das Colonizadoras não liberarem títulos de propriedade, mesmo que provisórios, se as prestações de compra da mesma não tivessem em dia. Alguns conseguiam o financiamento, outros não, alguns conseguiam em tempo hábil, outros, aguardando o recurso, acabavam se endividando com agiotas locais e também havia o tratamento diferenciado dado aos agricultores. “Para alguns, tudo era mais fácil, o gerente e os funcionários do banco eram amigos e tudo saía rápido, pra outros, nem com reza braba.” (A. F.).

Isto implica em dizer que no final da primeira colheita, alguns agricultores conseguiam quitar suas dívidas com a colonizadora e o banco e assim mesmo obter algum ganho, outros conseguiam apenas empatar o investimento, o que não era totalmente desanimador. Entretanto, vários nem isto conseguiam, o que os

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada em Sorriso, em 18/12/2010.

obrigavam muitas vezes a se desfazerem da terra já no primeiro ano, vendendo-a para outros agricultores ou devolvendo-a para a colonizadora. E também era comum, proprietários descapitalizados alugarem tratores comprometendo-se a pagar na colheita, e caso não conseguissem honrar o compromisso, verem-se preteridos numa nova necessidade.

Pode-se afirmar assim, que mesmo com a vigência de políticas governamentais que garantiam a atividade agrícola, tanto em Lucas do Rio Verde quanto Nova Mutum e Sorriso, não houve um desenvolvimento homogêneo que alcançasse a todos. Situação econômica inicial, com alguns agricultores mais capitalizados que outros, tratamento diferenciado por parte de agentes públicos, garantindo mais facilidades para uns em detrimento de outros, e problemas com documentação de terra, entre os principais itens, fizeram com que alguns proprietários adquirissem mais terras, outros a vendessem para pagar dívidas ou mediante uma boa oferta, o que propiciou para que tanto houvesse a saída de agricultores da região, quanto o abandono da atividade por parte de alguns que preferiram trabalhar em atividades urbanas, na própria região, geralmente no setor de serviços ou comércio. Há ainda aqueles que preferiram arrendar uma parte da terra comprada, passando a explorar para si mesmo apenas numa fração de sua terra. Os dados das tabelas 3 e 4 ilustram bem a redução da produção do arroz advinda dessa situação adversa vivenciada pelos agricultores que se instalavam na região.

**Tabela 3:** Cultura de arroz em casca produzida no Estado de MT e nos municípios de Diamantino e Nobres<sup>6</sup> – 1980 – 1989

Ano	Mato Grosso			Diamantino			Nobres		
	Área colhida há	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio Kg/há	Area colhida Há	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio Kg/ha	Area colhida Há	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio Kg/ha
1980	896.513	1.175.041	1.310	80.000	120.000	1.500	30.000	45.000	1.500
1981	862.699	941.577	1.091	96.496	115.795	1.200	61.983	74.380	1.200
1982	795.447	1.002.243	1.260	85.000	102.000	1.200	66.000	102.960	1.560
1983	703.971	790.469	1.126	69.880	69.880	1.000	74.232	90.049	1.213

<sup>6</sup> - A referência que se dá a Diamantino e Nobre até 1989 é em razão dos mesmos serem nesse período os municípios aos quais as localidades de Lucas do Rio Verde e Mutum (Diamantino -1988) e Sorriso (Nobres – 1986), ainda estavam administrativamente vinculados. Logo, muitos dados até este período estão contabilizados na área total desses municípios. A despeito disso, os números revelam uma perspectiva do que acontece nestes três lugares.

1984	570.621	672.671	s.d.						
1985	406.589	521.776	1.283	16.988	25.482	1.500	20.365	24.534	1.205
1986	589.496	806.356	1.368	65.000	97.500	1.500	36.291	54.788	1.510
1987	678.243	922.384	1.361	84.669	127.004	1.500	-	-	-
1988	730.587	968.866	1.326	114.552	165.069	1.441	-	-	-
1989	612.423	890.237	1.453	17.430	28.359	1.627	-	-	-

Fontes: SEPLAN-MT; IBGE 2011.

**Tabela 4:** Cultura de arroz em casca produzida no Estado de MT e nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso – 1987 - 1989

Ano	Mato Grosso			N. Mutum			Lucas			Sorriso		
	Area Colhida há	Quant. Prod. (t)	Rend. Medio Kg/ha	Area Colhida/ha	Quant. Prod. (t)	Rend. Med. Kg/há	Area Colhida há	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio Kg/ha	Area Colhida /ha	Quant. Prod. (t)	Rend. Med. Kg/ha
1987	678.243	922.384	1.361	-	-	-	-	-	-	34.317	57.633	1.600
1988	730.587	968.866	1.326	-	-	-	-	-	-	28.575	42.862	1.500
1989	s.d			s.d			s.d			s.d		
1990	381.387	420.722	1.103	1.065	1.065	1.000	4.091	4.909	1.199	7.700	7.700	1.000

Fontes: SEPLAN-MT; IBGE 2011.

Neste contexto, entre a chamada crise do arroz, a partir da qual haverá uma “reacomodação social” no seio da população local, é que se insere a cultura da soja, marcando sobremaneira o processo de desenvolvimento tanto de Lucas do Rio Verde, quanto de Nova Mutum e Sorriso.

Com uma inserção bastante modesta no início dos anos de 1980, conforme se constata nas tabelas 5 e 6, ocasionada inclusive por ausência de semente apropriada para a região e as condições do solo existentes, bem como questões estruturais, tais como armazenamento, transporte e condições de estrada, os agricultores que inicialmente tentaram adaptar sementes oriundas de outras regiões, principalmente do Rio Grande do Sul, desistiram desta opção e passaram a usar sementes selecionadas produzidas, principalmente, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA. Assim, as variedades IAC – 2, IAC – 8, Cristalino, desenvolvidas pela EMBRAPA e introduzidas nesta região pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso, EMATER, que se estabelecera em Sorriso no ano de 1982, propiciaram que os agricultores passassem a plantar arroz nos primeiros anos de abertura da terra e logo em seguida alternassem para a soja, tornando-a a principal referência econômica dos agricultores destes municípios.

**Tabela 5:** Cultura de soja produzida no Estado de MT e nos municípios de Diamantino e Nobres – 1980 – 1989

Ano	Mato Grosso			Diamantino			Nobres		
	Area colhida ha	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio Kg/ha	Area colhida Ha	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio Kg/há	Area colhida Ha	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio kg/ha
1980	56.514	88.852	1.572	1.010	1.212	1.200	780	1.170	1.500
1981	120.089	224.901	1.873	2.030	3.665	1.800	235	352	1.498
1982	194.331	365.501	1.881	6.000	10.800	1.800	1.483	2.603	1.755
1983	301.839	611.258	2.025	20.831	41.662	2.000	18.367	29.754	1.620
1984	538.169	1.050.095	1.951	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
1985	795.438	1.656.039	2.082	159.600	325.584	2.040	76.323	160.278	2.100
1986	912.222	1.921.053	2.104	200.000	456.000	2.280	81.763	186.420	2.280
1987	1.096.828	2.389.033	2.178	246.000	590.400	2.400	-	-	-
1988	1.329.816	2.694.718	2.026	377.850	812.000	2.149	-	-	-
1989	1.714.987	3.795.435	2.213	-	-	-	-	-	-

Fontes: SEPLAN-MT; IBGE 2011.

**Tabela 6:** Cultura de soja produzida no Estado de MT e nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso – 1987 - 1990

Ano	Mato Grosso			N. Mutum			Lucas			Sorriso		
	Area Colhida-há	Quant. Prod. (t)	Rend. Med. Kg/ha	Area Col. ha	Quant. Prod. (t)	Rend. Med. Kg/ha	Area Col. Há	Quant. Prod. (t)	Rend. Médio kg/há	Area Col. ha	Quant. Prod. (t)	Rend. Méd. ka/há
1987	1.096.828	2.389.033	2.178	-	-	-	-	-	-	107.000	243.960	2.280
1988	1.329.816	2.694.718	2.026	-	-	-	-	-	-	121.807	286.963	2.030
1989	s.d			s.d			s.d			s.d		
1990	1.552.910	3.064.715	1.973	65.808	126.351	1.919	63.467	114.241	1.800	132350	246.171	1.860

Fontes: SEPLAN-MT; IBGE 2011.

A partir de tais dados, verifica-se que, na medida em que há acréscimos tanto no que tange a ações humanas que transformam o quadro natural, quanto a inserção de inovações técnicas e organizacionais, opera-se uma transformação nestes lugares, pois o território é usado a partir de acréscimos, “[...] e tais características o definem como um novo meio geográfico. (SANTOS, 2010, p. 93).

Já Ianni (1979), observa que o debate promovido em torno da Amazônia Legal, no qual se ressaltava a ideia de vazios, o demográfico e o econômico, o que justificou toda uma política em nome da integração nacional, segurança interna e nacional, que tinha na colonização um de seus grandes eixos, mediante promessas de fartos incentivos governamentais, foi pouco a pouco “[...] subordinando-se à realidade do crescimento extensivo do capitalismo na região.” (IANNI, 1979, p. 228). Isto implica em reconhecer com o autor que o modelo de desenvolvimento capitalista

dependente adotado para o país pela burguesia nacional e os governos militares, alcançava assim a Amazônia Legal, que mesmo num ritmo próprio, promovia “[...] o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, juntamente com a acumulação primitiva, como processo estrutural.” (IANNI, 1979, p. 228).

Nesse sentido, conforme se dinamizavam as forças produtivas em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso e outros lugares com semelhantes características, as relações sociais travadas nesses lugares, embasadas inicialmente em vínculos familiares e de companheirismo, o que promovia uma solidariedade local e consecução de projetos em comum, passam a dividir espaço para transações puramente comerciais, pautadas a partir de uma lógica mercadológica. Diferenciações sociais construídas nesse processo já não são incomuns, muito embora questões culturais, tais como religião e vínculos regionais, ainda fossem constantemente destacadas, tanto para uma convivência em comum quanto para o fortalecimento de projetos empresariais, notadamente os ligados às colonizadoras.

### **2.3 A renda da Terra**

Ao reafirmar que o capitalismo, em seu processo dinâmico histórico, avança sobre as mais diversas realidades, influenciando-as e submetendo-as a uma lógica específica que tem como referência o fato de uma grande parcela da sociedade produzir sem ser proprietária dos meios de produção, somente de sua força de trabalho, e sendo ressarcida por este trabalho através de um salário, ao mesmo tempo em que uma minoria se apropria de uma parte desta produção acumulando riqueza e poder político, o que provoca uma desigualdade social jogando uma parte da população à dependência de um emprego que lhe é oferecido por sujeitos denominados patrões, também se ressalta o seu caráter de tensionamento social, que age e é influenciado pelo cotidiano. Ou seja, o capitalismo, fenômeno social historicamente dado, que tem na Inglaterra seu exemplo clássico, a despeito de uma lógica que lhe é própria, quando se irradia para outras sociedades específicas, acaba por desenvolver-se influenciando e recebendo influências dessas realidades.

É possível afirmar ainda que, mesmo se reconhecendo a força da dinâmica capitalista em submeter realidades sociais distintas do ponto de vista histórico, tais

sociedades não capitalistas não desaparecem de imediato, há uma convivência conjunta por um período que varia de sociedade para sociedade, mesmo que se destaque a sobreposição capitalista. No entanto, quando isto ocorre, e isto não tem uma cronologia exata, o resultado que se apresenta não é uma cópia do modelo clássico original. Isto implica em dizer que os conceitos explicativos do capitalismo têm que ser estudados e trabalhados levando-se em conta essa conformação.

Nesse sentido, observa-se com Marx (1980, p. 376) que, no tocante a questão rural, “O modo de produção capitalista não abarca senão lenta e desigualmente a agricultura”. Além disso, aonde o modelo clássico do capitalismo já é plenamente desenvolvido, há como condição primeira que os verdadeiros agricultores, “[...] sejam assalariados, ocupados por um capitalista, o arrendatário, que não vê na agricultura senão um campo especial da exploração do capital, o investimento de seu capital em um ramo particular, e por ele praticado, da produção.” (MARX, 1980, p. 354).

Tal premissa é desenvolvida tendo como referência que,

Este capitalista-arrendatário paga ao proprietário rural (da mesma forma que aquele que empresta capital-dinheiro paga um certo juro) uma renda fixada por contrato e a vencer em datas determinadas, por exemplo todos os anos, a ele fornecida de colocar seu capital nesse campo particular da produção. A soma paga chama-se renda da terra, concerne à terra cultivável, os terrenos em que construir, as pescas, as florestas, etc. E paga por toda a duração do tempo durante o qual o proprietário alugou o solo ao arrendatário. As três classes que constituem os quadros da sociedade moderna, assalariado, capitalista explorador [capitalista industrial] proprietário explorador, acham-se além disso reunidas e reciprocamente opostas. (MARX, 1980, p. 354).

Assim, sob estas condições, a renda da terra é uma forma de sobrelucro, ou seja, o que o capitalista paga como renda ao proprietário rural, “[...] é apenas o excedente [da] mais-valia que seu capital lhe permite retirar da exploração direta dos trabalhadores agrícolas.” (MARX, 1980, p. 351).

Isto implica em dizer que “[...] o salário dos verdadeiros operários agrícolas é diminuído abaixo do nível normal, de forma que uma parte do salário deduzido ao operário constitui um elemento de aluguel e, sob a máscara da renda da terra, vai para o bolso não do arrendatário, mas do proprietário.” (MARX, 1980, p. 360). O autor esclarece ainda que este processo consiste-se numa relação social, sendo que este sobrelucro que se transforma em renda é “[...] determinado pela diferença entre o preço da produção individual de mercadorias, [do capital particular aplicado] e o

preço de produção geral que regula os preços de mercado das mercadorias dessa esfera de produção em geral.” (MARX, 1980, p. 361).

Esta explicação fica ainda mais explícita na crítica que este autor faz a Proudhon na obra “A Miséria da Filosofia” (1847) quando indica que “[...] a renda resulta das relações sociais nas quais se faz a exploração. Não poderia resultar da natureza mais ou menos árdua, mais ou menos durável da terra. A renda provém da sociedade, não do solo.” (MARX, 2001, p. 144).

Continuando com o autor, se verifica assim, que a terra é um instrumento de produção, e, nesse sentido, enquanto não for explorada como tal, não se constituirá em capital. Isto implica em dizer que,

A terra-capital pode ser aumentada do mesmo modo que todos os outros instrumentos de produção. Não se acrescenta nada a matéria, [...] mas multiplicam-se as terras que servem de instrumento de produção. Basta aplicar às terras já transformadas em meios de produção, novas somas de capital, para aumentar a terra-capital sem nada acrescentar à terra-matéria, ou seja, à extensão da terra [ e nesse sentido] A terra capital não é mais eterna que qualquer outro capital. (MARX, 2001, p. 143).

Não basta a propriedade do solo, pois somente isto não proporciona renda, contudo, “[...] confere a faculdade de subtrair sua terra à exploração até que a sua situação econômica lhe permita realizá-la em valor, de forma a obter lucro.” (MARX, 1980, p. 384). Além disso, há que se considerar que tal lucro não é igual para todos, tendo somente a dimensão da propriedade e quantidade de produção como referência.

No modo de produção capitalista, somente estes dois elementos não são suficientes, pois na medida em que a geração de renda é uma produção social, a mesma submete-se às leis capitalistas; de concorrência, de monopólio, de manipulação de mercado. Assim, em se tratando de renda da terra, é possível distingui-las em renda da terra diferencial, renda da terra absoluta e renda da terra de monopólio.

A renda da terra diferencial resulta basicamente a partir da concorrência entre os produtores capitalistas. Isto significa que na medida em que no modo de produção capitalista é o preço de produção do pior solo que regula o preço de mercado, é portanto, “A diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e os preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos



piores solos cultivados.” (OLIVEIRA, 2007, p. 44). E a partir de tal lógica, a renda diferencial pode se apresentar sob a forma de renda diferencial I e renda diferencial II.

A renda diferencial I resulta da fertilidade do solo e, também, da localização do mesmo. Ou seja, quantidades iguais de capital são aplicadas em terras diferentes de igual dimensão, mas que obtêm produtividade diferenciada. Tais elementos podem apresentar-se isoladamente ou de forma combinatória, somando-se ou anulando-se. Já a renda diferencial II advém do aumento da fertilidade do solo proporcionado por investimentos de capitais sobre o mesmo, tais como adubação e correção de solo.

Por sua vez, a renda da terra absoluta advém de manobra de mercado visando o aumento artificial de preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral. E renda da terra de monopólio é aquela que não está sujeita as leis da concorrência, pois produz para uma pequena parcela da população que paga um preço diferenciado por uma mercadoria que não é produzida em qualquer tipo de solo.

Entretanto, a despeito de tal classificação, Oliveira (2007) pondera que as mesmas nem sempre se apresentam de forma única, isoladas, em tempos distintos, pois na dinamicidade capitalista tais elementos se somam ou se anulam, se constroem ou desaparecem conforme se dá a conjuntura econômica..

Há que se acrescentar, contudo, que ao transformar-se em terra-capital a mesma passa a se caracterizar como um capital fixo, ou seja,

[...] gasta-se do mesmo modo que os capitais circulantes. Os melhoramentos feitos na terra necessitam de renovação e conservação; durante algum tempo e têm isso de comum com todos os outros melhoramentos utilizados para transformar a matéria em meio de produção. (MARX, 2001, p. 144).

Isto posto, é possível acrescentar que a terra, por si mesma, por não ser um produto do trabalho não tem valor, mas sim preço, ou seja, “Em realidade, trata-se do preço de compra, não do solo, mas da renda da terra que propicia e que se calcula pela taxa normal de juro.” (MARX, 1980, p. 357). Ou seja, “o acréscimo do valor da terra identifica-se com a depreciação do trabalho, e um preço elevado da terra com um baixo preço do trabalho.” (MARX, 1980, p. 361).

No curso do desenvolvimento social o montante da renda da terra desenvolve-se de maneira a tornar-se o resultado do trabalho social total. No entanto, graças ao aumento de demanda por produtos do solo e também do próprio solo,

[...] A renda (e em conseqüência o valor da terra) para falar da agricultura propriamente dita, desenvolve-se à medida que se desenvolve o mercado para os produtos do solo e que em conseqüência aumenta a população não agrícola, que reclama e procura seja alimentos, seja matérias-primas. (MARX, 1980, p. 362).

Deve ser feita também a observação que a terra quando é transformada em reserva de valor, sem ser colocada para produzir, sem transformá-la, portanto, em meio de produção, “[...] não faz do dinheiro capital, e nem dos ganhos com a venda lucro. Trata-se de uma aplicação de dinheiro igual àquela feita no sistema financeiro; a diferença recebida com a venda é, pois, juro sobre o dinheiro investido. Não há, portanto, acumulação de capital, e sim de dinheiro.” (OLIVEIRA, 2007, p. 38).

Feito estas considerações a partir de Marx, cabe agora situar o caso específico do Brasil, que se caracteriza por ingressar no modo de produção capitalista a partir do circuito comercial na condição de dependente de outros centros hegemônicos do capital.

Nesta realidade, conforme já afirmado anteriormente (Cap. 01), não há um mundo feudal a desintegrar-se, mas sim uma sociedade fundamentada no trabalho escravo que tem a sua força econômica gerada tendo como meio de referência a grande plantação que produz para o comércio externo. E quando o trabalho escravo entra em declínio, a transição para o trabalho livre, mas não assalariado, se dá de forma controlada, sem por em risco, a não ser em situações localizadas, a hegemonia do grande proprietário de terras. Até mesmo porque se cuidou para que no processo se garantissem duas condições estruturantes: A primeira foi a não absorção integral do negro enquanto trabalhador livre. Em seu lugar foi inserida a figura social do imigrante que, necessitando de trabalho e lugar para fixar residência, aceitava trabalhar e morar nas terras do patrão, dividindo o tempo entre a produção para o dono das terras e a produção para si e sua família. Embora livre juridicamente falando, não era um proletário, pois sua existência e de sua família vinculava-se estreitamente a grande propriedade, na qual residia e tirava o seu sustento com perspectivas de acumular recursos para possuir a sua própria terra.

A segunda situação foi a construção de mecanismos legais para que a terra não fosse de fácil acesso a camada mais pobre da população. Com a promulgação da Lei de Terras (1850), a mesma deixou de ser só um instrumento de produção e prestígio social e político para somar-se a condição de mercadoria. Ou seja, acessível somente a quem tinha dinheiro e poder político, logo, a poucos.

Com este balizamento, o capitalismo brasileiro se construiu a partir da força do grande proprietário de terras, o que significa, conforme Martins (2010, p. 10), que, neste contexto, a propriedade da terra se institucionaliza “[...] como propriedade territorial capitalista [que] presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital.”

Fica claro assim que no caso brasileiro, não se pode dizer que o mesmo tenha sido uma réplica do modelo clássico de formação capitalista, o que não significa que o negue. Aqui, em grande parte, o proprietário de terras e o capitalista não serão dois sujeitos sociais distintos, o grande proprietário de terras torna-se capitalista e vice-versa, e a renda da terra não será um entrave para o desenvolvimento do capital, um resquício pré-capitalista, haja vista que há nesse processo a “Peculiar e tendencial unicidade de capital e propriedade da terra, do lucro e da renda fundiária, que inaugurou e difundiu rapidamente entre nós a modernidade desse capitalismo singular.” (MARTINS, 2010, p. 17).

Fica claro também que o capitalismo, por ser um fenômeno historicamente dado, cuja construção em andamento dá-se entremeados por contradições, comporta, estimula e recorre a formações sociais diversas. Nesse sentido, Marx ao exemplificar o caso dos Estados Unidos da América, reconhecendo a existência do pequeno agricultor capitalista, observa que, neste caso

[...] o proprietário rural e os instrumentos de trabalho, da mesma forma que o explorador direto do trabalho, terminam coincidindo em uma só pessoa. A renda e o lucro confundem-se igualmente e não mais que distinguir entre as diferentes formas da mais-valia, [ou seja,] Quando a idéia capitalista predomina, como entre os plantadores americanos, toda essa mais-valia é considerada como lucro [...]. (MARX, 1982, p. 392).

O próprio autor complementa que “[...] em qualquer lugar, quando não há nem predominância da própria produção capitalista, nem empréstimo, faz nos países capitalistas, de ideologia correspondente, esta mais valia aparecer como renda.” (Marx, 1982, p. 392).

Especificamente no caso brasileiro observa-se que historicamente o capitalismo, em sua dinamicidade, elegeu a terra como meio de produção fundamental, e como tal, é através dela que se observará com mais contundência a divisão social.

Contribuindo ainda para destacar a importância do fator terra para o país, observa-se que grande parte dos produtos exportáveis brasileiros advém da agricultura, o que exige uma área bastante extensa para plantar visando o comércio internacional. A alimentação básica do país advém também da agricultura nacional. Ainda se tem uma grande população rural que necessita da terra para a sua sobrevivência e reprodução social.

A despeito de tudo isto, em sintonia com o desenvolvimento histórico do país, a grande extensão de terra, muitas vezes improdutiva, também funciona como reserva de valor, visando fins especulativos.

Observa-se, contudo, que tais usos da terra não são harmônicos entre si. Dado a natureza não reprodutiva da mesma, somado ao seu caráter mercantil, torna-se objeto de disputa, nem sempre sob as regras do mercado e amparo das leis vigentes, gerando sua concentração nas mãos de poucos e a indução para a venda por parte de agricultores empobrecidos ou então proprietários de terras procurando melhores oportunidades para aplicar o dinheiro da venda.

Nesse sentido, concorda-se com Moreira (1995, p. 07), quando o mesmo ressalta que sob a lógica capitalista, nas especificidades históricas brasileiras, pode-se dizer que “[...] a imobilização do capital em terras, produtivas ou improdutivas, significa a territorialização do capital. Não como algo estranho ao capitalismo, mas próprio dele.”.

A partir de tais argumentos, pode-se afirmar que a Amazônia Legal, sob os governos militares pós-1964, apresenta um quadro bastante elucidativo.

O Estado, a partir de um projeto modernizador e representando os interesses da elite econômica e política nacional, toma para si a tarefa de induzir a territorialização do capital nesta região, tendo a terra, solo e subsolo, como referência maior. Assim, num mesmo processo, tendo como suporte um corolário de leis e a força do Estado, os governos militares trataram de remover ou readaptar os habitantes do lugar, tidos como não produtivos, tais como índios, posseiros,

ribeirinhos, extrativistas familiares, elevando à condição de vazio demográfico e terras devolutas uma extensa área visando a atração de empresários para promover a entrada da Amazônia Legal na era do capital.

Para tanto, ao propor a transformação do capitalista também em latifundiário, promoveu-se a terra amazônica de suporte de sobrevivência à condição de mercadoria. Assim, ao usurpar a terra de uso de toda uma população, em nome da modernização do país, o Estado buscava acelerar uma marcha histórica que interessava principalmente ao grande capital. Nesse sentido, o Estado, na história da formação do capitalismo brasileiro, acaba por se constituir no *locus* privilegiado do capital, ou seja, as razões do Estado e do capital aparecem como uma só, “conjugam-se, confundem-se” (IANNI, 2004, p. 263), rearranja internamente a lógica do capital quando entrega a preços baixos e subsidiados grande extensão de terras usurpadas a capitalistas que, por sua vez, especulam com as mesmas vendendo-as de forma parcelada para migrantes ou então as explorando de forma extensiva, visando um não pagamento do imposto de renda, ou seja, descarregando imposto na compra de grandes extensões de terra subsidiada.

O Estado se torna, dessa forma, um agente do capital quando aparentemente anula a renda da terra que deveria ser paga pelo capitalista, repassando a conta para a maioria da população que, através de seus impostos, financiou via subsídios, a aplicação de capital na Amazônia Legal.

O que se viu, diferentemente do que ocorrera em centros capitalistas clássicos, foi o detentor do capital, ao invés de pagar pela renda da terra, mesmo que explorando o trabalho de outro, ser financiado pelo Estado para comprá-la, ser subsidiado para explorá-la e ser subsidiado para vendê-la na forma de projeto de colonização. Ainda havia subsídios para comprar máquinas, adquirir sementes e demais insumos, e ainda pagar mão-de-obra para a abertura de terras.

O agricultor por sua vez, que vê neste processo uma oportunidade de adquirir terra e de se reproduzir socialmente, agora em novas terras, além de acumular algum bem para si e sua família, descobre que nem todos obterão as mesmas vantagens. As colonizadoras endurecem nas cobranças pela terra, os bancos de crédito selecionam com mais rigor seus clientes, e a terra, mesmo com todo tipo de investimento, nem sempre dá o retorno desejado.

Assim, em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, não obstante e em razão da intervenção decisiva do Estado, as contradições advindas de um processo de acumulação de capital, onde se juntam relações não-capitalistas com relações capitalistas, se agudizam na medida em que vai se exigindo cada vez mais recursos para plantar e ainda quitar a compra da terra, fazendo com que o agricultor que não dispõe de muito recurso financeiro se veja pressionado a plantar somente para a sua sobrevivência e de sua família, empregar-se em outras terras como proletário rural, arrendar um pedaço da sua terra ou então vendê-la. Em casos extremos, ele simplesmente abandona tudo, pois não tem condições de nem renegociar suas dívidas.

Nesse processo, conforme se verifica na tabela 7, num período de pouco mais de dez anos, já se pode notar uma flagrante concentração de terras tanto em Lucas do Rio Verde, como Nova Mutum e Sorriso.

**Tabela 7:** Estrutura fundiária e Índice de Gini dos Municípios de Lucas do R. Verde, Nova Mutum e Sorriso - MT - 1992

EXTRATO DE ÁREA (há)	Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
	Número total imóveis rurais	Área total dos imóveis rurais	Número total imóveis rurais	Área total dos imóveis rurais	Número total imóveis rurais	Área total dos imóveis rurais
Menos de 1	0	0	0	0	0	0
1 a menos de 2	0	0	0	0	0	0
2 a menos de 5	0	0	0	0	1	2.4
5 a menos de 10	0	0	0	0	0	0
10 a menos de 25	2	44.2	28	319.7	2	26.7
25 a menos de 50	3	103.3	102	2994.7	337	10598.7
50 a menos de 100	14	1124.7	528	37972.2	90	6433.4
100 a menos de 200	210	38578.6	293	34997.5	173	23754.9
200 a menos de 500	441	98126.2	261	83979.3	598	199286.5
500 a menos de 1.000	44	29391.5	33	23309.5	225	158649.9
1.000 a menos de 2.000	32	43193.7	51	68686	154	207204.1
2.000 a menos de 5.000	18	51182.3	60	183533.7	79	228867.9
5.000 a menos de 10.000	4	33517.4	20	167453.7	15	114119.8
10.000 a menos de 20.000	2	36298	7	107418.5	0	0
20.000 a menos de	3	97073	14	446165.4	1	24720

50.000						
50.000 a menos de 100.000	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	1	142605
<b>Total</b>	773	428632.9	1397	1156830.2	1676	1116269.3
<b>Índice de Gini</b>		0,834		0,726		0,731

Fontes: INCRA/2011. Org.: Talaska (2011).

Com tais referências, utilizando-se ainda como recurso de verificação do grau de concentração de terra o Índice de Gini,<sup>7</sup> percebe-se também pela tabela 7 que em 1992, tanto Lucas do Rio Verde, quanto Nova Mutum e Sorriso, apresentam uma concentração fundiária muito forte, sendo que em Lucas do Rio Verde 0,647 % dos imóveis, aqueles que contêm mais de 10.000 ha (05 imóveis), detêm 31,11 % da área total de imóveis. Já em Nova Mutum, utilizando-se do mesmo critério, 1,50 % dos imóveis (21) detêm 47,85 % da área total dos imóveis rurais. Em Sorriso, ainda partindo da mesma referência, 0,12 % dos imóveis (02), correspondem a 14,99 % do total.

Tais números refletem como um todo na organização social destes três municípios, a despeito dos mesmos já apresentarem uma população urbana significativa, conforme se constata na tabela 8, sendo que somente Nova Mutum apresenta uma população rural maior que a urbana no período.

É possível assinalar ainda que a concentração muito forte, naquilo que se refere a concentração da terra, inibe a distribuição de riqueza nestes municípios, conforme se verifica na tabela 9, que explicita que apenas 10% da população destes três municípios detêm cerca de 50% da renda de todos os habitantes.

**Tabela 8:** População de Mato Grosso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1991

Ano	População				População Urbana				População Rural			
	MT	N. M.	L. R. Verde	S.	MT	N. M.	L. R. Verde	S.	MT	N. M.	L. R. Verde	S.
1991	2.027.231	5.542	6.693	16.107	1.485.110	2.108	4.332	11.325	542.121	3.434	2.361	4.782

Fontes: IBGE; SEPLAN-MT/2011.

<sup>7</sup> - Indicador este proposto por Corrado Gini em 1914 para aferir desigualdades, popularizado nos estudos que tratam de distribuição de renda e propriedade da terra, mas, que, no entanto, foi adaptado por Câmara *apud* Silva (1980) que propôs que até 0,100 a concentração é nula, de 0,101 a 0,250 é fraca, de 0,251 a 0,500 é média, 0,501 a 0,700 forte, de 0,701 a 0,900 a concentração é muito forte e acima de 0,901 há uma concentração muito forte aproximando-se da absoluta.

**Tabela 9:** Indicadores de concentração e divisão de renda nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso - 1991

Descrição	Lucas do R. Verde	Nova Mutum	Sorriso
10% pop mais rica	51,9%	41,9%	44,7%
20% pop mais rica	65,4%	59,7%	60,5%
20%pop mais pobre	02,7%	03,8%	03,5%
40%pop mais pobre	08,3%	11,2%	10,5%
80%pop mais pobre	34,6%	40,3%	39,5%

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IBGE.

Obs.: Os percentuais sobre pop. mais rica/pop. mais pobre, correspondem a índices de Concentração de Renda.

Diante de tal contexto, o que se pode afirmar é que, tanto Lucas do Rio Verde, quanto Nova Mutum e Sorriso se inserem num processo de aceleração do modelo de desenvolvimento proposto pelo regime militar, a despeito dos mesmos situarem-se numa região distante dos grandes centros comerciais, industriais e financeiros. Os mesmos integram-se nestes circuitos por intermédio da relação com o Estado, muito embora comportem no interior do processo produtivo relações não capitalistas.

Esta inserção não se anula pelo fato do ordenamento jurídico do país nem sempre ter um alcance total nestes lugares, onde práticas que levam a uma concentração de riqueza por intermédio da força e do prestígio político aceleram suas histórias naquilo que se refere a uma aguda desigualdade social, mesmo que se propague que a maioria dos colonizadores tem situação social e econômica semelhante.

Nestes três lugares se instalou, desde o início, um cotidiano no qual, mecanismos sociais construídos historicamente, tais como exploração do trabalho, mercantilização da terra, benefícios conseguidos por intermédio de prestígio político, uso da força, entre outros, propiciaram que, desde cedo, a busca por acumulação de riquezas sobrepusesse a solidariedade existente entre os migrantes, embora não a anulasse.



### **3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO E A INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM LUCAS DO RIO VERDE, NOVA MUTUM E SORRISO**

Explicar e compreender o dinamismo da agricultura, conhecida e autodenominada de agronegócio, hoje praticada no Brasil, particularizando aqui o caso do estado do Mato Grosso que abriga exemplos como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, requer ter claro que antecedentes históricos possibilitaram tal realidade e que antecedentes teóricos possibilitam explicar e compreender a mesma.

A partir de tais perspectivas, esse capítulo, pautando-se em algumas referências teóricas consideradas essenciais, busca explicitar quais os mecanismos que possibilitaram a agricultura modernizar-se num plano geral. Destaca ainda como esse processo, historicamente determinado, incorpora-se à agenda brasileira e possibilita a construção de realidades como a do estado de Mato Grosso.

Ou seja, pretende-se aqui, a partir de referenciais históricos e teóricos trabalhados no contexto do estado de Mato Grosso, que por sua vez está inserido num contexto brasileiro que possibilita a sua formatação, explicar e compreender como realidades concretas como a de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso absorvem como projeto de desenvolvimento o modelo do agronegócio.

Para tanto, se faz um recorte temporal, transição do período militar, passando pelo presidente Sarney, chegando até o 2º governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual se considera como efetivamente consolidado o agronegócio no Brasil.

Assim, num recorte temporal que abrange até o início do século XXI, se busca demonstrar como referenciais teóricos e históricos possibilitam a construção do agronegócio no Brasil e como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso se inserem neste processo.

### 3.1 Antecedentes históricos e teóricos da modernização da agricultura no Brasil

Ao término do regime militar, no início de 1985, o Brasil, a despeito de uma inflação incontável e enorme dívida interna e externa, além de totalmente imerso na crise que assola o mundo capitalista, agravada pela questão do petróleo a partir da década de 1970, cresceu economicamente e de uma forma toda própria, modernizara-se. No que se refere à agricultura, o país “[...] integra-se de forma extremamente dinâmica ao mercado mundial alcançando considerável diversificação de suas exportações.” (ABRAMOVAY, 1986, p. 207). E é no interior deste processo que a agricultura integra-se e submete-se à lógica do capital industrial e financeiro, além de reforçar sua dependência para com o capital comercial.

Entretanto, este processo se dá a um custo social muito alto, ou seja, igualmente a vários setores da vida nacional

[...] na agricultura também o governo militar só soube encontrar na concentração da renda o caminho para a elevação do produto. Crédito farto, subsidiado e destinado a médios e grandes produtores, eis o segredo do milagre brasileiro. O combustível dos favores imprimiu velocidade à modernização agrária no Brasil. (ABRAMOVAY, 1986, p. 209).

Conjugado a isto, há um aumento substancial na concentração da terra e subutilização da mesma, somado a um deslocamento de mais de 25 milhões de pessoas que saem do campo e vão para a cidade. Conforme salienta ainda ABRAMOVAY (1986, p. 216), “Chegamos ao fim da ditadura numa situação em que, apesar de todo o dinamismo de sua agricultura, o Brasil não tem um grama de estoque de alimentos.” Nesse sentido é dada uma prioridade a um processo de modernização da agricultura por parte do Estado brasileiro voltado apenas para a geração de divisas.

Tal ironia histórica é melhor explicada a partir de estudos de Silva (s.d.) quando o mesmo explicita que a realidade da agricultura brasileira deve ser estudada a partir de algumas dimensões, o que implica em reconhecer que:

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz (SILVA, s.d., p. 01).

Já naquilo que diz respeito a questão fundiária, a mesma é decisiva para se entender o caso brasileiro, haja vista que “[...] a distribuição da propriedade da terra torna-se, então, elemento essencial que irá conformar as primeiras características dessa agricultura. A estrutura agrária torna-se, então, por assim dizer, ‘o pano de fundo’ sobre o qual se desenvolve o processo produtivo.” (SILVA, 1980, p. 32).

Entretanto, não obstante esta explicitação conceitual, Silva (s.d) pondera que esta separação é um recurso analítico, pois no plano das relações sociais tais categorias não podem ser vistas de forma compartimentada porque há uma relação intrínseca entre estes elementos, além disso, muitas vezes, esses fenômenos ocorrem de forma simultânea, embora isto não seja regra. Por outro lado, muitas vezes a forma como se resolve uma destas questões acaba por agravar as outras. Neste contexto explicativo, há que se considerar que tais proposições só se justificam e se aplicam se tiverem como referência o processo histórico que revela como a agricultura se moderniza e se insere no processo produtivo da sociedade.

Assim, buscando compreender e explicar este processo, alguns estudos tornaram-se clássicos, acabando por desdobrarem-se em proposições políticas e referenciais teóricos. Há que se dizer ainda, que a força de tais estudos situa-se no fato dos mesmos focarem o momento em que a agricultura rompe com um mundo tradicional feudal e insere-se no modo de produção capitalista. Ou seja, procuram analisar aquilo que é considerado como a inserção da agricultura na modernidade.

Uma dessas referências é Kaustky (1854-1938), autor que no final do século XIX procurou explicar o desenvolvimento da agricultura sob o modo de produção capitalista, indicando que anteriormente a tal realidade, no regime feudal, havia uma autossuficiência do mundo rural, que se assentava basicamente no trabalho cooperativo familiar realizado em terra comum de pastagens de geralmente três afolhamentos, apresentando o mesmo tipo de cultura, sendo que enquanto um afolhamento descansava por um ano, no segundo se plantava cultura de inverno e no terceiro, cultura de verão.

A partir deste modelo, de certa forma garantia-se aquilo que se entendia por bem-estar e a segurança do agricultor e de sua família. Embora houvessem obrigações a serem cumpridas, a vivência deste agricultor e de sua família se baseava fundamentalmente numa estrutura cooperativista comunitária e no exercício das artes domésticas. Havia uma autossuficiência. “A propriedade comunitária das

pastagens e dos afolhamentos produzia a coesão do grupo de aldeões, coesão que o protegia contra a exploração excessiva por parte das forças externas.” (KAUTSKY, 1986, p. 24). O autor esclarece, ainda, que nesse sistema,

[...] tanto fazia se os agricultores tinham ou não tinham, condições de exercer sua completa liberdade, se pagavam taxa de arrendamento ao senhor da terra em que se estabeleciam, se abriam mão de sua independência para se colocarem sob a proteção de um senhor poderoso, ou se tinham perdido ou não sua independência por força de alguma violência. Era um sistema empresarial de notável força e resistência, conservador e tradicionalista no melhor sentido da palavra. (KAUTSKY, 1986, p. 24).

Contudo, à medida que a indústria se consolida no meio urbano e com ela o comércio se torna mais complexo e forte, o esquema fechado rural começa a se romper. A indústria passa a fabricar, entre outras coisas, instrumentos para o serviço rural e, ao mesmo tempo, precisa de mão de obra, o que gera no mesmo processo um aumento qualitativo da produção agrícola, mas, também, uma diminuição demográfica do campo que se traduzia tanto na expulsão quanto atração pela cidade de uma parcela da população rural.

Nesse processo, o comércio se complexifica, e torna o dinheiro uma necessidade. Logo, tanto o grande proprietário quanto o camponês passaram a tê-lo como referência em suas vidas.

O grande senhor de terras que antes cobrava sua renda em produto, passa a cobrá-la em dinheiro, e o camponês, por sua vez, a fim de dar conta desta obrigação, passa a vender a sua produção. No entanto, nem tudo se dá de forma tão simples. O mercado exige determinados produtos, o que obriga o camponês a entrar num processo perverso de produzir para o mercado, exigindo um aprimoramento de seu trabalho, induzindo-o a adquirir instrumentos fabricados e vendidos pela indústria, ao mesmo tempo em que o faz a dar exclusividade a determinados produtos, o que demanda quase todo o seu tempo, obrigando-o a comprar coisas de que necessita e que antes ele mesmo produzia.

Há um aceleração no processo da transformação da produção agrícola em produção de mercadorias. Nessa dinâmica, as tensões sociais no campo se agudizam, provocando mortes, miséria e êxodo para as cidades, gerando um processo de proletarização de grande parte desta população, agora despossuída. Assim, conforme aponta Kautsky (1986, p. 33),

Agora surgia, todavia, um mercado caracterizado por necessidades variáveis; desenvolvia-se assim, a desigualdade entre os companheiros da mesma aldeia, dos quais alguns só produziam em suas terras o suficiente para o próprio uso, enquanto outros produziam quantidades excedentes. Alguns, geralmente menores, continuavam produzindo como antes, para sua subsistência e se mantinham fiéis à comunidade fundiária. Para outros, a terra passara a representar um grilhão, pois fosse lá o que o mercado exigisse, não tinham permissão de produzir em suas terras senão aquilo que a comunidade lhes prescrevia.

O autor sentencia ainda que nesse processo, “[...] o desenvolvimento econômico das cidades passa a revolucionar as condições econômicas rurais tornando necessária, igualmente, uma revolução nas condições da propriedade.” (KAUTSKY, 1986, p. 33).

O que se pode constatar é que esta transformação econômica, que tem seu auge na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, sua referência mais emblemática, que se espalha por vários países, a despeito de variações locais e ritmos diversos, traz como resultado geral um mesmo quadro:

[...] a supressão dos encargos que o feudalismo impunha ao agricultor, bem como a eliminação dos últimos vestígios do primitivo comunismo fundiário, além da instituição da propriedade privada da terra. Abria-se dessa maneira o caminho para a agricultura de cunho capitalista. (KAUTSKY, 1986, p. 34).

Pode-se dizer assim, que a chamada modernização da agricultura é a absorção por este setor produtivo dos princípios e bases do modo de produção capitalista, muito embora com formas específicas. E nesse sentido, a privatização da propriedade e a mercantilização das relações de produção são pontos estruturantes desta nova realidade.

Isto implica em dizer que ao dar um caráter mercantil ao produto de seu trabalho, o produtor não mais tem como objetivo produzir para seu próprio consumo, ou então para não entregar esta mercadoria de forma gratuita para terceiros, ele passa a objetivar a troca de sua produção com outras mercadorias das quais necessita. Tal princípio estabelece que nesta nova realidade, que é a de produzir mercadorias,

[...] trabalhadores independentes uns dos outros e pertinentes a ramos diversos de trabalho trabalham em proveito uns dos outros [e] como produtores que independem uns dos outros, só podem trabalhar um para o outro trocando entre si os produtos de seu trabalho. São no entanto, livres e iguais, e entre livres e iguais a troca real de mercadorias é possível. [Entretanto] Se o produtor paga ao outro produtor o seu trabalho, isso vai depender de uma série de circunstâncias classificáveis sob o título único de procura e oferta. (KAUTSKY, 1986, p. 58).

Não se produz mais de acordo com as próprias necessidades, mas sim para o chamado mercado, que significa estabelecer o caráter competitivo da produção. Logo, há a exigência de aprimoramento e qualificação do trabalho, ao mesmo tempo em que se exige um aumento de produtividade. Isto leva o produtor a adquirir ferramentas e máquinas que a indústria na cidade fabrica e que ele não tem mais tempo e nem mais a técnica de produzi-los.

Tais desdobramentos colocam o dinheiro como referência importante na vida rural. Dinheiro este que num primeiro momento atuará como mediador da troca de mercadorias, mas que na dinâmica histórica evoluirá para um objetivo em si mesmo.

Neste mesmo processo, no qual é o chamado mercado que estabelece o que produzir, quanto produzir, e o preço pago pela mercadoria, a divisão social do trabalho, com especializações por unidade produtiva, assim como uma divisão de trabalho no interior da própria propriedade se tornará um lugar comum. E considerando que ao produzir mercadoria visando sua troca por dinheiro para adquirir o que precisa para seu consumo é um processo penoso para os chamados pequenos agricultores, a opção que se tem é vender a força de trabalho para outro proprietário de terras numa parte do ano, complementando assim seus ganhos. Muitos considerarão ainda como último recurso vender suas terras, dado as dificuldades financeiras para mantê-las, transformando-se em proletários urbano ou rural, que ao chegarem ao fim de um período recebem um salário regular.

Para aqueles que sobrevivem a este processo, salvo àqueles que de forma penosa se recolhem a um mundo à margem e que tentam prover suas existências de forma autossuficiente, sem conviver com a complexidade do mundo capitalista, há uma metamorfose. “Há o desdobramento do agricultor proprietário em duas pessoas distintas, em proprietário fundiário e empresário” (KAUTSKY, 1986, p. 83).

Esta metamorfose só é possível dado a nova característica que adquire a propriedade fundiária sob o modo de produção capitalista. Nesta sociedade se exige a instituição plena do solo em propriedade privada assim como num redimensionamento naquilo que diz respeito a quem pode ser proprietário. “A sociedade burguesa não só exige que, perante a lei, todos os cidadãos sejam iguais; exige também que essa igualdade se estenda a todos os membros da família, inclusive no concernente à partilha dos bens da família em partes iguais.”

(KAUTSKY, 1986, p. 178). E, se todos podem ser proprietários, logo a terra pode ser comprada e vendida como qualquer outro bem.

E na medida em que a propriedade pode ser comprada ou vendida livremente, percebe-se que na sociedade capitalista

[...] o valor de uma terra ou propriedade agrícola se equipara ao valor de um capital que produz um juro equivalente à respectiva renda fundiária. A dimensão desse capital representa o valor de mercado da terra em consideração. Este, por sua vez, é determinado, por um lado, pelo montante da renda fundiária e, por outro, pelo valor da taxa de juros vigente no país. (KAUTSKY, 1986, p. 77).

Nesse sentido, a localização da terra, seu grau de fertilidade e a sua conexão com estradas, ferrovias, portos e facilidades junto aos meios de comunicação, passam a ser fatores decisivos para determinar o valor da propriedade.

Há que se dizer ainda que no processo de liberalização da propriedade enquanto algo passível de compra e venda e transformação da produção agrícola em mercadoria, associada à incorporação dos avanços técnicos-científicos visando uma melhora e aumento da produção, bem como a incorporação de máquinas que potencializam o trabalho, mesmo que isto custasse a expulsão de muitos trabalhadores do campo, fez com que a agricultura, em seu processo de modernização, se elevasse de uma situação extremamente conservadora para um dos setores econômicos mais revolucionários de todos. (KAUTSKY, 1986).

Contudo, no interior desse processo modernizante, o autor assinala que se constroem e se diferenciam padrões técnicos entre os pequenos e grandes estabelecimentos agrícolas. Além disso, o estabelecimento maior é mais econômico naquilo que se refere à mão de obra e ao emprego de capital. Ou seja, segundo Kautsky (1986), o grande estabelecimento sobrepuja o pequeno em todos os sentidos

[...] as pequenas perdas em áreas de cultivo, sua economia em inventário (morto e vivo), sua possibilidade de recorrer a maquinaria, vantagens com os quais o pequeno estabelecimento não conta; considerando ainda que no grande estabelecimento de exploração agrícola pode haver uma divisão do trabalho, uma administração cientificamente treinada e uma superioridade comercial característica, vantagens que, mais do que ao pequeno estabelecimento, lhe permitem obter mais facilmente o crédito. (KAUTSKY, 1986, p. 108).

Apesar deste grau comparativo, pontua-se que no modo de produção capitalista não há nenhum indício de fim da pequena propriedade, nem da grande, pois há uma espécie de colaboração por parte do grande estabelecimento para que

o pequeno se multiplique, haja vista que não há uma relação de competição e sim uma relação comercial: O pequeno estabelecimento compra a produção em excesso e o grande compra a mão de obra disponível no pequeno estabelecimento, ou seja, “[...] um passa a condicionar o outro reciprocamente.” (KAUTSKY, 1986, p. 147).

Nessa relação de reciprocidade é indicado que as cooperativas se constituam num meio indispensável para a unificação de forças entre os pequenos agricultores e uma forma de não deixar nas mãos dos grandes as vantagens que o sistema oferece.

Outro autor clássico que busca explicar o processo de modernização da agricultura a partir de um exemplo empírico, a Rússia do século XIX e início do século XX, focando a formação do mercado interno neste país e a sua importância para a consolidação do capitalismo nesta realidade, é Lenin (1870-1924). A partir deste objetivo, este autor, ainda em 1899, observa que “É interessante assinalar o quanto as características fundamentais desse processo são idênticas na Europa Ocidental e na Rússia apesar de todas as particularidades, econômicas e não econômicas, que se observam nesta última.” (LENIN, 1982, p. 07).

Nesse sentido, o autor cita o trabalho de Kautsky (A Questão Agrária, 1898), onde constata igualmente que a moderna agricultura traz em seu bojo as seguintes características: a) Uma divisão progressiva do trabalho e o emprego de máquinas; b) Um processo de proletarização do campesinato; c) A formação de uma classe numerosa de trabalhadores assalariados que possuem um lote de terras; d) A existência de pequenos camponeses sendo explicada em razão da redução drástica em suas necessidades; e) Um melhor padrão de vida do assalariado agrícola em relação ao pequeno camponês; f) Êxodo rural; g) Transferência da grande indústria capitalista para o campo; h) O caráter progressista das relações capitalistas na agricultura em comparação com as relações pré-capitalistas. (LENIN, 1982).

No conjunto destas características, o autor destaca que é “[...] a divisão social do trabalho a base de todo o processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo.” (LENIN, 1982, p. 14). E indo além, indica que ao se modernizar, a agricultura provoca um aumento na população industrial em virtude do êxodo que provoca em sua população rural, o que por sua vez realimenta o crescimento produtivo da agricultura fomentando tanto o mercado de produtos agrícolas quanto de compra de insumos e equipamentos.



Entretanto há que se ponderar que “[...] o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo.” (LENIN, 1982, p. 23). E a dinamização da agricultura, por sua vez, tem uma base histórica concreta que é o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas.

Isto implica em dizer que a partir do momento que o campesinato rico produz além do que sua família dá conta, naquilo que diz respeito ao trabalho necessário para a sua sobrevivência e de sua família, e recorre a mão de obra assalariada para tal objetivo, a agricultura já pode ser considerada capitalista.

Buscando fundamentar o seu ponto de vista, Lenin (1982) ressalta que as relações sociais no campo vivenciadas pelo campesinato são contraditórias, pois envolvem a concorrência, a luta pela independência econômica, especulação monetária da terra, comprada ou arrendada, a concentração da produção por uma minoria e a proletarização da maioria e sua espoliação por uma minoria detentora de poder econômico. No entanto, tais contradições não impedem o desenvolvimento das forças produtivas e transformações das relações sociais naquilo que diz respeito ao mundo rural, muito embora, há que se dizer que o mesmo se manifesta de forma mais lenta e mais gradual do que em outros setores produtivos.

O ponto central da análise explicativa de Lênin (1982, p. 113) é aquele em que o mesmo afirma que “[...] este conjunto de contradições no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato.”.

A partir de tal desintegração há a formação de uma burguesia rural ou camponesa rica que engloba os cultivadores independentes, os proprietários de estabelecimentos comerciais e industriais que detém o capital e os meios de produção. Por outro lado, forma-se, também, o proletariado rural que tanto pode possuir um lote de terra, quanto não ter nenhuma posse. É o pobre representado pelo assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou então qualquer outro operário que possua um lote de terra. Nesta formação social há também o campesinato médio que sobrevive contraindo dívidas que são pagas em trabalho.

Porém, em tal processo, há uma tendência para a eliminação do campesinato médio e a intensificação dos extremos. (LENIN, 1982).

Observa-se ainda com o autor, que não obstante as contradições explicitadas, o capitalismo representa um progresso histórico, pois se constitui

[...] precisamente a força nova que (por intermédio do mercado) criou o controle social da produção dos produtores isolados e obrigou-os a levar em conta as demandas da evolução social [além disso] é precisamente o capitalismo o fator que estimula e amplia o emprego de máquinas na agricultura. (LENIN, 1982, p. 137-147).

Nesta conjugação de fatores, difusão, massificação no uso e aperfeiçoamento de máquinas e instrumentos agrícolas e expropriação de camponeses, mesmo que a agricultura não apresente um desenvolvimento uniforme, seja no interior de um mesmo país, região ou num mesmo estabelecimento, nem tampouco em relação a técnicas e culturas, não há dúvida que

[...] o capitalismo rompeu pela primeira vez, com o caráter restrito de classe da posse da terra, transformando esta em mercadoria. O produto do agricultor foi posto à venda, submetido a controle público, primeiro no mercado local, depois no mercado nacional e, finalmente no mercado internacional; assim se liquidou definitivamente o isolamento do agricultor embruteado em relação a todo o resto do mundo. Querendo ou não, ele foi obrigado a levar em conta sob pena de arruinar-se, o conjunto de relações sociais existentes no seu país e nos outros, vinculados ao mercado mundial. (LENIN, 1982, p. 203).

Ou seja, o caráter progressista do capitalismo se explicita no aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste, mesmo que em processo diverso nos diferentes ramos da economia. E neste contexto, “[...] as particularidades da propriedade fundiária, quaisquer que sejam elas, jamais se constituem num obstáculo insuperável para o capitalismo, que assume formas diferentes conforme as diferentes condições agrícolas, jurídicas e sociais.” (LENIN, 1982, p. 209).

Contudo, a despeito da constatação do caráter progressista do capitalismo, em nenhum momento o autor deixa de apontar que a própria natureza contraditória do mesmo faz com que “[...] esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções.” (LENIN, 1982, p. 373).

Isto posto, a partir de Kautsky e Lenin, que têm Marx como referência maior, o que se pode perceber é que ambos ressaltam que a realidade do campo se inscreve num processo único que é o desenvolvimento da sociedade moderna, logo, a mesma não pode ser analisada de forma apartada. No entanto, é possível identificar que estes mesmos autores, ao darem uma maior conotação a determinados

aspectos, propiciarão que posicionamentos políticos e teóricos tomem caminhos distintos.

Nesse sentido, Lenin, ao chamar a atenção para o processo de desintegração histórica do campesinato, propicia que se priorize uma atitude política que explore a contradição existente no próprio seio do capitalismo, que é a de radicalizar uma apartação social em dois extremos, a burguesia e o proletariado.

Já Kaustky, mesmo partindo de uma mesma origem teórica formulada por Marx e reconhecendo o caráter geral do desenvolvimento capitalista, chama a atenção para a especificidade da agricultura, colocando em destaque a dimensão da propriedade e sua relação com a produtividade. Tal posicionamento abastece teórica e politicamente os que defendem que há uma questão agrária na sociedade que precisa ser debatida e resolvida.

Há que se ressaltar, ainda, que os dois trabalhos levam em conta o caráter dialético do processo histórico, o que implica em reconhecer que se num primeiro momento tanto a produção agrícola quanto a produção dos instrumentos para a sua execução não comportavam uma divisão social do trabalho substancial, a negação desse processo foi o fortalecimento do mundo urbano e a consolidação do ramo industrial como algo em si, consolidação esta que desarticula e transforma todo o campo, tanto naquilo que diz respeito a absorção de uma massa de trabalhadores, quanto naquilo que diz respeito a processos produtivos, agora alimentados com as manufaturas produzidas na cidade. A negação deste segundo movimento é a submissão da produção rural aos ditames do capital industrial.

É justamente a força de tal argumentação que dá vitalidade aos estudos de Alexander Chayanov (188–1937), quando o mesmo propõe que é possível viver no campo sem submeter-se a lógica capitalista, fundamentado basicamente no trabalho familiar. Tal postulado alimenta as teses que argumentam a possibilidade de uma outra lógica social, mesmo que se reconheça a força e a presença capitalista.

Nesse sentido, Chayanov, que vivenciara o processo da Revolução Russa (1917), estabelece um importante debate sobre a organização da unidade econômica campesina. Há que se notar, contudo, que este debate foi um dos responsáveis pelo seu degrado sob acusação de conspiração contra-revolucionária, muito embora este autor tenha afirmado que seu sistema teórico, construído em

grupo no interior da corrente de pensamento econômico “Escola de Organização e Produção” a respeito da unidade econômica camponesa, tenha sido só um dos temas estudado pelo grupo.

Entretanto, este tema foi o que mais polêmica causou, sendo o autor criticado inclusive por não seguir o método marxista e ser um neopopulista pequeno-burguês que advoga uma volta a um sistema produtivo não-capitalista. Nesse sentido, com este autor é relativizado o princípio advogado por Marx que

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. (MARX, 2011, p. 59).

Chayanov entende que uma vez reconhecida a existência de economias não-capitalistas em concomitância com a economia capitalista, não se pode analisar todos os tipos que se apresentam a partir de categorias de análise capitalista, pois “[...] um setor muito vasto da vida econômica (mais precisamente: a maior parte da esfera da produção agrícola) baseia-se, não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados.” (CHAYANOV, 1977, p. 479).

Esta afirmativa respalda-se na argumentação que numa exploração de base familiar que utiliza a própria força para explorar o solo, logo, sem contar com assalariados, e produz uma certa quantidade de bens, não pode ser analisada tendo como referência conceitos como o lucro líquido, a renda e o juro do capital. Ou seja, o produto do trabalho familiar “[...] é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento.” (CHAYANOV, 1977, p. 482).

Tendo em vista que para a unidade familiar o excedente da produção vai variar conforme a situação de mercado, localização da terra, disponibilidades em matéria de fatores de produção, dimensão e composição da família, qualidade do solo, assim como outras condições de produção própria a exploração, o que se verifica é que

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capaz de trabalhar pela produtividade da exploração e – o que é particularmente importante – pelo grau de auto-exploração, graças ao qual

os activos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano [sendo assim] o grau de auto-exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho. (CHAYANOV, 1977, p. 482).

Logo, numa exploração familiar camponesa há um comportamento diferenciado frente ao mercado. Não se tem como referência o lucro capitalista. A intensidade do trabalho numa unidade familiar tem como referência, as vezes, questões de mercado, as vezes questões relacionadas com a dimensão da família, aumento ou diminuição da superfície cultivada ou necessidade de pagamento de algum empréstimo tomado no mercado.

Isto implica em dizer que a motivação da atividade econômica do camponês não é equivalente a de um empresário que, em decorrência da aplicação de seu capital, busca receber além do capital investido e os custos de produção um adicional em forma de lucro. O camponês estabelece o volume da atividade familiar a partir de um equilíbrio necessário entre trabalho e consumo.

Entretanto o autor não desconhece que a unidade econômica familiar está ligada ao mercado capitalista, haja vista que há uma inter-relação da mesma com os elementos da economia nacional. O que se reforça é que há um volume considerável de unidades produtivas rurais fundamentadas no trabalho familiar, que não contratam força de trabalho, mas que, dependendo da necessidade, se apresentam como mão-de-obra para trabalhos esporádicos não-agrícolas. Tais famílias tem uma certa extensão de terra a disposição e contam com seus próprios meios de produção. E como os membros dessas famílias são movidos por outros fatores que não sejam o lucro médio referenciado no modo de produção capitalista, se estabelece a necessidade de uma atenção específica a essa maneira particular de produzir que não seja pelas lentes da economia capitalista. (CHAYANOV, 1977).

Tais observações não impedem, contudo, que o autor seja explícito quando afirma que

[...] a exploração camponesa tem de tirar partido da situação do mercado e das condições naturais, de molde a assegurar à família um equilíbrio interno compatível com o máximo de bem-estar possível. Tal objetivo é atingido introduzindo no plano de organização da exploração um investimento em trabalho suficiente para permitir uma remuneração por unidade de trabalho. [...] Tal iniciativa será determinada pelo confronto econômico interno de avaliações subjetivas [que, todavia, entram] em linha de conta com as condições objetivas particulares de unidade econômica. (CHAYANOV, 1977, p. 483).

Outro referencial importante para o entendimento da questão que se refere à modernização no campo, é o caso dos Estados Unidos da América, haja vista os seus desdobramentos históricos.

Herdeiros inicialmente do modo Inglês naquilo que se refere ao seu processo colonizatório, os Estados Unidos, em seu processo de independência, rompem não só politicamente com a metrópole, ainda no século XVIII, mas também rompem radicalmente no que diz respeito à cultura externa. E neste recomeço a questão agrária também foi redefinida.

Conforme indica Guimarães (1979),

[...] O acesso à terra se tornou fácil para grande parte dos antigos colonos e atraiu ondas sucessivas de migrantes.[...]”. Em 1785 é promulgada uma lei que institui o sistema de divisão retangular do território agrícola em seções de 640 acres, proibindo-se ainda a venda de terras públicas não demarcadas. Tal política será de extrema importância para a história agrícola e agrária dos Estados Unidos da América, mesmo que se destaque também que o sistema distributivo de terras não fosse de todo igualitário, haja vista que neste período ocorreram processos significativos de acumulação de grandes extensões de terras, havendo assim número significativo de confiscos e desapropriações que sucederam as lutas pela independência deste país. (GUIMARÃES, 1979, p. 34).

Este autor pondera, entretanto, que tais desvios não impediram que num espaço de 70 anos, entre a Guerra da Independência e Guerra da Secessão, fosse promovido o acesso à terra a mais de um milhão de famílias, em mais de cem milhões de hectares de terras públicas. Assim, tal facilidade de acesso a terra promoveu “[...] um aumento geral da produtividade e da rentabilidade da agricultura [e] um aumento geral da acumulação de capitais nesse setor de atividades.” (GUIMARÃES, 1979, p. 36).

Além disso, este movimento provocou também um aumento na demanda de bens de produção e de consumo produzidos por um mercado que se formava paripasso ao desenvolvimento rural e forjou a base “[...] sobre a qual se ergueu a moderna agricultura norte-americana, transformando os Estados Unidos da América em grande produtor agrícola e abrindo caminho para o extraordinário progresso industrial que viria logo depois.” (GUIMARÃES, 1976, p. 36). E como desde o início as exportações foram incentivadas, houve uma grande entrada de capitais no país, contribuindo para financiar, assim, inúmeras benfeitorias, tais como estradas, canais, pontes, indústrias locais, escolas, etc.

Assim, através destes exemplos, em seu movimento modernizante, conforme destaca Oliveira (2007), a agricultura, dinamizada a partir de revoluções sociais e industrial, protagonizadas primeiramente na Inglaterra e depois espalhada para outros países, desenvolve-se em duas direções: “[...] de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas.” (OLIVEIRA, 2007, p. 21). Nesse sentido, a partir de uma articulação comercial, onde os atravessadores foram os grandes beneficiados,

[...] foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; foi possível também a manutenção das próprias relações feudais dos junkers prussianos produtores de mercadorias e a articulação do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como outras formas comunitárias de produção da Ásia, África e América. (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

A partir de tais contribuições teóricas e históricas, pode-se dizer que o desenvolvimento na agricultura, conhecido também como sua modernização, embora provocador de tensionamentos e miséria de muitos, também foi gerador de riquezas que, por muitas vezes, acabaram concentradas na mão de poucos. E neste movimento dialético, a mesma se insere definitivamente no modo de produção capitalista quando incorpora seus progressos técnicos, científicos e jurídicos, a partir de uma transformação radical tendo como base a metamorfose do caráter jurídico, cultural e social da propriedade e a mercantilização da produção agrícola e também da própria mão de obra do camponês que para sobreviver aos novos tempos acaba por proletarizar-se no campo ou na cidade, ainda que muitas vezes mantenha seu pedaço de terra. Tal processo se caracteriza ainda por propiciar uma divisão de trabalho tanto no interior da propriedade quanto entre as propriedades, seja a nível local, regional nacional e até mesmo internacional.

Contudo, tal dinamismo não é linear, sem recuos, sem tensões. Tem ritmos próprios adequando-se em cada realidade social. Ora tomando caráter revolucionário, ora assumindo ares de reforma ou então apenas um processo de adequação visando tanto o poder político quanto econômico, como exemplifica o caso brasileiro.

### 3.2 A modernização agrária no Brasil

No que diz respeito à modernização agrária brasileira, este processo no contexto nacional toma contornos próprios, muito embora o mesmo seja diretamente influenciado por fatores externos, principalmente dado a uma nova acomodação capitalista que muitos países vivenciam no pós-guerra (1945), assim como a chamada “Revolução Verde”, que ocorre com a mecanização-tecnificação, quimificação e avanços biológicos da relação produtiva no campo. Ambas situações têm como referência principal os EUA.

Entende-se assim, que rever e explicitar alguns precedentes históricos e posicionamentos teóricos contribui para melhor se fazer entender o porquê da modernização brasileira apresentar os resultados que ora se materializam.

As palavras de Prado Jr. (1969, p. 09) ainda demonstram vigor e validade na atualidade quando apontam que “A colonização brasileira e ocupação brasileira do território que formaria o nosso País, constitui sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil.”. Logo, desde o início a sociedade apartava distintamente aqueles, minoria, que usufruiriam o melhor do Brasil e aqueles, grande maioria, que sustentariam com seu trabalho privilégios de poucos.

Formado a partir de uma relação de dominação, que colocava a colônia dependente das políticas geradas no exterior, o Brasil constrói sua história nos primeiros séculos tendo a terra como elemento vital para a sua formação. Ou seja,

A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários ao mercado europeu. (PRADO JR., 1969, p. 11).

O autor complementa o pensamento explicitando que, em tal relação, a terra atende em primeiro lugar a interesses comerciais e não as necessidades da população que nela vive e trabalha.

Deriva daí um acentuado dualismo na situação respectiva de dois tipos de atividade rural: de um lado, a que objetiva um produto de alta expressão comercial [...] de outro lado, as atividades subsidiárias que são sobretudo as que objetivam a produção de gêneros de subsistência da população local.” (PRADO JR., 1969, p. 13).



Em acordo com esta realidade posta, haverá uma clara distinção social entre a população rural:

[...] de uma parte os grandes proprietários interessados unicamente no produto principal que constitui o seu negócio, e organizando em função dele o empreendimento que dirigem [...] De outra parte está a população trabalhadora, que naquela estrutura não participa senão na qualidade de fornecedora efetiva ou potencial de mão-de-obra. E se ocupa nas sobras de terra e tempo deixados disponíveis pela exploração principal, com suas produções subsidiárias e de expressão secundária. (PRADO JR., 1969, p. 14).

Tais características se mostram tão estruturalmente arraigadas na história social brasileira que nem marcos históricos que foram decisivos para a formação política e econômica do Brasil, tais como a separação de Portugal em 1822, o fim do tráfico negreiro e a Lei de Terras em 1850, a abolição da escravatura em 1888, a Proclamação da República em 1889, as auto-proclamadas Revolução de 1930 e 1964, fizeram com que o acesso a terra e os benefícios que poderiam advir desta relação fossem colocados de forma equitativa para o conjunto da sociedade. Pelo contrário, tais movimentos se concretizaram a partir de um alto grau de manipulação por parte da elite econômica e política propiciando que o chamado desenvolvimento brasileiro tomasse ares de um grande e lucrativo negócio para poucos.

Esta reflexão se fortalece ainda mais quando se afirma que

[...] o ritmo das atividades da grande exploração tem papel de relevo na configuração da estrutura agrária e distribuição da propriedade fundiária. O que reflete a sua importância como elemento e fator que fundamentalmente condiciona a economia rural brasileira em seu conjunto. (PRADO JR., 1969, p. 22).

Diante de tal quadro, o que se vê é que se por um lado o processo de modernização da agricultura ainda no século XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos toma feições revolucionárias rompendo com tradições e estatutos jurídicos fortemente arraigados na sociedade, no Brasil, tal processo começa a ser impulsionado a partir do pós-guerra (1945) de forma controlada e dinamizada por intermédio de incentivos governamentais.

Contribuindo para o debate, Delgado (2005) esclarece que o movimento explícito de modernização da agricultura brasileira se constrói como contraponto a movimentos políticos que tinham a reforma agrária como pauta, bem como resposta à política agrícola dos anos de 1950 que dava uma prioridade toda especial à cultura cafeeira e ao regime cambial. Ao lado destes elementos, os desafios inerentes ao fenômeno da industrialização e urbanização, que combinavam com a necessidade

de diversificar e elevar as exportações primárias e agroindustriais do país, também exigiam respostas fortes por parte do Estado.

Neste contexto, ainda conforme Delgado (2005), visando uma construção teórica e política que dê conta dessas e outras questões inerentes ao setor agrário, pode-se dizer que quatro principais posições se destacam: A do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a dos setores reformistas da Igreja Católica, e a dos economistas conservadores ligados a Universidade de São Paulo (USP), liderados por Antônio Delfin Netto.

No que diz respeito ao PCB, pode-se dizer que o mesmo não era uníssono em suas propostas. O partido tinha em Caio Prado Jr., Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães, nomes de referência que, a partir de uma leitura de Marx, explicitavam diferentes posições e proposições para a realidade brasileira.

Nesse sentido, Caio Prado Jr. constrói uma crítica tanto às relações sociais fundiárias quanto às questões de trabalho existentes no meio rural. Como contraponto, defende uma legislação social trabalhista, haja vista sua crença numa futura proletarização extrema do trabalho rural. A reforma agrária neste contexto assume um papel secundário.

Ignácio Rangel por sua vez, preocupado com a superpopulação rural, acredita que a expansão urbana e os mercados externos são capazes de aliviar esse problema e, nesse sentido, a reforma agrária não é uma prioridade, mas sim algo distante.

Já Alberto Passos Guimarães aponta que o latifúndio se constitui em resquícios feudais e que o capitalismo só é capaz de suprimi-los mediante uma reforma agrária.

A posição da CEPAL, por seu turno, que tem em Celso Furtado um de seus maiores expoentes, aponta como elemento problemático o caráter inelástico da oferta de alimentos causado por pressões da demanda urbana e industrial, o que acaba por gerar tensões estruturais sobre a inflação causando crises frequentes de abastecimento de alimentos. A partir deste quadro, propõe mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo.

No que diz respeito à Igreja Católica, a mesma em disputa de espaço político com o PCB, através de declarações de seus bispos, cartas pastorais e encíclicas sociais do Vaticano, aponta graves injustiças e exclusão social no campo. Acredita na organização dos trabalhadores rurais e na reforma agrária. E nessa perspectiva, além de influenciar fortemente na organização do sindicalismo rural brasileiro, muito embora não tenha sido a força exclusiva desse processo, contribui, também, para a conceituação de propriedade fundiária a partir do princípio da função social.

Contrariando as três correntes de pensamento e de ação anteriores, o grupo de professores da USP nega que a estrutura fundiária e as relações de trabalho no campo sejam problemas econômicos relevantes, sendo possível uma modernização da agricultura sem precisar fazer reformas profundas naquilo que diz respeito a estes dois itens.

Entretanto, a partir do golpe militar de 1964, o debate político em torno destas questões é sufocado e o pensamento conservador se impõe colocando como foco principal questões que dizem respeito à oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, deixando de lado questões sobre a estrutura fundiária vigente no país.

Ou seja, de forma impositiva, o pensamento funcionalista neoclássico norte-americano se consolida, destacando que a agricultura no processo de desenvolvimento econômico de um país deve desempenhar os seguintes papéis:

i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias-primas para indústrias; iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente se reconheceria problemas ali onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas. (DELGADO, 2005, p. 56).

Mas é a partir de 1967 que tal ideário passa efetivamente a fazer parte da agenda governamental mediante a ida de Delfin Netto para o Ministério da Fazenda, a implementação do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) além da incorporação das teses do grupo da USP, quais sejam: a) melhorar o nível técnico da mão de obra no campo; b) aumentar e melhorar o nível de mecanização agrária; c) incrementar o nível de utilização de adubos; d) aumentar a eficiência produtiva da estrutura agrária no país. (DELGADO, 2005).

Assim, tais proposições são colocadas em prática tendo-se como estratégia uma aliança entre as forças conservadoras do campo com o capital industrial,

financeiro e comercial e subvenção fiscal e creditícia por parte do Estado, o que dava vigor ao projeto brasileiro de modernização no campo. Ou seja,

Perseguiu-se nessa política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da 'Revolução Verde', então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de créditos na agricultura, mediante a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras. (DELGADO, 2005, p. 59).

Há que se dizer, porém, que este processo de modernização que ocorre nas relações produtivas ligadas ao setor agropecuário não é portador de uma única análise explicativa, dado as implicações teóricas, políticas, econômicas e sociais que trazem em seu bojo. Além disso, não há um consenso naquilo que diz respeito a uma separação das atividades entre a produção agrícola, a sua transformação e distribuição.

Nesse sentido, surgem várias leituras sobre este fenômeno, implicando inclusive em nomações que nem sempre guardam uma distinção clara entre si. No entanto, algumas trazem maior força de uso e popularização dado ao poder de inserção social que o grupo que as adotam possui no contexto político, econômico e acadêmico brasileiro. E entre estas nomações, algumas se destacam, e entre elas a de Complexo Agroindustrial, Sistema Agroindustrial e Agronegócio.

a) Complexo Agroindustrial

Conforme já assinalado em momento anterior, o pioneiro no Brasil naquilo que diz respeito ao uso do conceito "Modernização Conservadora", que denuncia o caráter excludente e de aliança que a elite industrial, comercial, financeira e do campo estabelecem a fim de modernizarem as relações de produção vinculadas às atividades agropecuárias, é Alberto Passos Guimarães (1979), que indica, também, que o conceito de Complexo Agroindustrial surge ainda na década de 1950 a partir de estudos realizados nos Estados Unidos e Europa a respeito da participação das atividades agrícolas nas relações intersetoriais. Assim, tendo-se por base teórica as reflexões de Wassily Leontief e utilizando-se da organização de quadros matriciais, chegou-se, por intermédio de estudos empíricos, a comprovação de que a agricultura, no contexto do processo de substituição dos métodos industriais de produção, no pós-guerra, vinculava-se cada vez mais a um conjunto produtivo ao mesmo tempo em que aumentava substancialmente sua dependência a esse

conjunto. Por outro lado, a medida que se intensifica a industrialização, observa-se que a agricultura passa de um nível inferior a um nível superior de desempenho.

O autor observa ainda que no conjunto dessas transformações,

Uma parte crescente dos produtos agrícolas não mais é entregue diretamente em sua forma natural ao consumo: é adquirida e processada pela indústria. Parte crescente das necessidades não é mais obtida dentro das explorações agrícolas: é suprida pela indústria. (GUIMARÃES, 1979, p. 150).

A partir desta nova realidade, a agricultura sai de seu relativo isolamento ao mesmo tempo em que diminui seu grau de importância na economia de um país. Ou seja, “[...] se tornou uma parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas: tornou-se parte – e um setor dominado – dentro de um complexo agroindustrial.” (GUIMARÃES, 1979, p. 150). Nesse processo, no conjunto da economia de um país, a agricultura modernizada acaba por depender do setor industrial, tanto a jusante quanto a montante, haja vista que se por um lado os produtos que fornece são comercializados a preços de concorrência, por outro lado os produtos do qual necessita são adquiridos a preço de monopólio.

Müller (1989), por sua vez, indica que nesse processo modernizante da agricultura brasileira, será construída uma integração entre a indústria e a agricultura, que se dará numa estreita relação entre as grandes empresas, os grupos econômicos e o Estado, sendo que neste processo “[...] a produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústria que tem nas atividades agrárias seu mercado.” (MÜLLER, 1989, p. 18). E nessa dupla dependência da agricultura, tanto para com o comércio quanto para com a indústria, o padrão agrário é alterado, exigindo conexões mais acentuadas entre agricultura e indústria.

Nesse sentido, o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, conjugado a nível internacional com a chamada “Revolução Verde”, promovida nos países capitalistas hegemônicos no pós-guerra, significa a promoção de mudanças na dinâmica de organização e equipamentos e uso de território pelos agentes sociais envolvidos.

Assim, a modernização agrícola brasileira implica numa associação com o dinamismo da indústria e a forma autoritária do regime político vigente, que se por um lado contribui de todas as formas possíveis para o sucesso desta associação,

por outro, sufoca as vozes discordantes propiciando que um grande contingente populacional seja excluído de tal aliança.

E sob forte influência teórica, política e econômica dos Estados Unidos, no Brasil este processo adotará também o nome de Complexo Agroindustrial, também popularizado por CAI, que em termos formais, pode ser definido da seguinte forma:

[...] como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; e ainda mais; o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MÜLLER, 1989, p. 46).

O autor chama ainda a atenção para a interdependência entre os setores, sintetizando que o CAI é uma unidade de análise do processo econômico que envolve, além das atividades acima citadas, também os grupos sociais.

Entretanto, salientando que tal definição é gerada em contexto externo e que a mesma é uma das tantas denominações do termo *agribusiness*, criado pelos autores norte-americanos John Davis e Roy Goldberg, em finais da década de 1950, Müller (1989) chama a atenção indicando que para o contexto brasileiro é preciso que se leve em conta que neste novo patamar sócio-econômico da agricultura nacional algumas questões pendentes não estão resolvidas. Ou seja, questões relativas à propriedade fundiária, à reforma agrária, os preços dos alimentos e das matérias-primas, do crédito, entre outras, que são questões a um só tempo nacionais, dado ao papel do Estado, dos mercados financeiros e de insumos. Há também questões de caráter regional, por causa de especificações tipo linhas de produção, solo, clima, distância. E têm ainda as questões estaduais em razão do peso da produção agrícola em suas economias, tributação e rendas estaduais, presença de agroindústrias entre outras.

O autor explicita ainda que “[...] o que distingue a atual colocação das questões agrárias do modo como elas se punham anteriormente é a industrialização do campo e a emergência de novas relações sociais.” (MÜLLER, 1989, p. 59). Essa transformação implica em alterações tanto no objeto de trabalho quanto no processo de trabalho, nas formas da força de trabalho quanto na gestão e controle das unidades de produção. (MÜLLER, 1989).

Reafirmando que a modernização da agricultura é o resultado de um processo interativo entre industrialização do campo, agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais, o autor pondera que tal caracterização, entretanto, não sofre em termos de conteúdo em razão da existência e da manutenção de largas faixas atrasadas naquilo que se refere à produção no campo, pois

[...] a permanência do atraso não contradiz o caráter geral das transformações parciais. Caráter geral no sentido de que nenhum grupo social assim como nenhuma região do país acha-se imune à influência de processo de transformação, até mesmo aqueles grupos sociais e regiões que não se transformaram. (MÜLLER, 1989, p. 62).

Entende-se com isto que na proposição do autor, o uso do conceito CAI tem sua validade na medida em que este processo de alteração da base técnica na agricultura seja explicado tendo como referência o plano histórico concreto, e não uma mera transposição fechada do conceito elaborado em outro contexto.

Outra importante contribuição teórica a respeito do tema Complexo Agroindustrial é a de José Graziano da Silva. Este autor evidencia que os conceitos “*agribusiness*”, “*filières*”, “complexos agroindustriais” e “sistemas agroindustriais”, muito embora guardem similaridades, não podem ser utilizados com o mesmo objetivo, mesmo porque foram concebidos com conotações diferentes por seus autores. (SILVA, 1996). Nesse sentido, este autor aponta que tanto o conceito de Sistema Agroindustrial como o de *Agribusiness* se constituem em redefinições do agregado macroeconômico na fase industrializada, e que, no Brasil, o termo Complexo Agroindustrial tem dois usos distintos: Um primeiro, por ele criticado, inspirado no referencial norte-americano *agribusiness* e sistema agroalimentar, é referido como “complexão” ou CAI, Complexo Agroindustrial, no singular, indicando um macro complexo. Já uma segunda abordagem, a de Complexos Agroindustriais, CAIs, por ele defendida, é aquela derivada de Complexo Rural, conceito originado nos anos de 1950, a partir de estudos do ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em particular por Ignácio Rangel.

Por outro lado, o autor pondera que, embora distintos, estes dois conceitos objetivam explicar uma mudança nas inter-relações entre o setor agrícola e o restante da economia, que no Brasil se torna mais clara a partir de 1945, no bojo do processo entendido como modernização agropecuária. (SILVA, 1996).

A partir deste esclarecimento, percebe-se que, para Silva (1996), há um processo histórico que demarca uma ruptura entre o “Complexo Rural”, que se caracteriza por ser uma economia natural com uma insipiente divisão do trabalho onde para se produzir um determinado produto, tinha-se que também dar conta de produzir os bens intermediários e os meios de produção necessários, além da própria força de trabalho ocupada nessas atividades. Nesse contexto,

[...] a dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior. Mas a produção agrícola para exportação ocupava apenas parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais, mão-de-obra escrava e bens de capital) sendo a outra parte destinada à produção local e dos próprios bens de produção [...]. (SILVA, 1996, p. 05).

Isto implica em dizer que a divisão social do trabalho era incipiente e tanto as atividades agrícolas quanto as relacionadas a manufatureiras juntavam-se. Além disso, como se produzia significativamente para o consumo próprio, o mercado interno praticamente inexistia. (SILVA, 1996).

Contudo, a partir da proibição do tráfico negreiro, em 1850, e o surgimento do complexo cafeeiro embasado no sistema de colonato, o Complexo Rural começa a dar sinais de esgotamento. E tal processo acelera-se após a crise de 1929 e se completa nos anos de 1950, quando o Brasil passa a estabelecer uma política de industrialização de bens de capital e insumos básicos. Nesse sentido, a economia desloca seu centro dinâmico para a indústria e a vida urbana, impondo suas demandas para o setor agrícola e passando a condicionar suas transformações. (SILVA, 1996).

Este processo de ruptura, entretanto, não é homogêneo naquilo que se refere a um padrão nacional, pois “[...] não se pode falar num único determinante, nem numa única dinâmica geral, nem um único ‘setor agrícola’. A agricultura brasileira hoje é uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada.” (SILVA, 1996, p. 05). Nesse sentido, para explicar este processo é preciso estudar seus variados elementos constitutivos, o que justifica o uso da unidade de análise “Complexos Agroindustriais”, “CAIs”, no plural e não no singular.

E na medida em que há uma heterogeneidade nesse processo de desarticulação do complexo rural, perdendo-se nesta dinâmica a regulação geral comandada pelo mercado tanto externo quanto interno, o Estado é impelido a ter uma participação regulatória cada vez mais decisiva a fim de mediar e restabelecer



um referencial geral, além de agir a partir de políticas específicas para cada complexo industrial visando garantir a rentabilidade dos capitais empregados nos distintos ramos desse contexto agora diversificado e complexo.

O autor também chama a atenção para que seja feita uma distinção necessária entre modernização, industrialização da agricultura e constituição dos Complexos Agroindustriais. Para ele, a modernização em si

[...] consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa, várias décadas e se acentua após a década de 60. (SILVA, 1996, p. 30).

Nessa conformação, a modernização brasileira passa por três momentos decisivos e distintos: a constituição dos Complexos Agroindustriais, o da industrialização da agricultura, e a integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

A constituição dos CAIs se dá na década de 1970,

[...] a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção e máquinas e insumos para a agricultura. Sua consolidação se dá pelo capital financeiro. (SILVA, 1996, p. 31).

Há nesta constituição um elevado grau naquilo que diz respeito às relações interindustriais dos ramos que a compõe, além de uma relação de dominação técnica, econômica e financeira do segmento industrial sobre a parte agrícola do complexo.

Naquilo que se refere à industrialização da agricultura, é possível dizer que a mesma é

[...] a reunificação agricultura-indústria [...] É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 [departamento produtor de bens de capital e insumos] para agricultura no país. (SILVA, 1996, p. 32).

Há que se dizer ainda, que dado a natureza heterogênea dos CAIs, o equilíbrio entre indústria e agricultura nem sempre é o mesmo, as vezes há um predomínio industrial no setor de insumos ou então, as vezes, tal dominação se dá no setor de processamento.

Em um período mais recente, ocorre uma integração de capitais que “[...] sob o comando do capital financeiro, com reflexos não apenas na base técnica da atividade agrícola, mas principalmente no plano da concentração e da centralização do capital e da terra e no plano das relações com o Estado.” (SILVA, 1996, p. 33).

Em todos estes momentos, o projeto de modernização agropecuária teve no Estado uma ação forte,

[...]baluarte de um processo que, se por um lado intensificou e melhorou a produção de vários produtos, por outro é profundamente desigual e parcial, tanto naquilo que diz respeito às regiões brasileiras em que se insere, tanto externa quanto internamente, quanto ao produto, tipo de lavoura, cultura e produtos, principalmente. Além disso, é um processo altamente concentrador naquilo que se refere à renda, gerando, com isso, miséria em seu entorno. (SILVA, 1980, p. 138).

#### b) – Sistema Agroindustrial – SAI

O conceito Sistema Agroindustrial é, de certa forma, herdeiro e moldado a partir dos trabalhos de Perroux, ainda na década de 1950, quando o mesmo estudara questões referentes ao encadeamento e a identificação de indústria motriz. Para este pensador, as relações setoriais não podem ser vistas somente como meras transações entre empresas, pois deve ser levada em conta, também, a questão referente à dominação setorial existente, o que requer uma atenção para a dinâmica e direção dessa relação de troca de bens e serviços. Tal perspectiva acaba por contribuir para o desenvolvimento da noção de complexo industrial. Assim, Perroux enxerga esse processo de dominação como algo cumulativo que se reproduz e se reforça, seja através de uma dinâmica de mercado ou então, até mesmo, acidentalmente. (BELIK, 2007).

Este princípio é aprofundado no início dos anos de 1970, por Louis Malassis, que desenvolve o conceito de Sistema Agroalimentar, que em sua obra “Économie Agroalimentaire” (1973), também aparecerá como Complexo Agroalimentar. O autor aponta que o Sistema Agroalimentar é dividido em Três subsistemas: a) Agroindustrial, que se consiste na agricultura mais indústria; b) Distribuição, que implica em comércio mais restauração; c) Transformação-Distribuição, que corresponde à indústria, mais o comércio, mais a restauração.

No interior destes três subsistemas, num corte vertical transitarão as “*filières*” que podem ser interpretadas por cadeias. E essas cadeias comportam dois elementos importantes, o primeiro, a sua identificação, ou seja, quais produtos,

itinerários, agentes e operação. Já o segundo elemento é a análise de seus mecanismos de regulação, que implica em conhecer a estrutura e funcionamento dos mercados, atuação do Estado e planificação. E nesse processo de identificação se explicita ainda os caminhos percorridos pelos produtos agroalimentares no interior da relação de produção-transformação-distribuição. (BELIK, 2007).

A partir desse estudo também é possível reconhecer que a agricultura, no contexto da produção agroalimentar, que implica num processo de modernização e mercantilização das atividades agrárias, sofre um declínio naquilo que diz respeito ao seu grau de importância na economia como um todo. Além disso, ao industrializar-se, acaba por concentrar-se. (BELIK, 2007).

No Brasil, estes enunciados são trabalhados e popularizados como Sistema Agroindustrial, tendo como uma de suas referências Mário Otávio Batalha. Este autor defende que a base da cadeia agroindústria é definida “[...] a partir da identificação de determinado produto final. Após esta identificação, cabe ir encadeando, de jusante a montante, as várias operações técnicas, comerciais e logísticas necessárias a sua produção.” (BATALHA, 1997, p.32). O autor ressalta ainda, que neste contexto, o uso do conceito de Sistema Agroindustrial é mais adequado que Sistema Agroalimentar, haja vista que o mesmo é mais amplo, pois comporta sem riscos análises de firmas agroindustriais que não geram alimentos necessariamente, tais como madeira, fibras vegetais, entre outras.

O conceito “*filière*” torna-se, sob esta análise, ponto central para o entendimento de todo o processo de transformação de um determinado produto de base agrícola até o mesmo estar pronto para o consumo. E esta cadeia produtiva, por sua vez, de forma geral pode ser definida em três macrosegmentos: Comercialização, distribuição e industrialização. Ou seja, o Sistema Agroindustrial é o conjunto de atividades que ajuda na fabricação de produtos agroindustriais em todo o seu processo. E tal sistema pode ser aplicado de forma geral sem estar ligado a um produto em especial. Além disso, é preciso ressaltar, também, que as cadeias de produção agroindustriais não são estanques entre si, pois não é incomum se observar que há operações de produção que são comuns a várias outras cadeias produtivas, ou seja. É comum ocorrer “operações-nó”. (BATALHA, 1997).

E como o consumidor é o objetivo principal de toda cadeia produtiva, o fator competitividade tem que ser levado em conta, logo, tanto a sua eficácia, quanto a eficiência, não podem ser ignoradas. Ou seja,

A eficácia de uma cadeia agroindustrial estaria ligada a sua capacidade de fornecer produtos/serviços adaptados às necessidades dos consumidores (orientação pela demanda). Por outro lado, a sua eficiência refere-se ao padrão competitivo de seus agentes e a capacidade de coordenação necessária para que estes produtos sejam disponibilizados ao consumidor. Cadeias muito eficientes, ou seja, bem coordenadas e formadas por agentes competitivos, tenderão a perder competitividade, se não forem eficazes, ou seja, senão produzirem de acordo com as exigências dos mercados para os quais estão voltados. (BATALHA, SOUZA FILHO, 2009, p. 07).

A partir de tais proposições, fica claro que a proposição teórica e aplicada relacionada ao Sistema Agroindustrial o considera dinâmico e interdependente e sistêmico, o que invalida qualquer análise que considera a agricultura como um setor estanque, apartada da indústria, comércio e serviços, ou seja, há uma relação entre produtos, agroindústrias, distribuidoras e comercializadoras.

### c) Agronegócio

Através de estudos gerados por Jonh Davis e Ray Goldberg, nos Estados Unidos, na Universidade de Harvard, popularizado com a publicação da obra “*A Concepto of Agribusiness*” (1957), sob influência direta de Wassily W. Leontief, o termo “*Agribusiness*” se populariza como indicativo de que a agricultura, no contexto norte-americano, já não poderia mais ser vista como algo dissociado de outros agentes que também participam da produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Nesse sentido, o conceito “*Agribusiness*” passa a representar “[...] a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.” (DAVIS, GOLDBERG, 1957, *apud* BATALHA, 1997, p. 25). Fica destacada, assim, a existência de uma relação de dependência intersetorial, bem como a necessidade de se verificar a intensidade com que essas relações se dão.

Entretanto, a partir de 1968, em abandono do referencial teórico calcado na matriz insumo-produto e adotando referências da economia industrial, mais especificamente a que se refere ao modelo Estrutura-Condução-Desempenho, Goldberg, estudando o comportamento dos sistemas de produção da laranja, trigo e soja nos Estados Unidos, redefine sua perspectiva de análise e passa a utilizar a

noção de “*Commodity System Approach*” – CSA -. Com tal redefinição, “*Agribusiness*” passa a ser entendido como um sistema de *commodities* que engloba

[...] todos os participantes envolvidos na produção, processamento e marketing de um produto específico. Inclui o suprimento das fazendas, as fazendas, operações de estocagens, processamento, atacado e varejo envolvidos em um fluxo desde a produção de insumos até o consumidor final. Inclui as instituições que afetam e coordenam os estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como governo, associações e mercados futuros. (GOLDBERG, 1968, *apud* ARAUJO, 2008, p. 08).

Em contexto brasileiro, além de manter sua definição técnica-acadêmica original, o “*Agribusiness*”, ou “Agronegócio”, que também é conhecido como Complexo Agroindustrial, é apropriado e popularizado a partir de 1993, no ato da fundação da Associação Brasileira de Agronegócio, ABAG, que tinha entre os sócios, Agrocereis, a Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Basf, Bayer, Bunge, Cargill Agrícola, John Deere, Pioneer Sementes, Banco Itaú, etc.. Com tais protagonistas, se construiu a ideia de que o termo significa a “[...] iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários, frutos da modernização agropecuária brasileira.” (SAUER, 2008, p. 15). Ou seja, o agronegócio passou a ser trabalhado e aceito como processo produtivo que envolve atividades agropecuárias “[...] que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento de produção e da produtividade.” (SAUER, 2008, p. 16).

Como contraponto político a esta posição, a partir de 1995, movimentos sociais abrigados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), num processo que procurava fortalecer um posicionamento a favor da reforma agrária, acabaram também por consolidar o conceito de “agricultura familiar”, que além de ser um termo de oposição à agricultura praticada em grande escala, também se tornou um termo “guarda-chuva” agregando assentados, arrendatários, parceiros, entre outros. Tal construção traz em seu bojo, também, um modelo diferenciado de desenvolvimento, daquele defendido pelos grandes produtores calcados no crescimento econômico. (SAUER, 2008).

A partir deste debate, o agronegócio, além de se constituir numa definição que retrata um processo, também se consolida como um nicho político e de poder econômico, que muito embora não sofra modificações em sua conceituação, recebe toda uma carga que o posiciona numa atitude de moderno, em oposição a uma agricultura atrasada, logo, significando poder econômico e político. O agronegócio, abrasileirando-se, passa então a ser posicionado da seguinte forma:

[...] pelo elo inicial ‘antes da porteira’, englobando suas áreas de Ciências e Tecnologia (C&T), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em organizações públicas e privadas, conectado sequencialmente pelo estabelecimento agrícola, com toda a sua diversidade no ‘dentro da porteira’, com a industrialização, transformação, o processamento, os equipamentos atacadistas e varejistas, até chegar ao elo final que se espalha por todo o mundo: o consumidor. [não podendo ainda ignorar] os elos de suporte representados pelos agentes do setor terciário (serviços, transportes, etc.). (NEVES, 2006, p. 107).

Em tal posicionamento, que tem no mercado o seu grande referencial, o Estado não tem um papel menor, haja vista que cabe a ele

[...] prover os incentivos para os agentes atuarem, sendo os incentivos mais importantes àqueles que asseguram bens públicos redutores de custos de transação. Em especial, a definição de direitos de propriedade, a capacidade de resolver disputas judiciais em tempo hábil, a capacidade de fazer a lei e a instabilidade institucional. (ZYLBERSTAJN, 2007, p. 21).

A partir desta lógica, o agronegócio, que tem enquanto método de abordagem o foco a partir de uma matéria-prima de base, tipo laranja, soja, etc., consolida-se enquanto conceito e imaginário de agricultura moderna, apropriando-se em solo brasileiro de toda uma herança política que o liga a um projeto de nação que se fortalece e é executado com todo o vigor a partir de 1964, e que não obstante o alto grau de concentração de produção e de renda, se qualifica também como altamente produtivo e grande gerador de divisas para o país.

Há que se dizer ainda que a popularização do conceito “agronegócio” ideologicamente provoca uma espécie de recomeço naquilo que diz respeito às questões agrárias brasileiras ocultando um passado esclarecedor sobre as relações sociais no campo que vem sendo construídas desde o período colonial.

### **3.3 A modernização da agricultura no Mato Grosso**

É possível afirmar que o estado de Mato Grosso sintetiza de forma clara o projeto modernizador brasileiro. Forjado historicamente para ter nas atividades agropecuárias a referência principal de sua economia e relações sociais, este estado entra no circuito da modernização brasileira via atração de agricultores que eram excluídos do projeto em execução na região sul e sudeste do Brasil, assim como atração de mão de obra barata para obras infraestruturais oriunda dos estados do norte e nordeste, mediante processo de colonização tanto pública quanto privada e

também atração de empresários no intuito de dinamizarem a economia da Amazônia Legal mediante incentivos fiscais e financeiros.

Nesse sentido, muito embora não se possa ignorar a condição periférica que Mato Grosso exerce no contexto da economia neste período, há que se dizer que o mesmo teve um dinamismo através de um incremento populacional até o ano de 1986, dinamizando uma vida urbana, além de receber um generoso atendimento quanto a solicitação de recursos públicos para incentivar a modernização agropecuária, conforme se pode verificar na tabela 10 e 11. E aqui cabe lembrar que, no sentido de otimizar este processo, se promulgou, em 1977, a divisão do estado de Mato Grosso em dois estados distintos, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso<sup>8</sup>. Tal divisão indicou claramente que Mato Grosso representava uma espécie de laboratório para o governo federal naquilo que dizia respeito à dinamização e modernização da agricultura.

**Tabela 10:** População do Estado de Mato Grosso – 1960 - 1986\*

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>
1960	889.539	343.569	545.970
1970	1.597.090	684.189	912.901
1980	1.138.691	654.952	483.739
1986	1.809.464	1.051.560	757.904

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brasil/FCR/Gov./MT-1987.

\*A população indicada nos anos de 1960 e 1970 refere-se ao contingente populacional do então estado de Mato Grosso, antes da divisão territorial que originaram os atuais estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Percebe-se assim, mediante a tabela 10, que entre os anos de 1980 a 1986, já quando o Mato Grosso encontra-se dividido, houve um incremento populacional de 58,90 %, sendo que no ano de 1980 a população urbana representava 57,51 % da população total e a população rural 42,48 %. Já em 1986, de certa forma se mantém este equilíbrio com uma população urbana de 58,11% e uma população rural de 41,88 %.

<sup>8</sup> Coube ao estado de Mato Grosso do Sul no processo de divisão territorial absorver 56 municípios. Hoje sua área aproximada é de 358.124,96 Km<sup>2</sup>. Já para o atual Mato Grosso, que hoje conta com uma área de aproximadamente 903.357,91 Km<sup>2</sup>, naquele contexto, coube ficar com 38 municípios.

No que diz respeito ao número de financiamentos concedidos, (Tabela 11), num primeiro momento é possível perceber que numa relação entre os anos de 1978 e 1985, muito embora já se externalizasse uma crise nas contas nacionais, houve um aumento de 18,94 % no número total de financiamentos. E o que é mais significativo é que, se por um lado em 1978 os números de financiamentos agrícolas detinham um percentual de 69,03 % ante 30,96 % dos financiamentos em pecuária, já em 1985 a agricultura vai absorver 91,85 % do número total de financiamentos ante 8,14 % dos dirigidos para a pecuária, o que indica que não pairam mais dúvidas sobre o projeto preferencial governamental de incrementar a agricultura no Mato Grosso.

**Tabela 11:** N° De Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas por Finalidades de Atividade e Produto em Mato Grosso – 1978 – 1985

Ano	Total	Agricultura			Pecuária		
		Custeio	Investimento	Comercialização	Custeio	Investimento	Comercialização
1978	23.637	11.388	2.066	2.864	1.600	4.977	742
1985	28.114	21.477	3.997	349	1.293	998	-

Fonte: Banco Central do Brasil/Gov. MT-1986.

Contudo, embora já se perceba claramente no início da década de 1980 o esgotamento do modelo político vigente, imposto ditatorialmente pelos militares, que não conseguiram evitar que o país adentrasse numa grave crise econômica, a agricultura continua a ter um papel importante neste contexto, pois representa um elemento de solução econômica a fim de equilibrar as contas nacionais.

Nesse sentido, o estado de Mato Grosso, mesmo que não esteja imune à conjuntura nacional, continua a ter aumento na produção no setor primário, conforme se verifica na tabela 12, não obstante ser possível constatar que a primazia econômica da pecuária, praticada de forma extensiva, que além de propiciar renda e valorização da terra também tinha uma função agregada de justificar financiamentos públicos junto a grupos econômicos que abriam os caminhos para o capital no campo, inicialmente de forma especulativa, começa a dividir um maior espaço com culturas agrícolas sazonais que exigem um maior volume tanto de insumos para seus desenvolvimentos quanto infraestrutura para serem escoadas.



Por outro lado, há uma clara indicação que novas áreas estão sendo abertas, dado o volume registrado de madeira extraída, conforme se verifica na tabela 12. Madeira esta que passara a se constituir em importante fonte de divisas para alguns municípios do norte do estado. Dessa forma, mesmo que não se possa atestar a exatidão das informações, é possível constatar que os números que o processo iniciado pelos militares tem continuidade, até mesmo porque, dado a crise social pela qual passou o país, Mato Grosso desponta mais uma vez como uma alternativa de recomeço.

**Tabela 12:** Indicativos de produção do setor primário do Estado de Mato Grosso – 1978 – 1985

Ano	Suínos	Bovinos	Aves*	Algodão Herbáceo**	Arroz**	Milho**	Soja**	Extração Madeira m <sup>3</sup>	Ouro Kg
1978	332.507	3.888.131	2.578.824	5.585	780.004	84.252	5.666	204.822	-
1979	-	-	-	-	-	-	-	-	413
1985	669.378	6.503.719	3.670.271	16.945	406.589	242.913	795.438	1.103.678	4.355

\*-Galinhas, Perus, Patos, Marrecos e Gansos.

\*\*-Área Colhida – ha.

Fonte: IBGE/DNPM/Gov. MT- 1979/1986.

Há que se dar destaque ainda para o volume de ouro extraído no estado, tanto nos anos de 1979 quanto de 1985 num acréscimo de 948,33 % conforme se verifica ainda na tabela 12. E, muito embora este número seja apenas um indicativo da importância desta atividade, pois o grau de informalidade e ilegalidade é altíssimo (ARANTES, 1993). Tal atividade atraiu milhares de pessoas, grande maioria com antecedentes de trabalho em zona rural, principalmente da região norte e nordeste, destacando aqui os estados do Maranhão e Pará.

É preciso destacar que ao se analisar o índice de evolução no PIB a preços correntes do Mato Grosso comparando-se os anos de 1980 e 1985<sup>9</sup>, a princípio verifica-se um incremento de 23,46 % no período. Entretanto, ao se verificar por setores, percebe-se, conforme a tabela 13, que se por um lado o setor de serviços aumenta sua participação no período, obtendo um incremento de 23,46 % em seus

<sup>9</sup> No ano de 1980, a soma do PIB, considerando os setores agropecuário, industrial e de serviços foi de R\$ 9.201.024.820,00. Já no ano de 1985 foi de R\$ 11.360.353.860,00. (IPEADATA, 2011).

valores, o setor agropecuário e o industrial diminuem sua participação na soma total, mesmo que no período a agropecuária tenha tido um aumento em valores de 4,49 % e a indústria de 19,8 %. (IPEADATA).

**Tabela 13:** Divisão setorial do PIB do estado de Mato Grosso – 1980 - 1985

Setor	1980	1985
Agropecuária	24%	20,32%
Indústria	20.55%	19,94%
Serviços	55.43%	59,73%
Total	100%	100%

Fonte: IPEADATA.

Nesse sentido, como o incremento produtivo provocou a inserção de insumos e estrutura de apoio à produção, o que se pode afirmar é que tal estruturação trouxe consigo a formação de um mercado interno mais dinâmico, contribuindo para que, neste processo, pequenos e médios municípios se formassem, sendo que entre os anos de 1977 e 1985, vinte (20) novos municípios surgiram no estado de Mato Grosso, frutos de projetos de colonização. (SEPLAN/MT).

Por outro lado, no avanço deste processo modernizante, que não poupou populações indígenas inteiras, assim como povoados tradicionais da região, o que se traduz num alto grau de violência, também se consolidou uma estrutura fundiária que demarca um poder econômico e político, bem como as relações sociais no campo. Conforme se pode verificar na tabela 14, num espaço de cinco anos, houve um aumento de 22,94 % no número de estabelecimentos agrários. Entretanto, há que se verificar também, que o grupo de estabelecimentos agrários que correspondem a uma área acima de 10.000 ha, muito embora detenham no ano de 1980, 6,18 % e em 1985, 9,12 % do número total de estabelecimentos cadastrados, os mesmos absorvem 51,78 %, em 1980 e 46,1 % em 1985 da área total computada.

**Tabela 14:** Propriedade das Terras e Grupos de Área Total – 1980 - 1985

Grupos de área total (ha)	1980		1985	
	Estabelecimento	Área ha	Estabelecimento	Área ha
Menos de 10	23.902	108.338	25.705	113.736
10 a menos de 100	21.633	791.354	29.368	1.099.280
100 a menos de 1.000	13.273	4.058.746	17.280	5.033.007
1.000 a menos de 10.000	3.867	11.703.546	4.916	14.148.826
10.000 a mais	643	17.892.557	645	17.440.796
Sem declaração	65	-	07	-
<b>Total</b>	<b>63.383</b>	<b>34.554.541</b>	<b>77.921</b>	<b>37.835.651</b>

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário – 1980 – 1985/SEPLAN-MT-2001.

Esta tabela traduz de forma clara que o processo em andamento no Mato Grosso contribui sobremaneira para que haja um alto grau de concentração de terras, mesmo que haja um pequeno decréscimo nos índices, o que não implica numa reversão deste quadro, pois a divisão de terras entre famílias e outras pessoas para se obter mais financiamentos ou então para não se caracterizar latifúndio não é uma prática incomum. Reafirmando tal realidade, observa-se que tal dinâmica não foi um evento esporádico, conforme se verifica na tabela 15, quando se compara estes números com o índice de Gini dos anos 1980, 1985 e com o Censo Agropecuário de 1995/1996.

**Tabela 15:** Grau de concentração fundiária 1980-1995/1996

ANO	1980	1985	1995/1996
<b>ÍNDICE DE GINI</b>	0,922	0,910	0,871

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários; HOFFMAN, NEY (2010).

Contribuindo ainda para este cenário, há que se lembrar que no período compreendido entre 1985 e 1990, período este que se esperava que a questão agrária fosse minimizada, dado ao compromisso prévio firmado pelo presidente Tancredo Neves e que, julga-se, por seu vice-presidente José Sarney, o poder

político dos latifundiários crescera havendo uma reafirmação e legitimação da propriedade fundiária, agora, em nome da modernidade.

Diante de tal contexto, agudizam-se os movimentos reivindicatórios no país, tanto nos campos como nas cidades. Porém a reforma agrária reivindicada é mais uma vez postergada dando lugar a uma tímida política de assentamentos. Refletindo a limitação de tal política, neste período (1985 – 1990), o Estado oficializa no Mato Grosso apenas 03 assentamentos numa área total de 51.374 ha beneficiando 818 famílias. (INCRA-MT-2001/SEPLAN-MT-2000).

Já a eleição direta de um presidente (Fernando Collor de Melo) em 1990, que se dizia porta-voz do novo e comprometido com a lógica do mercado, de certa forma era a garantia institucional que consolidava o poder político da elite vinculada ao capital internacional. Assim, de forma clara, propunha-se um rompimento com o viés nacionalista que dominara o Estado nos últimos 25 anos.

No que se refere à agricultura, nesta nova postura, que afinal já não se constituía em nenhuma novidade, explicitava-se integrar o produto agrícola à economia de mercado, eliminar de forma progressiva a prática da agricultura informal, qualificar o trabalhador do setor agrícola visando sua adaptação tanto às novas técnicas de produção quanto ao processo de flexibilização do trabalho, induzir a concentração em escala dos fatores produtivos visando criar condições de atuação no mercado internacional e clara preferência para com as grandes e médias empresas rurais via estímulo para o crescimento, abrindo assim também as portas para a importação maciça de insumos agrícolas.

Entretanto, a escalada ascendente da inflação e aumento da dívida interna e externa levou este governo a intervir duramente na economia. Mato Grosso, por sua vez, além de ser afetado por estas medidas, também teve algumas crises específicas. Dado ao rebaixamento e congelamento do preço do ouro e a paralisação temporária de projetos de assentamento, houve esvaziamento dos garimpos, jogando nas rodovias que cortam o estado, milhares de garimpeiros em situação de miséria, por outro lado fecharam-se as portas para a reinserção deste mesmo trabalhador no campo, a não ser como trabalhador temporário, como catador de raiz, serviço de limpeza de área e outros ligados a atividades que ocupam apenas alguns meses do ano.

No contexto do episódio do *impeachment* do presidente Collor, em 1992, o PIB real brasileiro havia declinado cerca de 1%, sendo que a produção caíra cerca de 4%, além de haver queda no consumo interno, dado a queda dos salários reais. Além disso, os investimentos também caíram em consequência das altas taxas de juros. No entanto, a agricultura continuava a ter um papel de destaque na economia. Em razão de bons resultados na produção, a mesma crescera 6% no período do governo Collor. (BAER, 2002).

Assim, a partir deste quadro, o vice-presidente Itamar Franco que, diante da crise política apresentada, buscou equilibrar-se inicialmente numa postura popular, com ações tidas como nacionalistas. Entretanto as forças políticas que o apoiavam exigiam que o mesmo desse continuidade ao projeto de abertura dos mercados.

Assim, num papel inicial de certa forma ambíguo, em 25 de fevereiro de 1993, Itamar Franco sanciona a Lei nº 8.629 regulamentando dispositivos relativos à reforma agrária. Nesta Lei, sacramenta-se o termo “função social da propriedade” como sendo elemento demarcatório dos limites dos movimentos sociais que reivindicavam uma reforma agrária, além de fortalecer o poder institucional da propriedade fundiária.

Tal Lei indica em seu artigo 2º, que “A propriedade que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos da lei, respeitados os dispositivos constitucionais.” (BRASIL, Lei N° 8629, 25/02/1993). E, no artigo 9º, complementando este dispositivo, se estabelece que a função social atende aos seguintes requisitos:

[...] I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho [§ 4º, bem como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais]; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. (BRASIL, Lei nº 8629, 25/02/1993).

Observa-se assim que, através de tais dispositivos, se por um lado se acena para o atendimento às reivindicações externadas por organizações ligadas aos trabalhadores rurais, já que há uma exigência para com o cumprimento das leis trabalhistas e dos contratos de arrendamento e parceria, por outro lado, fica claro que o termo “função social” toma um caráter bastante flexível. E mesmo assim, na hipótese de desapropriação, garante-se o preço atualizado pelo mercado da terra

colocada à disposição da reforma agrária, conforme indica o Artigo 12º da referida Lei. Assim, oferecer terras para a reforma agrária tornou-se um ótimo negócio.

Nessa mesma linha de coerência define-se no Artigo 4º, Parágrafo Único, que “São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural.” (BRASIL, Lei nº 8629, 25/02/1993).

Ou seja, além de dar margem a toda sorte de manobras, como, por exemplo, a utilização de “laranjas” como proprietários, não obstante a isto, dependendo da região, se tem propriedade de mais de 1.500 hectares conceituada oficialmente como propriedade média.

Este quadro se completa através do Artigo 7º, que indica que “Não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico [...]”. (BRASIL, Lei nº 8629, 25/02/1993).

Considera-se assim que tais apontamentos indicam que o Brasil ajustava-se a um novo modelo econômico, de cunho neoliberal, sem enfrentar de forma mais decisiva as questões agrária e fundiária oriundas basicamente do processo de concentração da propriedade fundiária. Paralelo a isso, embora de forma tímida no começo, a partir do Plano Real (1994) o país adere de vez aos ditames do mercado, mesmo porque eram obtidos bons resultados nas culturas agropecuárias. Nesse contexto, importavam-se insumos e exportavam-se produtos oriundos do campo, fortalecendo assim a perspectiva do agronegócio.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e sua posse em 1995, cujas principais bandeiras eleitorais eram a consolidação do Plano Real e a efetivação de um agressivo programa de privatizações e reestruturação do Estado, houve um aumento expressivo das importações em detrimento das exportações.

No que diz respeito ao setor agrícola, o Estado já vinha desde o início da década de 1990 se desobrigando de financiá-lo no tocante ao crédito subsidiado e aos preços mínimos. Bauer (2002, p. 391) informa que “[...] com a introdução do Plano Real, muitos produtores rurais se viram numa situação precária, pois a correção monetária de suas dívidas era muito maior que o aumento dos preços de seus produtos.”.

Nesta conjuntura, cadeias da agroindústria e de supermercados vão ampliar seu controle sobre o mundo rural. “Essas instituições que também incluíam comerciantes/processadores de *commodities* e setores de insumos agrícolas, tornaram-se a principal fonte de financiamento, substituindo as fontes de crédito público que desapareciam.” (BAUER, 2002, p. 393).

O autor complementa esta informação citando uma hipótese levantada por Dias e Amaral (2000) quando os mesmos indicam que para fazer frente ao endividamento crescente, os produtores passaram a selecionar os produtos que davam maior rentabilidade, intensificaram a produção e diminuíram custos, inclusive naquilo que diz respeito à contratação de mão de obra. (BAUER, 2002).

Contudo, a forte política liberalizante do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) a partir da reeleição do mesmo para o período de 1999 a 2002, sofre alguns reajustes tendo por conta tanto a crise internacional, que afetava fortemente o Brasil, provocando uma fuga de capitais, quanto o oneroso projeto de reeleição que obrigou o presidente a negociar e fazer concessões junto ao Congresso Nacional, inclusive diminuindo o ritmo de medidas impopulares, cujos conteúdos influenciavam fortemente as bases eleitorais de seus aliados. Ainda neste período, o governo viu-se obrigado a rever sua política de paridade cambial que mantinha o real com valor equivalente ao do dólar.

Assim, numa conjuntura internacional desfavorável e pressionado internamente, FHC, a despeito de ter defendido com todo o vigor a sua política de desmonte da coisa pública e adesão aos princípios do Estado mínimo, é obrigado a reajustar-se, inclusive não podendo completar, conforme os planos originais, as reformas da previdência e fiscal.

Nesse sentido, tendo ainda a necessidade de aumentar o saldo de divisas do país, o que significa exportar mais do que importar, “[...] a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda política macroeconômica externa e da política interna.” (DELGADO, 2005, p. 66).

Tal agenda se torna uma necessidade e, ao mesmo tempo viável, mesmo que no primeiro mandato de FHC tenha havido uma política de esvaziamento dos investimentos de fomento agrícola, incluindo crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa, e investimento em infraestrutura comercial assim como

serviços agropecuários e de transportes. (DELGADO, 2005). Ainda segundo o autor, pode-se dizer que Fernando Henrique relança o agronegócio a partir de algumas iniciativas que, ao convergirem, acabam por fortalecer este modelo produtivo. Entre elas pode-se citar:

i) um programa prioritário de investimento em infra-estrutura territorial com 'eixos de desenvolvimento', visando a criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; ii) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; iii) uma regulamentação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar de fora do controle público as 'terras devolutas' mais aquelas que declaradamente não cumprem com a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; iv) mudança de política cambial [...]. (DELGADO, 2005, p. 67).

Outra medida de impacto que contribui para esse processo foi a edição da chamada "Lei Kandir", Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, dispendo sobre "[...] o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação" (BRASIL, LC nº 87, 13/09/1996). Esta lei, além de normatizar sobre impostos, indica sobre quais operações eles não incidem, conforme aponta o artigo III, inciso II:

[...] operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços: Parágrafo Único. Equipara-se às operações que trata o inciso II a saída realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a: I – empresa comercial exportadora inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa; II – armazém alfandegário ou entreposto aduaneiro. (BRASIL, LC nº 87, 13/09/1996).

Esta normatização contribui diretamente para o dinamismo do agronegócio, muito embora governadores tenham reclamado desta lei, pois além de perder receitas, também cabia aos mesmos indenizar as empresas do ICMS cobrado sobre insumos usados para exportação Assim, não tendo forças políticas para reagir, os estados agudizaram uma disputa fiscal visando atrair grandes empresas mediante generosos benefícios. É bem verdade que na mesma lei citada, propunham-se compensações aos entes federados, mas tal benefício nunca foi cumprido a contento.

Entretanto, se por um lado FHC fortalecia o agronegócio, por outro pressionava tanto os pequenos agricultores quanto sem-terras a aderirem aos novos tempos. Nesse sentido, se a condição de vida dessa população já vinha se



deteriorando historicamente, a partir da década de 1990 tudo se tornara mais difícil, pois todas as soluções passavam pelas regras de mercado, sendo que o Estado, por sua vez, indicara que era hora de acabar com o paternalismo no campo e endurecer via criminalização os movimentos reivindicatórios. Mas tal política não diminui a onda de descontentamento e reivindicações por parte dos mais desfavorecidos deste processo. A violência e a pobreza no campo aumentaram.

E como o processo tendia a se agravar, a partir do receituário neoliberal conhecido como reforma agrária via mercado, financiado por organismos internacionais, Fernando Henrique Cardoso lança todo um pacote de medidas que promoviam a integração de milhares de famílias agricultoras a um perverso sistema de obrigações financeiras sem a certeza da contrapartida em renda. Assim, vários programas (por ex: Casulo, Procera, Projeto Lumiar, Projeto Emancipar, Cédula da Terra, Banco da Terra, Pronaf) financiados por dinheiro externo foram executados, tendo como princípio que os agricultores têm que restituir o dinheiro aplicado e, ao mesmo tempo, sem por em risco a institucionalização da propriedade enquanto mercadoria. As desapropriações cedem espaço para a simples compra direta de terra e aos chamados leilões de terra, e tudo a preço de mercado. Ou seja, favorecia-se ainda o especulativo mercado de terras no Brasil. E através desses mecanismos, FHC, em seus dois governos, projetou assentar em torno de 459.272 famílias, em mais ou menos 4.279 projetos. (FERREIRA, ALVES, CARVALHO FILHO, 2008).

Em Mato Grosso, até o ano de 2003, é possível identificar entre Projetos de Assentamentos criados e administrados pelo INCRA, Projetos destinados ao MST e Projetos de Assentamento Casulo, um número de mais ou menos 15.292 famílias beneficiadas numa área de 657.904 hectares espalhados pelo estado. (INCRA/SEPLAN-MT, 2004).

Entretanto, não obstante as reações contra estes projetos, é possível dizer que, se entre as décadas de 1960 e 1980 o Brasil passa por um processo de modernização na agricultura de forma reacionária e excludente, na década de 1990 este processo se amplia, agora com o agravante de haver uma vinculação sem precedentes ao mercado e ao capital internacional. Produz o que o mercado externo pede, e espera-se que o chamado preço de mercado, ditado pelas bolsas de negócios futuros, seja suficiente para se pagar as despesas efetuadas com as

operações efetuadas “antes da porteira” “dentro da porteira” e “depois da porteira”. Isto é o agronegócio.

Em todo este processo, Mato Grosso tornou-se uma referência de produção agrícola. Assim, pode-se perceber pelas tabelas 16 e 17, que acompanhando a dinâmica modernizante no campo, na qualidade de fronteira a ser ampliada, este estado incorporou em seu processo produtivo benefícios oriundos do desenvolvimento técnico-científico traduzindo-os tanto em avanços de áreas abertas quanto em volume de produção.

**Tabela 16:** Produção agrícola do Mato Grosso do período de 1990 - 2002

<b>ANO</b>	<b>ÁREA PLANTADA (ha)</b>	<b>ÍNDICE DE CRESCIMENTO</b>	<b>ÁREA COLHIDA (ha)</b>	<b>ÍNDICE DE CRESCIMENTO</b>	<b>PERDA</b>
1990	2.332.905	100%	2.278.034	100%	54.871
1995	3.335.569	142,98%	3.306.229	145,14%	29.340
1996	3.054.338	130,92%	3.052.415	133,99%	1.923
1997	3.253.190	139,45%	3.253.190	142,81%	0
1998	3.676.122	157,58%	3.590.890	157,63%	85.232
1999	4.181.859	179,26%	4.087.657	179,44%	31.410
2000	4.581.767	196,40%	4.550.367	199,75%	94.202
2001	4.680.323	200,62%	4.664.711	204,77%	15.612
2002	5.419.910	232,32%	5.414.112	237,67%	5.798

Fonte IBGE/SEPLAN-MT.

**Tabela 17:** Produção de algodão, arroz, milho e soja de Mato Grosso do período de 1990 - 2002

ANO	ALGODÃO		ARROZ		MILHO		SOJA	
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
<b>1990</b>	43.422	57.634	355.210	420.722	270.283	618.973	1.527.754	3.064.715
<b>1995</b>	69.390	87.458	417.074	762.327	439.390	1.226.157	2.322.825	5.491.426
<b>1996</b>	55.075	73.553	429.086	721.793	542.636	1.514.658	1.956.148	5.032.921
<b>1997</b>	42.259	78.376	355.231	694.904	573.276	1.520.695	2.192.514	6.060.882
<b>1998</b>	106.483	271.038	364.148	776.502	410.934	948.659	2.643.389	7.228.052
<b>1999</b>	200.182	630.406	726.682	1.727.339	440.612	1.118.851	2.635.010	7.473.028
<b>2000</b>	257.762	1.002.836	698.518	1.851.517	541.792	1.429.672	2.906.448	8.774.470
<b>2001</b>	412.315	1.525.376	450.413	1.151.816	536.420	1.743.043	3.121.353	9.533.286
<b>2002</b>	328.046	1.141.211	438.646	1.192.447	720.775	2.313.708	3.824.231	11.702.165

Fonte: IBGE/SEPLAN-MT/2011.

Percebe-se, ainda, que além de um aumento no volume na produção, obteve-se um incremento no índice de produtividade, conforme se verifica na tabela 17. Pegando como referência o período entre 1990 e 2002, verifica-se que em Mato Grosso a produção de algodão herbáceo que, em 1990, era de 1,32 t/há, passa para 3,47 t/há em 2002, o que dá um aumento no índice de produtividade de 162,87 %; já o arroz, de 1,24 t/ha passou para 2,71 t/ha, o que equivale a 118,54 %; o milho por sua vez produzia 2,29 t/ha, passou a produzir 3,21 t/ha, o que significa 40,17 %, e a soja, de 2,00 t/ha passou para 3,06 t/ha, o que indica um aumento de 53 %.

Dando suporte para que estes números se materializassem, mesmo que muitas vezes de forma precária e sob acusação de prática de desvios de dinheiro, Mato Grosso, segundo informações de 2001, conta com uma rede rodoviária, principal via de escoamento de produtos de 24.177 Km. Em 2008 este número passa para 32.979,72 Km. (SEPLAN-MT).

Procurou-se ainda ampliar o índice de produção de sementes para cultivo. Para a safra de 1980/81 produziu-se 46.502 toneladas de sementes, sendo 10.247

toneladas de sementes de soja. Já para a safra de 2002/03, este número saltou para 261.731 toneladas, sendo que somente de soja foi de 211.981 toneladas.

Outro ponto de estrangulamento, mas que também teve investimentos, foi o de consumo de energia elétrica. Conforme se verifica na tabela 18, se por um lado no total do período (1998-2002) houve um acréscimo de 129,76 % no número de ligações, no item classe rural, a despeito de todo o déficit existente nacionalmente na política de eletrificação rural, houve um acréscimo de 828,08 %.

**Tabela 18:** N° de Consumidores de energia elétrica segundo as classes: Residencial, Indústria, Comércio, Rural e Outros – MT no período de 1998 - 2002

Ano	Total Estadual	Residência	Indústria	Comércio	Rural	Outros
1998	292.014	246.682	4.026	32.487	4.928	3.891
2002	670.932	544.182	10.176	62.639	45.736	8.199

Fonte: Rede Cemat/SEPLAN-MT/2011.

Ampliou-se ainda a capacidade de armazenamento da produção. Em 1989, Mato Grosso contava com 132 armazéns cadastrados para uma capacidade de 74.800 toneladas de armazenamento. Já em 2002 estão cadastrados 1.229 armazéns para uma capacidade de 13.113.265 toneladas. (SEPLAN/MT 2000/2003).

Já no que diz respeito ao uso de tratores, o estado passou de um número de 19.534 em 1985, para um total de 40.657 em 2006, (IBGE-Censo Agropecuário 2006).

Entretanto, há que se assinalar que no primeiro governo FHC embora tenha havido crescimento de forma geral, houve também uma quebra de ritmo na produção mato-grossense, refletindo toda uma política econômica engendrada no país. Tal período, conforme já assinalado, retrata tanto a política de desmonte do Estado Nacional quanto ações monetárias (paridade real x dólar) e esvaziamento de políticas de incentivos voltadas para o setor agropecuário.

Mas também foi neste período, a partir de 1996, que o governo trouxe a público o projeto denominado “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. Projeto esse que define áreas privilegiadas para terem investimentos em infraestruturas. Tais projetos tinham o claro propósito de construir todo um aparato

logístico visando incrementar a exportação de produtos, na maioria de base agropecuária.

Nesse sentido, no primeiro Plano Pluri-Anual de Fernando Henrique Cardoso, para os anos 1996-1999, foram definidos cinco eixos de integração nacional e dois de integração continental. Mato Grosso, por sua vez, encaixa-se neste arranjo geoeconômico no “Eixo de Integração Oeste”,

[...] destinado a consolidar o desenvolvimento das áreas de expansão recente da fronteira agrícola do País, ligando os Estados do Acre e Rondônia com os Estados da Região Centro-Sul, passando pelo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os investimentos projetados concentram-se no fortalecimento da malha ferroviária e na restauração/reconstrução de rodovias troncos. (EGLER, 1999, p. 02).

No segundo governo de FHC, quando o real descolou-se do dólar e exportar tornou-se imprescindível para o equilíbrio das contas nacionais, o que elevou o agronegócio à categoria de destaque no cenário econômico, houve uma redefinição político-regional pautada nos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Eliminaram-se as distinções entre eixos nacionais e continentais, passando a ser conhecidos com a seguinte constituição: “1) Eixos da Amazônia [...]; 2) Eixos Araguaia-Tocantins/Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia Carajás [...]; 3) Eixos do Nordeste [...]; 4) Eixos do Oeste; 5) Eixos do Sudeste [...]; 6) Eixos do Sul. [...]” (EGLER, 1999, p. 5-6).

Neste rearranjo, Mato Grosso inseriu-se nos três primeiros eixos citados por intermédio de rodovias, ferrovias e hidrovias pontuadas como corredor de escoamento de produto agropecuário.

Assim, tendo como claros objetivos aumentar a competitividade da economia, tanto externa quanto internamente, reduzir custos de produção e comercialização eliminando gargalos, bem como melhorar a oferta de mão-de-obra qualificada, procura-se “imprimir uma nova forma de fazer; dentro do Estado, estimulando a postura gerencial para a obtenção de resultados.” (Programa Avança Brasil, 2001).

Mato Grosso, que neste cenário já vinha apresentando resultados econômicos que se destacavam no contexto nacional, (tabela 19), no ano de 2002, juntamente com outros estados de semelhante perfil, supera em suas contas as referentes aos centros mais dinâmicos do país, conforme se pode verificar na tabela 20.

**Tabela 19:** Taxa de crescimento econômico do Mato Grosso em comparação ao crescimento brasileiro – 1994 - 2002

<b>ANO</b>	<b>TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL – BRASIL (%)</b>	<b>TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL – MT (%)</b>
1994	05,90	11,99
1995	04,20	01,95
1996	02,70	03,97
1997	03,30	05,59
1998	00,20	07,21
1999	00,79	09,67
2000	04,36	07,94
2001	01,42	06,97
2002	01,90	09,50

Fonte: SEPLAN-MT/2011.

**Tabela 20:** Índice de crescimento de estados brasileiros no ano de 2002

<b>BRASIL</b>	<b>ESTADOS / ÍNDICE (%)</b>	
<b>01,90</b>	Mato Grosso	09,50
	Acre	04,60
	Amapá	06,00
	Amazonas	07,00
	Minas Gerais	02,90
	Rio de Janeiro	04,40
	Rio G. do Sul	01,10
	Rondônia	09,20
	Roraima	06,60
	São Paulo	00,70

Fonte: SEPLAN-MT/2011.

Nessa nova postura, “O investimento no Agronegócio é importante, pois é o campo que alavanca a conquista dos mercados externos [logo] levar infraestrutura

para o campo é fundamental, pois de lá vem a riqueza que possibilita o salto tecnológico e a qualidade de vida.” (Programa Avança Brasil, 2001).

Observa-se, contudo, que apesar de muitas obras projetadas não saírem do papel, seja por falta de financiamento, seja por problemas ambientais, pode-se dizer que uma cultura favorável ao agronegócio já se consolidava, inclusive induzindo criadores extensivos de gado de grandes áreas a produzirem *commodities* agrícolas.

Neste contexto, analisando o processo de inserção e consolidação de práticas neoliberais globalizantes no Brasil, Santos e Silveira (2011, p. 55), observam que “Nos últimos decênios, o território conhece grandes mudanças em função de acréscimos técnicos que renovam a sua materialidade, como resultado e condição, ao mesmo tempo, dos processos econômicos e sociais em curso.” E acompanhando esse movimento, Mato Grosso, mesmo em ambiente altamente recessivo no país, procura se organizar para consolidar sua posição enquanto protagonista do agronegócio. E conforme se verifica na tabela 21, cristaliza-se na dinâmica econômica do estado a atividade agropecuária como principal vetor de desenvolvimento.

**Tabela 21:** Índice das atividades econômicas no contexto econômico do Mato Grosso 1995 - 2002

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Agropecuária	16,53	16,92	18,82	17,58	21,60	28,83	24,53	29,85
Indústria Extrativa Mineral	01,75	02,03	01,82	01,72	01,84	01,93	01,38	01,01
Indústria de Transformação	10,74	10,14	09,26	09,12	09,15	09,87	10,47	11,12
Eletricidade, Gás e Água	01,79	02,38	01,92	01,95	02,14	01,97	02,92	02,58
Construção	08,88	08,08	08,59	08,64	07,69	07,65	07,40	06,57
Comércio e Reparação de veículos e objetos pessoais de uso doméstico	15,68	12,84	11,90	11,92	12,22	12,06	12,88	11,28
Alojamento e alimentação	03,38	03,02	02,71	02,74	02,42	02,18	02,34	02,15
Transporte e armazenagem	02,73	02,49	02,42	02,41	02,18	02,14	02,09	01,99

Comunicações	01,24	01,79	02,02	02,18	02,59	01,88	02,34	02,46
Intermediação financeira	03,86	03,01	02,87	02,94	02,45	03,41	03,91	05,25
Atividades imobiliárias	05,89	07,02	07,00	06,83	06,30	05,64	05,89	05,24
Administração pública	21,11	23,00	22,46	24,95	23,38	18,35	17,94	15,44
Saúde e educação mercantis	04,07	04,59	05,42	04,35	03,52	03,68	03,48	02,96
Serviços domésticos	04,48	00,55	00,55	00,54	00,51	00,50	00,54	00,49
Outros serviços	02,07	02,14	02,24	02,13	02,01	01,92	01,89	01,61
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: SEPLAN/MT/2011.

Verifica-se ainda nesta tabela (21), que o índice referente à indústria de transformação mantém-se mais ou menos no mesmo patamar, consolidando assim a sua dimensão no período no contexto do agronegócio mato-grossense. Já os negócios de intermediações financeiras, embora mantenham uma oscilação no período de acordo com a conjuntura financeira do país, escondem uma outra realidade, que é a inserção cada vez maior das *tradings* nesta atividade, que desde meados de 1990 vêm se institucionalizando como referência de financiamento das atividades agrícolas.

Por outro lado, é possível verificar, também, que os gastos públicos no contexto estadual diminuem sensivelmente no período e de forma constante.

Diante de tal realidade, o pequeno produtor, agora somando-se a assentados que vinculam-se a programas pautados em regras de mercado, se coloca em três situações:

A primeira é a de tentar sobreviver com sua produção embasada em padrões culturais e no pequeno comércio praticado nas feiras e estabelecimentos do próprio município, ou pequenas cooperativas, fazendo serviços esporádicos para outros agricultores ou então em atividades urbanas.

A segunda situação é aquela em que há uma adesão a projetos de criação de animais, segundo padrões e ambiências previamente contratados, principalmente aves e suínos e produção de ovos, com compradores e preços previamente



definidos. Tal situação reflete uma proletarização indireta do produtor, mesmo que o mesmo detenha a posse da terra, pois, mediante contrato, este produtor passa a sujeitar-se a prazos e valores, além de ter geralmente um único comprador. Além disso, há toda uma padronização de condições sanitárias e de infraestrutura que é instalada mediante empréstimo prévio que a empresa compradora fornece a este agricultor para que o mesmo possa adequar-se.

A terceira situação é a expulsão direta do homem e da mulher do campo. Nesse sentido, conforme se verifica na tabela 22, não obstante haver um aumento na população de Mato Grosso como um todo, e um incremento da produção agropecuária, a população rural trabalhadora diminuiu, mesmo que se proletarizando e, não raras vezes, fazendo trabalho apenas temporário em terras alheias. Assim, enquanto o número de estabelecimentos aumenta no período cerca de 127,42 %, o pessoal ocupado cresce 13,91 %. Contudo, se for verificar a proporção de trabalhador por estabelecimento, percebe-se que a mesma passou de 5,02 em 1980, para 3,17 em 2006. E tal número não considera ainda o fato da área total dos estabelecimentos ter aumentado em 39,93 %.

**Tabela 22:** Relação entre estabelecimentos rurais e pessoal ocupado 1980 - 2006

Ano	Estabelecimentos	Área total(ha)	Lavoura (ha)	Pastagens (ha)	Matas e Florestas (ha)	Pessoal Ocupado
1980	63.383	34.554.548	1.553.248	14.779.703	13.429.521	318.570
1985	77.921	37.835.651	2.129.443	16.404.307	14.152.984	359.221
1995	78.762	49.839.631	2.951.745	21.452.061	21.543.594	326.767
2006	144.148	48.355.569	6.865.763	22.809.021	17.758.922	362.895

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário 2006.

Pode-se afirmar dessa forma que de fato Mato Grosso, no que diz respeito a agricultura, de uma maneira geral, modernizou-se. E a partir da inserção de insumos, máquinas, novas técnicas produtivas e de administração de estabelecimentos agropecuários, ampliou o volume e índice de produtividade.

Por outro lado, ao se verificar o seu papel no contexto do Complexo Agroindustrial, percebe-se que Mato Grosso integra-se de uma forma subordinada, já que lhe é reservado uma atuação de destaque “dentro da porteira”, haja vista que a despeito de haver no estado uma produção de sementes e concessionárias de

vendas de máquinas agrícolas, no tocante aos insumos, os mesmos são quase todos importados. Além disso, na venda de sua produção a outros países, a mesma se dá quase que totalmente em forma in natura.

Entretanto, isto não impede que haja uma espécie de orgulho no desempenho deste papel, conforme revela esta mensagem oficial:

O Estado tem 48 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, o que equivale a 46% das terras agricultáveis do Centro-Oeste e 14% do Brasil.

Esses fatores fazem do Estado um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios de sua cadeia produtiva, considerada a principal locomotiva da economia mato-grossense. (SEPLAN-MT, 2008, p. 78).

Há assim uma clara determinação de especializar-se num ramo produtivo. E nesse sentido, Santos e Silveira (2010) indicam que nesse processo de especialização do território pautado no agronegócio há uma tendência para se criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. Nesta nova dinâmica, que muitas vezes é destacada como propulsora de desenvolvimento, há que se explicitar que “Nexos modernos e tantos outros buscam criar monofuncionalidades no uso da terra, dos transportes, dos portos e, assim, acabam por negar a possibilidade de um uso plural do território.” (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 119).

Ainda desenvolvendo esta argumentação, percebe-se que Mato Grosso, uma vez que tem o núcleo de sua economia baseado na produção de alimentos visando à exportação, se vê fortemente influenciado por decisões trabalhadas a grandes distâncias, “[...] hoje franqueáveis, sob a demanda das firmas globais com sede na Região Concentrada, mesmo que os mecanismos de comando sejam poucos visíveis.” (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 120). Isto implica em dizer que “afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber-fazer ancorado num arranjo de objetos destinados à produção.” (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 135).

E é a partir desta divisão territorial do trabalho, forjada no processo de especialização produtiva, que se consolida uma hierarquia entre lugares e, “[...] segundo sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.” (SANTOS, 2004, p. 135). Muito embora, há que se lembrar que nesta redefinição das pessoas, o conflito e a resistência é uma constante.

Contudo, não obstante Mato Grosso ser conhecido como “o lugar” do agronegócio, tal arranjo não é geral e nem os possíveis benefícios são redistribuídos para todo o estado. Ou seja, muito embora haja uma construção consolidada de um ideal de agronegócio para todo o estado, nem todos os habitantes e nem todos os municípios fazem parte desse complexo produtivo, mesmo que se vejam afetados enormemente pelo mesmo.

Nesse sentido, a regionalização interna do estado serve como suporte de enquadramento e indução da economia. Isto é, “As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais criadoras de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição.” (SANTOS, 2004, p. 252).

Seguindo assim convenções instituídas num primeiro instante a partir de organismos centrais, no caso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, que fundamenta e orienta critérios de regionalização no Brasil, o estado de Mato Grosso, dividido em 141 municípios, recorta-se em cinco mesorregiões<sup>10</sup> que “[...] apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial.” (IBGE, 1990, p. 8).

Estas cinco mesorregiões por sua vez se subdividem em 22 microrregiões<sup>11</sup>

[...] definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto a organização do espaço. [...] Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. (IBGE, 1990, p. 8).

E não obstante a esta divisão, em 2001 foram definidas pelo governo do Mato Grosso 12 regiões de planejamento<sup>12</sup>, que têm suas origens “[...] a partir de dados do Diagnóstico do meio Físico-Biótico e Sócio-Econômico-Ecológico a partir das

---

<sup>10</sup> - Mesorregiões: Norte Mato-grossense, Nordeste Mato-grossense, Sudoeste Mato-grossense, Centro Sul Mato-grossense e Sudeste Mato-Grossense.

<sup>11</sup> - Microrregiões: Aripuanã, Alta Floresta, Colíder, Parecis, Arinos, Alto Teles Pires, Sinop, Paranatinga (Norte Mato-grossense); Norte Araguaia, Canarana, Médio Araguaia (Nordeste Mato-grossense); Alto Guaporé, Tangará da Serra, Jauru (Sudoeste Mato-grossense); Alto Paraguai, Rosário Oeste, Cuiabá, Alto Pantanal (Centro Sul Mato-grossense); Primavera do Leste, Tesouro, Rondonópolis, Alto Araguaia (Sudoeste Mato-grossense).

<sup>12</sup> - Juína, Alta Floresta, Vila Rica, Barra do Garças, Rondonópolis, Cuiabá/Várzea Grande, Cáceres, Tangará da Serra, Diamantino, Sorriso, Juara, Sinop.

análises temáticas e dos mapeamentos de vários temas que compuseram esse estado.” (SEPLAN-MT, 2008, p. 14).

Neste arranjo espacial, eivado de componentes políticos, os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso<sup>13</sup>, a partir da vitrine do agronegócio, se destacam, passando a imagem de uma “Nova Califórnia”.

Combinando elementos que vão desde tipo de relevo, clima, vegetação, passando por questões sociais e econômicas, certas porções territoriais de Mato Grosso, que também possuem em seu histórico o fato de terem surgido sobre os chamados “vazios demográficos” e serem povoadas por migrantes que já sabiam trabalhar na terra com determinadas culturas, construíram um modelo societário que facilitou a materialização de um projeto sócio-político-econômico de modernização da agricultura, induzido pelo Estado. Nesse sentido, os recursos financeiros injetados nestes lugares, e demais arranjos institucionais, a despeito de desvios, têm rubricas e público determinados.

Assim, no processo histórico brasileiro, cujo modelo econômico em vigor passou a depender cada vez mais de produtos exportáveis para equilibrar suas contas, o que concorre para consolidar o país numa posição subalterna na divisão internacional do trabalho, muito embora processo este tenso, com recuos, improvisos e exclusões, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, de forma não exclusiva, porém específica, se construíram em profunda dependência de racionalidades geradas externamente.

Contribuindo para entender tal processo dialético, Santos (2004), usando o recurso conceitual de verticalidades e horizontalidades para explicar as interrelações espaciais no contexto da divisão do trabalho, aponta que

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade importada de fora, de longe, e de cima, quanto a da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2004, p. 286).

Para garantir os resultados esperados, créditos dirigidos e acesso a determinados produtos são facilitados, soma-se a isto garantias de compra de

---

<sup>13</sup> - Estes municípios, conjuntamente com Ipiranga do Norte, Itanhangá, Nobres, Santa Rita do Trivelato e Tapurah compõem a microrregião Alto Teles Pires.

produtos especificados previamente. Ou seja, se constrói um cotidiano no qual os sujeitos locais são induzidos a construir um contexto, se não competitivo, porém ganancioso, cujo resultado nem sempre se diferencia, dado o seu aspecto excludente. Solidariedades são rompidas, a superexploração do trabalho é validada socialmente e o enriquecer aparece como um horizonte possível, reforçado por um alto grau de tolerância a ilícitos por parte do Estado.

A partir de tais elementos, a especialização funcional de tais subespaços se torna materializável, concorrendo para a geração de “[...] um cotidiano homólogo graças a interdependência que se estabelece horizontalmente. [ou seja] A partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais fácil e rapidamente, levando ao aumento local da produtividade.” (SANTOS, 2004, p. 288).

Neste quadro de homogeneização de determinados espaços, verifica-se, contudo, que nem todas as regiões de Mato Grosso recebem o mesmo tratamento naquilo que se refere a financiamentos, muito embora o estado, de uma forma geral, não tenha deixado de receber atenção por parte da União, conforme se verifica na tabela 23. Nesse sentido, nos anos de 1999 e 2002, período correspondente ao segundo mandato de FHC e que se consolida o agronegócio enquanto agenda oficial no país, Mato Grosso continuou a receber financiamentos para a agropecuária.

**Tabela 23:** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas por micro-região MT-1999 - 2002

MICRO REGIÃO	ANO DE 1999			ANO DE 2002		
	N.º DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	VALOR FINANCIADO	N.º DE CONTRATOS	N.º DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	VALOR FINANCIADO	N.º DE CONTRATOS
Aripuanã	06	6.541.981	655	07	29.415.521	1.454
Alta Floresta	06	7.094.467	374	06	21.868.981	1.017
Colider	08	25.925.699	2.817	08	48.800.754	3.063
Parecis	05	66.138.854	894	05	191.428.853	1.832
Arinos	06	8.545.361	324	06	28.491.487	778
Alto Teles Pires	06	138.297.796	4.060	07	331.259.763	4.726
Sinop	08	23.000.282	779	09	73.810.784	1.090

Paranatinga	04	8.587.552	254	04	19.620.228	472
Norte Araguaia	10	11.518.288	1.130	12	47.887.438	2.725
Canarana	06	46.540.963	2.077	07	116.240.359	2.541
Médio Araguaia	03	15.331.318	395	03	16.541.841	309
Alto Guaporé	03	4.379.737	247	05	23.369.992	672
Tangará da Serra	05	18.854.984	1.576	05	35.638.527	959
Jauru	12	17.252.759	1.419	12	40.875.983	2.175
Alto Paraguai	05	4.135.635	150	05	12.808,216	464
Rosário Oeste	03	2.812.210	254	03	15.623.822	657
Cuiabá	05	15.285.147	596	05	62.944.341	1.462
Alto Pantanal	03	11.350.814	1.409	04	31.410.831	1.163
Primavera do Leste	02	60.786.121	1.008	02	213.844.446	1.487
Tesouro	09	25.823.018	601	09	57.654.932	907
Rondonópolis	08	89.261.370	2.867	08	239.047.415	2.338
Alto Araguaia	03	29.337.744	391	03	47.886.093	510
Total Mato Grosso	126	636.802.100	24.277	135	1.706.470.607	32.801

Fonte: Banco Central – Anuário Estatístico do Crédito Rural 1999-2002.

Neste cenário, quatro microrregiões se destacam enquanto beneficiadas, sendo elas: A do Parecis e Primavera do Leste, que têm no agronegócio sua atividade econômica majoritária, a de Rondonópolis, que além de ser forte no ramo agroindustrial, também tem uma localização conveniente, pois encontra-se no sul do estado com saída para outros estados. Além disso, conta com uma estrutura logística para o setor mais preparada que a de outras regiões.

A microrregião do Alto Teles Pires, por sua vez, apresenta um aporte financeiro em forma de financiamentos em 1999 de 36,04 % em relação ao Mato Grosso; e em 2002, 41,51 % do montante repassado para Mato Grosso sob a

rubrica “financiamento concedidos à produtores e cooperativas”, o que indica uma atenção diferenciada para com a microrregião em relação as demais.

Delimitando ainda mais a informação, é possível perceber, também, que apesar de todas as microrregiões serem contempladas com recursos, o valor total de seus contratos foi bem menor que as das quatro microrregiões citadas (Alto Teles Pires, Parecis, Primavera do Leste e Rondonópolis). Ou seja, em 1999, as quatro microrregiões ficaram com 55,66 % dos recursos e em 2002, com 57,16 % do total. Por outro lado, pontua-se que Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, no ano de 1999, receberam juntas R\$ 123.557.143,00, o que equivale a 19,40 % do total. Já em 2002, estes mesmos municípios receberam R\$ 266.538.504,00, o que significa 15,62 % de todo o Mato Grosso. (Banco Central, 1999-2003).

Mediante tal quadro, a especialização econômica, tanto naquilo que diz respeito à produção propriamente dita, quanto aos suportes técnicos minimamente necessários, se materializa de forma ascendente e constante. Cria-se uma cultura motivadora que, não obstante afetar a maioria da população local, acaba ainda por atrair pessoas de outras localidades.

Como exemplo significativo dessa territorialização do agronegócio, é possível pontuar a ampliação do sistema da capacidade de armazenagem de produtos agropecuários. Atraindo empresas multinacionais e nacionais que têm capacidade de competição internacional, este setor além de ser um suporte importante para a produção regional, também tem uma relação decisiva no que diz respeito a circulação de capitais.

Ou seja, além de sua atividade principal, armazenar produtos, este setor vem se constituindo, cada vez mais, em decisivo intermediário financeiro para a produção. Antecipa a compra do produto emprestando dinheiro para o produtor como banco e recebe em produto ou pela cotação do mesmo na hora da colheita. Atua ainda como comprador local. Por outro lado, só coloca a mercadoria no mercado internacional quando a cotação é favorável.

Retratando esta situação, C.A.T., funcionário de uma dessas empresas relata que “[...] o lucro das tradings é muito grande. Compram na baixa e vendem na alta. Além disso, nas operações de antecipação de colheita, muitos produtores pegam

mais dinheiro do que podem pagar, isto vira uma bola de neve e muitos estão endividados até o pescoço.”<sup>14</sup>.

E é mediante tais oportunidades que se justifica o aumento no número de armazéns. No ano de 1989 toda a microrregião contava com apenas 02 armazéns para uma capacidade de 16.000 toneladas Já em 2002, somente para Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, este número saltou para 211 armazéns, para uma capacidade de 3.335.769 toneladas, o equivalente a 17,16 % dos armazéns de todo o estado, haja vista que Mato Grosso conta com 1229 armazéns para uma capacidade de 13.113.265 toneladas. (SEPLAN-MT, 1999, 2003).

É preciso observar, entretanto, que alguns poucos produtores, ou empresas rurais, mais capitalizados mantêm a sua própria estrutura de armazenagem, o que lhes permitem uma margem de manobra bastante significativa no mercado de *commodities*. Há que se dizer ainda que esta estrutura é financiada e nem todos têm acesso a esses recursos e nem capacidade de pagamento.

Isto implica em dizer que, não obstante haja uma diferenciação regional, o agronegócio traz em seu bojo também uma diferenciação entre seus próprios produtores, conforme argumenta W. S.: “há os agricultores fortes, e há aqueles que sobrevivem. Trabalham para pagar o que comeram ontem e gastam em luxo o dinheiro de financiamento.”<sup>15</sup>.

A modernização da agricultura implica ainda na otimização de tempo e recursos. E nesse sentido, o uso de máquinas, principalmente tratores é um indicativo de inserção neste modelo produtivo. Assim, é possível indicar (quadro 1) que, fora Lucas do Rio Verde, que teve uma queda em seu parque de máquinas, explicada em parte pela insolvência de muitos produtores que as devolveram para bancos ou agências que as financiaram, ou então venderam-nas para pagar dívidas ou foram desgastadas pelo uso e não repostas. De forma geral, Nova Mutum e Sorriso ampliaram sua frota, principalmente no quesito tratores acima de 100 CV, que são utilizados em lavouras de porte médio e grande.

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada em 29/06/2011 no município de Sorriso – MT.

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 28/06/2011 no município de Sorriso – MT.



**Quadro 1:** Número de tratores e potência em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1995 - 2006

MUNICÍPIO	ANO	N.º TOTAL DE TRATORES	MENOS DE 100 CV	100 CV E MAIS
Lucas do Rio Verde	1995	864	586	278
	2006	733	304	167
Nova Mutum	1995	817	397	420
	2006	1.034	297	737
Sorriso	1995	1.266	579	687
	2006	1.971	876	1.095

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996-2006.

Acompanhando esta tendência, de uma forma geral, o número de empresas autorizadas para a comercialização e aplicação de agrotóxicos nos três municípios se consolidou. No entanto, observa-se aqui também (quadro 2), que Lucas do Rio Verde, embora apresente uma situação de destaque no contexto de Mato Grosso, entre 1999 e 2003, mostra números que dão a impressão de diminuição de ritmo.

Uma das explicações para este quadro, dada por T.H. contador na região, é que no período, além da insolvência de alguns produtores, alguns agricultores e grupos econômicos passaram a comprar estes produtos diretamente dos fabricantes no mercado internacional, sem intermediários. Além disso, ainda segundo a mesma fonte, “neste ramo havia alguns aventureiros que não aguentaram as oscilações econômicas e quebraram, fora o fato de se mudarem para outros lugares que também trabalham com lavoura.”<sup>16</sup>.

**Quadro 2:** Empresas de comercialização e aplicação de agrotóxicos: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso-1999 - 2003

ANO	LUCAS DO RIO VERDE		NOVA MUTUM		SORRISO	
	Comercialização	Aplicação	Comercialização	Aplicação	Comercialização	Aplicação
1999	13	02	04	01	07	06
2003	09	01	09	01	21	03

Fonte: INDEA-MT/SEPLAN-MT/2011.

<sup>16</sup> Entrevista realizada em 29/06/2011 em Sorriso – MT.

Outro fator que contribui para dinamizar a agropecuária na região é a ampliação de consumidores de energia elétrica. E nesse sentido, conforme se constata na tabela 24, a despeito da deficiência do setor como um todo no período de FHC, e o caráter seletivo naquilo que diz respeito ao acesso desse serviço no campo, pode-se dizer que houve um incremento, destacando aqui que Lucas do Rio Verde teve um acréscimo de 55,55 % nas ligações rurais, enquanto Nova Mutum, 74,20 % e Sorriso 313,30 %.

**Tabela 24:** Número de consumidores de energia elétrica nos seguimentos residencial, industrial, comercial, rural e outros: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1999 - 2003

MUNICÍPIO/ANO		RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	OUTROS	TOTAL
L. Rio Verde	1999	3.367	61	590	288	52	4.358
	2003	5.243	261	788	448	57	6.797
Nova Mutum	1999	2.081	51	388	221	45	2.786
	2003	3.165	96	536	385	50	4.232
Sorriso	1999	6.578	207	1.063	263	110	8.221
	2003	11.192	640	1.583	1.087	176	14.678

Fonte: Rede Cemat/SEPLAN-MT/2011.

Entretanto, conforme alguns depoimentos, nem todos podiam ter acesso a esse benefício, pois além do custo elevado, havia também uma seleção prévia para se ter acesso aos benefícios do programa federal Luz no Campo, cujo resultado era fortemente influenciado pelas forças políticas locais e estaduais.

Contribuindo ainda para a consolidação do agronegócio nestes três municípios, informações técnicas chegam a todo instante, seja através do já institucionalizado dia-de-campo, seja através de assessorias específicas proporcionadas por sindicatos rurais, órgãos governamentais ou fundações ligadas ao setor. Tais informações têm como referência a indicação de como produzir mais e o que é mais conveniente produzir, e quais são as melhores sementes, sempre se apresentando os avanços técnicos-científicos na área, destacando-se neste contexto a cultura da soja e do milho.

Os avanços genéticos são expressivos, além disso, há uma espécie de casamento de safra, haja vista que esses dois produtos já se complementam na cultura anual.

Outro fator que contribui para a dinamização do agronegócio nesta região se refere aos canais de escoamento da produção.

Não obstante as promessas dos chamados “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” não terem sido efetivadas em sua plenitude, consolidou-se também uma rota de escoamento da produção conforme a indica o governo do Estado de Mato Grosso como Corredor Norte, ou seja:

A principal rota é Sorriso-Alto Araguaia-Santos-Rotterdam (Holanda), sendo também usada a rota Sorriso-Paranaguá-Rotterdam, utilizando a BR-163/BR-364/BR-262 e a Ferronorte. Neste corredor, a situação desejada seria pela conclusão da pavimentação da BR-163 até o Porto de Santarém ou os corredores dos rios Teles Pires e Tapajós, que ligariam o norte de Mato Grosso a Santarém. (SEPLAN-MT, 2008).

Neste sentido, o desejado corredor fluvial apresenta tamanho impacto ambiental que a justiça vem obstaculizando a consecução de tal projeto. Entretanto, as pressões por intermédio das tradings e grandes produtores têm se intensificado.

A partir de tais exemplos, é possível indicar que enquanto resultado desse arranjo territorial que tem o agronegócio como referência, envolvendo ações e coisas, patrocinadas externamente cujo braço mais visível é o do Estado, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso caminham solidamente para aquilo que se conhece como especialização produtiva, tendo a soja como carro-chefe, e o milho, ampliando sua produção, vai se consolidando como a segunda cultura na região.(Tabela 25).

**Tabela 25:** Produção de arroz, milho e soja nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso: 1999 - 2002

MUNICÍPIO/ANO		ARROZ		MILHO		SOJA	
		Área Plantada (ha)	Produção (t)	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Área Plantada (ha)	Produção (t)
Lucas do Rio Verde	1999	37.000	101.100	49.075	99.475	152.500	434.625
	2002	2.300	7.110	122.500	368.400	180.000	572.400
Nova Mutum	1999	26.500	56.950	21.270	42.199	136.000	372.368
	2002	8.000	21.600	25.300	72.510	195.000	585.000
Sorriso	1999	67.120	199.680	30.625	82.500	305.000	884.500
	2002	16.000	58.200	81.120	265.680	475.000	1.482.000
Mato Grosso	1999	725.532	1.727.339	439.259	518.790	2.598.640	4.471.969
	2002	438.646	1.192.447	720.775	2.313.708	3.824.231	11.702.165

Fonte: SEPLAN-MT/2011.

É possível verificar, assim, que se por um lado o arroz tem sua área de cultivo reduzida, sob alegação de que os riscos e preços não compensam, o milho vem num processo ascendente enquanto a soja cada vez mais se consolida como carro-chefe da economia destes municípios.

Por outro lado, conforme é possível observar (tabelas 26 e 27) outras culturas e atividades não representam neste contexto um número significativo, a não ser o da criação de porcos e galos, frangos e pintos, que iniciam um processo de especialização neste período, no qual se tem os pequenos agricultores como a principal referência de produção. Tais culturas são incentivadas com a promessa de vinda de empresas especializadas em abates destes animais, que são convidadas a instalarem-se na região mediante incentivos fiscais.

**Tabela 26:** Efetivo animal dos municípios Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT – 1999 - 2002

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ANOS</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Vacas Ordenhadas</b>	<b>Galinhas</b>	<b>Galos, Frangos, Frangos E Pintos</b>
Lucas do Rio Verde	1999	33.365	26.130	1.390	50.251	17.887
	2002	24.762	54.632	1.228	55.445	19.735
Nova Mutum	1999	135.557	14.571	503	9.405	8.311
	2002	114.984	32.281	387	8.960	1.260.000
Sorriso	1999	72.790	35.793	572	55.793	10.511
	2002	66.723	66.190	548	60.962	92.281
Mato Grosso	1999	17.242.935	771.157	385.937	3.960.340	11.549.341
	2002	22.183.695	1.034.608	435.716	4.696.579	14.415.447

Fonte: IBGE-PAM/SEPLAN-MT/2011.

**Tabela 27:** Produção de abacaxi, feijão, mandioca e melancia dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT – 1999 - 2002

Município	Anos	Abacaxi		Feijão		Mandioca		Melancia	
		Área (há)	Prod.*	Área (há)	Prod. (t)	Área (há)	Prod. (t)	Área (há)	Prod. (t)
Lucas do Rio Verde	1999	06	180	300	720	40	800	160	1.200
	2002	12	360	310	651	40	1.000	26	520
Nova Mutum	1999	32	896	100	240	00	00	00	00
	2002	04	88	102	352	00	00	300	7.500
Sorriso	1999	05	100	1.576	3.782	35	1.050	15	47
	2002	00	00	2.000	4.680	20	550	03	90
Mato Grosso	1999	1.070	19.699	28.326	24.663	23.317	362.191	1.464	4.900
	2000	510	7.470	31.201	39.578	33.505	418.442	627	12.970

Fonte: IBGE-PAM/SEPLAN-MT/2011. \*Mil Frutos.

A partir de tais informações, o que se pode assinalar é que as evidências indicam uma união do mercado com a técnica e ciência. E desse encontro, obtém-se e amplia-se o mercado global implicando inclusive numa reinterpretação e reconfiguração da natureza, conforme indica Santos (2008).

Santos (2008) ainda contribui para a explicação e compreensão do processo de formação e consolidação do agronegócio em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso pontuando que “Da mesma forma como participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato.” (SANTOS, 2008, p. 238).

Isto implica em dizer que o agronegócio gerado a partir de relações sociais historicamente determinadas pode também ser explicado e compreendido como uma cientifização e tecnificação da paisagem tendo como vetor fundamental a informação. Ou seja,

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada, etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e

a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações. (SANTOS, 2008, p. 242).

Tal configuração contribui para uma especialização do lugar, porém não subordinado exclusivamente as características intrínsecas dos recursos naturais e sim vinculada fortemente às condições técnicas e sociais, implicando ainda numa solidariedade a nível mundial, ou seja, com o mercado mundial. (SANTOS, 2008).

E neste processo de modernização agropecuária na perspectiva do agronegócio, embora profundamente vinculado a fatores externos, o mercado interno também se desenvolve, conforme é possível inferir a partir do número de empresas constituídas e extintas nos anos de 1999 e 2002, (quadro 3).

**Quadro 3:** Empresas constituídas e extintas: Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1999 - 2002

ANO	LUCAS DO RIO VERDE		NOVA MUTUM		SORRISO		MATO GROSSO	
	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas	Constit.	Extintas
1999	84	02	76	01	243	08	8.118	616
2002	214	-	103	01	322	05	11.830	90

Fonte: JUCEMAT-MT/SEPLAN-MT/2011.

Tal dinâmica contribui para que os valores de Produto Interno Bruto, tanto a preços correntes, como *per capita*, também se destaquem no plano estadual, demonstrando também um grande desnível econômico entre os municípios do estado. A partir da referência da tabela 28, constatou-se que, em 1999, 87 municípios do Mato Grosso não atingiam a metade do PIB a preços correntes de Nova Mutum. Já em 2002 este número vai a 109, de um total de 141 municípios. (SEPLAN/MT, 2003).

Entretanto, muito embora o chamado Produto Interno Bruto *per capita* isoladamente não possa servir de parâmetro de divisão de renda, pois a mesma só existe enquanto cálculo, por outro lado é possível de se ter uma noção das diferenças econômicas e sociais presentes no conjunto do estado. Nesse sentido, ainda se tendo a tabela 28 como referência, foi possível constatar que, em 1999, 116 municípios não possuem um PIB *per capita* equivalente ao de Sorriso, cuja população em 2000 era de 35.605 habitantes. Já em 2002, o número de municípios com PIB *per capita* inferior passa a 122. (SEPLAN-MT, 2001).

**Tabela 28:** Produto Interno Bruto a Preços Correntes e PIB *per capita* de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso: 1999 - 2002

MUNICÍPIOS	1999		2002	
	A preços correntes (1.000 R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)	A preços correntes (1.000 R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)
Cuiabá	3.014.421	6.284	4.092.765	8.081
Lucas do Rio Verde	187.275	9.993	300.019	13.078
Nova Mutum	123.404	8.509	247.377	15.686
Sorriso	272.095	7.846	602.241	14.534
MATO GROSSO	11.701.250	4.713	17.888.416	6.772

Fonte: IBGE/SEPLAN-MT/2011.

Há que se assinalar, contudo, que a despeito da posição de destaque que estes três municípios desfrutam no contexto estadual, não se pode dizer que o agronegócio proporcione riqueza para toda a população de um município. No âmbito local, conforme mostra a tabela 29, o seu caráter seletivo também se revela.

**Tabela 29:** Indicadores de concentração e divisão de renda nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT – 2000

% da renda apropriada pelos...	LUCAS DO RIO VERDE	NOVA MUTUM	SORRISO	MATO GROSSO	BRASIL
...10% mais ricos da população	44,8%	53,7%	55,3%	53,0%	52,4%
...20% mais ricos da população	60,2%	66,5%	68,4%	67,0%	68,1%
...20% mais pobres da população	04,0%	03,0%	2,8%	2,1%	1,5%
...40% mais pobres da população	11,4%	9,1%	8,3%	7,9%	6,4%
...80% mais pobre da população	39,8%	33,5%	31,6%	33,0%	31,9%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-Fundação Brasil-SEPLAN-MT/2011.

Conforme se verifica (tabela 29), a concentração de riquezas nas mãos dos 20% mais ricos da população pode ser considerada, exceto Lucas do Rio Verde, equivalente a de Mato Grosso e do Brasil, o que se revela como um índice altamente injusto e perverso socialmente naquilo que se refere à distribuição de riquezas geradas por um país, estado ou município. Além disso, verifica-se que num espaço de 10 anos, tanto em Nova Mutum quanto em Sorriso, a renda se concentrou mais ainda, principalmente naquilo que se refere aos 10% mais ricos destes lugares. Destoa desta tendência o caso de Lucas do Rio Verde, que muito embora não possa

ser classificado como modelo em distribuição de renda, apresenta redução no índice de concentração de renda no período apontado (1990-2000).

A hipótese que se levanta para o caso de Lucas do Rio Verde é que mediante as informações apresentadas, há um conjunto de elementos que conjugados favoreceram estes números. A saber: A cultura do milho, praticada tanto por pequenos quanto pelos médios proprietários, teve um aumento significativo. E muito embora traga renda para os já capitalizados, também assim o faz para com os chamados pequenos agricultores. Por outro lado, também é possível verificar que, a despeito da soja ser cultivada nos três municípios, tanto em Nova Mutum quanto em Sorriso, a área destinada à produção teve um aumento mais significativo. E como geralmente esta não é uma cultura praticada por todos, significa que a possibilidade de concentração de renda é maior.

Neste conjunto de fatores, soma-se a atenção dada, em Lucas do Rio Verde, à criação de galinhas e ao ordenhamento de vacas leiteiras, que são atividades típicas de pequenos agricultores e que também geram renda.

Considera-se importante ainda como elemento explicativo a ampliação do mercado de trabalho mediante a abertura de empresas, que também contribui para que haja uma regularidade nos rendimentos, atraindo inclusive parte da população local que ou não faziam parte da população economicamente ativa ou então estavam desempregados ou sub-empregados. Além disso, há que se considerar que Lucas do Rio Verde teve, entre os anos de 1991/2000, uma taxa anual de crescimento populacional de 12,62 %, ao passo que Nova Mutum teve um índice de 9,48 % e Sorriso, por sua vez, 9,94 %. E como a população é atraída por possibilidades de ganhos, tem-se como indicativo que estavam conseguindo uma inserção na economia local.

Ou seja, muito embora os três municípios apresentem dinâmicas econômicas e sociais bastante próximas, acredita-se que no conjunto, os elementos pontuados contribuem para alterar o grau de concentração de renda.

A partir dos referenciais explicitados, pode-se dizer que o processo de modernização da agricultura desenvolvido no Brasil, materializado de forma específica em Mato Grosso, tendo como ponto de análise os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, ao submeter-se à lógica dos Complexos



Agroindustriais, que se popularizam em solo nacional como agronegócio, é, antes de tudo, a subordinação da agricultura ao capital. E conforme pontua Amin (1986), a mesma se dá em escala mundial. E é preciso acrescentar, numa divisão racional do trabalho, também em escala global.

Há assim, uma intervenção do capital dominante no próprio processo da agricultura, e este capital, do complexo industrial e comercial alimentar, posicionado enquanto avalista dos produtores rurais

[...] impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, através da padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração das redes de coleta e comercialização. [o produtor] Não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer, e depois vende uma parte disso. (AMIN, 1986, p. 31).

Contudo, a despeito desse processo ser global, não individualizado, é preciso se ter em conta que tal dinâmica é histórica e que se desenvolve em países e em suas regiões a partir de condições determinadas.

Nesse sentido, no caso brasileiro, há que se considerar que a aliança estabelecida entre os donos do capital e os grandes proprietários fundiários, contribui para que o Estado estabeleça uma linha de ação favorável a um processo simultâneo de concentração de renda e de propriedade da terra, o que provoca índices altíssimos de exclusão social, propiciando ainda que o processo de modernização agrária, profundamente vinculada ao processo de desenvolvimento capitalista engendrado externamente, seja profundamente seletivo tanto entre regiões, produtos quanto entre classes sociais.

Assim, o caráter histórico de dependência a outros centros hegemônicos, em geral com consentimento e usufruto da situação pela elite política e econômica interna, contribuiu para que em tempos recentes, década de 1990, o país aderisse a um programa neoliberal de desmonte da coisa pública, bem como adesão às leis de mercado onde, entre tantas outras consequências, se estabeleceu como prioridade produzir produtos primários para exportar, a despeito de qualquer outro referencial de desenvolvimento do país.

Neste processo se acelerou a modernização capitalista no campo sem solucionar a questão agrária nacional.

É preciso rememorar ainda que a modernização no campo tem sua forma mais explícita e densa sob a ditadura militar, que ao reprimir qualquer voz

discordante, impôs um modelo de desenvolvimento calcado no crescimento econômico geral, mesmo que isso não gerasse distribuição de renda.

Entende-se assim que a partir de tais elementos, Mato Grosso é portador de uma relação funcional no projeto econômico e político nacional, o que se traduz num direcionamento por parte do processo histórico mato-grossense.

Entretanto, o emblema de vazios demográficos e terra de oportunidades se revelam frágeis. Índios sobreviventes, quilombolas, caboclos, camponeses e migrantes de projetos governamentais diferenciados, se excluem do projeto proposto, seja por resistência, falta de possibilidades materiais ou então por não adequarem-se ao perfil exigido. Neste sentido, se forma um Mato Grosso paralelo a modernidade que se anuncia.

Sendo assim, “constroem-se” porções dinâmicas no território mediante forte apoio financeiro e jurídico por parte do Estado. Para tal, atraem-se o capital e migrantes que embora excluídos de um outro processo no sul do país, têm algum capital e a disposição de serem proprietários de médias e grandes porções de terras para a produção agrícola.

Uma vez instalado o capital e garantido os sujeitos com o perfil adequado, a adesão aos mecanismos do modo de produção capitalista não encontra localmente muitas resistências, pelo contrário. Mesmo porque, a própria dinâmica local depura este processo e procura excluir os “não aptos”, “os fracos”, “os vagabundos”.

O Estado tem papel de destaque nesse processo. Induz, mediante subvenções ou desestímulos, o que produzir, como produzir, o quanto produzir. Este mesmo Estado atua como garoto propaganda bajulador do capital, visando atraí-lo via generosos incentivos fiscais para que atue tanto a jusante quanto a montante desse processo, integrando-se num complexo produtivo onde as funções já estão previamente definidas. Contudo, tal processo é dinâmico, contraditório, tenso e conflituoso.

A modernização da agricultura ao potencializar o tempo do trabalho mediante avanços técnicos científicos, operacionais e organizacionais produz mais mercadorias, que no circuito comercial capitalista contribui para o desenvolvimento de mercados até então inexistentes. E no capitalismo globalizado há todo um processo competitivo que coloca países produtores sempre na expectativa de que

ou haja boas safras também em outros lugares e o preço dos produtos caia provocando prejuízo, ou então algum empecilho, seja de ordem natural, social ou biológica apareça para os competidores internacionais. Assim o preço da mercadoria sobe e se tem bons ganhos. E há ainda quebra de safra no plano interno, que se constitui em vantagem para produtores externos.

Países como o Brasil, que já tem um histórico de subordinação econômica e política junto a centros hegemônicos, não obstante ficar a mercê das chamadas “leis do mercado”, também se subjugam aos monopólios, pois a modernização da agricultura, que se insere na dinâmica dos Complexos Agroindustriais, tem uma profunda dependência de insumos, indústrias processadoras e intermediários comerciais, e como o agronegócio brasileiro tem seu papel vinculado na produção em si, “dentro da porteira”, todo o restante “antes da porteira” e “depois da porteira” é dominado por conglomerados econômicos, não raros com sede em outros países, o que provoca uma drenagem da riqueza gerada.

A partir de tal desencadeamento, muitos produtores buscam refúgio em financiamentos públicos e privados, que se por um lado mantém a dinamicidade do processo, por outro, a cada safra, proprietários perdem suas colheitas, máquinas e terras. Ou seja, o agronegócio a cada ano bate novos recordes de produção, no entanto quanto mais riqueza e circulação de capital se gera, mais dependência se estabelece junto ao capitalismo global.

Nesse sentido, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, e alguns outros municípios de Mato Grosso com o mesmo perfil sócio-histórico, enquanto protagonistas do agronegócio, produzem índices econômicos que destoam do restante do estado ao mesmo tempo em que ofuscam outras perspectivas de desenvolvimento mais equitativas socialmente.

Por outro lado, no interior destas localidades, o alto volume de capital circulante dá a ilusão de que há riqueza para todos. E conforme se desenvolve este processo e, se impõe cada vez mais recordes de produtividade, o que se verifica é que a riqueza gerada com o agronegócio cada vez mais se concentra.

## **4 A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO AGRONEGÓCIO: AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES**

É possível afirmar que ao final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), os Complexos Agroindustriais, popularmente conhecidos como agronegócio, já se constituem numa realidade inserida no contexto nacional, apesar de forma seletiva e desigual, tanto em relação a produtos, regiões quanto a sujeitos partícipes.

Contudo, como os mesmos são desdobramentos de um projeto de modernização da agricultura induzido e promovido quase em sua totalidade a partir dos governos militares, em 1964, porém continuado sob os governos de Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC, sendo que sob os três últimos presidentes, principalmente os dois Fernandos, o mesmo se deu sob uma orientação neoliberal, não é sem expectativa que se aguardava a posse de Luis Inácio Lula da Silva em 2003, eleito com votos maciços dos movimentos populares.

Tal expectativa se dava quanto uma possível alteração dos rumos da política econômica e social que privilegiava a exportação agropecuária e mineral com o intuito de equilibrar a balança de pagamentos em detrimento de uma política voltada à geração e distribuição de renda para a maioria da população.

A partir deste quadro, este capítulo procura explicar e compreender como o agronegócio dinamizado em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso no período compreendido entre os anos de 2003 até a atualidade, agora consolidado, participa da construção social destes lugares e se tal construção é promotora de desenvolvimento. E ainda, em que base tal processo se dá e que contradições o mesmo explicita.

### **4.1 A consolidação do agronegócio no contexto nacional e mato-grossense**

Uma vez consolidado o projeto de cunho neoliberal, o Brasil entra no século XXI demarcando claramente, conforme indica Filgueiras, *et al.* (2010), cinco

dimensões da organização econômico-social e política que o identifica como um seguidor periférico do modelo que ora se pautava.

A primeira dessas dimensões diz respeito à relação capital-trabalho. Ou seja,

A reestruturação produtiva das empresas - privadas e públicas-, através da reorganização dos seus processos de produção, com a introdução de novos métodos de gestão de trabalho e de novas tecnologias, teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho. (FILGUEIRAS, et al., 2010, p. 40).

Além disso, contribui para o quadro, a abertura comercial e financeira da economia e a estagnação econômica do país nas décadas de 1980 e 1990.

Resultaram de tal contexto altas taxas de desemprego, além de uma generalizada precarização das condições de trabalho, que foram desde processo de terceirização, aumento da informalidade, ampliação da modalidade “serviços temporários”, prolongamento ou diminuição de jornada de trabalho, conforme circunstâncias, e redução de benefícios trabalhistas já conquistados. Tais mudanças por sua vez contribuíram enormemente para um enfraquecimento do movimento sindical que passou a se movimentar basicamente em ações defensivas. Nesse sentido, este novo jogo de forças pode ser considerado um dos pilares do modelo neoliberal, pois redefine “[...] radicalmente, a favor do capital, a correlação de forças políticas.” (FILGUEIRAS, *et al.*, 2010, p. 41).

Outra dimensão que impulsiona a tomada de rumos neoliberalizantes no país são as mudanças nas relações intercapitalistas. Aprofundou-se a financeirização da economia contribuindo para o fortalecimento econômico e político dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais. Neste contexto, grandes grupos comerciais e industriais passaram a constituir suas próprias agências financeiras.

Radicalizou-se o processo de centralização de capitais, através de aquisições, incorporações e fusões de empresas, paralelo a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira. E destaca-se neste processo o fortalecimento do agronegócio que, dado o seu grande potencial exportador, adquire uma importância estratégica para o país. (FILGUEIRAS, *et al.*, 2010).

A terceira dimensão que se destaca nesta análise refere-se a mudanças na inserção econômica internacional brasileira: “[...] o país passou, inicialmente, a ser importador líquido de bens e serviços, implicando em elevados saldos negativos na

conta de transações correntes do balanço de pagamentos.” (FILGUEIRAS, *et al.*, 2010, p. 43). E para financiar tal desequilíbrio lançou-se mão de um arrojado ciclo de privatizações de empresas públicas, além de aquisições de empresas nacionais via capitais estrangeiros e fluxos internacionais de capitais.

Entretanto, frente a várias crises internacionais, tais medidas foram reorientadas, levando o governo a adotar políticas que visavam um aumento de exportações. E nesse sentido, com o parque industrial nacional fortemente despreparado para enfrentar tal desafio, é o agronegócio que aparece como tábua de salvação.

Não menos importante neste novo quadro sócio-econômico e político brasileiro é a dimensão que se refere às mudanças na estrutura e financiamento do Estado. Com a quebra de vários monopólios estatais, privatizações de empresas públicas, desnacionalização da economia e de centralização de capitais, além de uma ampla reforma administrativa, o Estado enfraquecera assim sua possibilidade de planejar, regular e induzir a economia brasileira. Isto implica em dizer que a subordinação do país aos interesses do capital financeiro dado a livre mobilidade de fluxos de capitais “[...] redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classes no interior do Estado.” (FILGUEIRAS, *et al.*, 2010, p. 45).

A quinta dimensão que se destaca neste quadro explicativo é o enfraquecimento dos espaços políticos da sociedade, que faz com que a economia passe a pautar as ações dos sujeitos que, por sua vez, subordinam-se ao chamado mercado.

Orientando-se ainda por esta análise, o que se observa é que todas essas mudanças tiveram o efeito de “[...] atualizar, radicalizando-a, a dependência tecnológica e financeira do país, agravando a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do Estado.” (FILGUEIRAS, *et al.*, p. 46).

Nesse quadro de instabilidades, em nome de um equilíbrio na balança de pagamentos o país passa a conviver com uma perspectiva econômica, política e social pautada fortemente pela agenda do agronegócio que se autodefine como o setor que “carrega o Brasil nas costas”.

Contudo, a partir de 2001 e 2002, o contexto internacional começa a se reverter, e neste contexto, o eleitor brasileiro opta por eleger Luis Inácio da Silva,

(Lula), por dois mandatos (2003 – 2010), que oriundo do meio sindical e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, emite um discurso que destoa criticamente da política econômica e social neoliberal impetrada por FHC, que saíra criticado inclusive pelo empresariado brasileiro.

Oferecendo ao país uma proposta de governo diferenciada, porém sem romper contratos já realizados, Lula chega ao poder respaldado pelos movimentos sociais buscando construir um novo pacto político visando o desenvolvimento nacional.

Na esfera das relações intercapitalistas houve uma inovação. Através do fortalecimento do Estado enquanto agente econômico e político, particularmente pelas ações dos bancos oficiais, empresas estatais e fundos de pensão, se respaldou os grandes grupos nacionais, tanto na esfera produtiva quanto na financeira. Isto implica em afirmar que “O Estado retoma um terreno perdido nas décadas anteriores e estabelece uma aliança entre capital privado e estatal nacional arbitrada no limite pelo próprio presidente.” (FILGUEIRAS, *et al*, 2010, p. 50).

Já no plano internacional, buscando novos parceiros comerciais, tendo a China como grande comprador de produtos agrícolas e minerais, as exportações cresceram fortemente, favorecendo assim a balança de pagamentos. No entanto há que se dizer que o país não alterou sua posição de importador de produtos com alto conteúdo tecnológico, principalmente componentes, e bens de capital.

No plano político, respaldado por bons resultados econômicos que tinha no fortalecimento da junção do capital financeiro com o capital produtivo, via aumento de crédito e parcerias em megaprojetos, a figura presidencial de Lula descola-se do plano partidário, arbitrando as questões tanto de cunho político quanto econômicas e sociais. E é nesse processo de personalização da figura presidencial, superposta inclusive ao poder legislativo, que se construíram as “[...] condições necessárias para a condução do processo de acomodação do bloco de poder dominante, alcançando-se o consenso através da obtenção da confiança do grande capital e do consentimento dos setores subalternos.” (FILGUEIRAS, *et al*, 2010, p. 51).

Isto significa que sob este governo não há uma alteração radical das bases estruturais sociais, políticas e econômicas sob as quais assenta o país.

Todavia, com o fortalecimento e o retorno do Estado ao centro das decisões econômicas e políticas e como forte agente regulador do mercado, aliado a perspectivas favoráveis no plano internacional, o país reduziu sensivelmente sua vulnerabilidade externa, melhorou radicalmente seu saldo da balança comercial e diminuiu sua dívida pública externa aumentando substancialmente suas reservas internacionais.

No que diz respeito à relação capital-trabalho, respaldado pelos movimentos sociais, muito embora não se tenha diminuído o ritmo do processo de precarização do mundo do trabalho, impetrou-se uma política de geração de empregos e de aumentos reais de salário, além de trazer para a sociedade monetarizada um grande contingente de pessoas através do programa Bolsa Família. Fortaleceu-se a formação profissional e ampliou-se a linha de crédito para os trabalhadores, particularmente através do crédito consignado. Atacou-se ainda o grande problema nacional que é a falta de moradia, através de crédito para praticamente todas as faixas de renda visando o financiamento da casa própria.

Já no que se refere ao chamado mundo rural, o projeto de reforma agrária não teve o ritmo esperado. Em sintonia com uma política conciliadora, não se alterou a força econômica e política já alcançada pelos agentes do agronegócio, pelo contrário, a mesma fortaleceu-se ainda mais, haja vista que além de manter todos os benefícios já conquistados, houve um aumento de crédito, renegociações de dívidas e, por intermédio do chamado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a logística para o setor foi melhorada sensivelmente.

Porém, mesmo com todo o esforço para a construção de um consenso social, não havia como impedir que se explicitasse um fosso intransponível naquilo que se refere à questão agrária brasileira. Um exemplo disso é a forma como se concebia tanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, (MDA), quanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, (MAPA).

Muito embora já viesse do período de FHC uma divisão qualitativa entre estes dois ministérios, nos governos de Lula tal institucionalização toma contornos que explicita antagonismos historicamente construídos e de difícil conciliação. A própria escolha dos ministros já no primeiro mandato se apresentou de forma emblemática. Se por um lado a frente do MDA estava Miguel Rossetto, oriundo de um governo popular no RS com tradição de diálogo com os movimentos sociais, já a frente do



MAPA encontra-se Roberto Rodrigues, uma espécie de ícone do agronegócio brasileiro.

Reafirmando um discurso por parte dos porta-vozes do agronegócio de que a agricultura brasileira é uma só e não comporta uma divisão política, não foi sem resistência que os mesmos aceitaram a promulgação da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.”

Nesse sentido, apesar de toda dificuldade política e conceitual em torno da matéria, definiu-se no artigo 3º que

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 2º São também beneficiários desta Lei

I – silvicultores [...];

II – extrativistas [...] excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

III – aquicultores [...];

IV – pescadores [...];

V – povos indígenas [...]; (Incluído pela Lei 12.512 de 2011)

VI – integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais povos tradicionais [...]. (BRASIL, Lei 11.326, 24/07/2006).

Observa-se ainda em tal texto, que para se beneficiar das políticas para o setor, há necessidade que se atenda, minimamente os incisos I, III, e IV do caput do artigo 3º. E como um dos grandes problemas para esse segmento se constitui em como garantir uma renda suficiente para que o mesmo se mantenha no campo, procurou-se equacionar esta situação tanto através de ampliação de linha de crédito específica e incentivo a criação de cooperativas, quanto através de dispositivos legais, como, por exemplo, a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na

Escola aos alunos da educação básica [...]”. Neste texto se estabelece em seu artigo 2º (São diretrizes da alimentação escolar)

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; (BRASIL, Lei 11.947, 16/06/2009).

Já no artigo 14º se especifica que

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, Lei 11.947, 16/06/2009).

Diante de tais instrumentos legais é possível afirmar que há um reconhecimento por parte do Estado sobre a existência de um fosso social existente no tocante a questão agrária e agrícola brasileira.

No entanto, conforme indica Ianni (1982), no modo de produção capitalista, muito embora haja todo um aparato ideológico para que o mesmo se apresente como uma expressão harmônica da sociedade, o mesmo é de fato a expressão nuclear do regime, ou seja, “O Estado precisa ser compreendido, simultaneamente, como uma ‘colossal superestrutura’ e o ‘poder organizado’ de uma classe social em seu relacionamento com as outras.” (IANNI, 1982, p. 60).

Neste sentido, o Estado se coloca entre o interesse público e o interesse privado como um mediador. Contudo, tal mediação não se sustenta, haja vista que o mesmo é fruto da própria contradição política que surge entre estes dois interesses, o que implica numa disposição prévia de ser um instrumento da classe que domina política e economicamente o país.

Logo, muito embora se possa dizer que a presidência do país nas mãos de um trabalhador eleito pelo conjunto da sociedade abra possibilidades de avanços em várias frentes, os limites se colocam de forma clara. Isto implica em dizer que, na medida em que o Estado já se mostra estruturado em sua composição e concepção,

[...] o chefe de Estado pode ser um aventureiro, preposto ou oriundo de outra classe que não a dominante, ou bloco de poder que detém o poder estatal. A forma pela qual o poder estatal burguês se constitui o torna intrínseca e necessariamente um órgão da burguesia. (IANNI, 1982, p. 64).

Assim, mesmo que se reconheça que tenha havido uma diminuição nos índices da miséria social brasileira no período pós FHC, e que o Estado, até para se

manter, não responde exclusivamente aos interesses da classe dominante, e que em certos momentos, como o analisado, dê uma atenção diferenciada a várias necessidades de outras classes sociais que não a dominante, não se pode negar que em última instância “[...] a conciliação tanto propicia a continuidade e aceleração da produção de mais-valia como permite contornar o agravamento das contradições de classes além dos limites convenientes à vigência do regime.” (IANNI, 1982, p. 67).

Exemplo disto é a reforma agrária esperada neste governo. As desapropriações de terras ficaram quase que praticamente impedidas dado a dispositivos jurídicos. As que ocorreram, em grande parte foram em terras que já eram da União e estavam griladas. Já as legalizações de posses e acampamentos avançaram. Contudo, no bojo legalizaram-se também grandes extensões de terras griladas mediante violência.

E se por um lado definiu-se uma política para os agricultores reconhecidamente familiares, avançando na questão de crédito e possibilidades de geração de renda, por outro lado, no setor do agronegócio em nenhum momento tais avanços significaram qualquer ameaça, como exemplifica a tabela 30, que se refere à distribuição de recursos para as atividades agropecuárias em geral.

**Tabela 30:** Distribuição nacional de recursos para atividades agropecuárias: 2001 - 2010

ANO	AGRICULTURA* FAMILIAR	%	AGRONEGÓCIO*	%	TOTAL*
2001/2002	4,19	20,75	16,00	79,25	20,19
2002/2003	2,30	10,60	19,40	89,40	21,70
2003/2004	4,50	14,22	27,15	85,78	31,65
2004/2005	7,00	17,72	32,50	82,28	39,50
2005/2006	9,00	16,87	44,35	83,13	53,35
2006/2007	10,00	16,67	50,00	83,33	60,00
2007/2008	12,00	17,14	58,00	82,86	70,00
2008/2009	13,00	16,67	65,00	83,33	78,00
2009/2010	15,00	13,95	93,50	86,98	107,50

Fonte: Moura, Lino, 2010. \*Valores em bilhões de reais

Não obstante esta diferença de recursos destinados para a agricultura familiar e para o agronegócio, o número de estabelecimentos considerados familiares representa 84,4 % (4.367.902), num universo de 5.175.489 estabelecimentos, conforme indica o Censo Agropecuário 2006. No entanto, em relação à área, as propriedades caracterizadas como agronegócio detêm 75,7 % do total. Já em

relação ao pessoal ocupado, 12,3 milhões de pessoas (74,4 %) se ocupam da agricultura familiar contra 4.2 milhões (25,6 %) que se dedicam à agricultura caracterizada como agronegócio. (IBGE, 2006).

A despeito deste quadro, há que se considerar, no entanto, que diante do fato do agronegócio brasileiro ter como característica básica a integração com capital que, não raro, tem uma conexão internacional, a aliança que o Estado fez e faz com os complexos agroindustriais acaba por gerar um compromisso histórico onde uma ruptura de tal aliança que o subordina só seria possível mediante um movimento social, político e econômico radical. E nesse sentido, as forças sociais populares, salvo algumas exceções, não têm colocado em seus programas a revolução como objetivo viável.

Já no que diz respeito ao estado do Mato Grosso, que tem a partir de 2003 como governador o Sr. Blairo Maggi, um dos maiores produtores de soja do planeta, o mesmo consolida sua vinculação com o agronegócio, tornando oficial que

A despeito de algumas projeções conservadoras, o Estado que lidera a expansão do agronegócio no Brasil continuará sua trajetória ascendente consolidando a posição de grande produtor de alimentos. A base da economia regional é e continuará sendo o agronegócio. (MAGALHÃES, Yenes de Jesus, 2004)<sup>17</sup>.

Contudo, sem questionar se é real ou não a afirmação que o agronegócio é o carro chefe da economia estadual, há que se destacar que, embora haja uma ideia geral que tal vinculação se concentre na atividade produtiva, ou “dentro da porteira”, conforme se percebe pela tabela 31, se verifica, contudo, que é o setor de serviços, ou de intermediações, que acaba por absorver um índice maior do capital gerado na atividade agropecuária.<sup>18</sup>

Por outro lado, há que se fazer notar, também, que após o ano de 2004 este setor apresenta uma queda em seu índice de participação na economia do estado. Tal fenômeno pode ser atrelado principalmente aos seguintes fatores: Queda na produtividade vinculada a fatores climáticos e incidência de pragas; oscilação

---

<sup>17</sup> - Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do estado de Mato Grosso.

<sup>18</sup> O setor de serviços, conforme classificação oficial, vincula-se de forma direta e indireta ao setor produtivo, haja vista que o mesmo é relacionado às seguintes atividades: Fornecimento de energia e água; serviço de manutenção e reparação; alimentação e alojamento; transportes; armazenagem e correio; serviços de informação; atividades imobiliárias e aluguéis; intermediação financeira; seguros e previdência complementar; administração, saúde e educação pública; serviços prestados à empresas; e outros. (SEPLAN-MT, 2010).

monetária dada à valorização/desvalorização do real frente ao dólar; oscilação do preço das *commodities* agrícolas.

**Tabela 31:** Mato Grosso: Participação do Valor Adicionado Bruto a Preço Básico, por Atividades Econômicas – 2002 - 2008 – em %

SETORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	29,73	31,77	35,35	32,17	25,27	28,12	28,63
Indústria	17,18	16,09	19,87	18,65	18,11	16,44	16,33
Comércio	10,96	15,42	13,73	14,04	13,40	14,57	17,49
Serviços	42,14	36,73	31,04	35,12	43,22	40,89	37,52
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEPLAN/MT/2011.

Não obstante a isso, no que se refere aos índices de exportação, verifica-se, na tabela 32, uma acentuada predominância de venda de produtos básicos *in natura* em detrimento de produtos industrializados.

**Tabela 32:** Evolução das exportações por fator agregado-MT- 2000 - 2008

ANO	PROD. BÁSICOS / PART. %	PROD. INDUSTRIALIZADOS / PART. %
2000	84,41	15,59
2001	87,63	12,37
2002	85,54	14,46
2003	83,13	16,87
2004	82,58	17,42
2005	83,77	16,23
2006	85,62	14,38
2007	85,41	14,59
2008	88,23	11,77

Fonte: SECEX/MDIC-SEPLAN-MT/2011.

Diante de tal quadro, é possível afirmar que, se por um lado não se pode negar a força produtiva do estado de Mato Grosso naquilo que se refere ao setor agropecuário, por outro lado também não se pode deixar de observar que esta mesma força tem uma base frágil, pois se pauta de forma significativa em produtos *in natura* de fácil manipulação de preços no mercado internacional.

E nesse sentido, há que se dizer ainda, que a chamada “base da economia mato-grossense” não tem demonstrado um comportamento regular, conforme ilustra a tabela 33. E isto não se dá somente em razão de fatores climáticos, mas principalmente dado a oscilações internacionais no mercado de *commodities*, e de câmbio.

**Tabela 33:** Taxa de crescimento anual do PIB a preços básicos por atividade econômica do estado de Mato Grosso – 2003 - 2008 – em %

<b>ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Total Estadual	3,72	16,08	5,12	-5,09	11,35	7,13
Agropecuária	3,71	22,15	9,27	-17,92	18,77	7,48
Indústria	7,92	13,35	5,05	3,74	10,70	5,39
Serviços	2,36	13,22	1,87	0,04	8,25	7,70

Fonte: IBGE:SEPLAN-MT/2011.

Em tal contexto onde o agronegócio é a principal referência oficial de desenvolvimento de Mato Grosso, não se conseguiu evitar a solidificação de um quadro de desigualdade econômica regional, conforme se verifica na tabela 34. Ou seja, é acentuada a diferença entre aquelas regiões que têm no agronegócio sua referência e as que estão à margem deste circuito, excetuando neste quadro a região da capital que por motivos geoeconômicos concentra a maior fatia de riqueza do estado.

**Tabela 34:** Produto Interno Bruto do estado e das microrregiões de Mato Grosso, em R\$ 1.000,00, a preços de mercado corrente – 2002 - 2007

<b>MICRORREGIÃO</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
TOTAL ESTADUAL	20.941.060	27.888.658	36.961.123	37.465.937	35.257.614	42.687.119
Aripuanã	539.960	706.349	1.000.717	1.038.006	1.339.416	1.339.416
Alta Floresta	429.015	500.281	617.664	690.939	718.317	836.753
Colíder	624.404	741.743	912.601	952.412	1.020.464	1.191.237
Parecis	1.763.562	2.343.886	3.349.636	3.382.207	2.813.746	3.471.038
Arinos	411.219	538.787	820.113	791.039	755.691	836.153
Alto Teles Pires	2.189.035	3.117.776	4.432.196	3.407.773	2.913.451	4.703.820
Sinop	936.432	1.346.541	1.942.018	1.914.453	1.684.102	2.034.886
Paranatinga	169.355	232.866	355.369	298.762	269.172	332.501
Norte Araguaia	466.609	545.435	686.520	900.106	901.542	978.709
Canarana	766.480	966.367	1.418.292	1.274.292	1.066.740	1.457.257
Médio Araguaia	396.489	495.722	585.293	628.115	654.313	711.140
Alto Guaporé	348.008	367.006	440.178	513.712	596.588	648.984
Tangará da Serra	919.691	1.109.010	1.249.107	1.329.257	1.453.730	1.703.569
Jauru	574.721	736.425	905.918	976.128	978.846	1.057.674
Alto Paraguai	118.247	152.557	184.466	172.315	189.806	219.859
Rosário Oeste	115.139	145.947	190.738	219.700	212.402	261.581
Cuiabá	5.259.965	6.885.655	8.706.336	9.351.466	9.351.466	10.549.286
Alto Pantanal	482.368	596.519	709.162	830.394	894.756	989.136
Primavera do Leste	1.168.937	1.564.556	2.098.306	2.314.090	1.647.393	2.322.244
Tesouro	357.338	477.259	651.152	588.388	503.199	649.359
Rondonópolis	2.414.328	3.305.857	4.331.055	4.478.658	4.036.465	4.948.824
Alto Araguaia	489.760	1.012.115	1.374.284	1.413.725	1.272.932	1.443.691

Fonte: SEPLAN-MT/2011.

Percebe-se ainda nesta tabela (34), que a microrregião do Alto Teles Pires, onde estão situados os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, mesmo que tenha tido anos ruins como os de 2005 e 2006, continua com um PIB muito superior a várias regiões do estado, atrás apenas de Cuiabá e Rondonópolis.

Assim, a suposta riqueza gerada pelo agronegócio desenvolvida em algumas regiões não tem sido distribuída para o estado como um todo. Nesse sentido, já se indicava, em passado recente, que o Mato Grosso tinha que rever o seu modelo de desenvolvimento, conforme atesta a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (2003, p. 16) quando indica que

[...] não é de estranhar que tenhamos chegado a 2003 pressionados pelo endividamento do passado recente superior a R\$ 6 bilhões, pela insuficiência de infra-estrutura viária, pelas pressões ambientais que acompanharam o crescimento econômico, pelas contradições sociais relativas às rendas regionais, pela qualidade de vida, pelo índice de desenvolvimento humano, pelas questões indígenas e pela estrutura fundiária. Tudo isso resultou em grandes desigualdades regionais.

Ou seja, admite-se oficialmente, que a história construída até então com a indução do Estado, a despeito do crescimento de Mato Grosso como um todo e de sua contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos do país, trouxe em seu bojo um quadro de desequilíbrios regionais. E, quando se consolida a “vocação para o agronegócio”, que se dá posteriormente a esta constatação oficial, a realidade não se altera, pelo contrário, cristaliza-se.

#### **4.2 A dinâmica do agronegócio em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso a partir de 2003 e a construção do desenvolvimento regional**

Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, municípios constituídos a partir de um processo contraditório, tenso e excludente, pautado pela modernização da agricultura brasileira, pela expulsão de pequenos produtores de algumas regiões, notadamente a região sul, iniciam a segunda década do século XXI já totalmente integrados ao circuito mundializado do capitalismo protagonizando funcionalmente os papéis de produtores intensivos de proteína vegetal, notadamente a soja.

Tal desempenho, materializado a partir de um processo histórico que, não obstante a dinâmica local envolvendo histórias de vidas tensas, que deu feições

particulares a cada um destes três municípios, foi induzido fortemente pelo Estado brasileiro.

Essa indução se referencia num projeto de desenvolvimento econômico, que subordina externamente o país a dinâmica capitalista comandada por alguns países hegemônicos, notadamente os Estados Unidos da América. Internamente, o mesmo se dá mediante a um arranjo político que condiciona qualquer projeto de nação a uma aliança com os mandatários rurais orientados para uma perspectiva de acumulação de poder político e econômico, cujo pilar é a defesa intransigente da propriedade e a marginalização e criminalização de qualquer movimento reivindicatório que tenha a reforma agrária como objetivo político, econômico e social.

Nesta dinâmica, a chamada modernização da agricultura se dá de forma desigual tanto naquilo que se refere à geração e socialização de riqueza quanto a absorção de inovações técnico-científicas, tanto em nível de Brasil quanto no contexto do estado de Mato Grosso.

Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso entre outros municípios, passam à condição de campeões de produtividade e de dinamismo econômico a partir do momento em que o projeto nacional desenvolvimentista se deteriora e o receituário neoliberal torna-se referência política e econômica de governo, fazendo com que haja um aprofundamento, aperfeiçoamento e consolidação no país de uma cultura de exportação de produtos do setor agropecuário.

Neste contexto, a questão que se coloca é: Que tipo de desenvolvimento é construído em realidades como as de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso que balizam sua dinâmica social a partir do chamado agronegócio? No interior desses municípios como é e a quem é distribuída a riqueza gerada por tal atividade? Que contradições sociais e históricas tal processo produz?

Num primeiro momento é preciso reconhecer que afirmar ou negar a possibilidade destes três municípios alcançarem ou construírem um projeto de desenvolvimento regional dinâmico, tendo o agronegócio como o principal referencial econômico e social, é preciso, antes de tudo, que se explicita com qual referencial de desenvolvimento se está trabalhando.



É preciso ter claro, primeiramente, que, tal qual indica Esteva (2000), a palavra desenvolvimento é carregada de conotações, sendo a mesma apropriada politicamente no decorrer da história contemporânea, principalmente a ocidental, geralmente vinculada ao modelo capitalista e que na linguagem coloquial, a mesma

descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou organismo, para que esse [o desenvolvimento] alcance sua forma natural, completa e amadurecida. Daí o seu uso metafórico do termo para explicar o crescimento natural de plantas e animais. (ESTEVA, 2000, p. 62).

No Brasil, tal conceito historicamente ganha força vinculando-se a ação estatal e a influência política e econômica norte-americana no pós-guerra com um viés claramente econômico cujos referenciais são principalmente a Renda *per capita* e o Produto Nacional Bruto. Assim, com um alto grau de concentração de riqueza e uma pobreza da população em geral quase generalizada, porém beneficiando-se da regra geral de sempre pegar o total da riqueza e da produção e dividir abstratamente para o conjunto do país, o Brasil foi galgado à condição de “em desenvolvimento”, ou então, não desenvolvido ainda.

Contudo, as críticas a esta fórmula de indicativo de desenvolvimento, fundamentada no crescimento econômico, que por sua vez é alavancado por avanços técnicos científicos em contexto urbano, se fizeram sentir de forma contundente, mesmo que tais parâmetros não tenham sido abandonados por instituições públicas e privadas.

Neste debate, numa perspectiva que coloca em dúvida a capacidade do planeta suportar um desenvolvimento homogêneo pautado pelos países industrializados, há a constatação de que os recursos seriam cada vez mais insuficientes para atender demandas cada vez mais crescentes.

Em 1987, num contexto em que o capitalismo passava por uma reestruturação de corte neoliberal, em que se questionava o papel do Estado como indutor econômico, a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente presidida por Gro Harlem Brundtland apresentou para a Assembleia Geral da ONU o documento “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum). Este ficou conhecido como “Relatório Brundtland”, que guardava pontos em comum, embora lapidados, com o chamado “ecodesenvolvimento” defendido ainda em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Nessa direção, o Relatório Brundtland indicava que o desenvolvimento é aquele que

[...] procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (SÚMULA RELATÓRIO BRUNDTLAND, (1987(?) p. 01).

Assim, preconizando que o desenvolvimento deve estar calcado tanto numa sustentabilidade ambiental, quanto econômica e sócio-política, tal relatório entre várias indicações explicita que a parte que cabe aos países no plano das relações internas é tomar as seguintes medidas: limitar o crescimento populacional; garantir a longo prazo os seus recursos básicos; garantir a preservação da biodiversidade e do ecossistema; diminuir o consumo de energia desenvolvendo tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; garantir que o aumento da produção industrial se dê com tecnologias ecologicamente adaptadas; buscar um controle da urbanização desordenada, além de uma integração entre campos e cidades menores; atender as necessidades básicas tais como saúde, escola, moradia. (SÚMULA RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987 (?)).

Enfim, desenvolver passa por crescer economicamente, porém de forma sustentada e articulada com as questões ambientais e sociais.

Ainda em resposta ao referencial de desenvolvimento que tem o crescimento econômico geral como parâmetro, mesmo porque o capitalismo no pós-guerra não conseguiu diminuir a pobreza do mundo, pelo contrário, o fosso se ampliou, no início da década de 1990, o economista paquistanês Mahbub ul Haq sistematiza o Índice de Desenvolvimento Humano, (IDH). Tal índice é adotado já em 1993 pela Organização das Nações Unidas, (ONU), mais particularmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), que visa identificar o estágio de desenvolvimento de um povo a partir de três referenciais básicos: a) Longevidade – que reflete as condições de saúde da população, medida pela expectativa de vida ao nascer; b) Educação – medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; c) Renda – medida pelo poder de compra da população, baseada no PIB *per capita*, ajustado ao custo de vida local.

E como referência de IDH, verifica-se que de 0,000<0,500 há a indicação de Baixo Desenvolvimento Humano, de 0,501<0,800 tem-se Médio Desenvolvimento Humano e de 0,801<1,000 alcança-se Alto Desenvolvimento Humano. Cabe lembrar

ainda que tais referências servem de base para se indicar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, (IDH-M), podendo as mesmas ser utilizadas de forma retroativa a data de sua criação. (ESTADO DE MATO GROSSO, 2009).

Também numa linha contestatória ao desenvolvimento focado apenas no econômico, nos idos de 1996 e 1997 o economista Amartya Sen (2002, p. 28-29) contribui para o debate indicando que

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora de vida que levamos e das liberdades que enfrentamos.

Ou seja, partindo do princípio que liberdade envolve tanto os processos que permitem liberdade de ações e decisões assim como as oportunidades reais que as pessoas possuem, de acordo com suas circunstâncias pessoais e sociais, este autor considera que através da expansão da liberdade é possível tanto evitar privações como ter acesso a bens materiais e culturais, quanto liberdade de participação política e expressão. Nesse sentido, as liberdades podem ser tanto constitutivas quanto instrumentais. (SEN, 2002).

Numa proposição prática, o autor estabelece que não há nenhum critério de desenvolvimento único, pois “Dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, frequentemente haverá argumentos em direções contrárias.” (SEN, 2002, p. 49). Entretanto, isto não se constitui em nenhum problema, pois não há um propósito de cobrir todas as situações possíveis, mas sim “[...] chamar a atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento.” (SEN, 2002, p. 49). Aspectos estes que podem ser trabalhados haja vista que

Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2002, p. 29).

Já Boisier (2006), indicando que uma concepção de desenvolvimento deve levar em conta mais atitudes do que conquistas materiais, desde que as necessidades básicas estejam satisfeitas, afirma que o mesmo é entendido como

[...] a obtenção de um contexto, meio, momentum, situação, âmbito, ou como se prefira chamá-lo, que possibilite a potenciação do ser humano para que ele se transforme em pessoa humana, na sua dupla dimensão biológica

e espiritual, capaz nesta última condição de conhecer e amar. (BOISIER, 2006, p. 69).

Isto implica em dizer, com o autor, que o desenvolvimento situa-se num patamar subjetivo, valorativo e endógeno, ou seja, “diretamente dependente da autoconfiança coletiva na capacidade para inventar recursos, movimentar aqueles já existentes e agir em forma cooperativa e solidária, desde o próprio território.” (BOISIER, 2006, p. 69).

Numa perspectiva contrária as anteriormente citadas, há ainda um posicionamento que desconsidera politicamente o desenvolvimento na medida em que o mesmo é visto como um instrumento político ideológico haja vista que “A metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma hegemonia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social.” (ESTEVA, 2000, p. 63). Assim, mediante um modelo imposto sob diversas formas, modelo este classificado de desenvolvimento, estabelece-se um padrão de condutas e objetivos delimitando inclusive o que é considerado necessidade básica.

Como contraponto e resistência a tal delineamento, o autor indica ainda que hoje há diversas comunidades que buscam uma outra lógica de vida e que

Dentro dos novos espaços coletivos, as necessidades são definidas por verbos que descrevem atividades que incorporam desejos, habilidades e interações com outros e com a natureza. As necessidades não são isoladas em “esferas” distintas da realidade: carências e expectativas de um lado, e fatores de satisfação do outro, dois extremos que só podem se unir com a mediação do mercado ou do plano. (ESTEVA, 2000, p. 78).

Após este rápido balanço ilustrando algumas concepções de desenvolvimento consideradas aqui significativas e possuidoras de fortes conotações políticas e práticas, se observa, contudo, que as mesmas quando confrontadas às realidades de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, mostram-se de certa forma insuficientes, senão vejamos.

Enquanto proposição de análise para tais realidades indica-se que não se pode desassociar o desenvolvimento de uma concepção conjunta de história e sociedade. Logo, propõe-se que se comece com a seguinte questão: O que vem ser a sociedade, qualquer que seja a sua forma?

Como referência de resposta, tem-se em Marx que a mesma é “O produto da ação recíproca dos homens” (MARX, 1963, p. 245). No entanto, tais relações não

são anárquicas. E o mesmo Marx (1963) ressalta que os homens não conseguem escolher livremente a forma social que lhes convém, pois,

A um nível determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos homens corresponde uma forma determinada de comércio e consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, correspondem formas determinadas de organização social, uma determinada organização da família, das camadas ou das classes; em resumo uma sociedade civil. A uma sociedade civil determinada corresponde uma situação política determinada que, por sua vez, nada mais é que a expressão oficial dessa sociedade civil. (MARX, 1963, p. 245).

Isto implica no entendimento que se por um lado os homens não dispõem livremente de suas forças produtivas, por outro lado, estas mesmas forças produtivas se constituem na base da história da humanidade. E Marx avança nesta explicação indicando que

[...] a história social dos homens nada mais é que a história de seu desenvolvimento individual, tenha ou não consciência disso. Suas relações materiais constituem a base de todas as demais relações. Essas relações materiais são apenas as formas necessárias sob as quais sua atividade material e individual se realiza. (MARX, 1963, p. 245).

Engels (1963), 54 anos depois dessas declarações, isto em 1890, em correspondência a Conrad Schmidt, desfazendo alguns mal entendidos acerca da concepção materialista da história ressalta que “[...] nossa concepção de história é, antes de tudo, um guia para o estudo e não uma alavanca destinada a erguer construções à maneira hegeliana. É necessário estudar novamente toda a história.” (ENGELS, 1963, p. 283). E nesse mesmo ano (1890), correspondendo-se com Joseph Bloch, Engels (1963, p. 284-285) complementa que

[...] Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. [...] Nós mesmos fazemos nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. [...] A história faz-se de tal modo que o resultado final decorre sempre dos conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais, cada uma das quais é o resultado de uma multidão de condições de existências particulares.

Alguns anos mais tarde (1894), o mesmo autor reafirma e complementa esta proposição em carta a Heinz Starkenburg reiterando que “São os próprios homens que fazem sua história, mas num determinado ambiente, de que são produto, e tendo por base relações efetivas que encontram já em vigor. Entre elas, em última instância, o papel decisivo cabe às relações econômicas.” (ENGELS, 1963, p. 299). Antes, porém, é salientado que

[...] o desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc, baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos eles reagem também, uns sobre os outros e sobre a infra-estrutura econômica.

Não se trata de que a situação econômica seja a causa, o único elemento ativo, e que o resto sejam efeitos puramente passivos à base da necessidade econômica que em última instância, termina sempre por impor-se. (ENGELS, 1963, p. 299).

Entende-se assim, que tal relação dialética é tensa, conflituosa e que a preponderância do econômico não torna a história pré-configurada, haja vista que “Os homens fazem sim, sua história, mas, até agora, fazem-na sem dispor ainda de uma vontade coletiva e de acordo com um plano coletivo, nem sequer dentro de uma sociedade determinada e de limites definidos. Suas aspirações se entrechocam.” (ENGELS, 1963, p. 299).

De forma mais específica, ainda em 1848, Marx e Engels redigem o “Manifesto do Partido Comunista”, que muito embora tivesse um propósito militante, os autores indicam nos prefácios de várias edições que o mesmo contém de forma clara alguns princípios que contribuem para entender como se dá a dinâmica da história, observando-se, porém, que

Seria necessário rever, aqui e acolá, alguns pormenores [e] que a aplicação prática dos princípios dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias históricas existentes, e por conseguinte, não se deve atribuir demasiada importância às medidas revolucionárias propostas no fim do segundo capítulo. (MARX, ENGELS, 2007, p. 18).

A despeito desta explicação, logo num primeiro momento, com um adendo de Engels no prefácio da edição inglesa de 1888, se explicita que a história escrita de todas as sociedades, é a história de luta de classes onde,

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma batalha ininterrupta, ora aberta, ora dissimulada, uma luta que terminava sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das duas classes em luta. (MARX, ENGELS, 2007, p. 47).

Sendo assim, a sociedade capitalista, ou então sociedade burguesa, não aboliu esta lógica, mas a repôs sob novas condições, sendo que neste contexto “A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.” (MARX, ENGELS, 2007, p. 48). Enquanto classe hegemônica, a burguesia para atingir esta condição desempenhou um papel revolucionário em que para manter-se enquanto tal

[...] não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, isto é o conjunto das relações sociais. [...] Essa revolução contínua da produção, esse constante abalo de todo o sistema social, essa agitação e essa insegurança perpétuas

distinguem a época burguesa de todas as precedentes. (MARX, ENGELS, 2007, p. 51).

A partir de tal premissa, percebe-se que, dialeticamente, na força da burguesia também se revela sua fraqueza, pois

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita instalar-se em toda parte, explorar em toda parte, estabelecer relações em toda parte.

Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia confere um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (MARX, ENGELS, 2007, p. 51).

Os autores prosseguem nesta análise indicando que esta força produtiva, contraditória, provoca crises cada vez mais intensas, ao mesmo tempo em que se dispõe de armas cada vez menos eficazes. Por outro lado, conforme indica Marx e Engels (2007, p. 54),

Na mesma medida em que a burguesia cresce, isto é, o capital, também se desenvolve o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, obrigados a se vender dia por dia, são uma mercadoria, um artigo de comércio como qualquer outro; e, por conseguinte, estão expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

Entretanto também fica claro, nesta análise, que o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento, indo desde a luta por sua própria sobrevivência, passando por direito ao trabalho e melhores condições do mesmo. E, dado a uma não união de classe, às vezes o mesmo perpetra lutas que não são suas e sim da burguesia. Contudo, neste contexto, somente o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. Por outro lado,

As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, todos eles combatem a burguesia para salvar da ruína sua existência como classe média. Não são, portanto, revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado: defendem então seus interesses futuros e não seus interesses presentes; abandonam seu próprio ponto de vista para adotar aquele do proletariado. (MARX, ENGELS, 2007, p. 58).

Entende-se assim que na dinâmica histórica, no embate histórico, enquanto o proletário não adquire uma consciência de classe, suas lutas são de cunho econômico e não político, pois beneficiam segmentos e não a maioria da sociedade, ao mesmo tempo em que, na medida em que outros segmentos sociais são empurrados cada vez mais à condição proletária, as mesmas vão engrossando lutas contra o capital, porém de forma pontual.

Há que se afirmar, contudo, que não obstante o caráter conservador de vários embates, os mesmos contribuem para politizar uma massa de despossuídos cada vez maior, tornando as lutas cada vez mais densas, explicitando cada vez mais que “A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição da existência do capital é o trabalho assalariado.” (MARX, ENGELS, 2007, p. 61).

A partir de tais indicativos, e atualizando-os com as contribuições de Chauí (2006), percebe-se que, aqui, o conceito de história é essencial numa análise social, e que o mesmo é definido a partir do entendimento do que seja modo de produção, ou seja, “[...] a determinação das forças produtivas pelas relações de produção e pela capacidade do processo produtivo de repor como um momento interno necessário aquilo que, de início, lhe era externo.” (CHAUÍ, 2006, p. 143).

Nesse sentido, ainda com o auxílio de Chauí (2006, p. 143), é possível e necessário operacionalizar o conceito de história a partir da distinção entre devir e desenvolvimento, sendo devir “[...] a sucessão temporal dos modos de produção ou o movimento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão repostas pelo novo modo.”.

#### Já o desenvolvimento

[...] é o movimento interno de um modo de produção para repor o seu pressuposto, transformando-o em algo posto; refere-se, portanto, a uma forma histórica particular, ou melhor, é a história particular de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade para repor internamente e por inteiro o seu pressuposto (CHAUÍ, 2006, p. 144).

Isto indica que o desenvolvimento é uma reflexão interna realizada pelo modo de produção de forma cíclica, retornando ao seu ponto de partida a fim de repor seus pressupostos.

No entanto, justamente porque se trata de uma reflexão realizada pela forma histórica, o retorno ao ponto de partida o altera, de maneira que o desenvolvimento não é um eterno retorno do mesmo e sim dialético, atividade imanente transformadora que nega a exterioridade do ponto de partida ao interiorizá-lo para poder conservar-se e, ao fazê-lo, põe uma nova contradição no sistema. (CHAUÍ, 2006, p. 144).

Entretanto há que se observar que, a partir de Marx, tanto o devir quanto o desenvolvimento são categorias pensadas dialeticamente juntas, e separadamente



não têm força operacional, pois o devir depende do desenvolvimento, e é no processo de desenvolvimento que se potencializa o devir, “[...] a forma completa termina quando, ao repor completamente seus pressupostos, põe uma contradição interna nova que ela não pode resolver sem se destruir. [...] O desenvolvimento completo revela a finitude da forma histórica e a expõe à infinitude do devir.” (CHAUÍ, 2006, p. 144).

Há que se pontuar, também, que este processo não está condicionado a um determinado limite temporal, pois depende das relações sociais de produção, contraditórias, travadas pelos sujeitos históricos na sociedade. Além disso, conforme ainda ressalta Chauí (2006, p. 144),

A força de um modo de produção não vem apenas de sua capacidade econômica para repor seus pressupostos, mas também de sua força para manter nos membros da formação social o sentimento de naturalidade desses pressupostos até que as novas contradições destruam tal sentimento e exibam a violência histórica do sistema.

Isto implica em dizer que ao se concordar que a sociedade é dialética, pois marca um movimento contraditório que a afirma e a nega ao mesmo tempo e os sujeitos protagonistas deste processo nem sempre têm consciência deste movimento, pois produzem a sua existência a partir de condições dadas, pode-se afirmar que no processo de desenvolvimento se verifica de um lado a classe hegemônica buscando manter controle sobre essa força imanente que traz em seu bojo implicitamente a contestação do *status quo* e, de outro lado, a grande maioria da população que por ainda não possuir uma consciência de classe, num movimento meio que desordenado e de forma não homogênea, tanto adere ao jogo desenvolvimentista buscando ampliá-lo, o que acaba por explicitar os seus limites, quanto o questiona na medida em que busca formas alternativas ao mesmo, ainda que não sejam projetos que revolucionem toda a sociedade, mas que no limite acabam por denunciar o caráter perverso do modo de produção capitalista.

Como exemplo empírico deste movimento acredita-se que o chamado “desenvolvimento regional” é emblemático.

Conforme já explicitado no primeiro capítulo, o próprio conceito de região, por refletir a dinâmica social e expor de forma clara o embate travado em prol de um projeto de sociedade, torna-se um conceito em disputa, embora haja um consenso que o mesmo seja um instrumento necessário para não se perder de vista uma visão

de totalidade. Por outro lado, este mesmo embate revela toda uma historicidade, pois, conforme indica Santos (2008, p. 246), as regiões se configuraram historicamente inicialmente a partir de processos orgânicos

[...] expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação. [...] a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente, em função de arranjos locais.

E conforme as relações sociais se tornam mais complexas, as regiões, também para estabelecer suas identidades, passam a incorporar novos elementos, assim como a sintetizar a complexidade social. Assim, no século XX, o capitalismo a fim de se afirmar e administrar suas contradições, processo esse também indicado no primeiro capítulo, imprime um ritmo cada vez mais veloz a sua forma de produção, velocidade essa que contribuiu para que “[...] a configuração regional do passado se desmoronasse”. (SANTOS, 2008, p. 246).

Assim, as regiões, neste contexto, cujas particularidades se dão em razão de suas coerências funcionais, não têm enquanto garantia um prazo específico de reconhecimento enquanto tais, passando a ser objetos de racionalidade prévia, o que indica que, neste contexto, o planejamento regional se torna num valioso instrumento da racionalidade e sobrevivência capitalista globalizada, conforme demonstra Tavares (2002)<sup>19</sup>.

Em tais circunstâncias, o chamado desenvolvimento regional é incorporado no rol de elementos estratégico de dominação hegemônica num mundo globalizado, sendo que a sua força, ironicamente, está justamente em não se deixar perder a noção de totalidade, haja vista que neste processo incorporou-se também a perspectiva de competição regional, a partir da qual todo o globo compete entre si, anunciando-se que dessa forma o capitalismo retoma seus princípios básicos de “deixar fazer, deixar passar”. Além disso, a partir da década de 1980 e 1990, conforme indica Ramiro Fernández, Amin, Ignacio Vigil (2009), com o avanço neoliberal sobre a economia e política mundial o desenvolvimento regional passa a se configurar de uma forma ortodoxa, rompendo com o modelo fordista que se fortalecia sob os estados nacionais e atuação direta do Estado como indutor direto e majoritário do desenvolvimento. Neste contexto, a região é eleita “como la nueva

---

<sup>19</sup> - Vide primeiro capítulo.

forma de organização productiva del capitalismo” (RAMIRO FERNÁNDEZ, AMIN, IGNÁCIO VIGIL, 2009, p. 21).

Absorvendo elementos como o de especialização flexível e flexibilidade na operacionalização de acumulação de capital, exemplificando aqui os casos dos Distritos Industriais, da Terceira Itália, do Vale do Silício, o Toyotismo, o fortalecimento da Zona Franca de Manaus, o desenvolvimento regional passou a significar uma competição sedimentada na especialização, no papel estratégico da inovação, no conhecimento e em aprendizagens coletivas. Desenvolvimento e competitividade passaram a se condicionarem mutuamente.

Constrói-se todo um arcabouço ideológico justificador de tal proposição definindo-se, conforme se verifica em RAMIRO FERNÁNDEZ, AMIN, IGNÁCIO VIGIL (2009), que Regiões e Localidades passam a ser analisadas e concebidas como instâncias cuja organização e desempenho não se fundamentam em estratégias individuais dos atores institucionais e econômicos, nem nas dimensões estritamente comerciais/econômicas de suas relações. Pelo contrário, Regiões e Localidades passam a ser examinadas a partir da capacidade articuladora e cooperativa desses atores, assim como a fusão retroalimentadora das dimensões socioeconômicas e institucionais que alimenta a ação coletiva a nível territorial.

Ou seja, o elemento coletivo, comunitarista e territorialmente arraigado se coloca como elemento explicativo do dinamismo, eficácia, flexibilidade e motivação, atributos imprescindíveis de desenvolvimento no mundo globalizado.

Neste construir discursivo e prático, a intervenção estatal é justificada se e quando a mesma for para garantir créditos, financiamentos, isenções de impostos, infraestrutura ou então normatizações que garantam rapidez e desimpedimentos burocráticos na circulação de capital, produtos e informações. E neste processo se inclui ainda a legalização da flexibilidade de normas trabalhistas. Institui-se assim, embora se discursive em contrario, a guerra comercial-produtiva de regiões.

Mas tal discurso mostra a sua falha, embora mantenha sua força, na medida em que se verifica que o processo competitivo regional não se dá num mesmo nível de correlação de forças. Toda a história do capitalismo se revela quando se verifica que há regiões industrializadas e regiões que são eminentemente agrícolas. Há regiões que servem de receptáculo de indústrias que precisam de mão de obra

barata e há regiões que se destacam por concentrar serviços altamente especializados. Há regiões que mandam suas riquezas minerais para outras a preços vis e regiões que se destacam por vender mercadorias de luxo. Mas isto não é competência, é um processo histórico de exploração e acumulação capitalista que se reorganiza e se flexibiliza para manter a sua força.

Neste sentido, a divisão internacional do trabalho adapta-se em divisão regional do trabalho, provocando crescimentos econômicos desiguais tanto entre países quanto em seus próprios interiores. O capital por sua vez, se torna mais ágil podendo tanto emprestar um dinamismo sem precedentes a uma região, quanto torná-la miserável de uma hora para outra.

Entretanto, dado ao caráter contraditório do desenvolvimento histórico do capitalismo, todo o processo descrito, potencialmente pode levar a reações populares que rejeitam a desigualdade social perpetrada e sinalizam que outro caminho é possível.

E é justamente por identificar esta dinâmica contraditória que traz em si possibilidades de um vir a ser que se concorda com Santos (2008, p. 246) quando o mesmo reafirma que no momento histórico no qual passa a humanidade, “As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam.” Entretanto, esta condição também pode se revelar como uma oportunidade histórica, ou seja, “Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome.” (SANTOS, 2008, p. 246).

Ou seja, num primeiro instante se explicita que na atualidade “As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição.” (SANTOS, 2008, p. 285). E a partir desta perspectiva verifica-se que tal racionalidade externa tem um efeito de solidariedades locais, diminuindo o poder de gestão da vida local.

Contudo, esta não é a única racionalidade que age, pois num processo dinâmico, novamente recordando Santos (2008) quando o mesmo nomina duas forças que simultaneamente agem sobre os lugares, as verticalidades e as horizontalidades, a hegemonia de um modelo de desenvolvimento sobre uma região

não leva ao desaparecimento de contrapropostas, muito embora tenha o poder de relegá-las a espaços alternativos e de difusão restrita.

Fica claro, assim, que, muito embora os sujeitos sociais dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso recebam e encampem um desenvolvimento engendrado externamente que os submetem a uma lógica social vinculada à dinâmica do capital de origem externa, tanto para produzir quanto para vender seus produtos, em suas cotidianidades, as contradições deste processo os obrigam a reagir, seja de forma conservadora exigindo um ajuste no processo, ou então questionando o processo e aventando um outro caminho.

Porém, internamente a sociedade não é homogênea e nem democrática no que diz respeito a sua riqueza. Nem todos se beneficiam num mesmo patamar dos possíveis benefícios gerados por um desenvolvimento fundamentado no agronegócio e nem todos sentem com o mesmo peso as desventuras do mesmo. Nestes municípios, em consonância com o modo de produção capitalista, a sociedade é dividida em classes, mas esta divisão não aparece socialmente de forma tão explícita e se isso ocasionalmente se explicita, a mesma nem sempre tem sentido de negatividade.

E não obstante a isto, pelo fato destes municípios possuírem muitos pequenos e médios proprietários de terras, razões e lógicas classistas às vezes se confundem. Os mesmos se veem num mesmo patamar social, identificando-se como patrões, o que indica que as crises do capitalismo são vistas como crises que afetam a todos indistintamente e da mesma maneira. Mas isto não anula o fato que “Paralelamente, forças centrípetas e forças centrífugas atravessam o território, como tendência ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas.” (SANTOS, 2008, p. 286).

Isto significa que num mesmo processo, há tanto uma afirmação do desenvolvimento proposto pelo agronegócio, quanto uma negação deste mesmo processo gerado por suas próprias contradições, podendo ainda haver manifestações que indicam inconformidade com este modelo.

### 4.3 Afirmações e negações do desenvolvimento baseado no agronegócio

Ao se propor estudar que o fenômeno do desenvolvimento deve-se pautar por uma análise dialética, que por sua vez permite explicar e compreender as relações materiais de sujeitos historicamente determinados, verifica-se também que tal proposição submete-se às suas características ou suas leis, conforme destaca Besse, Caveing (1954), ou seja: 1) Tudo se relaciona; há uma Lei da Ação Recíproca e da Conexão Universal, onde tanto nos fenômenos da natureza quanto nos da sociedade há um princípio de unidade, sendo que os mesmos ligam-se organicamente dependendo uns dos outros e se relacionam reciprocamente; 2) Tudo se transforma; Lei da Transformação Universal e do Desenvolvimento Incessante, os fenômenos são vistos num estado de movimentos e mudanças perpétuas de renovação e desenvolvimento incessante onde tudo nasce e se desenvolve, se desagrega e desaparece; 3) Lei da Mudança Qualitativa; Todo fenômeno passa por uma transformação qualitativa ou seja, de estado. Contudo, tal mudança associa-se a uma outra que é a mudança quantitativa, que por sua vez determina quando é que ocorre a mudança qualitativa; 4) Lei que estabelece a Luta dos Contrários; Todo fenômeno traz em seu processo interno a própria negação de sua situação atual, que por sua vez estabelece uma nova identidade numa unidade entre os contrários. Tal identidade é inovadora que, por sua vez, submete-se ao mesmo princípio. Entretanto, esta Lei comporta dois momentos: o antagonismo e a contradição. Ambos não são uma só e mesma coisa. Ou seja, toda forma de movimento traz em si a sua contradição. O antagonismo, por sua vez, é a manifestação mais aguda, um momento da contradição. Nem todo processo dialético apresenta antagonismo e nem todo antagonismo é dialético.

A partir de tais referências, o que se pode afirmar é que a explicação e compreensão do fenômeno do agronegócio só são possíveis se o mesmo for contextualizado historicamente, a partir de sujeitos territorialmente definidos em relações sociais contraditórias. Logo, o agronegócio, enquanto fenômeno construído socialmente, tem, no Brasil, características inerentes ao seu contexto, muito embora não se desvincule, pelo contrário, se subordine a uma realidade maior, a do modo de produção capitalista.

Assim, deve-se levar em conta que a forma como o Brasil rompe com seu modelo social pautado na escravidão, a partir de meados de 1850, onde a elite econômica e política do país transfere um poder que se pautava na sujeição do negro para um domínio sobre a terra, acabou por estruturar e condicionar historicamente as relações sociais no país.

Por outro lado, a formação de uma burguesia brasileira, a partir de um processo de industrialização e urbanização nacional que se dá de forma atrelada a tais antecedentes históricos é elemento de destaque. Ou seja, a burguesia nacional, diferentemente do modelo clássico europeu, não se consolida a partir de um rompimento com o chamado conservadorismo rural, pelo contrário, agrega-se a ele ao não propor uma reforma agrária ao mesmo tempo em que constrói alianças políticas que têm no trabalhador pobre, seja urbano ou rural, um sujeito a se cooptar, explorar ou então combater como subversivo.

Neste sentido, quando o discurso desenvolvimentista, pautado no modelo capitalista, tendo a frente os Estados Unidos da América, insere-se na agenda política brasileira a partir do final dos anos de 1940, o mesmo aponta para um modelo de crescimento econômico embasado na exportação de produtos primários.

Contudo, os limites estavam dados. A elite rural e urbana brasileira situada numa zona de conforto não acompanhara as demandas do mercado, nem internamente nem externamente. Zona de conforto esta que não obstante desconsiderar a necessidade de impor um dinamismo na produção nacional, também desconsiderava a necessidade de atender questões básicas referentes ao mundo do trabalho, seja urbano, seja rural.

E quando tal realidade toma contornos insustentáveis para a vida nacional, tanto do ponto de vista econômico, quanto político e social, o golpe militar em 1964 apresenta-se como proposição de solução e agente político principal para “destravar” a conjuntura construída pelas elites.

Incorporando um discurso desenvolvimentista construído mediante referências de consultores norte-americanos, os militares, preservando e ampliando os privilégios da elite nacional, inserem o país num projeto de crescimento econômico, que no contexto equivale a desenvolver-se, referenciado na modernização da agricultura, porém sem mexer no modelo fundiário existente e nem

diminuir o fosso social existente entre os mais ricos do país, uma minoria, e os mais pobres, a grande maioria. A modernização conservadora se fortalece assim sem haver no país uma revolução burguesa que questione os entraves que impedem o país de inserir-se no circuito do capitalismo de forma autônoma, de forma não subordinada.

E nesse processo modernizante da agricultura, que exige uma ampliação no volume da produção agropecuária, o que requer além de investimentos em técnicas e insumos, logo investimentos de capital, também uso mais eficiente da terra, a elite agrária nacional não possui condições históricas de protagonizar este momento.

Assim, o Estado nacional contorna questões estruturais da história brasileira convidando, mediante volumosos subsídios fiscais e financeiros, a burguesia nacional, e, também, a internacional para que as mesmas tomem para si esta tarefa.

Ao mesmo tempo, abrem-se as fronteiras da Amazônia Legal para a exploração agropecuária e constroem-se corredores de migração para esta região visando atrair grande leva de pessoas que formam o rescaldo deste processo que se dá de forma mais intensa e excludente nas regiões sudeste e sul.

Toda esta dinâmica transformou a agricultura brasileira.

A política de créditos, atraindo e beneficiando grandes produtores, privilegiou as culturas de exportação estimulando ainda uma produção em larga escala industrial que demanda um consumo significativo de máquinas e insumos industrializados. Rompe-se a dependência para com o meio natural ao relacionar-se de forma integrada com a indústria, tanto através de seus produtos quanto de seus agentes e capitais. E sem prejuízo de tais elementos, processa-se uma inserção e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura que passou a ter neste setor mais uma fonte de ampliação de capital oriundo da cobrança de juros.

Ao sair do isolamento e especializando-se, a parcela modernizada do setor agropecuário se consolida com os chamados Complexos Agroindustriais, popularmente conhecidos em seu conjunto como agronegócio, no qual a produção agrícola passa a subordinar-se ao processo de acumulação de capital, tanto através de sua função de fornecedora de matérias-primas quanto de um amplo mercado para os produtos de origem industrial e de capitais financeiros, além de um significativo fortalecimento do setor de serviços.



Paripasso a este processo, o capitalismo de forma geral passa por ajustes, que ancorados numa ampliação da capacidade técnica informacional e rompimento de barreiras nacionais para a circulação de capitais, mercadorias, pessoas e empresas, dá uma mobilidade sem precedentes ao mundo produtivo e financeiro. Para tanto se promovem reformas políticas e econômicas em escala global, redefine-se o papel do Estado e a divisão social do trabalho ajusta-se também a uma escala mundial.

E é no conjunto destes elementos históricos que se inter-relacionam de forma dialética e se manifestam em tempo e espaço definido, com sujeitos concretos, que se constrói historicamente o desenvolvimento. Desenvolvimento este que se dá alicerçado no modo de produção capitalista, que se apresenta enquanto momento-movimento-síntese, explicitando tanto um dinamismo que lhe é intrínseco, quanto crises pontuais que acabam por questionar a força deste próprio desenvolvimento.

Em se tratando dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, o agronegócio vivenciado nestes lugares consolida-se a partir do fortalecimento do Complexo Agroindustrial da soja.

Tal leguminosa, de elevado teor de proteína e de lipídios, se tornou um importante produto no mercado de ração animal, de óleo vegetal e de consumo humano, tendo na União Europeia, Ásia e Estados Unidos, seus maiores consumidores, principalmente a partir de meados da década de 1980.

Conforme informa Castrillon Fernández (2007), este produto, cuja origem é reportada a região central da China, teve sua inserção no Brasil ainda no final do século XIX e início do século XX, a partir de material genético oriundo dos Estados Unidos. E, muito embora não tenha uma única porta de entrada no país, sua difusão se dá principalmente a partir do Rio Grande do Sul. No Mato Grosso, o contato com o mesmo se deu no início dos anos de 1970, na parte sul do estado, hoje atual Mato Grosso do Sul, através de migrantes gaúchos.

Ainda segundo o autor, a popularização da soja em Mato Grosso, que acabou por se tornar num dos principais geradores de divisas para o estado não obedece, entretanto somente a questão de demanda mundial, embora a privilegie. “Não existe fator único, independente, como por exemplo, inovação tecnológica, ampliação de

mercado ou mesmo migração, que explique isoladamente a dinâmica deste processo.” (CASTRILON FERNÁNDEZ, 2007, p. 19).

São diversos fatores que articulados entre si, contribuíram para que se construísse todo um arranjo territorial para sua cultura.

O que existe é um conjunto de fatores, alguns planejados, intencionalmente elaborados, como as políticas públicas, as estratégias de reprodução, e outros não planejados, involuntários, incorporados às estruturas sociais, decorrentes de atividades que fazem parte do cotidiano das famílias e instituições, de uma maneira pré-reflexiva de agir. (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 19).

Nesse sentido, quando, a partir de meados da década de 1990, com a adesão política e econômica do Brasil a princípios neoliberais que o colocava numa posição altamente dependente do mercado externo para equilibrar suas contas, e sem uma produção industrial consolidada, a produção agrícola em escala tornou-se a principal opção. E, como já historicamente se construía uma ambiência favorável em certas regiões do Mato Grosso, entre elas a do Alto Teles Pires no norte do estado, a consolidação desta região enquanto produtora de *commodities* não chegou a ser uma espécie de “coelho tirado da cartola”. Condições históricas objetivas assim a favoreciam.

Incorporando inovações tecnológicas, financiamentos públicos e privados, legislação favorável e arranjo social conveniente, tanto Lucas do Rio Verde, quanto Nova Mutum e Sorriso, num curto espaço de tempo, passaram à condição de destaque estadual, o que implica numa projeção nacional, naquilo que diz respeito à produção de soja, conforme se verifica na tabela 35.

**Tabela 35:** Produção de soja nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 - 2010

Município	2003			2010		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Mato Grosso	4.413.271	12.965.983	2,938	6.413.500	18.787.783	2,930
Lucas do R. Verde	200.500	679.800	3,390	235.800	756.648	3,208
Nova Mutum	245.045	705.789	2,880	338.000	1.039.200	3,074
Sorriso	523.000	1.600.380	3,060	608.000	1.814.400	2,984

Fonte: IBGE:Produção Agrícola Municipal/IMEA/SEPLAN-MT/2011.

Ainda referindo-se a tabela 35, é possível perceber que embora tenha havido uma estabilização naquilo que se refere à produtividade, muito mais em razão de

quebra de produção em razão de chuvas em demasia na hora da colheita e a presença de fungos (ferrugem asiática), o seu referencial t/ha é bastante satisfatório para os produtores, sendo que no ano de 2008 Lucas do Rio Verde chegou a atingir o índice de 3,36 t/ha, Sorriso 3,3 t/ha, e Nova Mutum 3,12 t/ha, ou seja, 56, 55 e 52 sacas por hectare. (IBGE/SEPLAN-MT, 2010).

Já quando comparado com a produção estadual, verifica-se que no ano de 2003, os três municípios juntos obtiveram uma produção que representava 23,02 % da produção de todo o estado. Isoladamente, Lucas do Rio Verde contribuiu com 5,24 %, Nova Mutum com 5,44 % e Sorriso com 12,34 % da produção estadual. No que se refere ao ano de 2010, a despeito dos problemas alegados e a incorporação de novas áreas de produção no estado, Lucas do Rio Verde obteve 4,2 % da produção total, Nova Mutum 5,53 % e Sorriso 9,56 %, num total de 19,2 % da produção estadual. Em tal conjuntura, Sorriso ainda é detentor da maior produção de soja de Mato Grosso.

É necessário constatar que a busca de melhores sementes e formas de produção e gerenciamento é uma constante nestes três municípios. Exemplo disto é que todos os anos acontece aquilo que se chama “dia de campo” nos municípios produtores, e outros eventos de igual significado. E neste contexto, tem sido uma constante a apresentação de novas variedades e informes sobre pesquisas que estão sendo executadas tanto no Brasil quanto no exterior, além de informações sobre o mercado de grãos e de inovações tecnológicas.

Observa-se ainda que tanto empresas públicas como a EMBRAPA, que tem fortalecido cada vez mais suas parcerias com setores privados, quanto empresas privadas, notadamente multinacionais, vêm intensificando suas pesquisas e gerando e lançando no mercado, em períodos cada vez mais curtos, produtos geneticamente modificados. Os três municípios estudados têm se apresentado de forma pioneira em vários lançamentos destes produtos.

Outro aspecto relevante deste processo é a constante ampliação da área destinada a esta cultura. Entre os anos 2003 e 2010, Lucas do Rio Verde teve um incremento de 17,6 %, Nova Mutum 37,93 % e Sorriso 16,25 % e no estado do Mato Grosso, como um todo, houve um aumento de 45,32 % para a área destinada a esta cultura. Tal ampliação reflete toda uma demanda nacional e internacional do produto, o que indica que o Complexo Agroindustrial da soja encontra-se num

processo ascendente, logo, ampliando as possibilidades de desenvolvimento e contradições sociais oriundas de tal especialização.

E não obstante a isto, também se desenvolve um processo de aprimoramento crescente em relação a cultura do milho, que se segue logo após a da soja. Tal cultura, também chamada de “safrinha” vem sendo cada vez mais incrementada, via melhoramento de sementes, melhoria de técnicas de cultivo, aumento de área (vide tabela 36), pois além de representar “o lucro do ano” para muitos agricultores, tornou-se um produto com bastante demanda, dado à instalação das empresas BRF, Brasil Foods S.A, que detém as marcas Sadia e Perdigão, tanto em Lucas do Rio Verde como em Nova Mutum, com abatedouros tanto de aves quanto de suínos. Em Sorriso, a empresa Concórdia, especializada em abatimento de aves, já se encontra instalada. Além disso, a exportação do mesmo encontra-se em momento bastante favorável.

**Tabela 36:** Produção de milho em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 - 2010

Município	2003			2010		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Mato Grosso	880.823	3.193.533	3,62	8.164.273	2.100.000*	3,89
Lucas do Rio Verde	140.000	588.000	4,20	165.800	794.016	4,79
Nova Mutum	68.580	238.619	3,48	90.000	396.000	4,40
Sorriso	56.200	189.800	3,37	230.120	1.058.720	4,60

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/2011. \*Estimativa.

O que é significativo nesse processo é que a produção da soja, casada com a do milho, principalmente, sintetiza e ilustra de forma clara o conceito e o dinamismo econômico dos Complexos Agroindustriais na medida em que os mesmos movimentam de forma interdependente, cada vez mais integrada, todos os setores que compõe os mesmos: Insumos em abundâncias, máquinas cada vez mais sofisticadas, trabalhadores cada vez mais capacitados, informações cada vez mais precisas, ou seja, produção cada vez mais aprimorada no que diz respeito a técnicas, máquinas, sementes e gestão, além de uma penetração cada vez mais constante e de maior volume de capital industrial e financeiro. E não obstante a isto, uma rede de serviços (transporte, armazéns, etc.) se amplia e se complexifica cada vez mais.

Cabe ainda ressaltar que uma das características dos Complexos Agroindustriais é aquela que aponta para a versatilidade dos mesmos em entrecruzarem-se em atividades tidas às vezes como secundárias. E nesse sentido, observa-se que o casamento entre soja e milho favorece a criação de animais e a implantação de indústrias que têm como ramo principal a venda de carnes. Nesse sentido, conforme já indicado, tanto Lucas do Rio Verde como Nova Mutum e Sorriso contam atualmente com plantas industriais dessa especialidade.

Ou seja, na medida em que tais empresas trabalham a partir do sistema integrado que gera compromissos de fidelidade, sanidade animal, comportamentos profissionais e financeiros entre o criador de animais e a corporação, desponta, assim, conforme se verifica na tabela 37, a atividade de criação de animais por parte de agricultores, principalmente aves e suínos, aparentemente paralelo, mas que indica uma clara associação de interesses entre as corporações.

**Tabela 37:** Produção Pecuária dos Municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2004 - 2010

Efetivo	Mato Grosso		Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
	2004	2010	2004	2010	2004	2010	2004	2010
Asininos	4.196	3.913	05	07	30	36	11	07
Bovinos	25.918.998	28.757.438	17.044	23.601	112.335	122.283	65.148	73.535
Bubalinos	14.297	14.795	05	00	00	02	00	19
Caprinos	39.302	40.246	255	295	100	254	79	847
Equinos	311.598	344.918	743	375	1.524	1.311	1.210	779
Galinhas	4.827.062	9.235.951	55.443	615.101	44.000	568.889	62.790	361.874
Galos, frangas, frangos e pintos	14.813.034	31.785.713	39.734	2.790.123	770.050	7.751.804	792.000	1.513.161
Leite de vaca(mil litros)	551.371	708.481	2.811	1.483	704	1.642	883	1.996
Mel de abelha(Kg)	300.089	428.035	9.000	13.000	10.000	6.900	11.800	00
Muare	67.422	96.208	68	86	360	233	125	55
Ovinos	275.873	549.484	1.663	3.328	700	12.562	3.133	10.150
Ovos de Galinha (mil dúzias)	41.179	122.679	444	6.208	798	6.195	1.133	5.140
Suínos	1.315.443	2.109.979	82.050	132.801	75.387	110.376	83.175	202.534
Vacas Ordenhadas	474.120	617.585	1.233	1.126	450	1.653	585	1.396

Fonte: IBGE-Cidades/IBGE-Estados/SEPLAN-MT/2011.

Destaca-se ainda na tabela 37 que a criação de gado se mantém num volume estável e o rebanho de ovelha tem se elevado.

Há que se fazer notar, contudo, que em trabalho de campo nos três municípios, se verificou que há um consenso que a produção leiteira não tem gerado renda satisfatória, o que tem provocado propósitos de se abandonar esta atividade. Observa-se ainda que dado ao fato da integração com empresas abatedouras de animais estar além das possibilidades financeiras de uma grande parcela dos agricultores, muitos destes têm se mantido com uma agricultura de subsistência mesclada com serviços esporádicos de caráter informal.

Por outro lado, conforme se verifica pelas tabelas 38 e 39, é possível também destacar que a especialização em torno de poucas culturas, no caso a soja casada com o milho, acaba por inibir outras especialidades. Observa-se ainda que até mesmo o algodão, tido como rentável, mas que exige volume expressivo de capital, passa por um refluxo na produção nestes três municípios.

**Tabela 38:** Lavoura Temporária (exceto milho e soja) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2004 - 2010

Área/Produção	Produto	Mato Grosso		Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
		2004	2010	2004	2010	2004	2010	2004	2010
Área	Abacaxi	1.208	2.104	06	13	20	70	-	13
	Algodão herbáceo	469.780	420.132	13.955	10.060	16.868	16.300	17.011	7.600
	Arroz em casca	738.165	235.139	1.760	1.236	27.090	2.870	35.500	2.060
	Batata doce	-	60	-	-	-	-	-	50
	Cana-de-açúcar	206.829	212.498	-	-	-	-	02	96
	Feijão	43.476	107.043	327	6.350	120	-	1.950	21.900
	Girassol	-	40.532	-	1.375	-	775	-	2.300
	Mamona	5.185	25	-	-	-	-	575	-
	Mandioca	37.341	35.466	40	20	-	200	20	700
	Melancia	1.080	810	-	-	-	-	07	-
	Sorgo	183.291	80.640	7.000	-	10.000	-	10.916	3.000
	Tomate	115	228	08	10	-	-	-	-
Trigo	-	s.d	-	250	-	-	-	-	
Produção	Abacaxi (mil frutos)	22.812	46.798	180	325	400	2.450	-	390
	Algodão herbáceo (t)	1.884.315	1.454.675	49.722	36.216	63.913	58.680	64.403	22.800
	Arroz em casca (t)	2.177.125	687.137	4.846	4.450	81.270	8.610	138.750	6.270
	Batata doce(t)	-	1.480	-	-	-	-	-	1.400

	Cana-de-açúcar(t)	14.290.810	14.564.724	-	-	-	-	50	960
	Feijão(t)	66.492	133.813	773	9.957	346	-	5.148	25.938
	Girassol(t)	-	41.514	-	1.238	-	698	-	2.070
	Mamona(t)	7.858	38	-	-	-	-	1.380	-
	Mandioca(t)	536.069	496.621	600	400	-	-	600	14.000
	Melancia (t)	22.517	17.368	-	-	-	-	228	-
	Sorgo(t)	369.922	146.058	10.500	00	18.000	-	19.649	5.400
	Tomate(t)	2.234	4.410	320	600	-	-	-	-
	Trigo(t)	-	-	-	900	-	-	-	-

Fonte: IBGE-Cidades/IBGE-Estados/SEPLAN-MT/2011.

**Tabela 39:** Lavoura Permanente dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso / 2004 - 2010

Área/Produção	Produto	Mato Grosso		Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
		2004	2010	2004	2010	2004	2010	2004	2010
<b>ÁREA</b>	Banana	10.914	6.288	-	02	-	-	-	-
	Borracha (Látex coagulado)	26.454	22.625	300	300	100	50	-	-
	Côco-da-bahia	2.460	1.757	52	80	37	43	17	02
	Laranja	702	472	-	-	-	01	-	-
	Limão	126	119	-	02	01	01	-	-
	Mamão	119	120	-	01	01	-	-	-
	Maracujá	243	620	-	01	-	-	01	05
	Uva	214	87	-	-	37	35	08	05
<b>PRODUÇÃO</b>	Banana(t)	66.978	52.348	-	30	-	-	-	-
	Borracha (Látex coagulado)-(t)	30.480	19.615	164	164	11	14	-	-
	Côco-da-bahia (Mil frutos)	25.933	20.451	832	960	740	516	374	24
	Laranja (t)	7.218	3.933	-	-	-	10	-	-
	Limão (t)	968	1.089	-	24	10	10	-	-
	Mamão (t)	5.499	3.923	-	10	10	-	-	-
	Maracujá (t)	4.925	9.528	-	15	-	-	10	75
	Uva (t)	2.386	1.491	-	-	555	875	68	50

Fonte: IBGE-Cidades/IBGE-Estados/SEPLAN-MT/2011.

Nesse sentido, como os Complexos Agroindustriais como um todo, em seu processo de integração de capitais acaba por movimentar de forma ágil um volume expressivo de capitais, tanto o Produto Interno Bruto quanto a Renda *per capita*, conforme se verifica na tabela 40, tornam-se referência de dinamismo econômico e desenvolvimento.

**Tabela 40:** PIB e PIB *Per capita* dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 – 2009

Municípios	2003		2009	
	PIB (A preços correntes = R\$.1.000)	PIB <i>Per capita</i> (em reais = R\$ 1,00)	PIB (A preços correntes = R\$.1.000)	PIB <i>Per capita</i> (em reais = R\$ 1,00)
Mato Grosso	27.888.658	10.347	57.284.192	19.087
Lucas R. Verde	653.603	26.823	1.809.788	53.933
Nova Mutum	590.572	35.530	1.200.944	44.688
Sorriso	1.109.133	25.363	2.339.762	38.978

Fonte: IBGE/2011.

Ainda conforme a tabela 40, no ano de 2003, em relação ao PIB do estado de Mato Grosso, o PIB de Lucas do Rio Verde representava 2,34 %, Nova Mutum 2,11 % e Sorriso 3,97 %. Já no ano de 2009, Lucas do Rio Verde apresentou um PIB com 3,15 % em relação ao estado, Nova Mutum 2,09 % e Sorriso 4,08 %.

Em relação ao PIB *per capita*, Mato Grosso obteve um aumento de 84,47 % entre os anos 2003 e 2009. E isoladamente, Lucas do Rio Verde obteve um aumento de 101,07 %, Nova Mutum de 25,77 % e Sorriso de 53,68 %.

Significativamente, há o registro que em 2008, no ranking nacional dos 100 maiores municípios em relação ao PIB *per capita*, Lucas do Rio Verde figura em 57°, com um PIB de R\$ 51.771,45, Nova Mutum aparece em 60° com R\$.50.955,91 e Sorriso em 95° com R\$.41.343,24. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM, 2010). Verifica-se também, na tabela 38, que o PIB *per capita* dos três municípios destoa sensivelmente do índice registrado pelo estado do Mato Grosso, o que revela um desequilíbrio social entre a riqueza gerada e a distribuição da mesma no estado.

Estes dados também explicitam um mapa de desigualdades nacionais pautadas por uma economia dependente de uma política que privilegia exportações agropecuárias. E como desde meados da década de 1990 este processo vem sendo sistematicamente implantado no estado de Mato Grosso, já no ano de 2000 é possível verificar pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme tabela 41, que tanto Lucas do Rio Verde como Nova Mutum e Sorriso começam a se destacar, estadual e nacionalmente, tanto de forma individual quanto regionalmente, como municípios que se desenvolvem de forma acelerada, o que induz e credencia seus gestores a manterem uma política de investimentos públicos. Investimentos



estes que acabam por atrair mais investimentos, tanto públicos, via executivo estadual e federal, quanto investimentos privados.

**Tabela 41:** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2000

Local	IDH
Brasil	0,766
Mato Grosso	0,733
Lucas do Rio Verde	0,818
Nova Mutum	0,801
Sorriso	0,869

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/SEPLAN-MT/2011.

Este quadro se mantém ao longo dos anos, conforme demonstra o Índice Firjam do Desenvolvimento Municipal (IFDM)<sup>20</sup>, retratado na tabela 42.

**Tabela 42:** Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2000 - 2009

Local	2000	2009
Brasil	0,595	0,760
Mato Grosso	0,561	0,713
Lucas do Rio Verde	0,674	0,904
Nova Mutum	0,619	0,766
Sorriso	0,594	0,849

Fonte: FIRJAN-2012.

Pautando-se no índice FIRJAM, constata-se que no ano de 2009, Lucas do Rio Verde aparece no âmbito do Mato Grosso em 1º lugar, Nova Mutum 11º, e Sorriso em 3º lugar. Já em termos de Brasil, Lucas do Rio Verde se coloca em 8º lugar, Nova Mutum em 470º e Sorriso em 68º lugar. (FIRJAM, 2012).

<sup>20</sup> Na medida em que o que IDH-M de 2010 não se encontra publicado pelo PNUD, e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro elabora o Índice FIRJAM a partir de estatísticas públicas oficiais geradas pelos Ministério do Trabalho, Educação e Saúde, considerou-se que o mesmo constitui-se em fonte adequada para este trabalho. Neste índice, quanto mais o referencial se aproxima de 1, significa mais desenvolvimento. Ou seja, o índice FIRJAN é composto de dados relacionados a Emprego & Renda, Educação e Saúde, o que o aproxima bastante do índice referenciado pelo IDH-M.

Contudo, a despeito de tais resultados, é possível encontrar entre os produtores uma preocupação quanto ao futuro. Verifica-se que para muitos destes, suas condições de produtores dependem de dois ciclos interligados. Um, a longo prazo, em que o futuro representa sempre a perspectiva de se plantar mais, mesmo que seja em municípios distantes, quanto a perspectiva de se fazer investimentos em implementos agrícolas, como máquinas mais potentes, versáteis e precisas.

Já o ciclo de curto prazo, geralmente de dois anos, é o mais tenso. É influenciado pelo clima, pela cotação do dólar, pelos preços de insumos, pela incidência de pragas, por questões ambientais, pelos juros que se paga por débitos já contraídos, e por políticas governamentais.

Isto implica em dizer que,

[...] se a safra for boa, e tiver bons preços, temos fôlego para mais um ano e ainda dá pra fazer alguma coisinha, pra você e para sua família, mas se der algum problema, o que é mais fácil de acontecer, então é aquela coisa, negociar dívidas, cortar despesas, tentar receber de qualquer jeito o que se tem, ou vender coisas. (L. O)<sup>21</sup>.

Contribuindo com uma visão mais abrangente deste cenário, Glauber Silveira da Silva à frente para o biênio 2009-2011 da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, (APROSOJA-MT), em entrevista à Revista Produtor Rural (BAPTISTA, Setembro/2009), indica num primeiro momento, que é preciso, de uma forma geral no Brasil, para o agronegócio prosperar ainda mais, investir em infraestrutura e logística, além de garantias jurídicas aos investidores. Além disso, “Aqui ficamos muito preocupados com a extensão da área de produção, mas a tendência no mundo nos próximos 10 anos é aumentar em pelo menos 50% a produção na mesma área.” Por outro lado, Silva (Setembro/2009) pondera que

A agricultura sempre foi grande geradora de riquezas, mas isso não quer dizer que os produtores tenham ganhado dinheiro [...] Só em Mato Grosso há mais de três milhões de ha nas mãos de fundos internacionais: no Brasil, são mais de 6 milhões ha. Daqui a pouco, quando tiver pagamentos por serviços ambientais, as florestas não serão mais dos brasileiros [...] Nessa grande globalização, nós, os agricultores brasileiros, seremos meros empregados dos grandes fundos internacionais.

Entende-se assim que a questão fundiária, direta ou indiretamente é fator decisivo para o futuro do agronegócio nacional, estadual e local. E a partir desta lógica, entende-se que o processo de desenvolvimento advindo do agronegócio nos

---

<sup>21</sup> Agricultor. Entrevista realizada em 26/11/2011 no município de Sinop - MT.

municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso passa pela evolução do processo das relações fundiárias que estão voltadas para a produção comercial.

Nesse sentido, percebe-se a partir da tabela 43 e 44, que num comparativo entre os imóveis cadastrados entre os anos de 1992 e 2010, que a movimentação em torno das relações fundiárias está em plena movimentação.

**Tabela 43:** Imóveis cadastrados no INCRA dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2010

Estratos de Área (ha)	Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
	Nº Total de Imóveis Rurais	Área Total dos Imóveis Rurais (ha)	Nº Total de Imóveis Rurais	Área Total dos Imóveis Rurais (ha)	Nº Total dos Imóveis Rurais	Área Total dos Imóveis Rurais (ha)
Menos de 1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1 a menos de 2	0	0,0	1	1,5	0	0,0
2 a menos de 5	36	173,9	205	564,1	24	104,4
05 a menos de 10	21	147,0	86	491,2	28	196,3
10 a menos de 25	16	242,3	103	1.331,2	48	736,3
25 a menos de 50	42	1.467,6	211	6.621,6	342	10.916,9
50 a menos de 100	100	7.833,8	526	38.353,2	159	11.408,7
100 a menos de 200	361	58.697,8	378	48.044,3	292	40.656,4
200 a menos de 500	590	139.978	535	174.142,5	777	257.619,6
500 a menos de 1.000	53	36.187,7	147	101.458,7	348	238.240,2
1.000 a menos de 2.000	28	39.568,7	92	123.141,5	172	223.645,0
2.000 a menos de 5.000	05	16.653,9	74	224.595,9	82	216.762,6
5.000 a menos de 10.000	02	16.940,0	34	244.439,0	12	101.782,6
10.000 a menos de 20.000	0	0,0	05	72.834,0	04	56.665,0
20.000 a menos de 50.000	01	28.978,0	06	138.298,2	03	114.046,0
Total	1.255	346.868,49	2.403	1.174.321,8	2.291	1.272.780,0
Índice de Gini	0,797		0,607		0,564	

Fonte: Banco de Dados INCRA; Estatísticas Cadastrais Municipais 2010. Elaboração: A.Talaska.

**Tabela 44:** Evolução do número de imóveis por estrato de área nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1992 - 2010

Estrato de Área	Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
	Evolução do número de Imóveis Rurais 1992-2010	Evolução da área dos imóveis rurais 1992-2010	Evolução do número de Imóveis Rurais 1992-2010	Evolução da Área dos Imóveis Rurais 1992-2010	Evolução do Número dos Imóveis Rurais 1992-2010	Evolução da área dos Imóveis Rurais 1992-2010
Menos de 1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1 a menos de 2	0	0,0	1	1,5	0	0,0
2 a menos de 5	36	173,9	205	564,1	23	102,0
5 a menos de 10	21	147,0	86	491,2	28	196,3
10 a menos de 25	14	198,1	75	1.011,5	46	709,6
25 a menos de 50	39	1.364,3	109	3.626,9	05	318,2
50 a menos de 100	86	6.709,1	-2	386,0	69	4.975,3
100 a menos de 200	151	20.119,2	85	13.046,8	119	16.901,5
200 a menos de 500	149	41.851,8	274	90.163,2	179	58.333,1
500 a menos de 1.000	9	6.796,2	114	78.149,2	123	79.590,3
1.000 a menos de 2.000	-4	-3.625,1	41	54.455,5	18	16.440,9
2.000 a menos de 5.000	-13	-34.528,4	14	41.062,2	3	-12.105,3
5.000 a menos de 10.000	-2	-16.577,4	14	76.985,3	-3	-12.337,2
10.000 a menos de 20.000	-2	-36.298,0	-2	34.584,5	4	56.665,0
20.000 a menos de 50.000	-2	-68.095,0	-8	-307.867,2	2	89.326,0
50.000 a menos de 100.000	-	-	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-	-1	-142.605,0
Total	482	-81.764,41	1.006	17.491,64	615	156.510,71
Evolução do Índice de Gini – 1992-2010	0,834 – 0,797 (-0,036)		0,726 – 0,607 (-0,119)		0,731 – 0,564 (-0,167)	

Fontes: Banco de Dados INCRA – Estatísticas Cadastrais Municipais 1992 e Estatísticas Cadastrais Municipais 2010. Org. A. Talaska.

Assim, conforme se pode observar num primeiro momento, a partir das tabelas 43 e 44, no período compreendido entre 1992-2010, referenciando-se no Índice de GINI, há um indicativo de diminuição da concentração da terra tanto em Lucas do Rio Verde, quanto em Nova Mutum e Sorriso. No entanto, o município de

Lucas do Rio Verde continua com uma concentração fundiária muito forte, enquanto que Nova Mutum e Sorriso passaram da condição muito forte para uma concentração forte.<sup>22</sup>

Contudo tal quadro não revela toda a dinâmica que se processa neste contexto. Se por um lado novos pequenos agricultores tomaram posse de terras na forma de assentamentos, principalmente em Nova Mutum e Sorriso, também houve um processo de repartição de terras entre membros de uma mesma família, haja vista que houve um processo de envelhecimento das famílias pioneiras e a constituição de novas famílias teve o efeito de aparentar uma espécie de repartição de terras via processo de herança no interior de várias delas. Além disso, a morte de alguns migrantes proprietários de terras mais antigos também contribuiu para a divisão de algumas propriedades.

Soma-se a este quadro aparente, divisões de propriedades para efeitos de transações financeiras ou racionalidade gerencial, ou então visando quitação de débitos pendentes. Neste sentido, é comum anúncios de leilões de imóveis inteiros ou parte deles, como retrata o Jornal Arinos (27/01/2011) de Nova Mutum, que traz um leilão de um imóvel (Fazenda do Petiço) situado em Sorriso, fracionado em 08 lotes.

Houve também no período, processos de legalização fundiária por parte do INCRA, onde muitos registros foram cancelados por conterem irregularidades, acarretando em correção de medidas, além de titulação de imóveis que estavam pendentes. E não obstante a estes fatores, o que de significativo ocorreu neste período foi um processo de aquisição de imóveis por parte de agricultores capitalizados ou então de grupos empresariais financeiros que se estabeleceram na região. Ou seja, conforme depoimento de B.J.T.<sup>23</sup>

Na realidade, as terras estão ficando cada vez mais nas mãos de uma meia dúzia. O que está ocorrendo é que a exigência legal de preservação, endividamento e até mesmo o aparecimento de boas ofertas de compra e outras coisas, estão fazendo com que muitos fazendeiros repartam sua terra em duas ou até mesmo mais propriedades, ou então há fazendeiros ou grupos com diversas propriedades, pois isto facilita na hora de obter financiamentos.

---

<sup>22</sup> Categorização em acordo com referências apontadas no capítulo segundo (CÂMARA *apud* SILVA, 1980).

<sup>23</sup> Entrevista concedida em 22/03/2010 no município de Nova Mutum - MT.

É necessário explicitar também que proprietários de mais de uma propriedade são apontados pelos cadastros oficiais como se fossem entes distintos.

Elementos que também não podem ser desconsiderados são aqueles que indicam tanto a transformação de áreas da zona rural que se tornaram urbanas via loteamentos, ou “chácaras urbanas” como, por exemplo, em Lucas do Rio Verde, como o fato de também haver anexação de áreas rurais que passaram para o município, como em Nova Mutum.

Ou seja, há toda uma indicação que sugere que a concentração fundiária nestes três municípios ainda é maior que a apresentada oficialmente.

Por outro lado, a classificação diferenciada entre os municípios brasileiros naquilo que se refere ao tamanho de cada “módulo fiscal”<sup>24</sup> possibilita que o médio produtor rural destes lugares tenha uma posição bastante diferenciada em relação por exemplo, do micro-produtor rural. E não obstante a isto, P.D.<sup>25</sup>, ex-funcionário de Cartório sentencia que

Se fosse somar todos os títulos de terra da região, ia faltar terra. Além disso, o que tem de dono que não existe, “laranjas” atuando em nome de políticos e outras autoridades, crianças herdando terras, fora a imensidão de contratos de gaveta, que de vez em quando dá um rolo danado.

Mediante tais considerações, porém embasando-se em números oficiais, é possível verificar, através da tabela 45, que em Lucas do Rio Verde as pequenas propriedades são predominantes, representando 71,79 % dos imóveis e 51,1 % da área total ocupada pelos mesmos. E se a este índice somar-se o dos minifúndios (17,05 %) então se obterá um número ainda mais expressivo naquilo que se refere ao referencial de minifúndios e pequenas propriedades, ou seja, 88,84 % do total de

<sup>24</sup> O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares (ha), fixada para cada município brasileiro, considerando: (i) o tipo de exploração predominante no município; (ii) a renda obtida com a exploração predominante; (iii) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e (iv) o conceito de propriedade familiar. (INCRA, 2009a).

A partir da quantificação do valor do módulo fiscal para cada município é realizada, em conformidade com a Lei nº 8.629/93, a classificação dos imóveis rurais em minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade, mediante os seguintes critérios apontados pelo INCRA (2009b), a saber:

- a) Minifúndio: o imóvel rural com dimensão de área inferior a 1 (um) módulo fiscal;
- b) Pequena propriedade: o imóvel rural com dimensão de área entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- c) Média propriedade: o imóvel rural com dimensão de área entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais;
- d) Grande propriedade: o imóvel rural com dimensão de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

<sup>25</sup> Entrevista concedida em 24/07/2011, em Lucas do Rio Verde.

imóveis. Contudo, quando se relaciona este índice com a área ocupada, percebe-se que apenas 1,35 % dos imóveis (grande propriedade) representam 22,52 % da área. E neste quadro, a média propriedade, que é uma referência que dificulta uma melhor padronização a respeito do tamanho das mesmas, em seu conjunto de imóveis (9,64 %), acaba por ocupar quase um quarto de toda a área assinalada, ou seja, 22,52 %.

**Tabela 45:** Classificação de imóveis em conformidade com a área nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2010

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO	REFERÊNCIA	IMÓVEIS	ÁREA (ha)	(%) IMÓVEIS	(% ÁREA (ha))
<b>Lucas do Rio Verde</b>	Minifúndio	Inferior a 100ha	214	9.797,9	17,05	2,82
	Pequena Propriedade	Entre 100 até 400 ha	901	177.353,9	71,79	51,13
	Média Propriedade	Entre 400 até 1.500 ha	121	81.343,9	9,64	23,45
	Grande Propriedade	Superior a 1.500	17	78.104,9	1,35	22,52
	Não Classificados	*	02	267,8	0,16	0,08
	Total Município			1.255	346.868,4	100
<b>Nova Mutum</b>	Minifúndio	Inferior a 100ha	1.128	47.073,1	46,94	4,01
	Pequena Propriedade	Entre 100 até 400 ha	801	172.445,8	33,33	14,68
	Média Propriedade	Entre 400 até 1.500 ha	323	229.263,0	13,44	19,52
	Grande Propriedade	Superior a 1.500 ha	142	721.381,9	5,91	61,43
	Não Classificados	*	09	4.157,9	0,37	0,35
	Total Município			2.403	1.174.321,7	100
<b>Sorriso</b>	Minifúndio	Inferior a 90ha	570	20.438,6	24,88	1,61
	Pequena Propriedade	Entre 90 até 360 ha	789	166.811,3	34,44	13,11
	Média Propriedade	Entre 360 até 1.350ha	767	503.209,9	33,48	39,54
	Grande Propriedade	Superior a 1.350 ha	159	579.964,27	6,94	45,57
	Não Classificados	*	06	2.356	0,26	0,19
	Total Município			2.291	1.272.780,07	100

Fonte: Banco de Dados INCRA – Estatísticas Cadastrais Municipais 2010. Org. A.Talaska.

Contudo, dado as exigências do mercado internacional, que por sua vez sofre pressões de inúmeras organizações ambientais e trabalhistas, o município de Lucas do Rio Verde, desde 2005, através de suas lideranças políticas, grandes produtores, profissionais liberais e outros grupos organizados está executando o projeto “Lucas

do Rio Verde Legal” que consiste em “Promover a regularização sócio ambiental das propriedades rurais do município de Lucas do Rio Verde compatibilizando o desenvolvimento agropecuário e a conservação ambiental da região.” (COPETTI, 2008, p.92). Para tanto, entre inúmeras providências a serem tomadas, tais como adequação à legislação trabalhista, demarcação e respeito às reservas ambientais, cuidados com embalagens de agrotóxicos, está a regularização e mapeamento preciso de todas as propriedades rurais do município. E neste sentido, alguns dados distorcidos, tendem a corrigirem--se.

Processo análogo desenvolve o município de Nova Mutum, com o Programa Mutum Gap, que a partir de normas de certificação fundamentadas em “boas práticas” ambientais, sociais e em boas práticas agrícolas, busca enquadrar os agricultores nos princípios de desenvolvimento sustentável agregando com isto valor a produção.

No que se refere à estrutura fundiária de Nova Mutum, é possível destacar que entre a década de 1990 e de 2010, tornou-se realidade a existência de propriedades de 02 a 05 hectares. Tal possibilidade efetivou-se tanto em razão de incorporação de comunidades já existentes e que pertenciam a outros municípios quanto da efetivação de assentamentos, frutos de parcelamento de terras em litígio. A partir de tais dados e em acordo com a tabela de referência 45, o minifúndio, cuja existência o Estatuto da Terra preconizava o fim, passa em Nova Mutum a deter 46,94 % do total dos imóveis.

Quando se verifica a proporção da área ocupada, a grande propriedade, embora tenha somente 5,91 % (142) do número total de propriedades, possui 61,4 % de toda a área. No que se refere à pequena e média propriedade, ambas aparecem de forma intermediária neste contexto, perfazendo um total de 1.124 imóveis (46,77 %), ocupando 34,20 % do total da área.

Já em Sorriso, percebe-se que os estratos entre 200 a menos de 500 e 500 e 1.000 hectares foram os que mais tiveram acréscimo. Uma explicação para este fenômeno é que o mesmo se justifica tanto naquilo que diz respeito a repartição de terras entre novos proprietários quanto a que se refere a processos de legalização de propriedades rurais. Há que se considerar ainda que o município de Sorriso, dentre os três analisados é o que mais explicita problemas de legalidade de propriedade. Tais problemas são frutos, ainda, de vendas não legalizadas de terras



por parte da colonizadora, que as vendiam como se fossem legais, terra para os migrantes, mas que em processos jurídicos posteriores viriam a ser reconhecidas como pertencentes a outros proprietários. Processos judiciais coletivos envolvendo centenas de agricultores vêm se arrastando ao longo dos anos.

Com base na classificação dos imóveis, conforme tabela 45, de forma análoga a Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, em Sorriso também a grande propriedade, embora detenha somente 6,94 % dos imóveis, detém de forma significativa, 45,57 % do total da área.

Há que se dizer ainda que em Sorriso também houve o reconhecimento de assentamentos, o que fez com que o número de minifúndios aumentasse.

Contudo, reafirma-se aqui que tais números, embora indiquem uma situação posta, não retratam fielmente a realidade, embora tal situação não inclua somente estes três municípios do estado de Mato Grosso.

Tal constatação é explicitada pelo governo do estado de Mato Grosso quando o mesmo emite nota (21/01/2009) divulgando convênio entre o Instituto de Terras de Mato Grosso, (INTERMAT), o INCRA, e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, (SEMA), a fim de “conhecer a realidade da titulação feita em Mato Grosso” (SIQUEIRA, 2009, p. 01). A matéria explicita ainda que “A situação fundiária é motivo de preocupação devido a grilagens de terra, imenso perímetro fronteiriço, disputas de terras e a dificuldade gerada aos municípios em acessar programas do governo federal por não terem as terras devidamente regularizadas.” (SIQUEIRA, 2009, p. 01).

Neste mesmo ano, em 2009, externando preocupação quanto à realidade fundiária da Amazônia Legal, o governo federal regulamenta a Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, dispondo “[...] sobre a regularização fundiária em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal [...]”.

Este dispositivo legal, que tomou corpo através da operação “Programa Terra Legal”, dá base para que em Mato Grosso 106 municípios sejam enumerados, entre os quais Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, para fazerem parte do programa que estabelece, entre outros dispositivos, que títulos de propriedades pendentes serão regularizados desde que o detentor da posse não seja proprietário de imóvel em qualquer parte do território nacional e que o mesmo deva comprovar,

conforme estabelece o artigo 4º, “o exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou por seus antecessores, anterior a 1º de dezembro de 2004” (BRASIL, Lei 11.952, 25/06/2009). Este mesmo texto estabelece que tal benefício destina-se a quem ocupar área de até 15 módulos fiscais e não superior a 1.500 ha.

Enfim, o que fica claro é que os três municípios aqui analisados sintetizam um processo histórico desenvolvido em grande parte da Amazônia Legal. E nesse sentido, tanto em Lucas do Rio Verde, quanto em Nova Mutum e em Sorriso, que são incorporados na dinâmica do agronegócio a partir de meados de 1990, a propriedade fundiária como um meio de produção é incorporada a dinâmica globalizante do modo de produção capitalista. A propriedade fundiária torna-se uma mercadoria valorizada, fruto de uma especulação imobiliária com certeza, mas também como uma mercadoria que incorpora trabalho realizado, que até então de forma geral servia basicamente como instrumento de reserva de valor ou então recomeço para famílias de agricultores de outras regiões que se encontravam pressionadas pelo processo de modernização da agricultura.

O preço da terra que era considerado baixo no início da colonização, embora não fosse de acesso a todos, além de ser objeto de disputa, agora se torna objeto de mercado visado pelo capital. Corroborando com tal informação, Dessbesell (04/11/2011, p. 05), do jornal Correio do Dia informa que

A região do Médio Norte, com destaques para Sorriso, Sinop e Lucas do Rio Verde, foi a que mais registrou valorização de imóveis rurais no País. Uma pesquisa da Commercial Properties, do ramo imobiliário, apontou que o hectare na região aumentou em cerca de 30 % só neste ano.

Nestes municípios, e aqui se inclui Nova Mutum, o valor das terras oscila entre 250 a 550 sacas de soja por hectare, enquanto referencial médio.

Ainda no ano de 2009, Alessandro Nicoli, prefeito do município de Santa Carmem, município distante, mais ou menos, 100 Km de Sorriso, em depoimento a revista Produtor Rural (2009), informa que “trocou com a família uma propriedade de 1.300ha no próspero município de Lucas do Rio Verde por cerca de 10 mil ha de terras em Santa Carmem.” (MEDEIROS, 2009, p. 35).

Ainda a atenção ao fato de muitas compras de terras serem realizadas por grupos de investidores com participação internacional. Ou seja, capitais que diante de oportunidades de bons negócios e da crise mundial das bolsas de valores e dos

bancos têm se voltado para investimentos mais seguros, ou como informa o CEO da Commercial Propertiers, Alosísio Barinotti (04/11/2011) “a superprodução de soja em Sorriso e região é que tem atraído olhares de empresários que moram em outros países.” (DESSBESELL, 2011, p. 05).

No contexto de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, a aquisição de terras produtivas é um dos instrumentos de ampliação e concentração de capital. Contudo, como há toda uma discussão sobre a internacionalização das terras brasileiras situadas na Amazônia Legal, o que tem dificultado um pouco a aquisição das mesmas por grupos estrangeiros, uma das portas de entrada do capital internacional, tem sido a forma clássica de arrendamento.

Assim, o processo de arrendamento de terras ocorrido inicialmente nos municípios abordados que era efetivado em sua maioria pelos próprios produtores locais que objetivavam aumentar a produção que já era realizada em terras próprias na localidade, atualmente, está incorporado ao circuito mundializado da economia. Nesse sentido, grupos financeiros baseados em outros países arrendam tais terras com objetivos de superexplorá-las através do trabalho tecnificado, incorporando o capital aí acumulado a tantos outros que são gerados socialmente em várias partes do mundo.

Conforme se pode verificar na tabela 46, há um incremento significativo da prática de arrendamento de terras, embora se possa dizer, com apoio de testemunhos que “hoje, este número é bem outro. Muitos arrendamentos só tem contrato de gaveta, pois é dinheiro que não quer aparecer. O próprio dono da terra, também é “testa-de-ferro, administrando pros gringos, principalmente argentinos e chineses.” (S.S)<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida em 24/01/2012 no município de Sinop - MT.

**Tabela 46:** Condição legal do produtor e das terras nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1995/1996 - 2006

Municípios	Descrição	Condição Legal ano 1995/1996		Condição Legal ano 2006	
		Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
<b>LUCAS DO RIO VERDE</b>	Próprias	431	288.237	237	233.962
	S/Titulação Def/Assentado	s.d	s.d	024	665
	Arrendatário	031	8.840	066	22.562
	Parceiro	-	-	001	não disp.
	Ocupante	06	9.586	001	não disp.
	Prod. s/ área	-	-	-	-
	Total	468	306.663	329	257.189
<b>NOVA MUTUM</b>	Próprias	230	698.209	466	533.617
	S/Titulação Def/Assentado	s.d	s.d	223	10.254
	Arrendatário	021	17.322	075	56.109
	Parceiro	-	-	012	6.400
	Ocupante	01	097	001	não disp.
	Prod. s/área	s.d.	s.d	-	-
	Total	252	715.628	777	606.380
<b>SORRISO</b>	Próprias	441	556.222	754	578.584
	S/Titulação Def/Assentado	s.d	s.d	154	13.306
	Arrendatário	033	15.808	169	149.772
	Parceiro	-	-	003	3.227
	Ocupante	001	007	020	6.725
	Prod. s/área	s.d	s.d	s.d	s.d
	Total	475	572.037	1.100	751.615

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996 e 2006.

Ainda segundo a mesma fonte, o valor do arrendamento, conforme a localização do imóvel, benfeitorias já realizadas, histórico de produção, tamanho, relevo, e condição jurídica da mesma, está variando entre 06 (seis) a 12 (doze) sacas de soja por hectare ao ano.

Pode-se dizer assim, que a renda da terra obtida nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, influenciada no início por questões preponderantemente locacionais (proximidade do domicílio do arrendatário e longe

de centros comerciais), se complexifica, passando a condição de renda diferencial II<sup>27</sup>.

E como a soja encontra-se na condição de produto altamente requisitado pelo mercado internacional, o que a torna a terra atrativa enquanto mercadoria, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, assim como outros municípios de iguais características, tornam-se locais valorizados sob a ótica do capital.

A partir desta realidade, e dado ao fato da terra não poder ser multiplicada ao mesmo tempo em que é o principal meio de produção que há na dinâmica do agronegócio engendrada nos municípios analisados, é possível reafirmar com Silva (1980, p. 334) que “[...] o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção.”.

Por outro lado, naquilo que diz respeito ao aumento no número de pequenas propriedades e de minifúndios, o que se pode indicar é que muito embora haja um processo de concentração fundiária que se mantém nos três municípios, o que se percebe é que, socialmente é relevante a manutenção e ampliação do mini e pequeno agricultor junto à grande propriedade, haja vista que se por um lado os mesmos servem eventualmente de mão de obra, por outro lado os mesmos também produzem aquilo que não interessa ao agronegócio produzir, mas que é necessário para o cotidiano das pessoas. Até mesmo porque a dimensão da terra ocupada por estes proprietários não chega a obstaculizar o dinamismo do agronegócio. Além disso, é uma imagem a ser explorada aquela que indica a possibilidade de coexistência entre o pequeno, o médio e o grande produtor.

Sem prejuízo destes elementos, há que se ressaltar, também, a resistência daqueles que lutam por um pedaço de terra para trabalhar e do avanço de suas lutas neste sentido, forçando gestores públicos a construírem alternativas que atendam minimamente reivindicações em torno da conquista de terra.

Nesta perspectiva, Oliveira (2008, p. 489) aponta que a questão agrária brasileira que abriga o desenvolvimento capitalista no campo além de ser desigual, pois não ocorre da mesma forma em todas as regiões brasileiras, também é

---

<sup>27</sup> Conforme análises de Marx (1980, 2001) e Oliveira (2007), vide segundo capítulo.

contraditória. Ou seja, “É a face contraditória da estrutura fundiária brasileira: ela expande simultaneamente latifúndios e unidades camponesas desigualmente pelo território brasileiro.”.

Entende-se assim que se por um lado há um lado funcional para a manutenção e até expansão da pequena propriedade, há também um processo que explicita a resistência em permanecer na terra ou então voltar a ela por parte do agricultor mais descapitalizado. Além disso, embora a lógica capitalista prenuncie um processo de concentração de propriedades nas mãos de poucos, a pequena propriedade politicamente não significa um problema em si para o sistema.

Este avanço não anula, contudo, a prática do mercado de terras entre os mini e pequenos proprietários que muitas vezes empobrecidos encontram no mercado fundiário uma alternativa de sobrevivência. Ilícitos também ocorrem, porém os mesmos não comprometem a resistência daqueles que buscam na terra o seu meio de vida.

Já no que diz respeito à média e grande propriedade, fazendo parte deste mesmo processo, há ainda outro aspecto que precisa ser abordado. Ou seja, se é real a valorização territorial, o que gera interesses externos, também é real que a entrada deste capital tem se dado também, sob a alegação de alto endividamento de agricultores. Nesse sentido, Marcelo Duarte Monteiro, diretor executivo do Aprosoja-MT, informa que há uma diferença entre a renda do produtor e sua dívida, e que “Nas safras 2005, 2006 e 2007, a rentabilidade foi negativa e as dívidas prorrogadas foram correndo a juros altíssimos. Isso acabou quebrando o produtor e até, inviabilizando o pagamento do saldo devedor.” (MACIEL, 27-28/03/2011).

Ou seja, diante das dificuldades encontradas frente às dívidas contraídas com a produção, uma boa oferta de arrendamento das terras, ou parte delas, além de contribuir para pagamento das dívidas, conforme relata M.A.<sup>28</sup>,

É um dinheiro que você sabe o quanto é. Às vezes se tem problema com arrendamento, mas com os estrangeiros o negócio é bem melhor. Muitas vezes eles fazem adiantamento e ainda dependendo da situação eles até te contratam. Pense bem. Às vezes esta é a única chance de você pagar as dívidas, ter um dinheiro e não ter que vender terra. Meio mundo tá fazendo isso.

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida em 27/01/2012, em Sorriso - MT.

Quando se verifica mais atentamente o porquê do suposto endividamento crônico dos agricultores produtores de soja, a primeira questão que fica clara entre os mesmos é que a soja é um produto que propicia uma alta circulação de capital. No entanto, também reconhecem que se não houver uma certa organização administrativa, perde-se o controle do processo, ou como indica Silva “É importante o produtor conhecer seu custo de produção e não ficar esperando mágicas do mercado. Ele não pode ficar especulando com seu custo [...] Para sobreviver no mundo de hoje tem que ser empresário.” (2009, p. 08).

Do custo total da produção, só de insumos, haverá uma despesa que varia de 58,76 % a 59,39 %. Já para o processo de produção em si, o custo variará entre 19,61 % e 19,80 %. E outras despesas como transporte, armazém, custos de transações bancárias ficará entre 21 % e 21,43 %. (HIRAKURI, LAZZAROTTO, 2009). Indica-se ainda que numa perspectiva favorável se deve contar com um valor de R\$ 40,00 a saca e num momento desfavorável, R\$ 34,00.

Confrontado estes dados com agricultores da região, P.B<sup>29</sup>, indica que

É isto mesmo, a partir destes custos, você trabalha com uma margem de mais ou menos 20% de lucratividade. E a Bolsa de Chicago não é tão imprevisível assim, agora a especulação é outra coisa. Se subir duas vezes no período da colheita, venda, pois da mesma forma que pode subir mais, também pode despencar. Não se pode ser ganancioso. Até porque, são poucos os agricultores que trabalham diretamente com a Bolsa de Chicago que é um troço complicado. Só se segura a produção depois de alcançar 35 a 40 reais se você tiver caixa para agüentar o tempo necessário. Já vi muitos companheiros desesperados porque acharam que a saca chegaria a R\$ 60,00 e ela despencou para R\$ 25,00, R\$ 19,00.

Diante desta posição, que foi confirmada com outros depoimentos, o que se questiona é o porquê do endividamento do agricultor:

Bem, uns 10% não estão devendo, estes têm muito dinheiro e continuam a ganhar dinheiro, uns 20 a 30% devem, mas conseguem girar de um ano para o outro, já o resto está tudo quebrado. A coisa vem de mais ou menos 2004 quando descobriram que não podiam pagar as contas e compras de maquinários feitos antes. Lembra aquela coisa do dólar valer a mesma coisa que o nosso dinheiro? E os juros do banco? Quando foram ver, a conta estava impagável. Sem contar que em 2005 o dólar baixou novamente e tivemos queda braba no valor da saca. E aí a coisa vai indo. Outra coisa, muitas pessoas misturam o dinheiro da produção com dinheiro para gastar a vontade. Vai ver só o que tem de filho de agricultor com caminhonete, família viajando para o exterior, construindo casas. Andaram confundindo as coisas, pegaram dinheiro emprestado, gastaram em outra coisa e o lucro não veio. Mas no geral, o endividamento acontece porque o

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida em 18/10/2011, em Lucas do Rio Verde - MT.

setor é mesmo complicado, não há incentivo e qualquer coisa que não dá certo, o prejuízo vem e as vezes vem pesado. (P.B<sup>30</sup>).

Acrescentando elementos a este depoimento, verifica-se que o agronegócio tem protagonizado constantemente situações que expressam insegurança quanto ao futuro do agricultor. Como exemplo toma-se o ano de 2006, mês de abril, quando, partindo do município de Ipiranga do Norte, 500 Km ao norte de Cuiabá, com adesão quase imediata de agricultores de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, iniciou-se o movimento “Grito do Ipiranga” que se propagou para todo o país reivindicando-se melhor tratamento para o setor.

Em 2007 novamente agricultores da região se reúnem para traçar planos de renegociação de dívidas com o Banco do Brasil tanto de safras passadas quanto do período 2006/2007. (FOLHA VERDE, 22/02/2007).

Outro exemplo é o que aponta que 170 processos, no ano de 2010, tramitam no fórum de Lucas do Rio Verde provocados por agricultores que buscam renegociar dívidas referentes à compra de maquinários, alegando-se total incapacidade de pagamento sob as formas contratadas. (SóNotícias, 14/06/2010).

Nesse mesmo sentido, há ocorrência indicando que lideranças agrícolas de Mato Grosso participam em Brasília de audiência junto ao Banco do Brasil e ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento visando tratar de assuntos ligados ao Plano Safra 2011/2012 e a renegociação das dívidas dos produtores rurais do estado. (O CELEIRO DO NORTE, 03/09/2011).

Neste cenário, é possível verificar que se por um lado o agronegócio tem gerado uma circulação intensa de capital<sup>31</sup> e mercadorias, por outro lado também é possível afirmar que o mesmo tem uma destinação seletiva, senão vejamos: Há uma concordância que do total gasto para formar uma plantação de soja, quase 60 % é destinado para compra de insumos, e como os mesmos são em sua grande maioria patenteados em nome de grupos internacionais, logo, é um montante considerável

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida em 18/10/2011 em Lucas do Rio Verde - MT.

<sup>31</sup> Conforme informações (IBGE-Cidades e IBGE-Estados, 2012), no ano de 2010 Mato Grosso contava com 292 agências de instituições financeiras obtendo um volume de R\$ 15.711.552.459 reais em operações de crédito e R\$ 2.751.177.830 reais em poupança. Por sua vez, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, no mesmo ano, com um total de 18 agências (6.16 % do total estadual), movimentaram em operações de crédito R\$ 1.550.205.645 reais, o que representou 9.86 % do total do estado num universo de 141 municípios. Já no que diz respeito à poupança, os três municípios vez obtiveram um volume de R\$ 93.646.759 reais, o que representa 3.40 % do total estadual.



que é drenado da economia local. Se for levado em consideração que há um consumo de 0,80 quilos de defensivos agrícolas por hectare (IMEA, 2011) e que no ano de 2011 o município de Sorriso recolheu 1.276.411 quilos de embalagens vazias de agrotóxicos (Diário Regional, 15/12/2011), então é possível perceber que uma boa parte da riqueza gerada na região não permanece aí.

E diante do endividamento de boa parte dos agricultores para com os bancos, majoritariamente o Banco do Brasil, reforça-se e amplia-se uma prática que já vinha desde meados de 1990, ou seja, toda uma movimentação financeira com as chamadas *tradings*, majoritariamente internacionais, que atuam como distribuidora de insumos, armazéns, compradoras, exportadora, transportadora e emprestadoras de dinheiro, prática conhecida eufemisticamente como “adiantamento”. Geralmente tais empresas antecipam para o produtor a chamada CPR, Cédula do Produtor Rural a fim de viabilizar os insumos necessários. O produtor, por sua vez, mediante contrato, compromete-se a saldar este débito mediante pagamento em produto numa transação conhecida por “soja verde”, aquela que ainda não foi plantada. Há ainda um comprometimento por parte do agricultor de comercializar o restante da produção com esta mesma empresa.

Conforme informações de agricultores, chega-se a antecipar, as vezes, até 80% da previsão de safra. Contudo, conforme relata B.B.<sup>32</sup>, agricultor que tem propriedades em vários municípios de Mato Grosso,

Não considero ruim trabalhar com as tradings. Não preciso ficar mexendo com os bancos, elas armazenam minha produção se eu resolver esperar para vender por um preço melhor. Elas mesmas compram minha soja e eu não tenho que ficar pensando em como vou transportar até o porto, e nem negociar na bolsa. Agora só não se pode fazer loucura, antecipar aquilo que você não vai produzir.

Poucos conseguem se desvencilhar deste círculo. Apenas os mais capitalizados que geralmente se associam entre si e mantêm seus próprios armazéns, comprando insumos diretamente da indústria e fazendo toda transação de compra e venda e transporte a partir de uma estrutura logística comum.

Há ainda na região a agiotagem. Ou seja, empresta-se dinheiro tendo como referência a “soja verde” e não raras vezes estes mesmos intermediários têm toda uma estrutura para fazer o transporte do produto da lavoura até o armazém

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida em 10/01/2011, em Sinop - MT.

indicado. Logo, a primeira parte da colheita é para o pagamento. Há um ditado comum na região que indica que estes “são os maiores agricultores, sem plantar um pé de soja”.

Dívidas são renovadas e não raras vezes ampliadas de ano a ano, o que induz a muitos a continuarem a plantar sempre aguardando que a safra seja boa no Brasil e ruim em outros países, principalmente Estados Unidos e Argentina. Espera-se também por uma boa oferta de arrendamento da propriedade, ou ainda uma oferta irrecusável para a compra de suas terras, assim, conforme relata B.B.,

Em Sorriso principalmente, se você tiver suas terras ao lado de um grande grupo ou fazendeiro ou se for boa e interessar para os mesmos, eles oferecem até 1.500 sacas de soja por hectare. É um absurdo, mas é verdade.

Tal realidade pode ser analisada com referência em Santos e Silveira (2010) quando eles indicam que a mesma segue um padrão onde se construiu um uso intensivo moderno em área de ocupação periférica. Tais autores indicam, ainda, que neste contexto, as terras aí localizadas,

[...] tornam-se aptas para uma agricultura cientificizada de preferência a outro modo de produção agrícola, porque exigem acréscimos técnicos (irrigação, telecomunicações e transportes rápidos e eficientes), semoventes (tratores, máquinas de plantio e de colheita) e insumos ao solo (sementes criadas artificialmente para essas condições ambientais, fertilizantes), mas também informação (mapas específicos, previsão de safras) e dinheiro para responder às demandas de capital orgânico.[...] Estes e outros fatores convergem, mediante a apropriação privada de grandes extensões de terra, para a formação de fazendas modernas dispersas. (SANTOS e SILVEIRA, 2010, 131).

E corroborando com o quadro empírico apresentado, Santos e Silveira (2010, p. 131), ainda acrescentam que no caso brasileiro, e aqui se pontua os exemplos de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso,

[...] a subordinação às lógicas globais é evidente não apenas pela presença dos atores hegemônicos, mas também porque estes se utilizam de objetos técnicos contemporâneos. E esse arranjo de objetos modernos acaba restringindo seu uso a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzindo a ações excludentes.

Exemplo emblemático desta relação é o relacionado à soja transgênica.

Liberada para comercialização no Brasil a partir do ano de 2005, muito embora em algumas lavouras, notadamente do Rio Grande do Sul, já se fizesse presente anterior a este ano de forma ilegal, a produção agrícola a partir de sementes transgênicas, com forte adesão de agricultores de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, sob alegação de economia no cômputo geral das despesas,

estes produtos agregaram uma série de novidades nas relações envolvendo a produção, ou seja, “Fatores como segregação do produto, qualificação profissional dos funcionários, pagamento de royalties, problema de contaminação, passaram a coexistir junto a essa tecnologia.” (LEITÃO, *et al*, 2010, p. 62). E neste conjunto de fatores se estabelece um rígido controle sobre os produtores.

Entretanto, a despeito da alegada validade em se trabalhar com a soja transgênica, começa-se a questionar a forma de relacionamento existente entre agricultores e a empresa que usufrui os direitos de patente desta espécie de soja, a multinacional Monsanto.

Um destes questionamentos, acompanhado por agricultores de todo o Mato Grosso, vem da diretoria do Sindicato Rural de Sinop (80 Km de Sorriso), cujo município sede é tido como referência para toda a região norte do estado.

Neste sentido, Leonildo Bares, presidente do Sindicato, informa que há um ano tramita uma ação pública na comarca de Cuiabá (capital) questionando a multinacional Monsanto no tocante a cobrança de royalties sobre a soja transgênica com a tecnologia RR (Roundup Ready). (DESSBESELL, 18/01/2012).

Uma das interpelações colocada é que não obstante ao fato do agricultor ter de pagar pelo uso da tecnologia, 1 % a 1,2 % sobre o valor do quilo da semente, se o pagamento for feito na hora da compra da semente via boleto bancário, ou 2 % se o mesmo realizar-se na hora de se comercializar a produção, a multinacional está exigindo também uma indenização extra, caso a produção ultrapasse a meta de 72 quilos de grãos por quilo de semente indiferentemente de técnica ou gestão utilizada pelo agricultor.

Outro questionamento colocado é a respeito da pressão sobre todos os produtores que esta multinacional impõe: Ou seja, caso se plante semente convencional e a mesma se contamine com material da transgênica (há diversas formas desta contaminação ocorrer), também se está cobrando 2 % de todo o produto, indiferentemente do mesmo não ser transgênico. Tal exigência é possível dado em razão da Monsanto ser a única empresa que detém o direito de fazer testes em qualquer armazém brasileiro, podendo embargar a mercadoria caso não aprove os termos que a satisfaz. (DESSBESELL, 18/01/2012).

Questiona-se ainda a recusa desta empresa em emitir notas fiscais sobre estas operações sob a alegação de que se trata de uma indenização, o que impossibilita a contabilização de tais custos junto à receita federal brasileira. Soma-se a todos estes questionamentos jurídicos, a legalidade da Monsanto em cobrar royalties sobre a semente RR, haja vista que já se passaram mais de 20 anos de seu lançamento no mercado mundial, o que a torna de domínio público. O que se alega é que o produto vem sendo mascarado com outras especificações técnicas, mas que não há nenhum elemento novo nem nas sementes e nem na técnica de aplicação.

A partir de tais elementos, o que se pode assinalar é que o Complexo Agroindustrial da soja impõe, cada vez mais, uma sujeição ao agricultor sobre todos os momentos do processo produtivo numa engrenagem que alimenta e induz uma dependência cada vez mais forte junto ao grande capital, majoritariamente internacionalizado.

O agricultor, neste processo, atraído muitas vezes pelo alto volume de capital que a soja movimentava e por perspectivas de bons rendimentos, entra neste circuito complexo dominado pelo capital internacional tanto “antes da porteira” quanto “dentro e fora da porteira”.

Tal cenário é retratado por P.B da seguinte forma:

Às vezes isto parece um cassino: Se você entra com seu próprio dinheiro ou empenhando bens, você precisa de muita sorte e jogar bem para não quebrar logo na primeira safra. Às vezes há um empate financeiro e você tem a opção de largar ou continuar. No entanto, se você ganha na primeira rodada e empolga-se, corre o risco de querer dobrar a aposta e quebrar na safra seguinte ou então ganhar muito dinheiro. Poucos têm cabeça para apostar só aquilo que não vai comprometer aquilo que já conseguiu. E há também os jogadores profissionais, que são poucos, que não aposta tudo numa única mesa e ainda não tem dó de deparar um amigo ou parente na primeira oportunidade, e quando quebram, levam muita gente junto.

P.B. argumenta ainda que

no agronegócio não tem lugar para amador. Acabou-se o tempo do migrante romântico que experimentava uma cultura num ano e se não desse certo conseguia dar a volta. Plantar soja não é para qualquer um. Ou dá certo, ou você tem que ter recurso para aguentar a crise, nem se for emprestando de agiota ou de banco, pagando juros altíssimos.

O que se explicita dos depoimentos e dos dados públicos é que o desenvolvimento gerado através da atividade do agronegócio nos municípios

estudados, não obstante propiciar um volume de capital que envolve vários agentes, é um desenvolvimento que implica num processo de concentração de riqueza compartilhada entre uma pequena minoria local e grupos econômicos que detêm a hegemonia nas transações comerciais e financeiras.

Tal concentração, ou em outras palavras, descapitalização da maioria, tem basicamente dois processos que embora distintos complementam-se. O primeiro deles advém do endividamento. Os Complexos Agroindustriais se alimentam de um processo de financeirização de suas atividades mais onerosas. A injeção de capital constante é uma necessidade para a vitalidade dos mesmos. E conforme fica claro, a dinâmica econômica verificada tanto em Lucas do Rio Verde, quanto em Nova Mutum e Sorriso, é alimentada grandemente por um capital oriundo de empréstimos.

Porém, não obstante o volume de inadimplência que se apregoa, financiamentos oficiais para atividades agrícolas ainda se mantêm conforme se verifica na tabela 47, muito embora num número decrescente, mesmo porque as *tradings* têm assumido cada vez mais o papel dos bancos oficiais.

Verifica-se, ainda, que em relação aos empréstimos para a pecuária, também o número decresce tanto em razão de diminuição de linhas de financiamentos quanto inadimplência no setor.

**Tabela 47:** Financiamentos públicos concedidos a produtores e cooperativas – Custeio, Investimento e Comercialização para os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 - 2010

Ano	Municípios	Nº Total de Contratos	Agrícola		Pecuária		Valor Total
			Nº Contratos	Valor	Nº Contratos	Valor	
2003	Mato Grosso	41.739	23.930	2.173.911.067	17.809	468.172.683	2.642.083.750
	Lucas do Rio Verde	1.230	1.172	128.303.707	058	3.198.602	131.502.315
	Nova Mutum	1.089	942	110.372.079	147	6.862.443	117.234.522
	Sorriso	1.667	1.584	200.707.941	083	5.528.760	206.236.702
2010	Mato Grosso	39.726	11.899	2.981.904.676	27.827	1.797.291.618	4.779.196.295
	Lucas do Rio Verde	545	524	131.667.860	021	5.947.938	137.615.798
	Nova Mutum	686	573	177.510.439	113	13.828.856	191.339.294
	Sorriso	790	727	194.476.838	063	9.261.240	203.738.078

Fonte: Banco Central – Anuário Estatístico 2003-2010.

O segundo processo que se alimenta enormemente da financeirização das atividades agropecuárias, mais especificamente do endividamento oriundo de atividades agropecuárias, é a dinamização do mercado de terras. Se é real a valorização da mesma dado ao fato de não ser possível reproduzi-la e o mercado demandar cada vez mais *commodities*, apesar de todo progresso técnico que se renova a cada safra, o endividamento, particularmente do médio produtor, tem levado o mesmo em várias circunstâncias a se desfazer de parte ou de toda ela.

Como a procura de terras é grande e o preço é alto, só quem pode comprar são os grandes proprietários que já possuem muita terra ou os grupos econômicos estrangeiros que estão vendo neste mercado uma boa possibilidade de investimento. É um círculo vicioso que fragiliza o processo de desenvolvimento gerado, pois se por um lado inclui um grande contingente de trabalhadores, por outro lado, diminui o número de proprietários de terras, tornando a concentração fundiária, aliada ao endividamento acelerado dos produtores numa supressão ainda maior da autonomia dos agentes econômicos do lugar.

Neste contexto vai se definindo, de forma gradual, mas consistente, quatro estratos de agricultores: O de subsistência, que enquadra os proprietários de minifúndios e uma parcela dos pequenos proprietários. Estes têm que geralmente complementar suas rendas com o salário de membros da família, aposentadoria, ou trabalhos temporários que estão se tornando permanentes em outras terras ou setores urbanos.

Há o proprietário médio, que tem se definido, muitas vezes, embora a contragosto, até por conveniência legal e financeira junto a bancos que oferecem créditos agrícolas, como agricultor familiar. O mesmo emprega de forma temporária grande parte de seus funcionários, que não são muitos, e busca entrar no circuito produtivo do grande produtor. É neste estrato que se encontra o grande número de agricultores endividados. E é neste estrato também que se encontram os maiores consumidores de produtos da chamada classe média. Estes, em sua grande maioria residem no município com suas famílias.

Há ainda o grande proprietário e produtor. Muitas vezes associado a grupos econômicos maiores. Encontra-se totalmente integrado aos Complexos Agroindustriais sendo que, não raras vezes, possui interesses financeiros também

tanto em setores que atuam no ramo de insumos, quanto em setores de serviços, indústria e comércio da produção agropecuária.

E há também o chamado proprietário e agricultor que “não tem rosto e nem endereço certo”. Às vezes há placas indicativas que as terras pertencem a algum grupo empresarial, muitas vezes internacional. E, em várias circunstâncias, se sabe apenas quem são os funcionários administradores que, por sua vez, não revelam quem são seus patrões.

Entretanto, a despeito desta estratificação, nem sempre no cotidiano a mesma aparece de forma clara e pura. A dinâmica do agronegócio não raras vezes mescla e confunde a posição social destes sujeitos. E não obstante a isto, dado a historicidade da formação destes municípios e vínculos que foram se formando neste processo, ainda é possível identificar uma convivência muito próxima destas pessoas, que geralmente já se conhecem há alguns anos e não raras vezes de outros lugares.

Exceção a esta regra diz respeito aos assentados. Estes, micro produtores, e geralmente funcionários de outros patrões, ou vem de estados do norte e nordeste ou então de regiões empobrecidas do próprio Mato Grosso. Muitas vezes discriminados, seja em relação a sua dedicação ao trabalho, seja em relação a aspectos morais, ou então por questões de origem, notadamente os norte nordestinos, recebem um acolhimento diferente, e de forma estigmatizada. É o setor empobrecido e geralmente com problemas de documentação da terra e que muitas vezes adotam práticas que depõem contra si, tais como, venda de lotes, problemas de ordem familiar tornados públicos, entre outros. Mas também é o setor, empobrecido, que em sua grande maioria já convive com uma dupla jornada de trabalho. Em sua terra e na de outro proprietário ou então de empresário urbano.

O que fica claro neste processo é que os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, integrados no Complexo Agroindustrial da soja têm sua força e dialeticamente sua fragilidade na questão fundiária. Entretanto, na medida em que se ampliam e diversificam as atividades ligadas a tal complexo, duas outras questões ligadas ao processo também se revelarão importantes para viabilizar ou não um dinamismo econômico social mais consistente e duradouro. A saber: Como se dá a divisão de trabalho neste universo e como se constrói a relação urbano-rural.

#### 4.4 A questão rural urbana e a divisão do trabalho no agronegócio

A partir do entendimento que é o uso do território que conforma estruturalmente a dinâmica social dos lugares e regiões, e que a consolidação dos Complexos Agroindustriais propiciou uma territorialização do capital no campo, além de sua integração com os demais setores da economia, o que indica uma aceleração nos processos produtivos, além de uma otimização do chamado espaço-tempo,<sup>33</sup> então é possível afirmar que a relação entre o espaço rural e o espaço urbano nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso e outros municípios com similar desenvolvimento, reflete a dinâmica do agronegócio.

Ou seja, “[...] a reestruturação produtiva da agropecuária, que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos, que passam por um processo acelerado de organização.” (ELIAS, 2008, p. 02).

A autora fundamenta tal perspectiva apontando que “Com a expansão dos sistemas de objetos voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos de uma maneira geral, os fatores locacionais clássicos são redimensionados, ocorrendo uma verdadeira descentralização da produção.” (ELIAS, 2008, p. 02). Isto indica que há um processo de substituição do meio natural e técnico pelo meio técnico-científico-informacional.

Aprofundando um pouco mais sua análise, Elias (2008, p. 04) observa que o fenômeno social do agronegócio “[...] acirra a refuncionalização dos espaços agrícolas e leva a difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja de organização da produção, seja da dinâmica do próprio espaço agrícola.”.

Já Oliveira (2008, 475) observa que há uma indicação que “[...] o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão.” Tal observação embasa a compreensão do desenvolvimento histórico em seu processo dialético na medida em que se verifica que há um movimento de

---

<sup>33</sup> Otimização esta garantida pelos avanços tecnológicos nas comunicações, transportes, de aperfeiçoamento de processos de gestão e de flexibilização do mundo do trabalho.



negação da negação quando é repostado sobre novas bases a união cidade-campo, que foi separada com o processo histórico da industrialização e concomitante modernização do campo.

Entretanto, concorda-se que “Essa unidade contraditória entre a cidade e o campo não elimina suas diferenças – ao contrário, aprofunda-as, tornando cada vez mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral da outra.” (OLIVEIRA, 2008, p. 475).

Nesse sentido, naquilo que diz respeito aos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, contextualizados na dinâmica do estado de Mato Grosso, que desde meados da década de 1960 desempenha o papel de fronteira agrícola e de migrantes, é possível perceber pela tabela 48, que a forma direcionada de colonização, na qual as colonizadoras tinham que casar o rural com o urbano em seus projetos, além de todo incentivo para com a modernização da agricultura - o que implica em aquisição de máquinas, circulação de dinheiro, contratação temporária de pessoas para abertura de terras e atração de comerciante e pessoas de perfis urbanos – além de atração de empresas ligadas empresarialmente ao ramo agrícola, favoreceu para que houvesse um maior fluxo da população para a área urbana, não obstante a clara vocação rural destes lugares. O município de Nova Mutum difere um pouco deste quadro, muito embora haja uma reversão num espaço de 10 anos. Fato que se explica em virtude de uma parte da população do mesmo ter se constituído mediante anexação de projetos de assentamentos já existentes, conforme já indicado.

**Tabela 48:** Evolução Populacional de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 1991 - 2010.

Local	População	1991	1996	2000	2010
Mato Grosso	População Total	2.027.231	2.235.832	2.504.353	3.035.122
	População Urbana	1.485.110	1.705.139	1.987.726	2.482.801
	%	73,3	76,3	79,4	81,8
	População Rural	542.121	530.693	516.627	552.321
	%	26,7	23,7	20,6	18,2
Lucas do Rio Verde	População Total	6.693	12.647	19.316	45.556
	População Urbana	4.332	9.537	16.145	42.455
	%	64,7	75,4	83,6	93,2
	População Rural	2.361	3.110	3.171	3.101
	%	35,3	24,6	16,4	6,8
Nova Mutum	População Total	5.542	8.388	14.818	31.649
	População Urbana	2.108	3.617	10.376	25.865

	%	38	43,1	70,0	81,7
	População Rural	3.434	4.771	4.442	5.784
	%	62	56,9	30	18,3
<b>Sorriso</b>	População Total	16.107	26.711	35.605	66.521
	População Urbana	11.325	16.375	31.529	58.364
	%	70,3	61,3	88,6	87,7
	População Rural	4.782	10.336	4.076	8.157
	%	29,7	38,7	11,4	12,3

Fonte: IBGE-Cidades/SEPLAN-MT/2011.

Através da tabela 48 também é possível indicar que o estado de Mato Grosso como um todo, ainda continua a atrair pessoas de outras regiões<sup>34</sup>. Entre 1991 e 2010 houve um incremento em sua população, somando-se aí o crescimento vegetativo, de 49,71 %. Contudo, seguindo uma tendência nacional, apesar de ter a sua economia ligada majoritariamente ao setor agropecuário, a população urbana de Mato Grosso no período aumentou 67,17 % enquanto sua população rural apenas 1,88 %.

Há que se reafirmar, entretanto, que o processo de modernização agropecuária e seu desenvolvimento para os Complexos Agroindustriais não abarca o estado como um todo. Nem todas as regiões do estado atraíram população e dinamismo econômico.

Assim, a microrregião Alto Teles Pires, situada no norte do estado, envolvida desde o início do ciclo de governos militares no planejamento geopolítico de exploração e povoação da Amazônia Legal, tem sido objeto de atenção, além de suas fronteiras. Neste sentido, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso se referenciam desde o início como ponto de atração populacional. A princípio de forma induzida por colonizadoras e agentes governamentais e, no bojo desse processo, tornam-se atrativos também como fonte de trabalho para uma população empobrecida, tanto do próprio Mato Grosso quanto de outras regiões do Brasil.

Como confirmação deste quadro, verifica-se que no período entre 1991, início da história de emancipação política destes municípios, e 2010, conforme demonstra ainda a tabela 48, o município de Lucas do Rio Verde teve um acréscimo

<sup>34</sup> Entre os anos de 1980 a 2000 o estado de Mato Grosso teve um fluxo de 1.291.851 imigrantes. Em relação à emigração o número foi de 615.592. (IBGE-Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000).

populacional total de 580,65 %, enquanto no de Nova Mutum o aumento foi de 471,07 % e no de Sorriso 312,99 %.

Já no que diz respeito à população rural destes municípios neste período, muito embora haja um aumento nos números absolutos, (Lucas do Rio Verde 31,42 %, Nova Mutum 68,58 % e Sorriso 70,57 %), a proporcionalidade entre a população rural e urbana, conforme se verifica, aumentou significativamente. Em Lucas do Rio Verde houve um aumento da população urbana de 882,30 %, Nova Mutum de 1226,99 % e Sorriso de 415,35 %.

E à medida que o agronegócio se consolida, sua racionalidade se confirma. Aumenta-se a produção e o volume de terras exploradas, porém, ao mesmo tempo, o trabalhador rural e suas famílias são substituídos por máquinas agrícolas e outros avanços técnicos. Neste percurso, o espaço urbano se complexifica absorvendo e atraindo tanto pessoas, quanto capital, não obstante a desproporcionalidade da área conforme se verifica nos mapas 2, 3 e 4 (Mapas de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso).



**Figura 5. Mapa 2:** Município de Lucas do Rio Verde - MT  
Fonte: SEPLAN/MT – Desenhado sobre base cartográfica atual. In. Tanganelli Jr. (2011).



**Figura 6. Mapa 3:** Município de Nova Mutum - MT

Fonte: SEPLAN/MT – Desenhado sobre base cartográfica atual. In. Tanganelli Jr. (2011).



**Figura 7:** Mapa 4: Município de Sorriso - MT

Fonte: SEPLAN/MT – Desenhado sobre base cartográfica atual. In. Tanganeli Jr. (2011).

Pode-se dizer, assim, que nestes três municípios a urbanização tem como causa direta o desenvolvimento de uma agricultura voltada ao mercado internacional, o que indica que esta urbanização se desenvolve atrelada às atividades agrícolas e agroindustriais e depende, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma interligados a outros mercados tanto nacionais quanto internacionais.

Confirmando tal proposição, verifica-se que a abertura de empresas (tabela 49) nestes três municípios tem se dado de forma constante, conforme se exemplifica entre o ano 2006 e 2009, a despeito do chamado endividamento dos produtores rurais.

**Tabela 49:** Número de empresas existentes em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso: 2006 – 2009

Descrição	Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
Nº empresas existentes	979	1.835	803	1.300	1.825	2.154
Pessoal ocupado total	6.237	15.107	6.127	9.986	11.438	16.677
Pessoal assalariado	5.354	12.625	5.356	8.483	8.990	13.568
Salário Médio Mensal	2,4	2,3	2,1	2,4	2,5	2,5

Fonte: IBGE-Cidades, 2010.

É possível verificar que, neste período, Lucas do Rio Verde teve uma elevação em seu número de empresas de 87,43 %, Nova Mutum 61,89 % e Sorriso 18,15 %. Uma das razões desta diferença entre os três municípios é que empresas já consolidadas em Sorriso estão abrindo filiais em Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Outra explicação dada é que em razão do aumento de atividades relacionadas à criação de porcos e aves e implantação de empresas relacionadas ao abate de tais animais, também tem atraído empresas periféricas aos grandes grupos que aí se instalam. A cultura do algodão em Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, embora não seja tão significativa quanto a da soja e do milho, também atrai novas empresas.

E nesta dinâmica, conforme evidencia a tabela 49, há todo um processo de fixação de pessoas na área urbana. No período referenciado, Lucas do Rio Verde incrementa o seu quadro de pessoal total em 142,21 % sendo de assalariados 135,80 %. Já Nova Mutum aumenta seu plantel em 62,98 % e pessoal assalariado em 58,38 % e, finalmente, Sorriso, tem no período, enquanto pessoal ocupado nestas empresas, um aumento de 45,80 %, sendo que de pessoal assalariado 50,92 %.

Há que se fazer notar que em relação à média salarial, há uma hierarquia discreta entre os três municípios, contudo tal dado é frágil, haja vista que é uma prática não se revelar o salário de executivos que trabalham em multinacionais e algumas empresas nacionais do ramo agropecuário. Entretanto tal informação reforça a tese que a média salarial oculta um desnível muito grande entre a maioria dos trabalhadores urbanos e alguns executivos, o que denota que a concentração de renda ocorre não somente no processo de produção agropecuária, mas também nos setores intermediários.

Entretanto um padrão que tem se mantido, tanto em Mato Grosso como em todo, como nos três municípios analisados, é o que indica que o setor de serviços tem elevado sua participação no processo econômico envolvendo o agronegócio. Este setor tem se destacado na captação do capital gerado nestes municípios até mesmo pela rapidez com que se instala, altera e muda de lugar dado ao progresso técnico envolvendo comunicações, transportes, armazenagens, consultorias, intermediações financeiras e comerciais entre outras atividades.

Verifica-se, assim, pela tabela 50, que em Lucas do Rio Verde no período compreendido entre 2003 e 2009 houve um acréscimo de 176,89 % em seu PIB, mas que o setor agropecuário que tinha uma participação nesse total em 2003 de 42,39 %, já em 2009 cai para 20,66 %. Já a indústria que detinha em 2003 apenas 5,64 % do PIB, em 2009 passa para 16,42 %. O setor de serviços, por sua vez, não obstante deter em 2003, 40,76 % do PIB, em 2009 avançou ainda mais para 48,74 %.



**Tabela 50:** PIB – Valor Agregado Bruto a preços correntes dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 – 2009 (R\$ 1.000)

Setor	Lucas do Rio Verde		Nova Mutum		Sorriso	
	2003	2009	2003	2009	2003	2009
Agropecuária	277.089	373.953	318.057	464.372	512.755	647.021
Indústria	36.917	297.151	34.446	131.095	66.756	222.889
Serviços	266.449	882.222	191.121	475.886	425.119	1.173.000
Impostos s/ prod. Líquidos de subsídios	73.148	256.462	46.948	129.592	104.504	296.452
<b>Total</b>	<b>653.603</b>	<b>1.809.788</b>	<b>590.572</b>	<b>1.200.944</b>	<b>1.109.133</b>	<b>2.339.762</b>

Fonte: IBGE-Cidades.

Já em Nova Mutum acontece algo semelhante. Com uma evolução do PIB no período de 103,35 %, o município que em 2003 apresentava o setor agropecuário detendo 53,85 % do PIB, em 2009 passa para 38,66 %. Já em relação à indústria, a mesma passa de 5,83 % para 10,91 %, e o setor de serviços de 32,36 % vai para 39,62 %.

Por seu turno Sorriso acompanha este movimento. Com um incremento em seu PIB de 110,95 % no período compreendido entre 2003 e 2009, o município terá a participação agropecuária neste intervalo de tempo diminuído de 46,50 % para 26,65 %. Já a indústria por sua vez passa de 6,08 % para 9,52 % e o setor de serviços aumenta seu índice de 38,32 % para 50,13 %.

Em conformidade com este quadro, há que se salientar que o Mato Grosso como um todo, no ano de 2008, enquanto PIB-VAB a preços correntes, apresentou enquanto participação da agropecuária no total, um índice de 28,63 %, a indústria 16,33 %, e o setor de serviços 37,52 %. (IPEA/DATA/2011).

Fica claro, assim que, no estado de Mato Grosso, de uma forma geral, e nos três municípios estudados, de uma forma mais acentuada, quanto mais se aumenta a produção agropecuária incorporando a racionalidade dos Complexos Agroindustriais, mais o setor de serviços tem sua participação acrescentada. E neste quadro, o setor industrial vem mantendo uma atuação mais discreta, com uma leve alta. Isto implica em dizer que há uma racionalidade que se mantém naquilo que diz respeito à divisão de trabalho no agronegócio desenvolvido no Mato Grosso e de

forma mais clara em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. E nesta racionalidade, o urbano se destaca como *locus* que, de forma cada vez mais preponderante, materializa este processo.

É possível afirmar, assim, que o agronegócio, que tem na integralização de capitais e na incorporação de objetos e processos que incorporam avanços técnicos e científicos a sua sustentação, consolida-se a partir de uma divisão do trabalho construída num processo histórico que dividiu o mundo em alguns países que detém uma hegemonia industrial e de capital e o restante que alimenta essa hegemonia através da exploração de seus recursos naturais.

No bojo desse processo se formou frações de burguesia nacionais e regionais que usufruem subsidiariamente e cooperativamente da extração internacional da mais valia, alimentando um processo de exploração mesmo não sendo naturais dos países hegemônicos. Este mesmo segmento reforça dominações e reestruturações espaciais mesmo que isto comporte perversos mecanismos de exclusão social que atingem até a si próprios.

Tal realidade pode ser explicada a partir da análise de Santos e Silveira (2010, p. 144) que indicam que “Ao longo do tempo, cada lugar é alvo de sucessivas divisões de trabalho. Mas esse mesmo lugar, visto num corte temporal, isto é, num momento dado, acolhe simultaneamente várias divisões de trabalho.”. E esta simultaneidade comporta por sua vez uma superposição de diversos circuitos de produção.

Observa-se assim que este processo dialético deve ser avaliado a partir das “[...] relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.” (MARX, ENGELS, 2007, p. 93). Ou como indica Chauí (2006), estas relações, que se estabelecem como relações sociais de produção e que revelam a essência da divisão social do trabalho, possuem três componentes: “o trabalho, atividade orientada para superar uma carência, o material ou objeto do trabalho, a matéria a ser trabalhada, e os instrumentos de trabalho, ou seja, os meios de produção. Há processo porque os três componentes são momentos de um todo, o trabalho.” (CHAUÍ, 2006, p. 143). E como este processo se dá historicamente, no modo de produção capitalista tal dinâmica é possível se dois pressupostos estiverem presentes: “O trabalho livre, isto é, uma propriedade do

trabalhador que pode ser vendida por ele, e a separação entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção” (CHAUÍ, 2006, p. 144).

Esta relação, construída no bojo de cada sociedade, caracterizada por usurpações, violências veladas ou explícitas materializou uma sociedade cuja uma minoria detém os meios de produção e a grande maioria detém apenas a força do trabalho que é colocada no mercado como uma mercadoria qualquer.

Verifica-se ainda que esta relação, na complexidade atual do capitalismo que opera de forma mundializada, engendra

Um processo lógico e histórico de produção do capital (de sua permanente valorização) [...] que efetiva-se pela conjunção e conjugação dos processos de produção e circulação propriamente ditos, como momentos de uma mesma e única totalidade. Envolve, assim, por um lado, um tempo destinado à produção de valores de troca, por outro, um tempo destinado à circulação dessas mercadorias. (MELLO, 2000, p. 51).

Entende-se assim que a divisão social do trabalho, quando colocada no plano mundial acaba por revelar que a burguesia mundial não se apresenta de forma homogênea. Ela foi construída levando-se em conta especificidades históricas, entre as quais o processo de acumulação primitiva de capital e da formação dos Estados nacionais, o que culminou numa divisão internacional do trabalho como um todo, o que implica que há uma hierarquia histórica e geográfica tanto entre os trabalhadores quanto entre a burguesia.

Nesse sentido, o agronegócio quando desenvolvido em países como o Brasil, muito embora apresente uma atualidade naquilo que diz respeito à técnica e aos processos, apresenta-se de forma subalterna frente a outros centros, pois se a burguesia agrária brasileira detém quase a exclusividade sobre a terra (meio de produção e mercadoria), há uma burguesia internacional que detém monopólios e patentes de máquinas, sementes, defensivos e do capital. Logo, afirma-se aqui que há uma exploração hierarquizada no processo do agronegócio, exemplificando aqui Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.

E como o desenvolvimento do modo de produção capitalista se dá através de suas contradições, sendo uma delas a centralização de capital, o agricultor capitalista é envolvido neste processo primeiramente via endividamento, ou seja, suas mercadorias detêm no mercado um valor menor que as mercadorias da burguesia internacional, o que indica que terá que apresentar uma produção sempre maior para manter uma mesma taxa de lucro, e como o processo é perverso, ele

acaba tomando dinheiro emprestado para fazer frente a este círculo vicioso. Muitos não conseguem se manter nesta ciranda, sendo levados a se desfazerem de seus meios de produção ou então emprestando-os por uma renda segura via arrendamento.

Num processo intrínseco a este, a burguesia rural obtém a sua renda via extração da mais valia sobre o proletário que em última instância tem que dar conta de um duplo processo de exploração: Um nacional e um internacional.

Ocorre aí um fenômeno peculiar ao agronegócio: O aperfeiçoamento técnico embutido nas máquinas, sementes melhoradas e insumos, que, em última instância, significa trabalho embutido, substitui cada vez mais o trabalho vivo do empregado rural. Contudo, como este ainda é necessário em algumas fases da produção, o patrão o contrata na perspectiva de extrair o máximo de mais-valia possível; contratando-o de forma esporádica para não ter que pagar o seu tempo livre e pagando-o apenas o necessário para garantir o trabalho realizado.

Tal dinâmica explica a contratação precária de produtores rurais empobrecidos de regiões do nordeste por tempo limitado que vem ocorrendo tanto em Lucas do Rio Verde, como em Nova Mutum, quanto em Sorriso. Como em suas regiões de origem a renda obtida através do trabalho em suas terras é irrisória ou então o salário é ínfimo em comparação com o salário pago nestes três municípios<sup>35</sup>, é uma constante a chegada de comboios de trabalhadores para executarem, principalmente, os trabalhos braçais por pouco período. Tais trabalhadores são agenciados pelos chamados “gatos” ou então de uma forma um pouco mais sofisticada, pelas empresas de trabalhos temporários.

Assim, na complexidade do circuito produtivo dos Complexos Agroindustriais, cujo produto do trabalho rural é cada vez mais controlado por corporações e empresas situadas tanto “antes da porteira” e “depois da porteira”, o que se observa é que a dinâmica do agronegócio tem se consolidado através do trabalho dito urbano, conforme é possível inferir das tabelas 51, 52 e 53.

---

<sup>35</sup> Informações dão conta que o salário nestes três municípios varia entre 1 a 2,5 salários mínimos, conforme o trabalho e o tanto de horas a ele dedicado.

**Tabela 51:** Admissões e desligamentos no emprego formal em Lucas do Rio Verde – 2007- 2011

Ano	Todos os Setores			Setor Agropecuário		
	Admissões	Desligamentos	Nº Estab.	Admissões	Desligamentos	Nº Estab.
2007	7.581	5.838	2.430	1.994	1.705	327
2008	11.758	8.132	2.430	1.967	2.019	327
2009	11.424	10.367	2.430	1.922	17.44	327
2010	11.366	11.195	2.430	2.197	2.115	327
2011	14.188	12.771	2.430	2.951	2.641	327

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-CAGED/2012.

**Tabela 52:** Admissões e desligamentos no emprego formal em Nova Mutum – 2007- 2011

Ano	Todos os Setores			Setor Agropecuário		
	Admissões	Desligamentos	Nº Estab.	Admissões	Desligamentos	Nº Estab.
2007	6.836	5.315	1.834	2.022	1.764	403
2008	8.108	7.603	1.834	1.980	1.902	403
2009	8.446	8.720	1.834	1.846	1.989	403
2010	9.775	8.604	1.834	2.648	2.519	403
2011	11.069	9.905	1.834	2.669	2.580	403

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-CAGED/2012.

**Tabela 53:** Admissões e desligamentos no emprego formal em Sorriso – 2007- 2011

Ano	Todos os Setores			Setor Agropecuário		
	Admissões	Desligamentos	Nº Estab.	Admissões	Desligamentos	Nº Estab.
2007	8.928	7.890	3.662	2.128	1.946	673
2008	12.244	10.684	3.662	2.621	2.348	673
2009	14.366	12.811	3.662	2.604	2.504	673
2010	16.590	15.658	3.662	2.688	2.674	673
2011	16.297	15.244	3.662	2.686	2.621	673

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-CAGED/2012.

Conforme os dados apresentados (tabelas 51, 52 e 53) e fazendo um comparativo entre os anos de 2007 e 2011<sup>36</sup>, pode-se indicar que em Lucas do Rio Verde o número de admissões em todos os setores teve um acréscimo de 87,15 %. No setor agropecuário, por sua vez, o acréscimo foi de 47,99 %. No que se refere às demissões de todos os setores, o índice foi de 118,75 % e no setor agropecuário 54,89 %.

<sup>36</sup> Nessa pesquisa, por mais que se tenham encontrado evidências de trabalhos que se dão de forma precária e informal, é difícil de se estabelecer números.

Por outro lado, a relação entre setor agropecuário e todos os setores indica que, em 2007, o setor agropecuário, no quesito admissões, detinha um índice de 26,30 % neste conjunto e, em 2011, 20,80 %.

Em Nova Mutum, por sua vez, a comparação entre 2007 e 2011 revela que no quesito admissões em geral, houve um acréscimo de 161,92 % e no das demissões, 86,36 %. No que se refere ao setor agropecuário, esta relação foi de 32 % nas admissões e 46,25 % nas demissões. Naquilo que se refere à participação do setor agropecuário no universo do trabalho como um todo, naquilo que se refere às admissões, no ano de 2009 foi de 29,57 % e em 2011 de 24,11 %.

Já em Sorriso, a relação entre os admitidos em geral de 2009 para 2011 foi de 82,53 %, enquanto dos desligados, 93,20 %. No que se refere ao setor agropecuário, as admissões entre 2007 e 2011 tiveram um acréscimo de 26,22 % e os desligamentos de 34,68 %. A participação do setor agropecuário nas admissões em 2007 foi de 23,83 %, enquanto que em 2011 foi de 16,48 %.

Percebe-se assim que atividades ligadas ao setor agropecuário, não obstante ser o carro-chefe das economias locais, asseguram menos que  $\frac{1}{4}$  dos empregos disponíveis. Além disso, nos três municípios esta participação está diminuindo, não obstante haver um aumento na produção, o que indica a possibilidade da mão de obra estar sendo substituída em razão dos avanços técnicos.

Em relação ao estado de Mato Grosso como um todo, constata-se que em 2010 houveram 356.992 admitidos para 339.640 desligados, sendo que no setor agropecuário houve 78.806 admissões para 77.180 desligamentos. Já no ano de 2011, houve 396.942 admissões no total para 376.455 desligamentos. No que diz respeito ao setor agropecuário, as admissões foram 87.036 contra 83.455 desligamentos. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2012).

Isto implica em dizer que, se por um lado houve um aumento nas admissões como um todo no período observado de 11,19 %, e o setor agropecuário tenha tido um aumento de 10,84 %, por outro lado, a participação dos trabalhadores no setor agropecuário se mantém abaixo de  $\frac{1}{4}$  no quadro geral de empregos, mesmo que no ano de 2010 tenha havido um índice de 20,07 % contra 21,92 % de 2011, o que indica uma leve alta.

O que fica claro com estes números é que há uma racionalidade que permeia o agronegócio como um todo. A despeito do aumento de capital que circula ano a ano neste processo, o trabalho embutido nos avanços técnicos e científicos do setor tem resultado em algumas situações geradoras de futuros tensionamentos sociais.

Uma, é a incorporação, cada vez mais, de terras como meio de produção no processo, e a outra é a manutenção, com tendências de queda no número de trabalhadores necessários. E como o micro e pequeno agricultor local, via de regra, precisa de um complemento financeiro para dar conta do seu sustento e de sua família, ele o tem procurado, cada vez mais, na cidade dado ao encolhimento dos postos de trabalho no campo. Soma-se a isto o fato de muitos trabalhadores temporários oriundos do Nordeste não voltarem a seus lugares de origem, além de trazerem toda a família.

Esta conjugação de fatores tem proporcionado um aumento populacional nos bairros pobres, além da necessidade de construção de mais moradias populares. Observa-se, assim, que tanto em Lucas do Rio Verde, quanto em Nova Mutum e Sorriso, há uma preocupação por parte das autoridades públicas em construir, mediante o programa “Minha Casa, Minha Vida”, vários loteamentos de residências populares. E isto tem gerado, também, uma procura popular ao programa Bolsa Família. Em 2011, em Lucas do Rio Verde, 1.087 famílias foram cadastradas neste programa, em Nova Mutum, 775, e em Sorriso, 1.225 famílias. (ZANCANARO, 04/01/2012).

Pode-se afirmar assim, que o desenvolvimento proporcionado pelos Complexos Agroindustriais a despeito de explicitarem cifras e dinâmicas econômicas que impressionam, não tem promovido uma diminuição substancial da pobreza e da desigualdade social, conforme se pode verificar na tabela 54.

**Tabela 54:** Índice de pobreza e desigualdade social nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso no ano de 2003

Municípios	Incidência de Pobreza Absoluta %	Incidência de Pobreza Relativa <sup>37</sup> %	Índice de Gini
Lucas do Rio Verde	25,75	20,32	0,43
Nova Mutum	25,53	22,39	0,42
Sorriso	27,72	21,31	0,43

Fonte: IBGE-Cidades, 2012.

Contudo, a despeito do caráter excludente do agronegócio, verifica-se nos três municípios uma aparência de aceitação e até orgulho por parte de seus habitantes pelo fato dos mesmos serem referenciados como campeões de produtividade agrícola.

E o que se pergunta é: Como se mantém tal avaliação da realidade?

Chauí (2006) indica que a sociedade capitalista, dominada pela burguesia, é em si contraditória, pois “[...] a um só tempo, efetua a interdependência de todas as atividades e comunicação de todos os agentes sociais e a exterioridade recíproca de todas as atividades ou a alienação de todos os agentes.” (CHAUÍ, 2006, p. 155). E como esta mesma sociedade tem no movimento histórico a sua própria essência, ela, ao mesmo tempo em que “[...] dissolve todas as formas tradicionais de produção e de representação [...] por meio da ideologia, faz acreditar na racionalidade e na universalidade, dissimulando para si mesma a sua própria história.” (CHAUÍ, 2006, p. 156).

Isto implica em reconhecer que no bojo das relações sociais se constroem mecanismos com força ideológica a fim de “naturalizar” o que é social. Num primeiro momento, passa-se a acreditar na “vocaçãõ” natural para o agronegócio dado a paisagem e a fertilidade do solo.

Simultâneo a isso, destaca-se a força e persistência pioneira que, através do árduo trabalho, domou a natureza e superando todas as dificuldades se construiu riquezas. Ou seja, na somatória destes dois elementos, qualquer coisa é possível.

<sup>37</sup> A pobreza absoluta é medida a partir de critérios que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre a pessoa que não consegue obter uma cesta alimentar e de bens necessários a sua sobrevivência. Já a pobreza subjetiva é indicada a partir da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. (IBGE, 2012).



Entretanto, esta construção idealizada e ideológica exige uma defesa no âmbito da sociedade. Defesa esta que se dá principalmente por parte dos mandatários do poder político e econômico identificados com o agronegócio, que estabelecem um marco regulatório que indica quem são os aliados e quem são os adversários do mesmo.

Ou seja, elegem-se os inimigos que combatem esta forma de viver. Inimigos estes que precisam ser identificados, questionados e combatidos publicamente.

Entre os adversários há o governo, que “em seu gabinete refrigerado” só sabe cobrar impostos, promulgar leis que atrapalham, principalmente as de cunho ambiental, além de não construir e arrumar estradas. E não obstante a isto, o mesmo também é responsabilizado por não cuidar para que o dólar esteja valorizado na hora da venda da safra e desvalorizado na hora de adquirir insumos. Há ainda as Organizações Não Governamentais (ONGs), que são identificadas como organizações infiltradas de estrangeiros que querem roubar a Amazônia, proibindo assim que o Brasil produza alimentos.

Neste cenário, há ainda a identificação de outro inimigo: Os “Sem-terras”, principalmente os vinculados ao MST, identificados com um *slogam* bastante difundido na região: “Querem ganhar no tapetão, aquilo que se conseguiu no enxadão.”, ou seja, querem dividir a terra que não lhes pertencem. Difundem-se ainda a perspectiva de que os mesmos não querem trabalhar na terra e que vão vendê-las na primeira oportunidade.

São identificados, ainda, como adversários alguns religiosos, considerados comunistas, e alguns políticos, também “comunistas” ou do PT, que representam perigo igualmente e precisam ser colocados no ostracismo tanto na Igreja quanto no mundo político.

Já no campo dos aliados, em primeiro lugar vem a família, depois a Igreja. Em seguida é preciso ter políticos de confiança, logo, nada mais “natural” do que financiar suas campanhas, mediante “sacos de soja”, conforme a disponibilidade. Assim, o governador eleito tem que ser parceiro do agronegócio, bem como senadores e deputados federais e estaduais. Já prefeitos e vereadores, são frutos de uma discussão mais localizada que permite algumas diferenças de postura, desde que não se questione o agronegócio como algo não benéfico para a maioria.

E o apelo é tão forte que a senadora Serys Marly, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Mato Grosso, propôs um projeto de lei, que já foi aprovado, estabelecendo que o município de Sorriso é “A Capital Nacional do Agronegócio” (O CELEIRO DO NORTE, 03,09/2011).

Como aliado dos produtores, estão as empresas que detêm marcas populares de produtos ligados ao mundo agrícola, geralmente multinacionais, que se estabelecem no município gerando empregos, pagando impostos e comprando e vendendo produtos e insumos agrícolas.

Alimentando toda esta construção idealizada, batizam-se nomes de ruas, praças, estádios com nomes de pioneiros e políticos aliados do agronegócio, programas populares veiculados em emissoras locais e estaduais de rádio e TV trazem tanto os problemas vividos, quanto a beleza do trabalho do homem do campo, assim como serviços ligados a previsões ambientais, cotações de preços de mercadorias agropecuárias e exposição pública de políticos que se manifestam favoravelmente ao agronegócio.

Festas populares como exposições agropecuárias, bailes com motivos agrícolas e agrários contribuem para difundir valores ligados ao agronegócio. E neste quesito, as empresas são pródigas em divulgarem seus nomes como patrocinadoras. Além disso, faculdades locais mantêm cursos superiores ligados ao agronegócio, o que garante uma linguagem acadêmica e com balizamento científico sobre como melhorar a eficiência e eficácia do processo produtivo.

O processo social de construção ideológica de valores vinculados ao agronegócio se faz de forma tão densa que diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que envolvem inclusive micros e pequenos produtores tanto de Lucas do Rio Verde, como Nova Mutum e Sorriso foram unânimes em afirmar que um dos principais problemas de se trabalhar com os chamados “pequenos”, é que “eles querem ser grandes”, não aceitam suas condições.

Ou seja, não se distingue bem se é uma não aceitação da carência de assistências públicas da qual são portadores, da pouca renda gerada, ou então se há um sentimento de atração pelo mundo “dinâmico e rico” do agronegócio.

A partir deste contexto, acredita-se que se possa, com Santos (2008), reconhecer que em lugares como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso

instala-se, a partir das relações sociais de produção, uma tecnoesfera e uma psicosfera. A tecnoesfera

[...] se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. (SANTOS, 2008, p. 295).

Neste sentido, a dinâmica estabelecida pelo agronegócio recria o contexto a partir de interesses específicos que nem sempre traduz as necessidades da maioria da população local.

Já a psicosfera se refere ao “[...] reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno de vida, fornecendo regras à racionalidade, ou estimulando o imaginário.” (SANTOS, 2008, p. 295).

Assim, tanto a tecnoesfera e a psicosfera que são redutíveis uma à outra, são locais, porém,

[...] constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. [...] são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território. (SANTOS, 2008, p. 295).

Com tal entendimento reafirma-se que o desenvolvimento promovido pelo agronegócio é contraditório, mas que os sujeitos que convivem neste processo, mesmo que alimentem tal contradição, nem sempre se dão conta disto, pois estão envoltos numa dinâmica que induz a uma adesão aos valores hegemônicos, mesmo que estes mesmos sujeitos não usufruam de forma duradoura das supostas benesses geradas por esse desenvolvimento.

## CONCLUSÃO

Explicar e compreender como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, municípios localizados no norte do estado de Mato Grosso constroem seus processos de desenvolvimento pautados no agronegócio, tendo como referência suas relações sociais, o que implica em dizer que este processo é contraditório em sua essência, requer que se tenha como indicador principal o processo histórico construído ao longo da história do Brasil, e como o mesmo se insere no capitalismo mundial.

Isto significa que a dinâmica social destes três municípios está inserida num processo maior, definida abstratamente como modo de produção capitalista que tem como núcleo a mercantilização, logo, transformação em valor, dos frutos do trabalho, comportando em seus extremos duas classes sociais distintas e antagônicas historicamente: uma, composta por uma minoria que detém os meios de produção, e outra, grande maioria, que tem como patrimônio básico sua família e sua força de trabalho que é ofertada no mercado de empregos. Esta relação, que nem sempre é encarada como desigual, dado a mecanismos sociais que contribuem para que a mesma seja tida como uma relação contratual entre seres livres, permite que a minoria, conhecida abstratamente como burguesia, se aproprie de uma parte do trabalho que não é paga.

Tais indicações, entretanto, a fim de não se tornarem uma idealização das relações sociais que condicionam a construção de uma sociedade, requer que a dinâmica social seja historicizada explicitando suas contradições. Contradições estas que se constituem no motor da história. Não obstante, tal história não é construída suspensa no ar, ela é construída a partir de referências materiais, sociais, culturais e geográficas concretas. Logo, é no uso que se faz do território, a partir de relações sociais concretas, que se torna possível assinalar que Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, apesar de estarem inseridos num processo mundial, têm especificidades que os caracterizam enquanto tais e, no processo em questão, estes três municípios se caracterizam por construírem seus cotidianos a partir de relações sociais engendradas e relacionadas ao agronegócio.

Assim, entende-se que explicar e compreender o agronegócio engendrado nestes três municípios implica em tê-lo como fenômeno situado em contextos históricos e geográficos determinados, concretos, porém, resultados de processos que têm raízes ainda no período colonial. Senão vejamos: a condição de colônia impôs ao Brasil algumas situações que marcaram sobremaneira o seu desenvolvimento posterior. Uma delas é o seu próprio limite territorial. E na relação colônia x metrópole, Mato Grosso, estado que abriga os municípios analisados, é incorporado sob uma condição marginal, como fronteira, como lugar de aventureiros, como algo inóspito e distante. Também sob a condição de colônia se impôs o sistema de capitanias hereditárias, que não dando o resultado esperado se desdobra na implantação de sesmarias que institucionaliza grandes extensões de terras sob o poder de poucas pessoas.

Nesse processo, o índio, morador já estabelecido antes da chegada dos colonizadores, foi reduzido à condição de ser inferior que devia ser tutelado, catequizado, domado. No entanto, após várias tentativas de exploração da mão de obra indígena, com resultados dramáticos no que diz respeito a demografia e organização social destes habitantes, se insere na colônia o negro na condição de escravo, coisa, não gente, mercadoria.

Tal arranjo é decisivo para a história brasileira. Na condição de colônia de exploração, o Brasil contribui para a acumulação primitiva de capital que se dava em reinos da Europa. Ao mesmo tempo se desenha uma configuração social pautada numa grande população negra tida como meio de produção, de índios e brancos pobres, que na condição de marginalizados do sistema sobrevivem sem uma condição social definida e de uma minoria branca, que, não obstante cuidar dos interesses do reino na colônia, também pavimenta uma posição de poder local assentada na exploração do trabalho escravo e domínio de grandes extensões territoriais, mesmo que sob a outorga real.

Entretanto, tal configuração não se dava da mesma forma e intensidade em todos os rincões da colônia. O nordeste brasileiro, em primeiro lugar, e, depois, o litoral fluminense se tornaram o lócus preferencial para a grande lavoura com objetivos de abastecer o mercado externo.

No restante da colônia, muito embora os estatutos reais vigorassem, nem sempre eram cumpridos por ausência de aparelhos de controle institucionais ou até mesmo de interesse econômico e político.

Mato Grosso, neste contexto, também é marginalizado, contudo, a sua condição de fronteira com o reino da Espanha e a possibilidade de apresentar-se como uma valorosa reserva de minérios, além de abrigar grande número de nações indígenas, o fazia alvo de incursões de aventureiros a procura tanto de metais preciosos quanto de índios para escravizar.

Assim, quando do episódio da independência do Brasil, em 1822, já estava consolidada a condição brasileira de exportador de matérias primas. A partir de tal posição, se processa uma divisão social em forma de pirâmide que tinha no topo uma pequena minoria que usufruía da relação comercial e jurídica estabelecida por Portugal, e na base negros, índios e brancos pobres. E a despeito de revoluções sociais estarem ocorrendo na Europa, onde o capitalismo florescia, sustentado na desarticulação do sistema feudal e numa acumulação primitiva de capital conseguida por intermédio de conquistas, intercâmbios comerciais e explorações de outras terras, o Brasil mantinha suas relações sociais tanto por conveniência dos poderosos locais, quanto por falta de articulação efetiva da população brasileira pobre. As poucas tentativas de se reverter este quadro eram duramente combatidas.

Tal estrutura social é determinante para o processo histórico brasileiro na medida em que num espaço de mais de dois séculos, a despeito de uma divisão social interna que se caracterizava como excludente, se cunhou culturalmente um papel de subordinação aos interesses externos e, não obstante mudanças sociais estarem ocorrendo em outros lugares, a base social na qual fora montada este domínio foi mantida, pois interessava aos mandatários locais em detrimento da miséria de muitos.

Quando a escravidão se viu questionada, principalmente pela Inglaterra, resultando na sua posterior abolição, estabelece-se no Brasil, de forma premeditada, uma readequação social transferindo para a terra, galgada à condição de mercadoria, o valor antes representado pelo escravo. Há assim, tanto a incorporação da terra enquanto portadora de possibilidades históricas de obtenção de riqueza, quanto o descarte da figura do escravo que já se tornara proibitivo para o processo de acumulação de capital.

O Brasil insere-se nas relações capitalistas, que tem na Inglaterra o seu modelo clássico, adaptando-se a partir de sua herança histórica. Mantém-se o papel de exportador de produtos agrícolas, contudo, pautado em um processo de concentração de grande propriedade de terras.

Outro aspecto que marca este processo é a não absorção maciça do negro como mão de obra assalariada, inserindo em seu lugar a mão de obra do imigrante, basicamente europeia, para trabalhar com sua família na grande fazenda de café. Contudo, ao invés de receber salários condizentes ao trabalho efetuado, lhe era permitido cultivar uma roça nas terras do patrão, o que dificultava acúmulo de dinheiro para comprar a sua terra, pois tal mecanismo era tido como uma permuta em troca de um salário maior.

O capitalismo brasileiro se constrói dessa forma, a partir da capitalização da renda da terra por parte do latifundiário, vendedor de mercadorias obtidas sob intensa exploração do trabalho, exploração que se dava sob o regime de colonato.

Ressalta-se novamente que tal construção histórica não se choca com o capitalismo engendrado em outros centros hegemônicos. A manutenção da condição de fornecedor de matérias-primas e consumidor de manufaturas não possibilitou ao Brasil manter relações não capitalistas, pois as mesmas não interferiam na dinâmica internacional. Por outro lado, na medida em que a terra passa a ser um meio de produção capitalizado, seu acesso passa a ser proibitivo para a maioria pobre da população. Até mesmo porque a sua socialização tornara-se, aos olhos dos mandatários do poder, um obstáculo ao processo em curso de acumulação capitalista, a despeito de tal acumulação se dar mediante relações de produção não capitalistas.

A elite nacional, econômica e política mantém, assim, internamente, sob controle, o curso das transformações sociais que ocorriam no mundo, adaptando a partir da experiência histórica um poder estabelecido sob a propriedade fundiária.

E como a maioria da população vivia no espaço rural, a mesma obtinha seu sustento ora na condição de posseiro, ora na condição de agregado, parceiro ou simples empregado de fazenda que mora no local de trabalho. Poucos eram proprietários. E à medida que a terra era valorizada, esta população era forçada a

mudar-se para áreas mais distantes ou então a incorporar-se ao sistema de exploração imposto pelo latifundiário.

Mato Grosso continua numa condição periférica, principalmente em razão de uma não proximidade comercial e política do centro dinâmico da economia brasileira.

Com o advento da República (1889) se consolida o poder político do grande proprietário de terras, agora sob uma forma regionalizada estabelecida pelos estados. Entretanto, nesse período há também um processo de urbanização de alguns centros dinamizados via capital do fazendeiro que, a partir de um acúmulo de dinheiro, e também diante de algumas crises no processo produtivo, principalmente do café, começara a criar a sua própria logística ou então diversificar a aplicação de seu capital.

Tal processo é de extrema importância para a história brasileira, pois permite o surgimento do proletário e de uma burguesia urbana, mesmo que extremamente influenciados pelas relações sociais travadas no mundo rural. A propriedade fundiária ainda era o elemento primordial da economia nacional. Ou seja, o capitalismo se condiciona à força da economia rural.

Assim, a despeito de alguns acontecimentos políticos que ofuscaram o poder político dos latifundiários, como por exemplo, o movimento de 1930, e a consolidação de alguns centros urbanos, a sociedade brasileira manteve a relação estreita com o cotidiano rural bem como uma dependência econômica para com produtos de exportação advindos do campo. Há que se dizer, contudo, que neste processo a pequena propriedade ampliou-se em número, principalmente na região sul do país, muito embora alguns estados brasileiros ainda sejam considerados sertões, entre os quais o Mato Grosso, principalmente em sua porção norte.

Observa-se até aqui que as relações sociais que alimentam o capitalismo no Brasil, mesmo com o surgimento de um proletário e uma burguesia urbana, se mantêm através e apesar do instituto da grande propriedade, que embora nem sempre geradora de riquezas, era, porém, portadora de uma reserva de valor e prestígio social que se valorizava conforme a conjuntura vigente.

Mas é a partir do fim da 2ª Guerra Mundial, com a consolidação do poder político e econômico dos Estados Unidos da América e uma rearticulação capitalista,



que abria uma franca disputa com o poder socialista, que o Brasil, aderindo à agenda norte-americana, abre caminho para a construção de um projeto nacional, dinamizando a vida urbana e fortalecendo setores considerados estratégicos para a economia. Também é nesse período que o conceito de desenvolvimento, num movimento político, é configurado pela ótica do capitalismo impondo aos países que aderissem aos seus princípios uma agenda que estabelecia claramente uma subordinação aos princípios do mercado mundial e uma divisão internacional de trabalho.

O Brasil reafirma sua condição de exportador de produtos in natura e consumidor de produtos em grande parte manufaturados externamente. Em troca de apoio financeiro o país acelera seu processo de urbanização expandindo seu mercado consumidor, inicia planos de reformas e estabelece uma pauta de grandes projetos infraestruturais.

Contudo, as relações no campo mantinham-se em descompasso com os novos tempos. O mesmo não produzia o suficiente para abastecer internamente o país e nem apresentava o dinamismo necessário para disputar o mercado externo, a não ser com alguns poucos produtos. O latifúndio, encampando todas as relações de poder excludente, mantinha-se intacto, e o que é mais significativo, sem incorporar-se à agenda desenvolvimentista. Não produzia e nem consumia.

Neste ponto, considera-se importante assinalar que o país encampa um projeto desenvolvimentista sem resolver questões sociais pendentes. A burguesia é fraca, os trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, por mais que reivindicassem, não conseguiam diminuir sua situação de miséria e o poder político era mantido por poucos, alguns empresários, latifundiários e alto escalão militar, que faziam da máquina pública um instrumento particularizado de manutenção e ampliação dos próprios benefícios.

Assim, se por um lado o desenvolvimento almejado passava por um crescimento econômico, por outro, a capacidade produtiva do país como um todo não era suficiente para se alcançar tal objetivo. Logo, apenas algumas regiões passaram a fazer parte desta agenda. A sudeste, com um parque industrial, e a sul, com uma agricultura moderna. O restante do país comparecia de forma subsidiária a este projeto. Ou seja, percorreu-se um caminho que buscava contornar toda uma construção histórica de diferenciação social, ignorando-se o poder do atraso do

latifúndio e dos parasitas encastelados no poder. Ao mesmo tempo, as reivindicações sociais continuavam a ser tratadas como caso de polícia, e a miséria popular tanto no campo quanto na cidade aumentando de forma exponencial.

Procura-se avançar no circuito capitalista sem fazer as reformas burguesas, tanto nas relações institucionais quanto no mundo da produção, cabendo assim ao Estado assumir a condição de protagonista principal deste processo. Porém, como o mesmo se via dominado por forças conservadoras, o que se vê é um processo seletivo, frágil e promovedor de acumulação de riqueza nas mãos de poucos e miséria de muitos. E quando as reivindicações sociais se tornam perigosas demais, promove-se uma intervenção estatal mais forte, através de golpe militar.

Neste contexto, há um comprometimento do Estado com duas forças que se chocam: Uma, com a agenda do capitalismo mundial, ou seja, a de fornecer determinados alimentos ao mercado e consumir produtos manufaturados, garantindo assim a manutenção do circuito capitalista em nível mundial. E o outro comprometimento é no plano interno, com as forças políticas e econômicas, que historicamente construíram uma cultura de usufruto da riqueza gerada no país sem se importar com os meios e os custos sociais que isto acarreta.

Para se resolver tal contradição, promove-se uma modernização conservadora no processo produtivo no campo, inserindo-se produtos oriundos dos avanços técnicos-científicos visando a produção em escala de determinados produtos, sem alterar as relações sociais. Nesse sentido, tal processo revela-se agressivo, excludente, pois se inserira a partir de demandas externas sem ter um preparo prévio da população envolvida. A modernização no campo não agrega, exclui, não melhora a vida da maioria das pessoas, seleciona. Aumenta o universo de pessoas pobres, agudizando ainda mais a questão agrária.

Aqui, novamente a questão social é resolvida sem enfrentamento das desigualdades geradas historicamente. Moderniza-se a produção, sem a promoção da modernização das relações sociais.

Contudo a geografia nacional favorece. Espaços marginalizados pelo processo político e econômico no decorrer da história brasileira são alçados a condição de estratégicos para absorver um excedente populacional pobre, além de tornarem-se territórios propícios para a inserção do capital no processo produtivo

rural sem tocar em privilégios consolidados, sem alterar a estrutura agrária nacional, sem dividir a riqueza acumulada.

A Amazônia Legal, detentora de grande extensão de terras, recebe o status de vazio demográfico e de fronteira pronta para ser desbravada e modernizada, mesmo que sua população não participe do processo decisório, e nem usufrua dos possíveis benefícios que porventura venham a ser gerados por tal articulação.

O Estado nacional se encarrega de garantir as condições favoráveis para tal geopolítica, tanto subsidiando a entrada do capitalista na região, quanto na criação de mecanismos institucionais visando a transferência de trabalhadores e produtores rurais, mediante a sedução de se tornarem grandes proprietários de terra.

O que se pode afirmar é que a integração do Brasil no contexto do capitalismo mundial do pós-guerra é realizada de forma toda própria. Garante-se a modernização das relações produtivas no campo sem promover a modernização das relações sociais. O capital inserido neste processo se dá por intermédio da máquina pública. E os sujeitos desse processo são induzidos via incentivos a engajarem-se na construção de um desenvolvimento que lhes forçam a competirem numa arena, a do mercado mundial, onde não há espaço para todos.

Assim, a partir desta panorâmica histórica, aos saltos, o que se pretende é afirmar que não se entende como descabido considerar os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso como sínteses provisórias da história brasileira em geral.

Eles representam a materialização de relações sociais construídas num país que se integra no circuito mundializado do capitalismo de forma subalterna, passiva. Logo, a forma como esta integração ocorre não altera o desenvolvimento do mesmo. Contudo, tais municípios materializam também as contradições herdadas deste processo. Contradições estas que indicam, principalmente, que a questão da distribuição da terra no Brasil tem sido trabalhada sem desmontar os mecanismos históricos construídos desde o período colonial, ou seja, a sua concentração e a expulsão do pequeno agricultor do campo.

Tais municípios reproduzem ainda de forma cabal como o capital insere-se no mundo agrário. É um processo de sedução perpetrado via benefícios fiscais, facilidades de toda monta e garantias de riscos mínimos.

Contudo, por mais que a elite política e econômica brasileira procure controlar a lógica capitalista em solo nacional, no plano internacional as contradições geradas por este modo de produção têm levado a reajustes que impõem aos países periféricos que se adaptem de forma drástica aos novos contextos.

Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso também ilustram este processo.

Nos ajustes capitalistas, o mercado agora globalizado, promove uma divisão internacional do trabalho intensificando especializações, criando espaços artificiais portadores de relações sociais induzidas externamente, funcionais. Assim, os três municípios além de atender uma demanda social interna originada pela questão agrária, ou seja, lugar de acolhimento de uma população em processo de exclusão de outras regiões, passam, também, a atender demandas econômicas geradas no plano nacional e internacional. Produzir alimentos, mais especificamente a soja, para o mercado internacional, assim como contribuir para promover equilíbrio nas contas nacionais.

Neste contexto, o desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais gerado nestes três municípios representa muito pouco uma opção social local autônoma. O mesmo é promovido via Estado, que canaliza políticas de financiamentos para determinados produtos. Contudo o capital é seletivo, desigual, procura manter um equilíbrio entre demanda e oferta de produtos, o que implica em dizer que há um processo de regionalização produtiva. Nem todos os municípios com características predominantemente rurais apresentam o mesmo ritmo produtivo.

Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso apresentam assim um dinamismo econômico em sintonia com a velocidade empreendida pelo capital em tempos de globalização. E tal dinamismo, enquanto durar, atrai pessoas, investimentos públicos, e mais capital.

Porém, semelhante uso do território, dotando-o de uma vocação produtiva para fins de mercado, não o protegeu das contradições inerentes ao capitalismo. Uma é a concentração dos meios de produção e da riqueza gerada nas mãos de poucos. E como a terra é um dos principais meios produtivos destes municípios, a mesma, cada vez mais, se concentra, levando a um processo crescente de proletarianização da população local. Outra contradição diz respeito à concentração da

riqueza gerada; o mercado e a indústria monopolizados por grandes grupos econômicos a drenam de forma cada vez mais acentuada.

A partir de tais elementos, considera-se que a problematização levantada **A partir das relações sociais quais as consequências da opção pelo agronegócio em larga escala delimitada pelos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, localizados no norte do Mato Grosso, e como contradições se reproduzem neste processo?** pode ser respondida explicitando-se o processo histórico que propicia a origem e o desenvolvimento de tais municípios. Processo esse que revela como o país articula-se com o capitalismo no plano global, ou seja, como se insere na divisão internacional do trabalho.

Entende-se que esta tese também contribui para uma explicação e compreensão de como a articulação e desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais no Brasil, que se dão de forma desigual e em espaços selecionados, ao materializarem-se nos cotidianos destes três municípios direciona uma construção social pautada no atendimento do mercado externo de soja. Nesse sentido, o principal referencial coletivo, a terra, passa a ser uma mercadoria valiosa, que nem todos têm acesso.

A partir de tais referenciais, o que se procura dizer aqui é que, qualquer tentativa de enquadrar a dinâmica destes três municípios em modelos de desenvolvimento, criados a partir de índices convencionais, tem alcance limitado, apenas aparente.

Tanto Lucas do Rio Verde, quanto Nova Mutum e Sorriso inserem-se numa dinâmica maior e mais complexa: A do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Porém o fazem determinados historicamente pelo processo social engendrado e alimentado pela dinâmica brasileira inserida num contexto global.

Isto implica em dizer que estes municípios ao portarem através de suas relações sociais as contradições do modo de produção capitalista, também carregam heranças geradas no processo histórico brasileiro, entre as quais a profunda desigualdade social e uma questão agrária não resolvida.

Assim, em suas relações sociais, os habitantes destes municípios participam de processos cujo centro de decisões é distante. Procuram adaptar-se ao mercado

da melhor forma. Exemplo disto é a absorção de máquinas de última geração, aumento produtivo incessante e adequações visando uma produção ambientalmente aceitável para o consumidor externo. Mas esta participação é antropofágica, apenas poucos se mantêm de forma ativa no processo. O restante da população é inserido numa roda viva a mercê de crises de superprodução ou crises cambiais.

Logo, não há como dizer quanto tempo estes municípios se mantêm em *rankings* de municípios tidos como desenvolvidos. O que é possível afirmar é que os mesmos ainda não conseguiram criar mecanismos alternativos para fazer frente a crises do capitalismo de maior envergadura. Até mesmo porque as relações sociais engendradas nestas realidades reproduzem mazelas sociais comuns em sociedades desiguais, onde poucos detêm a maior parcela da riqueza. Além disso, não se pode dizer que uma consciência classista tenha sido incorporada no cotidiano dos trabalhadores locais.

No processo de indução de usos do território inibem-se tentativas de autoconstrução de cotidianos que possam vir a possibilitar descobertas e possibilidades históricas alternativas. E conflitos e contradições que são gerados nesta dinâmica, tais como concentração de riqueza e proletarização crescente da população rural, se externalizam muito mais a partir de reivindicações pontuais, como na ausência de emprego e falta moradia ou terra para se trabalhar, do que a partir de projetos societários alternativos.

Nesse sentido, o que se conclui é que o agronegócio engendrado em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, enquanto externalização de prática social historicamente determinada, tem que ser explicado e compreendido enquanto processo dinâmico do capitalismo, logo, o agronegócio é também desenvolvimento.

Isto implica em dizer que o mesmo é uma afirmação do modo de produção capitalista e, qualquer tentativa de recortar o fenômeno do agronegócio enquanto algo em si mesmo é parcial e incompleto, logo, limitado.

Isto significa também, que as contradições que se explicitam na região estudada só têm fôlego histórico, ou seja, enquanto proponentes de um devir histórico se questionarem explicitamente todo o modo de produção capitalista. No entanto o que se verifica é que a resistência à dinâmica do agronegócio por parte de uma parcela de agricultores e trabalhadores urbanos e rurais residentes nestes

municípios se dá de forma pontual, movida por demandas imediatas: emprego e renda.

Contudo isto não significa que as mesmas devam ser ignoradas enquanto potencialmente capazes de contribuir para a explicitação do caráter classista e desigual da sociedade como um todo.

Enquanto tal possibilidade não se realiza, a produção rural intensiva e modernizada praticada maciçamente nestes três municípios é vista por grande parte da população local enquanto promotora de dinamismo econômico e social.

E esta produção, que propicia ainda índices econômicos e sociais que caracterizam estes municípios enquanto ricos e desenvolvidos em relação à realidade brasileira, não esconde, porém, um processo de marginalização crescente de parcela significativa da população destes três municípios que, ou vivem descapitalizados e endividados em propriedades rurais ou então estão contribuindo para um aumento da população residente em bairros populares, periféricos, empobrecidos, que usufruem bem pouco da riqueza gerada pelo agronegócio.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Campo & Reforma Agrária. O velho poder dos barões da terra.** In: KOUTZII, Flávio. (Org.). **Nova República: Um balanço.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

ABUTAKA, Antonio; LIMA, Marilde Brito. **Mato Grosso em números: edição 2008.** 2ª. Ed., Cuiabá-MT: Carlini & Carniato, 2008.

ALENCAR, Francisco,; CARPI, Lucia.; RIBEIRO, Marcus Venício. **História da Sociedade Brasileira.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

AMARAL, Álvaro Lucas. **A questão regional urbana sob a ótica das desigualdades territoriais.** Cáceres-MT: Editora Unemat, 2005.

ARAUJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios.** 2ª. ed. 3ª. reimp., São Paulo: Atlas, 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO. **Desigualdades Regionais em Mato Grosso.** V. 1, Série Desenvolvimento Sócio-Econômico, Cuiabá: Defanti, 2003.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira.** 2. ed. rev., atual., amp., São Paulo: Nobel, 2002.

BAPTISTA, Martha. **Hora da virada.** In: Revista Produtor Rural, Cuiabá: Set/2009. p.p 35-38.

\_\_\_\_\_. **Tem algo errado.** In: Revista Produtor Rural, Cuiabá: Set/2009. p.p. 06-08.

BATALHA, Mário Otávio. **Sistemas Agroindustriais: Definições e correntes metodológicas.** In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial.** São Paulo: Atlas, V. I., 1997.



\_\_\_\_\_; SOUZA FILHO, Hildo Meireles de. **Analisando a competitividade de Cadeias Agroindustrias: Uma Proposição metodológica.** In: BATALHA, Mário Otávio; SOUZA FILHO, Hildo Meireles de. **Agronegócio no Mercosul: Uma agenda para o desenvolvimento.** São Paulo: Atlas, 2009.

BECKER, Bertha K. **A Amazônia pós Eco-92.** In: BURRSZTJN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: Uma nova potência na economia-mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BELIK, Walter. **Agroindústria e política agroindustrial no Brasil.** In: RAMOS, Pedro. **Dimensões do Agronegócio Brasileiro. Políticas, instituições e perspectivas.** Brasília: MDA, 2007. (Nead Estudos, nº 15).

BERNARDES, Adriana.; ZERBINI, Adriano.; GOMES,; et al. **O Papel ativo da Geografia: Um manifesto.** Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona nº 270, 24 de enero de 2001.

BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. **Princípios fundamentais de filosofia.** São Paulo: Hemus, 1954.

BOISIER, Sérgio. **Desenvolvimento.** In: SIEDENBERG, Dieter R. (Coord.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul-RS : EDUNISC, 2006.

BONANNO, Alessandro. **A globalização da economia e da sociedade: Fordismo e Pós-fordismo no setor agroalimentar.** In: JOSEFA, Salete B. Cavalcanti. (Org.) **Globalização, trabalho e meio ambiente.** Recife: Editora Universitária, 1999, v., p. 25-74. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pernambuco/05.doc>. Acesso em 25 de maio de 2011.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** 2ª. ed., 2ª. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a área de influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém.** Brasília: 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1891**. Rio de Janeiro: 1981. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 15 de julho/2010.

BRASIL. **Decreto nº 1.318 de 30 de Janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Rio de Janeiro: 30/01/1854. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D1318](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D1318). Acesso em: maio/outubro/2010.

BRASIL. **Decreto nº 59.428 de 27 de outubro de 1966. Regulamenta os Capítulos [...] da Lei nº 4.504 [...] art. 22 do Decreto-Lei nº 22.239 de 19/12/1932 e os art. [...] da Lei nº 4947 de 06/04/1966**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116073/decreto-59428-66>. Acesso: maio/2011.

BRASIL. **Decreto nº 68.153 de 01 de Fevereiro de 1971.. Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://contadortributaria.com.br/index.php?option...> Acesso: 10/06/2011.

BRASIL. **Decreto nº 75.320 de 29 de Janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro)**. Disponível em [http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decreto/1970-1979-janeiro-1975-423871 – publicacaooriginal – 1pe.html](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decreto/1970-1979-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1pe.html). Acesso: 10/06/2011.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.106, de 16 de Junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União 17.06.1970.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.179 de 06 de Julho de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências**. Disponível em: <http://contadortributario.com.br/index.php?option...> Acesso em: 10/06/2011.

BRASIL. **Lei nº 531 de 04 de Setembro de 1850. Lei Eusébio de Queirós**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 20/08/2010.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império [...] autorizado o Governo a promover a colonização**

**estrangeira na forma que se declara.** Rio de Janeiro: 18/09/1850. Disponível em: [http://Planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://Planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: maio/outubro/2010.

BRASIL. **Lei nº 3.353 de 13 de Maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil.** Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/documentos-hist%..> Acesso em: 17/08/2010.

BRASIL. **Lei nº 1.806 de 06 de Janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.** Disponível em: <file:///micro03/meusdocumentos/micro03.htm>. Acesso em 23/08/2010.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/listatextointegral.action?id=75538>. Acesso em: 29/06/2010.

BRASIL. **Lei nº 5.173 de 27 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (SPVA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l5173.htm>. Acesso em : 29/06/2010.

BRASIL. **Lei nº 5.371 de 05 de Dezembro de 1967. Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/cracao\\_funai.htm](http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/cracao_funai.htm). Acesso em: 23/05/2011.

BRASIL. **Lei nº 5.727 de 04 de Novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974.** Disponível em: <http://br.vlex.com/vid/primeiro-plano-desenvolvimento-pnd-periodo-34188325>. Acesso em: meses de junho/julho/2011.

BRASIL. **Lei nº 6.151 de 04 de Dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6151.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm). Acesso em: meses de junho/julho/2011.

BRASIL. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, título VII, da Constituição Federal.** Brasília-DF: Disponível em [www.leidireito.com.br/Lei-8629-html](http://www.leidireito.com.br/Lei-8629-html). Acesso em: 21/10/2011.

BRASIL. *Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.* Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_ato 2004-2006...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_ato/2004-2006/2006/07/leis/l11326.htm) Acesso em: 10/12/2011.

BRASIL. *Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Direto na Escola aos alunos da educação básica.* Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03\\_ato2007-2010...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/06/leis/l11947.htm) Acesso em: 10/12/2011.

BRASIL. *Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal...* Disponível em: [www.leidireto.com.br/lei-11952.html](http://www.leidireto.com.br/lei-11952.html). Acesso em: 20/12/2011.

BRASIL. *Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.* Brasília – DF. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp87.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp87.htm). Acesso em: 15/08/2011.

BRASIL-MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO. Disponível em: <http://www.integração.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr>. Acesso em 20/06/2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Programa Avança Brasil.* 2001. Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/anexos/index.htm>. Acesso em: 28/10/2011.

BRASIL-MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE. *Perfil do município (CAGED).* Disponível em: [www.mte.gov.br/](http://www.mte.gov.br/) Acesso em: 10 a 14/01/2012.

BRUNO, Regina. *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto.* Estudos Sociedades e Agricultura, 5, novembro 1995, p. 05 - 31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacsa.org/ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>. Acesso em: maio/2011.

CASTRILLON FERNÁNDEZ, Antonio João. *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso.* 2007. Tese (Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CASTRO, Sueli P., BARROZO, João C., COVEZZI, Marinete, PRETI, Oreste. **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. 2ª. ed. Cuiabá - MT: EDUFMT, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **A História no pensamento de Marx**. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javer; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). **A Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1ª. ed., 1ª. Reimp., Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. **Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas**. s.n. Disponível em: <http://analisesocial.ics.vl.pt/documentos/1223914353V2aDN7KuMf790lt.pdf>. Acesso em: Setembro/2011.

COPETTI, Luciane Bertunatto. **Lucas do Rio Verde: Crescimento com responsabilidade Econômica, Social e Ambiental**. III Seminário de Ciências Agrárias. Desenvolvimento e Sustentabilidade, vol. 3, nº 3, Nova Mutum - MT: Centro de Estudo e Pesquisa da Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil: 1950-2003**. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

DESSBESELL, Aline. **Sinop: Sindicato voltará a discutir cobrança de royalties com multinacional**. In: SóNOTÍCIAS, 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.sonoticias.com.br/agronoticias/mostra.php?id=49261>. Acesso em: 18/01/2012.

\_\_\_\_\_. **Valor pago pelo hectare em Sorriso sobe 60% em dois anos**. In: Correio do Dia, Sinop-MT: 04/11/2011. Caderno de Economia p. 05.

DIAS, Elísia Aparecida. BORTONCELLO, Odila. **Resgate Histórico do Município de Sorriso: Portal da Agricultura no Cerrado Mato-Grossense**. Cuiabá: Print Express, 2003.

EGLER, Cláudio A.G. **Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: Prováveis Impactos Ambientais**. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 1999. (Texto Avulso). Disponível em: [www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/eixos/pdf](http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/eixos/pdf). Acesso em: 20/10/2011.

ELIAS, Denise. **Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrt/xcol/207.htm>. Acesso: 15/02/2012.

ESCOBAR, Arturo. **Planejamento**. In: WOLFGANG, Sachs. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 197

FERNANDES, Florestan. **Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: ed. Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano de. **Constituição vinte anos: Caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas)**. In: IPEA. **Políticas Sociais acompanhamento e análise. Vinte Anos de Constituição Federal**. n.º 17, 2008.

FERREIRA, João C. Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá: Ed. Buriti, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. **Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macroeconômica nos governos Lula**. In: **Os anos Lula: contribuições para um**

**balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p. 35-39. Disponível em: [www.ie.ufrj.br/hppp/intranet/pdfs/filgueiras\\_et\\_al\\_2010\\_otim.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hppp/intranet/pdfs/filgueiras_et_al_2010_otim.pdf)  
Acesso em: Dezembro 2011.

FOLHA VERDE. **Sojicultores querem repactuação de dívidas.** Lucas do Rio Verde-MT: 22 de fevereiro de 2007.

GALINDO, Osmil; SILVA, Pedro Luiz R. **Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional.** In. AFFONSO, Rui de Brito Álvares. SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: UNDP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GAMBINI, Roberto. **O Duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo.** São Paulo: ed. Símbolo, 1977.

GONTIJO, Cláudio. **A revolução agrícola no Brasil: singularidade de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira: 1850-1930.** Revista de Economia Política, vol. 8, nº 2, abril, junho/1988.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** 3ª. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional.** In: SPOSITO, Eliseu S. **Produção do espaço e redefinições regionais.** Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** 18. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HIGA, Teresa C. S. **Processo de ocupação e formação territorial.** In. MORENO, Gislaene; HIGA, Teresa C. S. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi; LAZZAROTTO, Jolsio José. **Avaliação econômica da produção de soja em estados do cerrado, para a safra 2009/10.** Circular Técnica nº 70. Londrina: Embrapa, 2009. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstreaan/CNP50-2010/30476/1/ct70ve.pdf>. Acesso em: 10/01/2012.

HOFFMAN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. ***Estrutura Fundiária e Propriedade Agrícola no Brasil – Grandes Regiões e Unidades da Federação***. Brasília - DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IANNI, Octávio. ***Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

\_\_\_\_\_. ***Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. ***Dialética & Capitalismo. Ensaio sobre o pensamento de Marx***. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. ***Estado e Capitalismo***. 1ª. reip., 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. ***Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas***. Rio de Janeiro: V. 1, 1990.

JORNAL ARINOS. ***Leilão de imóveis em Sorriso/MT***. Nova Mutum - MT: 27 de janeiro de 2011.

KAUTSKY, Karl. ***A questão agrária***. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

KON, Anita. ***A Experiência Brasileira de Planejamento Público Federal***. In: KON, Anita. (Org.) ***Planejamento no Brasil II***. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

KOSHIBA, Luiz.; PEREIRA, Denise M. F. ***História do Brasil***. 6ª. Ed. São Paulo: Atual Editora, 1993.

LAFER, Betty Mindlin. ***Introdução: O conceito de Planejamento***. In: LAFER, Betty Mindlin. (Org.) ***Planejamento no Brasil***. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

LEITÃO, Fabrício de Oliveira *et al.* ***Cultivo de soja transgênica no estado de Mato Grosso: Fatores propulsores e limitativos***. Revista de Economia Agrícola, São Paulo: v. 57, n. 1, jun/jul 2010. p. 61-74.



LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Afonso, A. A. et al. **Problemática da Amazônia.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Coleção General Benício, V. 90, pub. 415, 1971.

LIMONAD, Ester. **Brasil Século XXI, Regionalizar para quê?** In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Org.). **Brasil, século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos, escalas.** São Paulo: Max Limonad, 2004.  
LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colonial.** 3ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

MACIEL, Marcondes. **A era dos estrangeiros.** In: Diário de Cuiabá, Cuiabá: 27 e 28/03/2011. Caderno de Economia, p. C1.

MAGALHÃES, Yênes Jesus. **Mato Grosso no rumo certo.** In: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral-MT. 29/12/2004. Disponível em: [www.seplan.mt.gov/html/internas](http://www.seplan.mt.gov/html/internas).... Acesso em: 15/12/2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 9ª. ed. Revista e ampliada, São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro. Volume III. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Ed. Resumida. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política: Salário, preço e lucro: O rendimento e suas fontes: A economia vulgar.** 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Col. Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia: resposta a filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847).** São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** V.3, Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Polar, 1963.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Editora Escala, 2007.

MATO GROSSO – SEPLAN. **Anuário Estatístico de Mato Grosso – 2009. Vol. 31.** Secretaria de Estado de Planejamento e Coedenação Geral. Cuiabá: Seplan - MT, Tecnomídia Gráfica e Editora Ltda, 2010.

MELLO, Alex Fiuza de. **Capitalismo e mundialização em Marx.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

MEZADRI, Francielle. **Sorriso recolheu 1,2 t de embalagens.** In: Diário Regional, Sinop - MT: 15/12/2011. Caderno Política/Economia, p. C1.

MORAES, Antonio Carlos. **Plano Brasil Novo.** In: KON, Anita. (Org.), **Planejamento no Brasil II.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

MORENO, Gislaene. **Políticas e estratégias de ocupação.** In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza C. S. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente.** Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MOURA, Lino. **Agricultura Familiar e o Agronegócio no governo Lula.** Março 2010. Disponível em: maisrural.com.br Acesso em: 10 de dezembro 2011.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

NAIME, Jéssica. **A América Latina e o ajuste estrutural após o Consenso de Washington.** Resenha Economia e Comércio/Desenvolvimento. Cenários PUCMINAS Conjuntura Internacional, 2004. Disponível: [www.pucminas.br/conjuntura](http://www.pucminas.br/conjuntura). Acesso em: 2010.

NEVES, Marcos Fava. **A década do agronegócio**. In: NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSTAJN, Décio; NEVES, Evaristo Marzabal. (Orgs.). **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

O CELEIRO DO NORTE. **Ruralistas buscam soluções para renegociação de dívidas**. Sinop - MT: 03 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Senado confere a Sorriso o título de capital nacional do Agronegócio**. Sinop - MT: 03 de setembro de 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 2ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Brasileira: Transformações recentes**. In: ROSS, Jurandy L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 5ª. ed. rev. amp. 1ª. reimp.. São Paulo: EDUSP, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina**. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRES, Murilo J. de S.; RAMOS, Pedro. **O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil**. REN, V. 40, nº 03, Julho/Setembro, 2009. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140). Acesso em: 18.04.2011.

PRADO Jr., Caio. **Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil**. In: PRADO jr. et al. **A agricultura subdesenvolvida**. Caminhos Brasileiros, 2. Petrópolis - RJ: Vozes, 1969.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM – SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Nova Mutum é o 60º entre os maiores PIBs per capita do país, 11º em MT**. 13 de dezembro de 2010. Disponível em: [www.novamutum.mt.gov.br/secretaria/?SM=4&ver....](http://www.novamutum.mt.gov.br/secretaria/?SM=4&ver....) Acesso em: 15/12/2010.

QUINTANA, Mário. **Quintana de Bolso**. Porto Alegre : LPM, 2009.

RAMIRO FERNÁNDEZ, Víctor; AMIN, Ash; VIGIL, José Ignacio. **Discutiendo el Desarrollo Regional: Desde La emergência y La institucionalización de La nueva ortodoxia hacia sua reconsideracion**. In:\_\_\_\_\_.(Comp.). **Repensando el Desarrollo Regional. Contribuciones globales para uma estratégia latino-americana**. Madri/Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2009.

RAMOS, Pedro. **Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira**. In: RAMOS, Pedro. (Org.). **Dimensões do Agronegócio Brasileiro. Políticas, Instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007. (Nead Estudos, nº 15).

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores: Peres, José Augusto de Souza, *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RÜCKERT, Aldomar A.. **Metamorfose do território. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RYDLEWSKI, Carlos; COUTO, Clarice. **Por que a Embrapa é nosso Google**. In: Revista Época Negócios. São Paulo: Janeiro/Fevereiro, 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: Exclusão e Luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: Osal: Observatório Social de América Latina. Año 6 nº 16 (jun 2005) Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/d16 Santos.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/d16_Santos.pdf). Acesso em: 25.06.2010.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção**. 4ª. ed., 4ª. Reimp., São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus Agronegócio: a dinâmica sócio-política do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Texto para discussão nº 30.

SCHAEFER, José Renato. **Nova Mutum. História e Fundação.** Nova Mutum - MT: Mutum Editora Gráfica, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** 3ª. reimp. SP: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, José Graziano (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2ª. Ed., São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE/Ed. Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária.** (Texto digitado s.r.). Disponível em: [http://www.universoverde.com.br/Alzira/texto-TMA\\_Questão\\_Agrária.htm](http://www.universoverde.com.br/Alzira/texto-TMA_Questão_Agrária.htm). Acesso em: 22/08/2011.

SIQUEIRA, Débora. **Intermat e Incra firmam convênio para revelar realidade fundiária de MT.** 21 de janeiro de 2009. Disponível em: [www.intermat.mt.gov.br/html/notícia.php?codigoNoticia...](http://www.intermat.mt.gov.br/html/notícia.php?codigoNoticia...) Acesso em: 05/03/2010.

SIQUEIRA, Elizabeth. **Revivendo Mato Grosso.** Cuiabá: SEDUC, 1997.

SIQUEIRA, Elizabeth M.; COSTA, Lourenço Alves; CARVALHO, Cathia M. C. **O Processo Histórico de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT, 1990.

SóNOTÍCIAS. **Agricultores em Lucas R. Verde acionam justiça para renegociar dívida com maquinários.** 14/06/2010. Disponível em: <http://www.sonoticias.com.br/noticias/...> Acesso em 14/06/2010.

**SÚMULA RELATÓRIO BRUNDTLAND.** 1987(?). Disponível em: [marcouniversal.com.br/upload/RelatórioBrundtland.pdf](http://marcouniversal.com.br/upload/RelatórioBrundtland.pdf). Acesso em 05/01/2012.

SUZUKI, Julio Cesar. **Questão Agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial.** En: publicacion: LEMOS, Amália I. G. de.; ARROYO, Mônica.; SILVEIRA, Maria L.. **América Latina: cidade, campo e turismo.** CLACSO, San Pablo. Diciembre, 2006.

TALASKA, Alcione. **Concentração da Propriedade da Terra**. Texto produzido no Programa de Pós-Graduação – Desenvolvimento Regional. Universidade Santa Cruz do Sul – RS, 2010.

TAVARES, Hermes M. **Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil**. In. ROBERTO et al. Cadernos IPPUR, Ano XV, nº 2, Ago-Dez/Ano XVI, nº 1, Jan-Jul 2002. RJ: UFRJ/IPPUR, 2002.

TRUMAN, Harry S. **Inaugural Address**. Thursday, January 20, 1949. U.S. Inaugural Address, 1989. Disponível em: <http://www.bartleby.com/124/pres53.html>. Acesso em 30/07/2009. Trad. FONTES, Gabriela S.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888**. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora UFMT, 1993.

ZANCANARO, Bianca C. **Prefeituras de MT têm até o dia 13 para enviar informações do Bolsa Família**. In: SóNOTÍCIAS, 04 de janeiro de 2012. Disponível em: [www.sonoticias.com.br/noticias/11/142724...](http://www.sonoticias.com.br/noticias/11/142724...) Acesso em: 04/01/2012.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no Município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ZYLBERSTAYN, Décio. **Firmas, Cadeias e Redes de Agronegócio**. In: NEVES, Marcos; ZYLBERSTAJN, Décio; NEVES, Evaristo Marzabal. (Orgs.). **Agronegócio do Brasil**. Saraiva, 2005.

**Páginas eletrônicas institucionais com acessos frequentes durante toda a pesquisa**

BRASIL-BANCO CENTRAL DO BRASIL. <http://www.bcb.gov.br/>

BRASIL-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

BRASIL-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE-Cidades. [www.ibge.gov.br/cidadessat/](http://www.ibge.gov.br/cidadessat/)

BRASIL-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE-  
Estados. [www.ibge.gov.br/estadossat/](http://www.ibge.gov.br/estadossat/)

BRASIL-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.  
<http://www.ipeadata.gov.br>

BRASIL-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-  
INCRA. [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. <http://www.firjan.org.br>

MATO GROSSO-Governo do Estado de Mato Grosso. [www.mt.gov.br/](http://www.mt.gov.br/)

INSTITUTO MATO GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA-IMEA.  
[www.imea.com.br](http://www.imea.com.br).

MATO GROSSO-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL-SEPLAN-MT. <http://www.seplan.mt.gov.br/html/>

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE.  
<http://lucasdorioverde.mt.gov.br/>.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM. <http://novamutum.mt.gov.br/>.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SORRISO. <http://sorriso.mt.gov.br/>. (Prefeitura do  
Município de Sorriso).

### **Entrevistas não diretas**

A.F. Agricultor. Entrevista realizada no município de Sorriso - MT em 18/12/2010.

A.B. Agricultor. Entrevista realizada no município de Sinop - MT em 10/01/2012.

B.J.T. Agricultor. Entrevista realizada no município de Nova Mutum - MT em  
22/03/2010.

B.A.T. Trabalhador de empresa privada. Entrevista realizada no município de Sorriso - MT em 29/06/2011.

J.B. Agricultor. Entrevista realizada no município de Lucas do Rio Verde - MT em 13/05/2011.

L.O. Agricultor. Entrevista realizada no município de Sorriso - MT em 18/12/2010.

M.A. Agricultor. Entrevista realizada no município de Sorriso - MT em 27/01/2012.

P.B. Agricultor. Entrevista realizada no município de Lucas do Rio Verde - MT em 18/10/2011.

P.D. Ex-funcionário de cartório. Entrevista realizada no município de Lucas do Rio Verde - MT em 24/07/2011.

P.N. Agricultor. Entrevista realizada no município de Nova Mutum - MT em 25/05/2010.

S.S. Funcionário público. Entrevista realizada no município de Sinop - MT em 24/01/2012.

T.H. Contador. Entrevista realizada no município de Sorriso - MT em 29/06/2011.

W.S. Agricultor. Entrevista realizada no município de Sorriso - MT em 28/06/2011.